

50X1-HUM

Page Denied

ESTUDOS SOCIAIS

N E S T E N Ú M E R O

MOACYR PAZ: SOBRE OS PROBLE-
MAS DO DESENVOLVIMENTO ECO-
NÔMICO ★ CARLOS MARIGHELLA:
ALGUNS ASPECTOS DA RENDA DA
TERRA NO BRASIL ★ FRAGMON
CARLOS BORGES: ORIGENS HISTÓ-
RICAS DA PROPRIEDADE DA TER-
RA ★ MIGUEL COSTA FILHO: O
TRABALHO NAS MINAS GERAIS ★
CARREIRA GUERRA: MAIAKOVSKI
NOS DEBATES PÚBLICOS ★ HYMAN
LUMER: NOTAS SOBRE A RECES-
SÃO NORTE-AMERICANA ★ PRO-
BLEMAS EM DEBATE ★ CRÍTICA DE
LIVROS ★ CRÍTICA DE REVISTAS

1

MAIO - JUNHO DE 1958

**“DICIONÁRIO DE IDÉIAS AFINS”
(DICIONÁRIO ANALÓGICO)**

Organizado por **EDUARDO VITORINO**

Dicionário quase único na língua portuguesa. O maior e mais farto manancial de palavras e de riqueza fraseológica sôbre todos os assuntos. Indispensável a todos os intelectuais; jornalistas, escritores, redatores, poetas, etc., etc. — Organizado à maneira clássica dos Dicionários Analógicos ou Dicionários das Idéias sugeridas pelas palavras e vice-versa.

UM GRANDE VOLUME IMPRESSO EM ÓTIMO PAPEL, COM
PERTO DE 500 PÁGINAS, BEM ENCADERNADO — CR\$ 250,00

PEDIDOS A LIVRARIA SÃO JOSÉ — RUA SÃO JOSÉ, 38

Fone: 42-0435 — Rio de Janeiro

Atende-se para todo o Brasil pelo Reembólso Postal e contra cheque, vale postal ou carta registrada com valor declarado.

ESTUDOS SOCIAIS

ANO I

1958

ESTUDOS SOCIAIS

DIRETOR: ASTROJILDO PEREIRA

PEDIDO DE ASSINATURA

Sr. Diretor,

Anexo encontrará V. S. a importância de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) em Cheque, Vale Postal ou Ordem de Pagamento, para o envio de uma assinatura anual dessa revista, a partir do nº

Nome

Endereço

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 435,
s.-1604 — RIO DE JANEIRO — DF.

ESTUDOS SOCIAIS

ANO I

1958

APRESENTAÇÃO

ESTUDOS SOCIAIS é uma revista de tendência marxista, e como tal pretende intervir, democraticamente, ao lado de outras correntes do pensamento, no debate das questões relacionadas com a nossa realidade econômica, social e política. É seu propósito dar uma contribuição sincera, pelos meios que lhe são próprios e possíveis, ao esforço que entre nós se vem desenvolvendo no sentido de esclarecer os problemas da emancipação nacional e democrática do povo brasileiro.

O marxismo, como corrente do pensamento, tem demonstrado sua extraordinária vitalidade teórica e prática — na interpretação da realidade histórica e na obra de transformação das condições de vida dos homens. Atualmente, milhões e milhões de seres humanos, no mundo inteiro, utilizam a teoria e o método marxistas para investigar a realidade objetiva de cada país e cada região, tendo em vista formular uma justa política de progresso material e espiritual da sociedade.

No Brasil, o marxismo não produziu os frutos desejados — por várias razões, uma das quais a nosso ver, seria a ausência de uma tradição de estudos marxistas em nosso País. O trabalho teórico dos marxistas, empregado na investigação e interpretação da realidade brasileira, tem sido muito precário, limitado quase que só "... a buscar respostas às questões concretas no simples desenvolvimento lógico de uma verdade

REDAÇÃO

ES NUM. 1

geral" (Lênin). Podemos dizer que o marxismo entre nós foi algo em si mesmo, fechado e dogmático, e não chegou a ser, ou foi apenas em mínima proporção, um instrumento de investigação. Mas podemos também acrescentar que já começamos a superar as deficiências do passado.

No momento atual, a tarefa dos marxistas brasileiros consiste principalmente em voltar-se para a nossa realidade viva, estudando-a em seus múltiplos aspectos. Estamos certos de que os resultados desse trabalho de investigação e análise fornecerão elementos úteis à ação política das forças democráticas e patrióticas.

* * *

Desejamos afirmar claramente que é nosso propósito estimular a polêmica: polêmica entre marxistas, polêmica entre marxistas e representantes de outras correntes do pensamento. E nossa convicção que a luta de opiniões, o confronto de idéias, a crítica, a discussão são indispensáveis ao desenvolvimento do pensamento e da cultura.

Entendemos que esta revista, ao acolher semelhante debate em suas páginas, estará contribuindo de maneira eficaz para enriquecer o pensamento brasileiro.

* * *

Longe de nós a presunção de termos alcançado, desde já, o tipo de publicação que julgamos necessário ao cumprimento das tarefas que nos propomos realizar. O que hoje apresentamos é apenas um primeiro passo, com as insuficiências e tropeços de um primeiro passo. Mas estamos firmemente dispostos a continuar — melhorando de número para número. Para isto contamos, não só com a simpatia e o apoio moral dos nossos amigos e leitores, mas sobretudo com a sua cooperação interessada e permanente, inclusive sob a forma de crítica — apontando falhas e defeitos, lembrando temas para estudos e debates, sugerindo o que lhes parecer mais adequado para o desenvolvimento e consolidação da revista.

Em suma — desejamos criar entre a revista e os nossos colaboradores, amigos e leitores aqueles sentimentos de compreensão e solidariedade indispensáveis à plena realização dos objetivos que nos são comuns.

SOBRE OS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Crítica aos Métodos de Análise

Por Moacyr Paz

1. O Uso das Teorias "Científicas" em Economia

Sendo a renda nacional gerada em uma síntese de toda atividade econômica em seu esforço criador, e exprimindo, em largo sentido, uma dada etapa de progresso infra-estrutural da sociedade, a obtenção de um nível satisfatório de renda social, traduzindo um impulso adequado de crescimento da capacidade produtiva e de modificações na estrutura social da produção, constitui necessariamente o objetivo fundamental de uma política de desenvolvimento econômico.

Surge assim a indagação de como promover aumento da renda nacional, nas dimensões e características julgadas necessárias. Partindo da suposição de que o Estado pode estimular e mesmo condicionar o desen-

MOACYR FAZ

ES NUM. 1

volvimento econômico (1) — quais os elementos dinâmicos a jogar numa política governamental, nesse domínio? Qual o justo conteúdo a introduzir, ou a resguardar, no processo de desenvolvimento econômico em curso, e as tarefas administrativas daí decorrentes?

Nos países subdesenvolvidos, e particularmente no Brasil, essas perguntas têm sido freqüentemente formuladas, e passaram a constituir um campo fértil de análises e debates para os economistas e homens públicos. Lamentavelmente, no entanto, observa-se um profundo divórcio entre a ciência manipulada por certos economistas, — a que chamarei de "científicas", dada à natureza das suas idéias — entregues à aplicação simplista e nem sempre adequada das teorias econômicas instrumentais, de um lado, e da realidade objetiva do Brasil, os problemas da produção e das condições materiais da sociedade, de outro. Sob o pretexto de que o desenvolvimento econômico toma formas complexas, difundem-se análises de enorme aparato científico — universitário, verdadeira metafísica econômica, contendo uma falsa e vaga representação do mundo real e dos problemas de que são objeto.

Está muito em moda, no Brasil, fazer-se a teoria por si mesma, passando ao longe dos fenômenos objetivos e eminentemente práticos com que se apresenta o processo econômico. É estranho que viva o economista a reivindicar maior participação profissional nos assuntos do Estado e dos círculos de empresas privadas (2) e ao mesmo tempo adote um comportamento intelectual que o enclausura em tórrides de marfim. O economista procura se qualificar pela negação do "empírico", preferindo manusear o belo e o abstrato da ciência, ainda que esse narcisismo o distancie cada vez mais do mundo real.

A transformação do empírico em científico tem sido, para essa corrente dos economistas, no melhor dos casos apresentar o evidente em termos complicados, mas fundamentalmente fugir da realidade, ou tapá-la. Parece que esse procedimento resulta, na sua essência (não queremos discutir-lhe o lado intencional), do uso cego de certos instrumentos teóricos de análise, absorvidos do exterior, sobretudo dos Estados Unidos e Inglaterra. Recorrendo invariavelmente, para sair do empírico, às teorias econômicas dos países capitalistas altamente desenvolvidos, terminam por se fazer estranhos à com-

(1) Uma corrente ponderável de economistas, no Brasil, à frente os Professores Eugênio Gudín e Otávio de Bulhões, presa ao círculo do liberalismo e aos conceitos da ciência clássica, nega a capacidade prática planejadora do Estado, no sistema capitalista. Queremos definir nossa posição: nas atuais condições da economia capitalista, sobretudo ante a expansão da propriedade social estatal, admitimos a possibilidade maior ou menor desse planejamento, inclusive o condicionamento das inversões privadas por parte do Estado, quando este saiba compreender e utilizar o fator dinâmico fundamental do desenvolvimento capitalista espontâneo, que reside na lei do lucro.

(2) Além dos novos movimentos de economistas pleiteando maior rigor no cumprimento da lei que regula o exercício da sua profissão, vale à pena lembrar o discurso do Prof. Gudín (Rev. Brasileira de Economia, março de 1956), apelando aos homens de negócios para que terminem sua "incompreensão" em relação aos economistas saídos das Faculdades e dêem-lhes funções nas suas empresas.

MAI — JUN 1958

SOBRE OS PROBLEMAS

preensão do processo econômico nacional, ou deformá-la nas suas análises. Manipula-se Keynes a todo instante, sem ter em mente que as suas mensurações do pleno emprego, da propensão marginal a consumir e a poupar, o seu mecanismo de equilíbrio entre os agregados do sistema econômico, afinal os seus instrumentos de análise e planejamento se destinaram à correção dos ciclos e depressões. Embora o Brasil se inclua entre os países de "economia reflexa", como diria o Prof. Gudín, influenciável pelas crises de mercado que atinjam os países de grande manufatura, os seus problemas econômicos, na presente etapa, são de outra natureza; as análises e o planejamento que aqui se solicita devem visar, essencialmente, à aceleração dos ritmos do desenvolvimento econômico geral.

Esses vícios "universalistas" quanto à estrutura e conteúdo da teoria florescem em certos instrumentos de análise econômica ultimamente adotados com muita sofreguidão. Veja-se um exemplo expressivo: a técnica dos "modelos" dinâmicos, jôgo de equações destinadas a descrever o movimento equilibrado de um sistema econômico e suas variáveis, como um todo. Os modelos ainda constituem, no Brasil, uma divagação recente no meio dos economistas, mas já se pleiteia que venham a assumir maior importância como método de análise e de política econômica. Segundo nos informa Dias Leite, o atual Conselho de Desenvolvimento, órgão de assessoramento da Presidência da República, correu suas análises da economia brasileira e seus imensos programas de investimento a partir de modelos macro e microdinâmicos, com alta dose de abstração matemática. (3)

Não nos preocupa discutir o caráter científico dos modelos dinâmicos, sempre de digestão trabalhosa. Basta recordar que o modelo, seja o de Keynes, de Harrod, Domar, Kalecki ou os menos propagados, é sempre um instrumento de política econômica anti-cíclica, essencialmente construído (insistimos) para proporcionar equilíbrio nos centros de origem das crises capitalistas, e desligado da vida real dos países subdesenvolvidos. Isto parece-nos pacífico: os figurinos teóricos do keynesismo (os economistas nacionais estão ardorosamente vinculados à escola de Keynes) e dos neoliberais, em que pese a sua sabedoria científica, escorregam no apreciar e definir os problemas nacionais do desenvolvimento econômico, de melhoria dos níveis da renda, dos investimentos e do consumo, se estes problemas não entram como a alma das cousas a estudar, e permanecem apenas nos seus estudos exteriores. No final, ante o seu desvio no caminho abstracionista, tais análises se tornam artificiais e habitualmente falsas para serem adotadas como argumento de política econômica dos governos e investidores privados.

Não nos suponham inimigos da teoria e da abstração. A análise econômica em países como o Brasil, evidentemente, não requer *menos* teoria, e sim uma teoria *melhor*, formulada com raízes nas condições materiais com

(3) Vide Contribuição ao Relatório do Conselho de Desenvolvimento para 1956, O.A. Dias Leite, Rio 1957.

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

que se apresenta o seu processo econômico. Embora se subestime a investigação empírica, no grau atual de conhecimento da economia brasileira ela é essencial e positivamente serve mais aos interesses nacionais, à solução dos nossos problemas, mesmo à fixação de uma política econômica governamental ou de grupos privados, do que a ciência abstracionista onde, para falar sinceramente, existe mais arte e entretenimento e menos ciência.

Outros processos de análise dos "científicos", e que tem levado a essa perda de contacto com a realidade objetiva, agora muito difundido, é o que se baseia no uso a um só tempo imoderado e capcioso da estatística. Está havendo evidente exagero no tratamento abstrato-matemático dos problemas econômicos do Brasil, tanto mais inócuo se temos em conta a precariedade das estatísticas que dão material especulativo às análises. É preciso não esquecer que atravessamos uma fase preliminar de montagem dos serviços de levantamentos estatísticos, que por isso mesmo apresentam pouca penetração e substância diante dos problemas. Observa-se, a todo instante, o seguinte fato: visando construir um fundo básico "científico" ao seu raciocínio, e chegar a certas análises mais arrojadas, o economista aplica subterfúgios, combinações fecundas para fazer "falar" os dados brutos numéricos, às vezes insuficientes porque obtidos com uma finalidade diversa. Improvisa-se, então, através dos cálculos e modelos econométricos, diagnósticos econômicos quase sempre artificiais, e que mais se apartam da realidade à medida em que essa técnica de manipulações estatísticas se torna complexa.

Não somos contrários, certamente, ao emprego da estatística como instrumento de análises econômicas, de observação *em massa* dos fenômenos, de seu dimensionamento e comparabilidade. Condenamos, isso sim, é a tentativa de extrair dos fatos estatísticos (quando não dos algarismos conscientemente mistificados), cuja manifestação é somente exterior, explicações sobre a natureza dos fatos econômicos e sociais. Condenamos é dar-se à estatística uma função de ciência (quando ela é apenas um método científico), fazendo-se à sua custa diagnósticos de processos econômicos, vale dizer, explicando-se a causa inicial e profunda dos fatos objetivos, à base de simples abstrações estatístico-matemáticas, muitas vezes com vistas à elaboração de tarefas administrativas e às linhas de uma política econômica nacional ou regional.

2. A Deformação da Realidade Econômica

Dê-se raciocínio de universalismo na doutrina econômica, (4) e do uso imoderado da abstração "científica" de tipo keynesiana (chamemos

(4) Escrevia, certa ocasião, o Sr. Raul Prebisch, então Diretor executivo da Comissão Econômica para a América Latina (ONU), e um dos líderes do movimento doutrinário capitalino: «A nossa posição é diversa. Recusamo-nos a ver o sentido de universalidade que freqüentemente se pretende atribuir às teorias formuladas nos grandes centros mundiais. No melhor dos casos, refletem tão somente uma parte da realidade econômica — a dessas grandes centros — e não

MAI — JUN 1958

SOBRE OS PROBLEMAS

indu-keynesiana, pela sua tentativa apressada de reter características nacionais) resulta em que certas análises surgidas para explicar o processo econômico no Brasil quanto à sua estrutura e movimentos, e para corrigir seus erros e desequilíbrios, trazem profundas deformações da realidade, ou procuram negá-la.

Note-se, de saída, que deformar a compreensão dos nossos problemas não é patrimônio dos economistas indu-keynesianos. Toda a ciência econômica tem profunda base partidária (no sentido social), repousa sobre interesses de classe social e de nacionalidades. As próprias análises econômicas chamadas não-científicas, em especial as que apenas debatem fatos econômicos, guardam o mesmo sentido. Fazer interpretações econômicas em verdade corresponde a um jogo de interesses, de disputa ou defesa de posições no mundo econômico.

Há análises que, embora aparentando pisar firme na realidade objetiva, mais sencerimoniosamente caem no esforço de exprimir com deformação os problemas nacionais. O Relatório da Comissão Mista Brasil Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico (5), p. ex., ao estudar os fatores limitativos do nosso desenvolvimento econômico, volta a falar na geografia e no clima, responsabilizando inclusive as montanhas e a direção errada em que fluem os maiores rios do centro do país. O sentido da afirmativa deve ser o mesmo que levou Stanley Jevons a atribuir às manchas solares as origens das crises cíclicas da economia dos Estados Unidos.

Esse tipo de análise, no entanto, passou a oferecer pouca receptividade. Restam as "científicas" (do tipo indu-keynesiano), as que deturpam a realidade, ou a escondem, debaixo do manto de universalismo e da doutrinação ultramarina transplantada intacta ao Brasil, sem quebra de seu conteúdo anticíclico ou que, no melhor dos casos, reflete um estágio de capitalismo amadurecido diverso e mesmo oposto ao que atravessamos.

As análises macroeconômicas, com aplicação do método de estudo das categorias fundamentais, que têm nos grupos ligados à CEPAL os

a dos países que estão na periferia da economia mundial. Os estudos da Secretaria da CEPAL se propõem contribuir para a elucidação teórica dos fenômenos da periferia, não somente com fins científicos, mas também para que se chegue a formular princípios de ação prática. À medida que avançamos nesta tarefa, será necessário ir integrando esta interpretação teórica dos fenômenos periféricos no corpo daquelas teorias formuladas nos grandes centros. Naturalmente, este esforço de interpretação teórica requererá mais de uma modificação de algumas das teorias vigentes e mesmo a rejeição de certas dentre elas. Mas este fato não poderia escandalizar o Dr. Gudin num campo como o da teoria econômica, que ainda se encontra em incipiente elaboração. Sinto-me inclinado a pensar, por outro lado, que a investigação sistemática dos fenômenos da periferia poderia contribuir vantajosamente a introduzir elementos dinâmicos nas teorias vigentes, sem os quais seguiriam elas um tanto afastadas da realidade. Debate com o Prof. Eugênio Gudin, «A mística do equilíbrio espontâneo na economia», publ. no «Diário de Notícias», Rio, 8-11-1953.

(5) RELATÓRIO GERAL, Vol. I.

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

seus principais veiculadores, (6) refletem muito de perto esse rompimento com a realidade, esse divórcio entre os instrumentos teóricos (de origem keynesiana) e a justa compreensão dos fatos. Inspiradas essencialmente nas situações estatísticas da renda nacional e de outros agregados, da economia nacional vista como sistema, e admitindo (sem o querer?) a filosofia de que a sociedade se desenvolve uniformemente, as análises globais não passam, afinal, de mera descrição formal exterior. Atrás das cifras este-reotipadas, das fórmulas matemáticas sem matéria, escondem-se, não estudados, os fenômenos humanos, os contrastes da sociedade dividida em classes e camadas, a diversidade de problemas e necessidades regionais. Na realidade o desenvolvimento econômico é um processo desigual, no sentido geográfico (zonas, regiões, etc.) e no social (classes sociais), e isso nega frontalmente a lógica da análise econômica pela utilização dos números "macros", com o abandono dos contrastes, já que as estatísticas globais ocultam as situações extremas e mesmo as situações específicas. No agregado renda, p. ex., os salários e lucros não devem ser enxergados apenas como dois de seus elementos constitutivos, mas sobretudo como duas formas antagonicas de renda (7). Assim, não há como desmentir o caráter reacionário desse método de análise econômica, a deturpação que oferece à caracterização dos interesses e necessidades das áreas geográficas mais pobres (Nordeste e Amazônia, p. ex.) e das camadas sociais oprimidas.

Há outro aspecto a considerar. Como os cálculos de renda nacional e de investimentos, no Brasil, são ainda demasiadamente precários, defeituosos e imaturos (por isso mesmo sujeitos a correções periódicas), a interpretação macroeconômica do processo de desenvolvimento, e o raciocínio subsequente, terminam por apresentar-se totalmente artificiais. Quem quer que se detenha nas origens e métodos das estimativas construídas pela Equipe da Renda Nacional (F.G.V.), que aparecem como oficiais, verá que resultaram de improvisações às vezes grosseiras no domínio da estatística, como, p. ex., nas estimativas dos investimentos privados em construções. O uso dos agregados do sistema (renda, dispêndio, poupança, inversões, consumo) e sua análise orgânica, por isso mesmo, quando muito podem proporcionar a compreensão de um mecanismo teórico de desenvolvimento econômico, sem correspondência com a realidade objetiva no Brasil.

(6) Pertencem à mesma escola vários dos economistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Conselho Nacional de Economia, do Instituto Brasileiro de Economia, etc. A técnica macroeconômica de análise, com vistas à programação do desenvolvimento econômico do país, se difunde amplamente, inclusive em cursos de "especialização" profissional, como sucede atualmente na Escola Nacional de Engenharia, onde os programas são colocados em termos tipicamente keynesianos.

(7) Na formação da renda, quanto maior seja a diferença entre o valor gerado pela mão de obra e o salário pago à mesma, maiores os lucros do capital. Isto considerado, chega-se à compreensão do antagonismo que dá a essência às relações de produção capitalista e ao processo de desenvolvimento econômico no Brasil.

MAI - JUN 1958

SOBRE OS PROBLEMAS

O entusiasmo com que se aplica essa técnica de análise agregativa, e, no fundo disso, a natureza partidária (com os indu-keynesianos e os não-clássicos nacionais fazendo apologia do capital estrangeiro) da teoria econômica manipulada para explicar os problemas nacionais, tem conduzido a concepções hoje consagradas, mas errôneas. E' o caso da parcialidade com que se identifica o papel desempenhado pelos fatores externos na expansão das forças produtivas e da riqueza nacionais. Servindo-se do que chamou de "artifício estatístico", o estudo do Grupo Misto BNDE-CEPAL (8) julga haver demonstrado a força da contribuição dos fatores externos no processo de desenvolvimento econômico. Entre 1939 e 1954, a oferta global de bens e serviços aumentou de 237,7 bilhões de cruzeiros (valores constantes de 1952), mas apenas 179,8 bilhões corresponderam ao aumento da produção real; a diferença (57,9 bilhões de cruzeiros) foi ganha através da melhoria na relação dos preços de intercâmbio.

E' preciso repor as coisas no seu lugar exato. Essa melhoria na relação dos preços de intercâmbio, decorrente da alta dos preços do café no mercado externo (período 1950/54), de certo alimentou em grande medida a nossa capacidade para importar, compensando inclusive a diminuição do volume físico das exportações. Se igualmente alimentou as inversões é um fato a comprovar (o estudo do Grupo Misto afirma que sim, sem o provar). E' conveniente não esquecermos de que os efeitos da melhoria nas relações de troca nem sempre se traduzem como recursos de inversão para desenvolvimento econômico. Um estudo do Secretariado das Nações Unidas, fonte no caso insuspeita, chega a declarar a probabilidade de que, "quando as relações de troca apresentam uma melhoria, essa beneficia principalmente as companhias estrangeiras que operam dentro do país subdesenvolvido" (9).

Mas o Grupo Misto poderia ter registrado, abandonando o seu "artifício estatístico" e enfrentando objetivamente os números que constrói sobre a evolução agregativa da renda, da produção e da oferta interna de bens e serviços, o seguinte fenômeno: enquanto a produção real, no período 1939/54, atingiu ao montante de 4.426,1 bilhões de cruzeiros, a renda territorial somou apenas 4.289,9 bilhões; essa diferença, de 136,2 bilhões de cruzeiros, representaria o desfalque trazido pelo efeito das relações de intercâmbio.

Na realidade, os cálculos utilizados quanto à mudança nas relações de troca não merecem absoluta fé. Quando muito, refletem tendências no poder aquisitivo do café. Vale à pena recordar que os nossos principais produtos de exportação, à exceção do café, como o algodão, cacau, madeiras, arroz, fumo, oleaginosas e ceras, precisamente nos anos em que

(8) ESBÓÇO DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA (período 1955-62), Rio, 1955 (Segunda Redação), págs. 5/6.

(9) Relações de troca post-guerra entre países subdesenvolvidos e países industrializados, em Rev. Brasileira de Economia, setembro, 1949.

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

teóricamente mais melhorou a relação nos preços de intercâmbio, apareciam como "gravosos", dificilmente encontrando escoamento no mercado externo (às vezes mediante subsídios governamentais).

Além disso, é meio suspeito alardear-se isoladamente a melhoria do poder aquisitivo das exportações brasileiras, em um quinquênio, esquecendo-nos da constante histórica que acompanha o fenômeno, qual seja a de vivermos secularmente a exportar mercadorias a preços que se deterioram diante das importações de manufaturas. O estudo das Nações Unidas, atrás referido, acerca das relações de troca entre países subdesenvolvidos e industrializados, abrangendo o período 1876/1947 (71 anos), revelou uma tendência gradual de queda nos preços dos produtos primários, relativamente às manufaturas, no mercado mundial. "Em média, uma certa quantidade de produtos primários exportados pagava, ao final desse período, apenas 60% da quantidade de artigos manufaturados que a mesma quantidade antes adquiria" (10).

Outras análises refletem a mesma injustificada simpatia pelos fatores externos. As vezes a análise escorrega para posições de todo indefensáveis, e nesse sentido vale à pena recordar o exagero: o raciocínio de que a propensão a consumir, no Brasil, sempre acompanhou o fluxo dos investimentos estrangeiros.

O BNDE pisa um terreno de certa forma semelhante, na defesa desse tipo de fator externo. Procurando oferecer um compreensão quanto à natureza dos problemas do desenvolvimento econômico, e daí extrair as bases da política de desenvolvimento mais adequada ao Brasil, monta e desenvolve o BNDE (11) (e nas suas águas os mais autorizados adeptos da escola indu-keynesiana) o seguinte esquema de raciocínio:

a) o desenvolvimento econômico se identifica com o processo de acumulação de capital;

b) a disponibilidade de poupanças para investimentos, no Brasil, dada à baixa renda produzida e à forte propensão a consumir (tendem a adotar os hábitos de consumo das economias evoluídas), é insuficiente para manter os ritmos de inversão e de desenvolvimento julgados ideais;

c) não foi devido a um esforço de poupança que a renda *per capita* pôde crescer a uma taxa anual de 3%, entre 1938 e 1955, e sim à conjugação de fatores outros, particularmente a melhoria nos termos de intercâmbio e na capacidade para importar; tais fatores, no entanto, atualmente deixaram de existir;

d) como superar essa deficiência na formação espontânea da poupança do país? Como obter a taxa de inversões de 21,2% anuais, a única

(10) Est. cit., pg. 17.

(11) EXPOSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO, relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico relativo a 1955, págs. 13/23. As críticas à formulação teórica do BNDE não importam em negar o destacado papel que esse órgão vem tendo no desenvolvimento econômico do país, matéria de que é objeto o capítulo IV.

ÍNDICE AGREGATIVOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

(Valores constantes de 1952)

Anos	Despêndio	Renda territorial	Produção	Investimentos	Consumo
1939	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1940	101,8	100,7	100,1	99,5	102,1
1941	107,8	109,1	104,9	106,1	108,0
1942	101,8	105,5	101,6	86,3	104,1
1943	103,8	107,0	104,4	89,4	105,9
1944	111,9	114,9	109,6	106,6	112,7
1945	119,9	123,8	117,1	89,4	124,2
1946	134,1	132,7	128,6	129,9	137,4
1947	156,6	152,1	138,9	172,2	154,3
1948	159,5	157,9	146,8	155,5	160,1
1949	167,1	164,3	150,8	205,2	161,5
1950	183,4	184,2	161,9	227,7	176,9
1951	202,1	194,2	173,0	263,8	193,0
1952	214,2	201,7	180,2	286,9	203,1
1953	212,3	212,0	187,7	254,1	206,1
1954	232,3	232,6	201,2	259,9	228,2

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

em condições de sustentar um crescimento econômico no ritmo de 3% ao ano? O caminho para a eliminação desse ponto de estrangulamento, conclui o BNDE, está em conseguir o acréscimo do influxo do capital estrangeiro. "A entrada de capitais, é conveniente notar, tem efeito bivalente, pois age concomitantemente no sentido do aumento dos recursos para investimentos e sobre a capacidade para importar". (12)

3. A Tese do Crescimento Econômico Excessivo

Segundo o raciocínio predominante entre os economistas indu-keynesianos, o desenvolvimento econômico do Brasil se caracteriza como "excepcionalmente intenso" (13), em particular no último decênio. Um crescimento econômico e de transformação estrutural que se faz com "impressionante rapidez", dirá outra análise (14). O quadro nos apresenta índices dos principais agregados nacionais, construídos para quantificar, à maneira keynesiana, o processo de desenvolvimento econômico em 15 anos (1939/54) (15).

Observa-se, realmente, dos índices básicos utilizados, uma forte expansão da riqueza gerada e dispendida. O incremento da renda se fez à razão de 8,8% ao ano (idêntico ao do dispêndio), e de 6,7% ao ano o da produção real de bens e serviços, taxas médias evidentemente altas. Quanto aos investimentos, agregado com que se procura traduzir o esforço nacional de acumulação da capacidade produtiva, sua evolução foi extremamente acentuada, dentro da média de 10% anuais. Válidos os índices agregativos, teríamos de admitir que a maior velocidade do incremento das inversões, sobre o da produção real, correspondeu a uma queda produtiva de fator capital, dentro da série histórica examinada. Discutiremos o assunto, em matéria adiante.

Uma técnica frequentemente empregada para quantificar os ritmos de desenvolvimento, inclusive para comparações entre países diversos, está em medir as variações dos agregados em termos *per capita*. Teríamos, desse modo (quadro), um crescimento da renda real *per-capita* da ordem de 4,2% ao ano; em valores absolutos, a evolução seria de 4,4 mil Cr\$/habitante para 7,3 mil, entre 1939 e 1954 (valores constantes de 1952). Isso é frequentemente utilizado para apagar-se uma forte melhoria dos padrões de vida no Brasil.

(12) EXPOSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO, cit. pág. 20.

(13) ESBOÇO DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL, introdução a um estudo apresentado à Conferência da CEPAL, em Bogotá. Publ. em ECONOMIA BRASILEIRA, julho-setembro de 1955, págs. 155/163.

(14) Alexandre Kafka, A ESTRUTURA ECONÔMICA BRASILEIRA, conferência na 1ª Jornada Universitária Rio Grandense de Economia e Finanças, Porto Alegre, 1955 (mimeografada).

(15) Construído com elementos de estudo do Grupo Misto CEPAL-BNDE, citado anteriormente.

ÍNDICE "PER CAPITA" DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Anos	Dispêndio	Investimentos	Consumo
1939	100,0	100,0	100,0
1940	99,8	97,5	100,1
1941	103,5	101,6	103,5
1942	95,3	97,5	80,8
1943	94,9	81,7	96,8
1944	99,9	95,2	100,7
1945	104,4	78,0	108,4
1946	114,2	110,7	114,8
1947	130,3	143,5	128,4
1948	129,7	126,5	130,2
1949	132,7	162,9	128,2
1950	142,6	176,6	137,2
1951	153,1	199,8	146,2
1952	158,4	213,9	150,3
1953	153,4	183,7	176,1
1954	163,6	182,9	168,8

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

Impõe-se opinar, desde logo, que essa técnica nem de longe reflete um fenômeno de riqueza social média produzida, correspondendo afinal a mera figura estatística (16). Como é possível esquecer o caráter antagônico dos salários e lucros que compõem o agregado "renda"? Como é possível encontrar alguma coisa em comum entre a renda, digamos, da Standard Oil e da Brazilian Traction, de um lado, e a dos operários e camponeses, de outro?

Na renda *per capita* produzida não se refletem as profundas diferenças observadas na distribuição da riqueza, fenômeno que, esse sim, caracteriza decisivamente o padrão de vida de uma sociedade. Por outro lado, não há comparabilidade satisfatória entre os valores agregativos *per capita* de países que vivem sob "circunstâncias" materiais e sociais diversas. O próprio nível de vida social depende muito de fatores como o clima, que impõe exigências adicionais de habitação, vestuário ou alimentação.

É muito apregoadado o ritmo acentuado de desenvolvimento da renda real *per capita* no período 1945/54, quando se obteve "uma taxa mais de duas vezes mais alta do que aquela que a longo prazo caracteriza o desenvolvimento dos países altamente industrializados". Se mantida, no próximo decênio, essa taxa elevada, — exclamam os analistas cepalianos — o padrão médio de vida da população do Brasil quase que duplicaria.

Tem sido a partir do conceito de que ocorre, no Brasil, um desenvolvimento econômico excessivo, particularmente industrial, e da necessidade de limitá-lo, que se chega à formulação de programas antiindustriais, como foi o caso da Instrução 70, da SUMOC. O Conselho Nacional de Economia, em seu relatório de 1954, pregava uma redução na taxa de investimentos, que lhe parecia causadora do surto inflacionário.

(16) Em várias oportunidades, realizando análises econômicas regionais, sobretudo para chegar ao dimensionamento das demandas de energia elétrica, experimentamos essa técnica de medição dos padrões de riqueza social. No entanto, na hora de testar as conclusões oriundas desse método de raciocínio teórico, revelaram-se erros clamorosos. De certa feita, estudando os municípios da Baía de São Francisco (para a CHESF), começamos por supor que o de Neópolis, em Sergipe, dada a sua renda *per capita* elevada, incluía-se entre os mais desenvolvidos da Região. O teste revelou o inverso: os baixíssimos níveis de desenvolvimento material de Neópolis eram desfigurados pela presença de uma fábrica têxtil de dimensões médias (1.400 operários).

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA DA TERRA NO BRASIL

Carlos Marighella

O fundamento geral da questão agrária no Brasil reside em que o monopólio da terra é a causa do nosso atraso. Abalado ou eliminado esse monopólio, as forças produtivas darão um salto para a frente.

A comp ensão teórica do problema exige, porém, o estudo de vários de seus aspectos, entre os quais têm um grande realce os que se referem à renda da terra no Brasil.

Teoricamente, a renda pré-capitalista pressupõe a existência de duas classes: a dos proprietários de terra e a dos pequenos produtores individuais, possuidores de meios de produção e dispostos de alguma independência econômica. A renda capitalista pressupõe a existência de três classes: a dos proprietários de terra, a dos locatários capitalistas que exploram o trabalho assalariado e a dos assalariados que trabalham para estes capitalistas e não dispõem de meios de produção.

As relações agrárias em nosso país envolvem umas e outras classes pressupostas pelos dois tipos de renda — a pré-capitalista e a capitalista. O estudo da renda territorial contribuirá para assinalar o sentido do desenvolvimento de nossa economia agrária e definir que classes sociais e

CARLOS MARIGHIELLA

ES NUM. 1

aspectos de renda predominam no campo. Possibilitará também distinguir o sentido histórico em que marcham estas classes, o grau de diferenciação da massa camponesa e os elementos mais gerais para a solução da questão agrária.

É indispensável para isto o exame das relações econômico-sociais, sob o ponto de vista da análise da renda da terra, através de cada uma das nossas principais culturas.

I

A Renda da Terra na Cultura do Café

O tipo econômico de exploração agrícola característico da cultura cafeeira é a fazenda do café. Como entidade econômica, a fazenda de café nos apresenta dois tipos básicos da população rural do país: de um lado o fazendeiro de café, de outro o colono. São 2 tipos antagônicos, que se debatem por entre contradições inconciliáveis, reflexo do predomínio absoluto da propriedade privada dos meios de produção na economia agrária.

Uma das fontes de riqueza do fazendeiro de café reside na apropriação do trabalho suplementar do colono.

Segundo Marx, a renda trabalho, a renda da terra em sua forma mais simples, é produzida "quando o produtor direto trabalha parte da semana num terreno que lhe pertence de fato, com instrumentos que lhe pertencem de fato ou de direito (arado, gado, etc.) e emprega os outros dias da semana em trabalhar no terreno do latifundiário" (*O Capital*, livro III — cap. 47. II).

No nosso caso, a renda trabalho produzida pelo colono apresenta-se com as modificações resultantes da época histórica que vivemos, mas isso em nada lhe modifica o caráter. O colono trabalha exclusivamente na terra do senhor. O colono não tem nenhuma terra. Ele apenas consegue trabalhar para si na terra do fazendeiro, assim mesmo quando lhe é concedido o direito de plantar no vão. Algumas vezes lhe é permitido plantar fora, mas ainda aqui nas terras do senhor. Nesse sentido, as vantagens históricas da derrocada do feudalismo não lhe serviam ao menos para gozar do mesmo privilégio do servo que entregava seu super-trabalho ao senhor feudal, consolando-se em trabalhar no pequeno pedaço de chão de cuja propriedade se orgulhava.

A separação entre o trabalho suplementar do colono e o trabalho necessário hoje só é nítida e só se distingue bem, quando em determinados dias do ano tem que prestar serviços gratuitos ao fazendeiro de café (corvéia), consertando estradas e cercas, limpando pastos, extinguindo incêndios. No resto, já não se distingue tanto, da mesma maneira como vai se distinguindo menos nos outros tipos da renda pré-capitalista.

18

MAI -- JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

Mas não é somente da renda trabalho que se apropria o fazendeiro quando explora o colono de café. O fazendeiro exige que o colono lhe venda em primeiro lugar os cereais que plantou. Plantando para si mesmo, o colono, colocado aparentemente na posição de produtor independente, além do produto necessário se apropria, ele mesmo, do produto suplementar, isto é, do excedente do trabalho necessário à sua manutenção. Pois bem, o produto suplementar do colono (resultante do plantio feito por sua conta) é obrigatoriamente vendido ao fazendeiro que lhe retribui com um preço abaixo do valor do produto suplementar. Nesse caso, o colono entra com uma parte do produto que plantou, o fazendeiro se apropria da renda produto. É um novo pagamento em espécie que lhe faz o colono, na prática.

A concessão do fazendeiro de café que faculta ao colono plantar na terra da fazenda, tanto quanto a proibição de caçar, pescar, tirar lenha em suas matas, é uma das mais importantes características dos restos feudais nos dias de hoje. O colono que recebeu qualquer parcela de terreno do fazendeiro para plantar está na completa dependência do senhor, tal como acontecia no tempo do feudalismo. Amarrado à miragem desse pedaço de terra, o colono presta serviços gratuitos ao fazendeiro quando limpa os cereais que plantou (pqis aqui também limpa indiretamente o cafezal sem nenhuma retribuição), aduba o terreno gratuitamente com o feijão das águas e sujeita-se à interminável exploração do fazendeiro, permanecendo na fazenda, a trôco desse precário direito de plantar, que é mais uma condição da miserável servidão que o aniquila.

Por último, o colono contribui com renda dinheiro para o fazendeiro, sempre que lhe paga os carros de cereais ou de lenha, as mudanças, etc. Outra forma de renda dinheiro é o pagamento de multas. Não tendo o colono outra fonte de dinheiro e só podendo obter dinheiro do trabalho que realiza na fazenda ou dos produtos que planta, sempre que paga dinheiro ao fazendeiro, é como se estivesse trabalhando de graça para ele ou lhe entregando o produto em espécie do seu trabalho. Como vemos, o fazendeiro mantém acorrentado o colono, explorando-o em todos os tipos de renda pré-capitalista. Para que tão odiosas relações não sejam quebradas, o fazendeiro fá-las estipular num leonino contrato escrito, que é o que pode haver de mais monstruoso como atestado das sobrevivências feudais e semi-feudais.

Mas a fazenda de café não se circunscreve às limitações insuportáveis do feudalismo. Ela é, também, um empreendimento capitalista no campo. Isto se traduz no fato do colono ser também um assalariado. Não é somente com a renda pré-capitalista arrancada ao colono que o fazendeiro se satisfaz. O colono deverá receber um determinado salário em cruzeiros por determinado número de pés de café que tratar anualmente. E não é só. Receberá salário também por determinados serviços, isto é, pela colheita do café em côco, pelo café derricado no chão, etc. Seu salário

19

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

será a *mesada*, que recebe de 30 em 30 dias geralmente, quando não atrasam os pagamentos.

O regime do salariato nas fazendas de café é extensivo aos *volantes*, isto é, aos *camavadas e peões*, e aos *retiveiros, carroceiros*, etc.

A fazenda de café constitui, assim, um empreendimento de tipo todo particular no campo. De um lado encontra apoio econômico na renda pré-capitalista, de outro lado explora o braço assalariado. Mas a sua principal característica está em que não separa uma coisa da outra. Quando se trata do colono, é tão estreita a relação entre a escravidão do salariato e a da renda trabalho que basta um único contrato para torná-las inseparáveis. É evidente que são formas de exploração separadas historicamente, mas num país oprimido e dominado pelo imperialismo, onde o monopólio da terra é lei geral, tornou-se possível sua junção no tempo.

É necessário também destacar que a fazenda de café não é um empreendimento industrial do campo, como é por exemplo a usina de açúcar. O capital empregado na fazenda de café tem a finalidade de desenvolver a cultura do café. Todo o empreendimento industrial para beneficiar o café não tem valor e a importância que se apresentam quando a matéria prima é transformada, tal como acontece com a cana e o algodão. A importância das máquinas de beneficiar café é muito menor, desde que o produto é vendido em grão para o mercado externo.

No caso já referido da cana e do algodão é possível tirar lucros com a indústria correlata organizada, num caso para transformar a cana em açúcar e álcool, no outro para descaroçar o algodão e obter os subprodutos.

Aliás quando se trata da usina de açúcar, a indústria é o único meio de apurar os imensos lucros da lavoura.

Tratando-se da fazenda de café, entretanto, ela por si só basta para reunir todos os benefícios da lavoura nas mãos de um só potentado — o fazendeiro de café. O fazendeiro de café (nisto — e somente nisto — ele é diferente do usineiro) consegue com o emprégo do capital, sem a utilização de máquinas para transformar o produto, amearhar uma fortuna fabulosa arrancada ao suor do colono.

Ainda quando empregue máquinas para melhorar o cultivo (e não para transformar o produto), o fazendeiro de café é também um capitalista que emprega seu capital na terra, aluga o braço do trabalhador e ainda lhe suga, como latifundiário, a renda trabalho, para não falar em toda a renda pré-capitalista. O fazendeiro de café é dono de sua terra, que ele mesmo explora, sem jamais entregá-la a um locatário capitalista, salvo certas circunstâncias. A *ma's-valia* do assalariado é absorvida por ele diretamente. Tratando-se da renda pré-capitalista, na fazenda de café, deveríamos estar em presença de duas classes: a do fazendeiro de café (proprietário da terra) e a do pequeno produtor com seus meios de produção e quase independente economicamente. Entretanto, o colono via de regra

20

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

não dispõe dos meios de produção nem é livre economicamente. É em parte ligado à terra (principal meio de produção), planta em ruas puladas o seu cereal, ao mesmo tempo que aluga a sua força de trabalho, cede a sua *ma's-valia*.

Se houvesse um locatário capitalista entre o fazendeiro de café (dono da terra) e o colono ou o camarada, o peão ou qualquer assalariado da fazenda, estaríamos diante do caso da renda diferencial (renda capitalista) e o fazendeiro receberia renda absoluta.

Mas esse locatário capitalista regra geral não existe nas fazendas de café. O fazendeiro é ao mesmo tempo latifundiário e capitalista. Como latifundiário de se apropria da renda trabalho e de toda a renda pré-capitalista. Como latifundiário, sem nenhum intermediário capitalista, ele se apropria de toda a renda da terra, inclusive da renda que deveria ser absorvida pelo capitalista intermediário se houvesse. Como é ele próprio o capitalista, o que investe o capital na terra, paga salário, etc., a renda resultante do trabalho do assalariado, bem como o lucro médio, isto é, a quota de lucro médio, tudo ficará para ele. Isto quer dizer que um fazendeiro de café como latifundiário e capitalista se apropria como único senhor de toda a renda da terra, da renda capitalista desde a absoluta à diferencial, da renda pré-capitalista e de todo o lucro do capital.

Em sua Economia Política, Leontiev, citando Lenin, diz que :

"A teoria da renda pressupõe que toda a população agrícola tenha sido dividida completamente em latifundiários, capitalistas e trabalhadores assalariados. Este é o ideal do capitalismo, mas não significa a realidade".

E Leontiev acrescenta em seguida, com palavras suas :

"Na realidade as coisas são muito mais complicadas. Não obstante, a teoria da renda mantém toda a sua força, mesmo nas mais complicadas circunstâncias. Acontece frequentemente na sociedade capitalista que o latifundiário não arrenda a sua terra a outrem mas aluga ele mesmo sua terra a trabalhadores assalariados para que nela trabalhem. Ele se torna, então, a um só tempo latifundiário e capitalista. Como proprietário ele recebe a renda e como capitalista o lucro do capital invertido. Neste caso, renda e lucro vão para o mesmo bolso". — (Leontiev, *Political Economy* — International Publishers — New York — Cap. VII — p. 150)

Não cabe aqui a objeção de que isto se passa em país capitalista, pois embora o Brasil seja um país sub-desenvolvido, semi-colonial e semi-feudal, já vimos que toda sua história é parte da evolução da economia capitalista mundial e sob esse aspecto não foge às suas leis.

21

CARLOS MARIGHIELLA

ES NUM. 1

Além do mais esse próprio fenômeno, característico das fazendas de café, é mais uma demonstração do caráter semi-colonial e semi-feudal do país. Só num país de fortes revivências feudais seria possível numa só peça a junção de dois elementos tão opostos como o latifundiário e o capitalista, para uma exploração tão brutal como a das fazendas de café. E só em tais condições seria possível, ao lado de tal fenômeno, processar-se outro, em sentido inverso, mas igualmente curioso, o do colono explorado, que reúne a um só tempo no mesmo elemento o homem "liberto" dos meios de produção, o assalariado, e o homem jungido às formas de exploração feudais e semi-feudais, produzindo renda trabalho, percorrendo toda a gama da renda pré-capitalista, produzindo renda diferencial e absoluta e enchendo o fazendeiro de lucros. Escravo ao mesmo tempo do regime do salarido e do feudalismo, não é proletário e ao mesmo tempo o é, não é um servo e ao mesmo tempo o é. A condição para que se afirme como proletário, ainda quando sujeito a um contrato com o fazendeiro, é que receba o seu salário em dinheiro. Isto, porém, nem sempre acontece. Dado que a produção de café é mais destinada ao comércio exterior e a servir aos interesses do imperialismo e dos grandes fazendeiros, pouco contribui para o desenvolvimento do meio circulante no campo. O fazendeiro prefere fazer correr o seu dinheiro nos centros urbanos. Para o colono reserva o vale, um pedaço de papel, o "bororó", o "cascudo", complemento da instituição do armazém ou do barracão, remanescente do feudalismo, que aniquila de vez o caráter "livre" da força de trabalho do colono.

O colono situa-se assim na condição de um semi-proletário.

Uma tal situação, influndo em prejuízo do nosso desenvolvimento geral e contribuindo para entrar as forças produtivas, vem mostrar com clareza a força da renda pré-capitalista em todas as nossas relações agrárias.

Mas seria falso não acentuar que no estágio de desenvolvimento em que nos encontramos, a renda capitalista, seja a absoluta, seja a diferencial, constitui já parte sensível na exploração no campo.

É evidente, como já vimos para o caso das fazendas de café, que a renda capitalista não corresponde à coexistência de latifundiários, locatários capitalistas e assalariados agrícolas como classes independentes. Nesse caso, aqui, a renda capitalista constitui um reforço da classe dos latifundiários e da fabulosa fortuna que acumularam.

O fazendeiro de café, por exemplo, acumula todas as formas de renda pré-capitalista e mais a renda capitalista absorvida para si, amealhando uma riqueza individual considerável (gasta nos grandes centros urbanos), geralmente não concorrendo para qualquer passo adiante na economia agrária ou para a elevação total da fazenda à categoria de um empreendimento capitalista do campo, restringindo a circulação de mercadorias e o incremento do valor de uso e de troca, impondo às forças produtivas entraves feudais insuportáveis.

22

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

A renda capitalista todavia significa penetração do capitalismo no campo.

Isso quer dizer que apesar de tudo o que resta de feudal na fazenda de café e de todo o fator de atraso que isso ainda representa, ela constitui também uma penetração capitalista no campo.

Para onde evoluirá? Esta é uma questão importante se quisermos analisar o sentido do desenvolvimento de nossa economia agrária e buscar as leis por onde nos deveremos reger para apressar e aprofundar a solução da questão agrária.

Sob a pressão da luta de classes no campo, os fazendeiros não ocultam sua inquietação diante do aguçamento das contradições entre as atuais relações de produção e as forças produtivas.

Os colonos lutam cada vez mais, intensificando a resistência à terrível exploração dos fazendeiros.

As lutas dos colonos têm se travado em torno das reivindicações específicas do proletariado, dada sua situação de semi-proletários. Isto quer dizer que estando sujeitos a formas de exploração semi-feudais e capitalistas, os colonos vêem exigindo as reivindicações que decorrem de sua exploração como assalariados. As greves que têm desencadeado reivindicam aumento nas colheitas, aumento nos contratos, na carpa, na derriça, pagamento de férias, de salários atrasados e assim por diante. Nesta luta são acompanhados por todos os outros assalariados das fazendas de café.

Quando a resistência dos colonos se manifesta através das greves, torna-se visível pela recusa a aceitar os onerosos contratos dos fazendeiros. Os colonos abandonam as fazendas e procuram novas regiões, novas zonas onde empregar a sua força de trabalho. Nisso são tentados pela concorrência do salário industrial nas cidades, mais elevado que os salários no campo. As cidades constituem em si um grande foco de atração. E onde surgem terras mais férteis há sempre a possibilidade da afluência dos colonos, como dos camponeses em geral, esperançosos num rendimento agrícola maior.

A crescente resistência dos colonos tem provocado diferentes reações nos fazendeiros. O contrato já não tem a mesma solidez que garantiu a fortuna dos velhos fazendeiros das primeiras décadas da República, na fase que precedeu o craque de 29. Torna-se difícil manter essa solidez, por força dos golpes desferidos com as lutas dos colonos e em consequência de novas circunstâncias materiais. Até mesmo manter o sistema de fiscalização do trabalho do colono, tão característico da fiscalização do senhor feudal sobre o servo, encontra obstáculos maiores. E já não surte efeito a ação dos capangas armados, resto da ordem feudal, ou a brutalidade da polícia, fruto da ordem capitalista.

O colono como fenômeno da importação de braços do estrangeiro para a lavoura cafeeira, que da parceria, onde entregava a renda produto

23

CARLOS MARIGHELLA

ES N.º 1

ao fazendeiro, passou para a condição de semi-proletário, empreende sua trajetória para o proletariado rural. Fugindo da renda trabalho, procura o salaríado, ou melhor, nele é atirado, perdendo toda e qualquer ilusão de tornar-se arrendatário, sitiante, produtor direto independente. Até aqui sua sorte não difere daquela dos *volantes*, *cavadas* ou *peões*, senão numa permanência um pouco maior nas terras da fazenda, com os olhos fitos no plantio do vão. Mas ele será cada vez mais erradicado da terra. O monopólio da terra comprimiu-o, esmagou-o. Daqui por diante, o colono lutará cada vez mais pelas reivindicações proletárias.

Os fazendeiros que não se conformam com a perda da renda pré-capitalista, estes lutam por estabelecer um tipo único de contrato para o colono, querem estabilizá-lo na condição de escravo ou de servo, reclamam um código rural drástico, uma espécie de fôima bem apertada de onde o colono não possa sair. Estes são os piores cegos. São os que não querem ver que o colono não poderá ficar sujeito a "leis eternas". Outros acenam com a volta ao regime da meação. Há grandes fazendeiros que diante da recusa do colono às asfixiantes condições dos contratos, entregam seu café à meia, contentando-se com a renda produto, obrigados a renunciar em parte às vantajosas limitações que lhes dá o regime semi-feudal, semi-proletário do colonato.

Mas há também os que tendem para novas formas de exploração através do regime do salaríado. Estes pensam resolver a situação pelo caminho do capitalismo. Sentem o fim do regime semi-feudal do colonato. Inclina-se por isso a substituir a enxada primitiva pela enxada mecânica ou pelas carpideiras. Propõem-se a só contratar assalariados. Daí decorre algo de novo. As condições materiais estão gerando um novo tipo rural. Surge a figura do empreiteiro, trabalhador assalariado para a carpa, a derriça, o trato do café, a abertura de covas, a formação do café. Em alguns lugares já este novo tipo rural é chamado de *empreiteiro anualista*, recebe em dinheiro pelas tarefas que executa, tem assegurado o seu dia de serviço por uma determinada quantia em dinheiro. Muitos colonos passam a esta categoria.

Estamos, assim, em face do *empreiteiro individual*, do assalariado agrícola destinado a substituir o colono, a encerrar o regime misto do salaríado e da renda pré-capitalista, para em seu lugar colocar o salaríado. Nas zonas novas, a figura do *empreiteiro individual* já tem um alcance mais amplo, prenunciando a extensão com que passará a ser utilizado daqui por diante, sem nunca, porém, anular o terrível grau de exploração a que serão sempre submetidos os trabalhadores do campo, enquanto perdurar o monopólio da terra. Por meio de contratos *verbais*, já se empregam empreiteiros individuais, a tróço de míseros salários para derrubar, roçar, covear, ganhando em dinheiro por alqueire (*). A liberdade de que

(*) Sempre que nos referimos a alqueire, trata-se do alqueire paulista, equivalente a 24.200 m².

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

gozam para alugar sua força de trabalho leva-os a se endividarem com os comerciantes para comprar as ferramentas e garantir as primeiras despesas na terra, e é assim que começam, acorrentados ao capital usurário, depois de terem emigrado de outras zonas, sobretudo de Minas.

Tal regime de empreita individual de serviços cria, entretanto, novos perigos para o fazendeiro, perigos que tanto tem procurado evitar. O primeiro deles é a ameaça de estender ao campo a legislação trabalhista, reivindicação que já começa a tomar corpo. Para fugir a este espantoso e assegurar a instabilidade do trabalhador agrícola, o que lhes faculta escapar à legislação, os fazendeiros recorrem a *outro tipo de empreiteiro*, que empreita o trato de tantos mil pés de café ou a carpa do cafezal e, em caso de zonas novas, empreita derrubar e roçar a mata, covear, etc. Para isso contrata o *peão* e lhe paga por dia (livre) ou desconta a comida.

O *empreiteiro de turmas que empreita a derrubada da mata, roçar e covear com turmas de trabalhadores (peões)* nas zonas novas nada tem a ver com o empreiteiro individual. Aquele tipo de empreiteiro, conhecido no norte do Paraná como "gato", pelos passes de mágica que faz para roubar o trabalhador, é um intermediário capitalista do campo, aliado ao latifundiário e ao capital comercial e usurário. Explora turmas de trabalhadores de 10 até 40 homens, a quem paga salários míseros e a quem rouba com o fornecimento de víveres. A figura do empreiteiro das derrubadas das zonas novas é inseparável da figura do *peão*, que é o verdadeiro assalariado individual, nesse caso. O empreiteiro desse tipo suga a mais-valia do *peão*, e é daí que provém o seu lucro, com o que poderá chegar a ser sitiante e até fazendeiro rico. Sem dúvida, é um aventureiro que não deixa de ter contradições com o latifundiário que o contrata, mas na maior parte, poderíamos dizer, na totalidade das vezes é um agente do latifundiário, aliciando o *peão* assalariado para a empreitada estafante de desbravar o terreno, derrubar a mata, preparar as condições para a exploração da futura fazenda. Isto se fará seja pelo trabalho assalariado, através do *semeador*, trabalhador por conta do fazendeiro, que ganha salário para semear em cada cova, ou através do *formador de café individual*, (misto de semeador e formador às vezes) também ganhando salário, e cuja missão é entregar ao fazendeiro o café formado.

O *formador de café (individual)* não passa de uma espécie de colono adaptado às condições das zonas novas, onde depois de derrubado o mato, roçado e coveado é preciso plantar o café.

O formador de café (individual) não é um tipo rural destinado a substituir o colono com o salaríado e não se confunde com qualquer dos 2 tipos de empreiteiros já analisados (o individual ou o de turmas). O formador de café (individual) tem contrato por prazo fixo (4 anos). Ganha em dinheiro de acordo com o contrato, por covas de café, mas sujeito como colono a formas semi-feudais de exploração, sugado em sua renda trabalho, obrigado a consentar estradas e a formar pasto sem nada

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

receber para isto, e com um aparente direito a ter criação e mangueirão, direito que jamais lhe é concedido pelo fazendeiro. Por último, quando o café está formando bem, o fazendeiro tudo faz para jogá-lo fora da terra e o consegue por meio de pirraças ou pela violência, sem aguardar o término do prazo de 4 anos do contrato.

Daí em diante o fazendeiro continuará a explorar o colono ou o empreiteiro individual que venha a substituir o colono no trato e na colheita do café.

O esboço deste quadro é de inestimável valor, porém, para se compreender que a desintegração do regime do colonato e sua passagem ao salariado pela via do empreiteiro não significa a eliminação dos restos feudais e do capital usurário, a liberdade para o trabalhador do campo e o melhoramento de suas condições de vida. Os fazendeiros realizam esforços desmedidos para fazê-lo crer, mas o aumento do êxodo rural, o crescimento da fome e da miséria no campo são um testemunho em contrário.

É evidente que este caminho não leva à emancipação do colono e apenas modifica a forma de exploração, sem levar a uma profunda modificação nas relações de produção, só possível com a quebra do monopólio da terra.

A evolução do colonato para empreiteiro individual ou para o sistema do empreiteiro com turmas de peões a seu serviço exige outras considerações. O empreiteiro individual é mais "livre" que o colono, é um assalariado desligado dos meios de produção. Toda a forma de serviço de empreiteira individual ou da empreiteira por turmas implica no divórcio do assalariado com os meios de produção, a fim de tornar "livre" sua força de trabalho. Em face do contrato, das obrigações de caráter semi-feudal e dos encargos da família que com ele compartilha dos deveres para com a terra e o senhor da fazenda, tem o colono menos liberdade de escolher o patrão do que o volante, o camarada, o peão, o empreiteiro individual mais habituados a pôr o saco nas costas e a alugar sua força de trabalho onde melhor lhes aprouver. Isto constitui sensível diferença entre o primeiro e os segundos e dá a estes últimos uma espantosa mobilidade e uma instabilidade jamais vista.

Tudo isso, porém, se pode facilitar a substituição do colono pelo empreiteiro, não determina e não pode determinar o desaparecimento do velho tipo rural do colono, destinado a coexistir com o empreiteiro enquanto existirem zonas novas onde a fertilidade da terra compensar a ausência dos adubos e dos meios mecânicos e fizer esquecer o rigor dos contratos. Além do mais, o tipo rural do empreiteiro mal começa a desenvolver-se. A maior parte das fazendas de café (88%) continua a ser tocada por colonos e é isso mais uma prova da força dos restos feudais.

Do ponto de vista da análise teórica da renda territorial, o aparecimento do empreiteiro não altera a condição de latifundiário e capitalista do fazendeiro de café. O novo tipo rural do empreiteiro é apenas a mais

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

recente aquisição do latifúndio em aliança com o capitalismo, num país cuja agricultura é ainda um apêndice do imperialismo americano. Explorando o empreiteiro, o fazendeiro continua a absorver todo o lucro e toda a renda da terra, da renda pré-capitalista à renda capitalista. Quando contrata o empreiteiro individual, o fazendeiro, sem intermediário capitalista, se apropria de toda a renda da terra. Quando contrata o empreiteiro por turmas, surge um intermediário capitalista, que logo é afastado, assim termine o serviço empreitado, dispersando-se os peões em busca de novos mercados para a sua força de trabalho. A exploração por parte do fazendeiro continua então sob as mais variadas formas, não importando se é feita com a utilização de colonos ou outros trabalhadores. Em nada disso se modifica a propriedade da terra, o fazendeiro continua sendo o único apropriador de toda a renda.

Isto se dá também em face de outro tipo de empreiteiro, comum nas zonas novas. Trata-se do *empreiteiro formador de café*, que não se confunde com o formador de café individual, assalariado, que tem contrato com o fazendeiro no máximo por 4 anos.

O empreiteiro formador de café difere do formador de café individual, por não ser um assalariado como este, cuja condição, como já vimos, mais se aproxima à do colono. Pelo fato de não ser um assalariado, o empreiteiro formador de café também nada tem de parecido com o empreiteiro individual, de quem difere radicalmente. Entretanto, no que diz respeito ao empreiteiro por turmas, o empreiteiro formador de café tem semelhanças mas apresenta também diferenças radicais. O empreiteiro formador de café tem a seu serviço turmas de peões como o empreiteiro por turmas. Um e outro alugam, portanto, força de trabalho. Um e outro têm que empregar capital. Trata-se de capitalistas do campo. Um e outro têm que manter determinadas relações com o fazendeiro. Aqui começam as diferenças. O empreiteiro por turmas alicia trabalhadores, recebe do fazendeiro uma determinada quantia em dinheiro pela empreitada que assume. Ele é um agente do fazendeiro, explora os peões, arrancá-lhes a mais-valia, tira daí o seu lucro. Empregando o empreiteiro por turmas, o fazendeiro utiliza um intermediário, uma espécie de funcionário seu, que também tem capital, que também explora através do capital comercial e da usura, através do "butéco" e do fornecimento. Isto é uma forma de empregar capital na terra (derrubar o mato, roçar, covear, etc.). O emprégo deste capital, com o empreiteiro como intermediário, reverterá mais tarde em forma de renda diferencial e absoluta, de mistura com a renda pré-capitalista, assim que a fazenda começa a produzir para o seu único e exclusivo proprietário — o fazendeiro.

Com o empreiteiro formador de café é diferente. Ele não é um agente do fazendeiro. Ele é um capitalista que recebe a terra do fazendeiro para derrubar, roçar, covear, semear, formar, o café, tratar o café até às primeiras colheitas. Para isso o empreiteiro formador de café realiza um contrato

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

por 6 anos com o fazendeiro. É evidente que se não tivesse capital não poderia fazer este contrato. Com o capital que possui o empreiteiro formador de café paga os salários dos peões e trabalha a terra. Portanto, quem investe capital na terra é o empreiteiro formador de café, que se comporta como um locatário capitalista, embora sem pagar nenhum aluguel ao fazendeiro durante os 6 anos do contrato. O fazendeiro com isto dispensa o empreiteiro formador de café do aluguel da terra, para que este capital seja diretamente empregado na terra. O fazendeiro não sofre nenhum prejuízo com este sistema, uma vez que depois de 6 anos a terra volta às suas mãos com o café plantado, as colheitas anuais e todas as benfeitorias. Quer dizer, depois de 6 anos sem receber aluguéis, o fazendeiro receberá a terra com os aluguéis e o capital empregado, apropriando-se ainda mais de toda a renda. O empreiteiro formador de café emprega seu capital na terra, contando nos 6 anos de contrato tirar o máximo, isto é, o fruto de 3 colheitas de café (a primeira aos 4 anos, a segunda aos 5 e a terceira aos 6), e a renda e o lucro do trabalho dos peões a quem paga o salário. Todo o interesse do empreiteiro formador de café está na prorrogação dos contratos e luta por isso para que os contratos de 4 anos se estendam a 6. O fazendeiro procura reduzir o tempo de permanência do empreiteiro formador de café na terra, para começar mais cedo a receber a renda e o capital invertido na terra. Procura, assim, reduzir o número de colheitas que o empreiteiro formador de café reivindica como recompensa do capital empregado, e nos atuais contratos, encurtados para 4 anos, suprime automaticamente duas colheitas. Na base das relações entre o dono da terra e o empreiteiro formador de café estão profundas contradições, cujas raízes mergulham no monopólio da terra. O empreiteiro formador de café pode apenas ter como sua a terra num curto espaço de tempo de 6 anos. Depois disso terá que abandoná-la e recomeçará pelo mesmo caminho em novas terras à espera das derrubadas. Raramente o empreiteiro formador de café alcançará a posse com o fruto das primeiras colheitas do café por ele formado. Pior, entretanto, é a situação do peão, o verdadeiro criador de toda a riqueza das zonas novas do café, e cuja força de trabalho é a fonte de toda a renda e lucro do latifundiário. O peão, explorado pelo empreiteiro formador de café, vegetará todo o tempo na terra e nem ao menos terá a sensação da posse provisória que o fazendeiro concede ao intermediário capitalista.

Esboçado o quadro da apropriação da renda territorial, capitalista e pré-capitalista, pelo fazendeiro de café, misto de latifundiário e capitalista, podemos passar ao problema da renda obtida do trabalho do proletariado agrícola e do semi-proletariado no campo.

28

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

II

A Renda da Terra na Cultura da Cana

A usina de açúcar e a fazenda de café, constituindo dois tipos clássicos da penetração do capitalismo no campo (nas condições particulares do desenvolvimento histórico do Brasil) não se confundem. É manifesta a superioridade da usina de açúcar sobre a fazenda de café como empreendimento capitalista.

Esta superioridade advém de que o usineiro não se limita como o fazendeiro de café ao emprego do capital na terra ou nas máquinas e meios que melhoram a terra. O usineiro de açúcar antes de mais nada emprega o seu capital nas máquinas que transformam a cana em açúcar. O usineiro é um industrial do campo, o que não acontece com o fazendeiro de café. Sem dúvida a condição de industrial, como veremos, não lhe tira a de latifundiário, mas sua razão de ser está no capital que emprega nas máquinas, na usina. Nesse sentido, a usina encarna com nitidez a união entre a agricultura e a indústria.

Como empreendimento capitalista a usina exige o trabalhador assalariado, independente dos meios de produção, apto a alugar sua força de trabalho. Trata-se do *meccânico, do foguista, do electricista, do assalariado da moenda e da destilaria*, de toda uma legião de operários recrutados dentre os melhores trabalhadores da lavoura ou importados das cidades mais próximas.

Sugando a mais valia desses operários, o usineiro consegue reunir seus imensos lucros. Até aqui não se trata da renda da terra e só do lucro industrial. A renda territorial começa a vir para o usineiro quando a usina este acrescenta as enormes plantações de cana de sua propriedade. A expansão da usina pela terra, visando o plantio da cana para o seu abastecimento, leva-a sobretudo no sul do país à criação de outras lavouras (café, arroz, algodão), sem o que não tiraria o máximo da renda territorial. O usineiro, sendo ao mesmo tempo um latifundiário, explora em suas terras o colono do café, o arrendatário do algodão e do arroz e nisso não difere do fazendeiro de café ou qualquer outro latifundiário, nem se afasta da regra geral das formas de exploração semi-feudais, das limitações de toda a ordem, da manutenção de polícia própria, da utilização do vale e do barracão, meio pelo qual sujeita o trabalhador ao capital usurário e cerceia a circulação do dinheiro. Vai assim para as mãos do usineiro toda a renda pré-capitalista tal como para o fazendeiro de café. E quando se trata da plantação da cana, as relações econômico-sociais não são de ordem muito diferente. O colono da cana, tal como o colono de café, é um semi-proletário amarrado aos contratos, consumindo suas energias para que o usineiro lhe arrebathe o trabalho suplementar, a renda trabalho, a renda produto, toda a renda pré-capitalista. Suga-lhe

29

CARLOS MARIGHIELLA

DES NUM. 1

também a mais valia. Os restantes serviços nas plantações de cana da usina são por meio de empreitada e a figura do empreiteiro é aí comum. Os formadores de cana (como os formadores de milho e arroz), os cortadores de cana, os que realizam serviços de carpa, transportes, etc. são empreiteiros individuais, recebem salário por empreitada. A categoria do empreiteiro é inteiramente identificada à dos *tratoristas* e dos trabalhadores da usina, assalariados de quem o usineiro rouba a mais valia, e cujas lutas são desencadeadas em torno de reivindicações específicas do proletariado (salários, férias, etc.).

Isso não exclui que a terra seja entregue em certas plantações ao *arrendatário da cana*, tipo de pequeno arrendatário a porcentagem, sujeito à exploração da renda produto. Mas o tipo rural do empreiteiro predomina nas plantações de cana dos usineiros do sul, levando de vencida o colono, que em muitas plantações de cana das usinas não mais existe, e tomando o lugar a outros tipos rurais.

O fato do usineiro ser um empresário agrícola, assalariando o braço trabalhador, indica que além do lucro que ele tira do trabalho dos operários da usina, obtém uma renda proveniente do maior ou menor rendimento que o trabalhador agrícola obtém nas terras da usina com o plantio da cana. Esta é a renda diferencial. Mas como proprietário da terra monopolizada por ele, o usineiro ainda se apropria de uma parte da mais valia excedente do lucro médio. É a renda absoluta. Tudo isso deve ser somado à renda pré-capitalista absorvida com a exploração de outros tipos rurais que emprega, como no caso do colono da cana.

Outra maneira característica do usineiro de açúcar se apropriar da renda pré-capitalista, ao contrário do fazendeiro de café que tira esta renda especificamente do colono, está na exploração que faz do *fornecedor de cana dependente*, sem terra. Ele é um *arrendatário da cana*, trabalhando na terra da usina, pagando uma renda que no Nordeste corresponde de 15 a 30% da produção bruta de canas.

O usineiro apodera-se da renda produto proveniente do trabalho suplementar do arrendatário da cana.

Mas o fornecedor de cana poderá ser independente, uma vez que possua terra própria, não pertencente à usina. Nesse caso são inteiramente diversas as relações entre ele e o usineiro.

O *fornecedor de cana independente* tem transação com o banco, tem crédito, tem que ter capital e em geral pega o maior comerciante para fornecedor de seus trabalhadores, isto é, para fornecer-lhes alimentos, ferramentas, etc. As vezes o fornecedor de cana reside na cidade, outras vezes é também comerciante, outras vezes ainda em suas terras também planta café. Entre os que nelas trabalham figuram arrendatários, pagando não raro 50% da produção bruta ao dono da terra, o que corresponde a uma renda tão elevada como a meia.

30

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

O fornecedor de cana independente é o capitalista do campo que emprega seu capital na cultura da cana e que arranca do arrendatário a renda produto ou do trabalhador rural a mais valia, que lhe faculta a renda diferencial, segundo o maior ou menor rendimento agrícola por alqueire. O fornecedor de cana independente (independente de nome) é um camponês rico (um fazendeiro rico se quisermos) explorando o camponês dependente e o trabalhador agrícola.

No Nordeste e em outras regiões açucareiras do país é um tipo rural importante. Seus interesses estão em choque com os usineiros, que o procura subjugar e explorar.

O fornecedor de cana independente travou a mais extensa e prolongada luta contra o usineiro no Nordeste, mas teve de perder a condição de fornecedor dos próprios engenhos e bangues. Hoje está rebaixado à condição de fornecedor de cana e nesse sentido se pode dizer que perdeu realmente a antiga independência, agora limitada apenas à posse da terra. O aparecimento da usina de açúcar, constituindo uma forma de penetração do capitalismo no campo, abalou a antiga classe dos senhores de engenho e "bangueseiros" no Nordeste e fendeu com isso a solidez do seu patriarcalismo.

A circunstância de possuir capital e crédito no banco em nada, porém, consolida as posições desses fornecedores de cana. O usineiro se afigura como a força maior, arrebata as terras a muitos deles e ainda os comprime e ameaça, fazendo-lhes perigar os restos de independência.

Em seu socorro esses fornecedores de cana contam somente com o Estatuto da Lavoura Canavieira.

Enquanto a tendência da usina é a concentração agrícola-industrial, tendência nítida da penetração capitalista no campo, que assegura a vitória da indústria sobre a agricultura, sem entretanto eliminar os restos feudais, o Estatuto da Lavoura Canavieira se opõe a essa concentração. Estabelecendo a separação entre a atividade agrícola e a indústria, reservou para os fornecedores de cana independentes um certo número de quotas de fornecimento às usinas, com o objetivo de evitar a expansão da usina sobre a totalidade das terras dos fornecedores, fadados ao desaparecimento.

No jôgo das contradições que a usina suscitou no campo, o Estatuto da Lavoura Canavieira desempenha o papel de um instrumento de defesa dos fornecedores de cana, antigos senhores de engenho, numa clara manifestação da força que ainda têm na superestrutura do país os restos das classes dominantes do sistema pré-capitalista.

Criando, porém, o regime de quotas para impedir o aniquilamento desses fornecedores de cana, o Estatuto da Lavoura Canavieira forneceu ao usineiro exatamente a arma de que precisava para aniquilá-los.

E com o cabresto das quotas que o usineiro domina e explora o fornecedor de cana. Mas ao mesmo tempo lhe completa a asfixia mo-

31

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

nejando esta outra arma — a balança, que o rouba no peso e lhe reduz a independência.

Os aspectos dessa luta se complicam com as contradições entre o expansionismo das usinas de açúcar do Sul em luta contra as limitações que favorecem as usinas do Nordeste. Mas passemos de largo sobre essas contradições. Voltemos aos aspectos que interessam no estudo da renda da terra na cultura da cana.

O usineiro apropria-se do lucro e de toda a renda capitalista e pré-capitalista resultante do trabalho dos tipos rurais da cana. O fornecedor de cana dito independente, resto da antiga classe dos senhores de engenhos, fazendeiros rico da cultura de cana, apropria-se de todo o lucro e de toda a renda dos que trabalham em suas terras. O fornecedor de cana, porém, não tem a usina. Ele é obrigado a fornecer seu produto ao usineiro. O caráter monopolista da usina, a força do capital invertido em suas máquinas, a extensão territorial de sua propriedade a que se incorporam sempre e cada vez mais novas áreas, tudo isso assegura a superioridade da usina sobre o fornecedor de cana neste combate desigual. É assim que uma parte da renda dos lucros absorvidos pelo formador de cana vai para as mãos do usineiro, que, por esta forma, se apodera de uma parte da mais-valia e da renda produzida pelos trabalhadores nas terras do fornecedor. Quando a última resistência do fornecedor de cana for vencida, já não restará aos trabalhadores nas terras do antigo fornecedor outro recurso senão o da exploração direta pela usina. O monopólio da usina sobre a produção e sobre a terra é um sério fator de encarecimento do produto e de aniquilamento das forças produtivas.

A análise teórica da renda territorial no caso da fazenda de café e da usina de açúcar, servindo para estabelecer pontos de contacto e diferenças entre uma e outra nos leva, entretanto, a mostrar o papel importante da renda pré-capitalista, sobretudo nas fazendas de café, onde a composição orgânica do capital é mais fraca do que nas usinas. Isso fortalece a convicção de que os restos feudais predominam em nossa economia agrária e encontram sua principal fonte no monopólio da terra, tão fortemente apoiado pelo imperialismo para facilitar seu domínio sobre toda nossa economia e o nosso povo. Não obstante, já há penetração capitalista no campo, e ela se manifesta na renda absoluta ou diferencial produzida pela exploração da mais valia do proletariado e semi-proletariado rurais.

III

A Renda da Terra na Cultura do Algodão

Vejamos em seguida o que se passa na cultura do algodão, que tipos de renda aí predomina, até onde se estendem os restos feudais, até que

32

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

ponto existe uma penetração capitalista, até onde o monopólio da terra facilita o domínio do imperialismo.

A cultura do algodão é feita à base do arrendamento da terra, que cria o tipo rural do arrendatário e estabelece na lavoura algodoeira relações econômico-sociais de tipo inteiramente diverso às da fazenda de café ou usinas de açúcar.

O latifundiário se apropria da renda produto na lavoura do algodão quando em troca de produtos arrenda a sua terra ao *pequeno arrendatário*, ao *arrendatário pobre*, que não pode tocar mais de 4 alqueires com a sua família e que não pode contratar nenhum trabalhador para ajudá-lo. O tipo rural do arrendatário pobre sujeita-se a contratos tão extorsivos quanto os do colono do café. Ele entrega o seu produto suplementar ao latifundiário, a maior parte sob a forma de renda-produto, o resto sob a forma de trabalho, renda-trabalho.

Lenin caracteriza a renda produto dizendo:

"A próxima forma de renda é a renda em espécie (*Produkten-rende*) quando o produtor direto produz na terra que ele mesmo explora e dá ao latifundiário o total do produto suplementar em espécie. O produtor aqui se torna mais independente e obtém a possibilidade de adquirir através de seu trabalho certa quantidade de produtos acima de suas necessidades" (*The Development of Capitalism in Russia — International Publishers, New York — 1943 — pág. 103*).

O arrendatário pobre da lavoura do algodão, incluído nessa categoria de produtor direto que paga ao latifundiário renda produto em troca da terra, é o tipo de *arrendatário a porcentagem*.

Mas ele não está excluído de entrar com a renda trabalho para o latifundiário, isto é, com o trabalho suplementar, acima do que lhe é necessário. É por isso que nos contratos de arrendamento se estabelecem cláusulas tipicamente feudais, como a prestação de uma diária de serviços por alqueire arrendado e isso sem nenhuma remuneração, para consertar estradas, além da obrigação de plantar capim, fazer aceiros na mata e outros trabalhos gratuitos.

Nesse sentido, a servidão do arrendatário a porcentagem em nada difere daquela do colono e é tão séria que o arrendatário não pode vender seus produtos livremente no mercado e não raro fica sujeito ao regime de cadeado ou correntes nas porteiras e à vigilância dos capangas do latifundiário.

Encontramos nessas terríveis condições do arrendatário a confirmação das palavras de Marx:

33

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

"Conquanto a renda produto seja a forma imperante e mais desenvolvida da renda da terra, estará mais ou menos acompanhada pelos resíduos da forma antiga, isto é, da renda que se exprimirá diretamente em trabalho, ou seja em servidão, tanto faz que o senhor seja o particular ou o Estado".
(*O Capital*, livro III, Cap. 47, III).

O latifundiário que arrenda sua terra para o plantio do algodão não se limitará a embolsar a renda produto do arrendatário pobre, a que juntará as sobras da renda trabalho. Em muitos casos, terá em suas terras colhedores do algodão que receberão salário por este serviço e então se comportará como um capitalista, arrancando mais-valia do proletariado rural e obtendo lucro. Mas fará isto na colheita, quando então precisa de assalariados para executar os serviços de que o arrendatário não fôr capaz de dar conta.

O exemplo típico, entretanto, é o do latifundiário que permanece como tal, vivendo sobretudo da renda-produto do arrendatário. Outras vezes, exigirá dos arrendatários a renda dinheiro. O arrendamento será pago em dinheiro e não em produto.

Dal surgirá o tipo rural do *arrendatário a dinheiro*, hoje mais difundido que o arrendatário a porcentagem (*), mas assim como é sujeito a toda ordem de restrições feudais e semi-feudais, não podendo vender o produto da colheita do algodão senão ao latifundiário em primeiro lugar, sendo obrigado a plantar capim, proibido de derrubar madeira de lei, tolhido da liberdade de plantar e assim por diante.

As características do arrendatário a dinheiro decorrentes da renda dinheiro que o latifundiário do algodão apropria permanecem tais e quais Marx as definiu, ao dizer:

"Em vez do produto, o produtor direto tem que pagar aqui ao proprietário da terra (seja este um particular ou o Estado) o preço do mesmo. Já não basta, pois, um excedente do produto em espécie; tem que transformá-lo de sua forma natural em dinheiro. Se bem que o produtor direto continue agora produzindo pelo menos em grande parte sua própria subsistência, tem que converter uma parte de seu produto em mercadoria e produzi-lo como mercadoria".
(*O Capital*, livro III, Cap. 47, IV)

Isso dá idéia do caráter mais elevado da renda dinheiro, que exige a quebra do isolamento do arrendatário em relação ao estado social, e pressupõe um nível alto de troca e de circulação monetária. Entretanto, o

(*) Vide «Os problemas da terra no Brasil e na América Latina» — Comissão Nacional de Política Agrária. 1954 — pág. 42.

MAI — JUN 1958

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

fato da terra constituir um monopólio do latifundiário leva-o a restringir o mercado de que poderia servir-se o arrendatário para trocar sua mercadoria por dinheiro e isto não se dá por acaso. É que o latifundiário visa ele próprio realizar essas trocas com o arrendatário, pagando-lhe pela mercadoria um preço inferior ao do mercado, com o que aumenta a parte da renda dinheiro que lhe é devida pelo produtor.

O latifundiário do algodão simboliza o oposto do fazendeiro de café e do usineiro. Enquanto estes encarnam a aliança da terra com o capital e sintetizam, nas condições do nosso desenvolvimento, a fórmula trinitária de Marx, o latifundiário do algodão isola-se na terra e é dela somente que aspira extrair a renda, erguida sobre a fome e a miséria de milhões de arrendatários.

Sua propriedade territorial será a sua fazenda, ele próprio será denominado fazendeiro, mas não haverá equivalência entre uma fazenda de algodão (com o seu fazendeiro) e uma fazenda de café (com o tipo rural do fazendeiro de café).

Tratamos até agora da renda pré-capitalista produzida pelos arrendatários pobres e apropriada pelo latifundiário ou fazendeiro do algodão. Continuemos.

Em determinadas fazendas se fazem contratos de parceria, mas o que aí se denomina *parceiro* não é, no caso, mais do que o arrendatário a porcentagem ou o arrendatário a dinheiro, produzindo renda produto ou renda dinheiro. O verdadeiro tipo rural do *parceiro* é diferente desses tipos de arrendatários. Um deles é, por exemplo, o que entrega a terça, o *terceiro*. Mas ainda aqui se trata da renda produto. O mesmo se dá com o *meieiro*, que é outro tipo de parceiro. A diferença é que o preparo da terra, os animais, as sementes, o veneno e a colheita são por conta do terceiro. O meieiro recebe a semente e a terra preparada. Mas tanto o arrendatário pobre, quanto o terceiro e o meieiro dão ao fazendeiro a renda produto.

As vezes entre o latifundiário e esses tipos rurais surge um tipo rural intermediário, o *arrendatário médio*.

O tipo rural do arrendatário médio é menos freqüente. Este tipo corresponde ao daqueles camponeses que possuindo alguma reserva conseguida com o trabalho de sua família, contrata para trabalhar na terra que arrendam ao latifundiário um ou outro trabalhador ou cedem uma parte de sua terra à meia ou sub-arrendam. Surge assim o tipo rural do *sub-arrendatário*. Mas o aparecimento de um novo tipo rural na extremidade inferior da escala não significa outra coisa senão que, sendo insuficiente o produto suplementar do arrendatário, a ele se junta o do sub-arrendatário, apropriando-se o latifundiário, então, de toda a renda produto.

Em qualquer dos casos, seja a terra do latifundiário arrendada pelo arrendatário pobre ou pelo arrendatário médio (que pode arrendar terras acima de 4 alqueires até 10 ou 12 alqueires), o latifundiário luta para que os contratos tenham curta duração (um ano no máximo), enquanto

CARLOS MARIGHIELLA

ES NUM. 1

os arrendatários estão sempre a reivindicar a prorrogação dos contratos. Esta contradição assenta suas raízes em que o arrendatário pobre ou médio sempre emprega trabalho ou capital na terra e que é isso que dá valor ou melhor lhe dá o preço. Quanto mais benfeitorias na terra, tanto mais aumentará seu rendimento, subirá seu preço. Independente de saber a quem pertence a terra, neste caso, dada a sua maior fertilidade, localização, etc., ela produzirá renda diferencial. Interessa ao arrendatário pobre ou médio ter contratos por muitos anos, ficar o maior tempo possível com a terra arrendada, já que de ano para ano irá colhendo melhores frutos do seu trabalho. Fixado de antemão o preço do arrendamento, ele permanecerá estável durante todo o tempo do contrato, quer se tratasse de pagamento em espécie (renda produto), quer se tratasse de pagamento em dinheiro (renda dinheiro). Todo e qualquer aumento das colheitas resultantes do aumento do rendimento agrícola ou do maior valor do produto seria para o arrendatário. O latifundiário quer exatamente o contrário. Para ele, a vantagem está em renovar os contratos de ano em ano, a fim de exigir sempre ao novo arrendatário um preço mais alto pela terra, o que lhe aumenta a renda, pois o preço da terra é renda posta a juros, é renda capitalizada.

Desta contradição, que o latifundiário resolve a seu favor manejando os privilégios do monopólio da terra e mobilizando as instituições jurídicas, surgem os mais sérios conflitos pela posse da terra. É daí que se origina o despejo, categoria da sociedade baseada no monopólio da terra.

O despejo é a maneira violenta que o latifundiário encontra para assegurar em seu benefício a renda capitalizada em constante progressão.

O interesse oposto do arrendatário pode levá-lo reciprocamente à luta violenta contra o despejo, mas se manifesta de modo crescente na aspiração à *baixa do arrendamento*. Com isso, procura diminuir o produto suplementar exigido pelo fazendeiro.

Até agora, numa constância rigorosa, temos visto que a renda de que se apropria o latifundiário do algodão é toda ela pré-capitalista, o que dá a este tipo de latifundiário uma série de características diferentes daquelas do fazendeiro de café ou do usineiro de açúcar. Isso distancia o latifundiário do algodão de um empresário agrícola e fornece elementos novos para avaliar a penetração capitalista na lavoura algodoeira.

Quanto ao tipo rural do *sitante*, também denominado *situante*, difere do arrendatário, porque não paga arrendamento. Ele compra a terra, a maior parte das vezes a prestações.

Se é um pequeno sitiante, seu lote não irá além de 4 alqueires, que é o que ele poderá tocar com sua família. Se é um sitiante médio, seu lote terá entre 4 e 15 alqueires, que é o que ele pode tocar com sua família e mais um ou outro assalariado, parceiros, arrendatários pobres e sub-arrendatários.

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

Não pagando arrendamento ao latifundiário e limitando-se suas relações com ele à compra da terra ou ao pagamento de prestações, o sitiante é um proprietário livre, mas só em certo sentido.

Podemos situá-lo na categoria de que fala Marx, ao tratar da propriedade parcelária:

"O lavrador é aqui proprietário livre de seu terreno, que figura como seu principal instrumento de trabalho, imprescindível para a aplicação de seu trabalho e de seu capital. Nesta forma não se paga arrendamento (renda)".
(*O Capital*, livro III, cap. 47, V).

Mas até onde vai a liberdade do sitiante, proprietário livre da terra, que não precisa pagar renda?

Sua liberdade é precária e não apresenta nenhuma segurança ou estabilidade. O latifundiário não renuncia à posse da terra, ainda quando ela é vendida. Levemos em conta que o número dos que possuem pequenos lotes de terra no Brasil (propriedade parcelária) é escasso. O latifundiário prefere alugar sua terra a vendê-la. Novas parcelas de terra estão sendo sucessivamente incorporadas às grandes áreas dos latifundiários, quer por compra, quer por expropriação e despejo dos pequenos proprietários, cujo número decresce cada vez mais. Podemos dizer que milhões de camponeses não têm terra. Cerca de 75% das terras cultivadas só o são pelos arrendatários que não têm terras, e entregam a renda, o produto suplementar do seu trabalho aos latifundiários.

A escassa minoria dos que possuem terra cai assim sob a dependência dos latifundiários. Em primeiro lugar, a base econômica dos proprietários parcelários, sitiantes pequenos e médios, é muito restrita, a começar pela esfera do crédito, dominado pelo capital usurário. Em segundo lugar, o capital de que poderiam dispor para empregar nos meios de produção é gasto na compra do terreno, entregue, portanto, ao latifundiário.

Ao vender a terra, o latifundiário capitaliza a renda. Ao incorporar novos domínios e novos lotes de terra, o latifundiário reduz a área de terra posta à venda, com isto aumenta a procura e aumenta o preço, aumenta a possibilidade de elevar a renda capitalizada. Daí porque o latifundiário prefere alugar a terra, aumentando sempre o preço do arrendamento, sem nunca alienar a posse do terreno.

Quando vende a terra (vende sempre as piores terras), ainda assim lhe resta a possibilidade de expulsar o proprietário, despejá-lo logo após as primeiras benfeitorias e quando ele se atrasar nas prestações. Com isso tornará a vender a terra, por preço mais elevado, pois ela já está beneficiada pelo capital e o trabalho do proprietário expulso.

Para os casos em que o proprietário parcelário tenha melhorado suas terras (já pagas), o latifundiário terá o recurso de propor-lhe a compra por

CARLOS MARIGHIELLA

ES NUM. 1

um preço abaixo da renda que ela produz. Aos que resistem, não haverá outra saída senão a defesa a qualquer preço de sua posse, até pela violência, ou então bater em retirada, acossado pelos capangas e a polícia a serviço do proprietário feudal. A instituição que resulta de tôdas essas relações econômico-sociais, na base das quais se encontra a renda territorial que o latifundiário canaliza sem cessar para o seu bolso, denomina-se "grilo", "caxixe". Significa, em última análise, o roubo da terra, ou seja o incontrolável crescimento da renda do proprietário feudal e a expropriação interminável, a miséria e a fome dos proprietários parcelários e de toda a massa camponesa.

É nessa instituição que o tipo social do "grileiro" encontra sua razão de ser, até o dia em que fôr varrido o monopólio da terra, principal entrave das forças produtivas.

Ainda aqui a renda territorial é absorvida pelo latifundiário, sem que para isso recorra aos métodos capitalistas de exploração. Trata-se da renda territorial obtida por força do predomínio absoluto do monopólio da terra e dos métodos feudais e semi-feudais de exploração, conservados religiosamente com a penetração e o domínio do imperialismo no país.

É isso que na cultura do algodão estabelece, ao contrário da usina de açúcar, uma separação rigorosa entre a indústria do beneficiamento do produto e a exploração agrícola.

A primeira, a indústria de beneficiamento do produto tanto quanto a indústria dos sub-produtos, conserva-se na mão dos imperialistas americanos (Anderson Clayton e Sanbra), donos das máquinas, usineiros, industriais do campo, que manejam o capital comercial, monopolizam os produtos industriais destinados à lavoura e absorvem como senhores absolutos toda a matéria prima.

A segunda, a exploração agrícola, com todos os seus restos feudais e semi-feudais, permanece nas mãos do latifundiário. Este possui a terra mas nada tem a ver com as máquinas.

O estudo da renda territorial na cultura do algodão revela que a penetração capitalista é maior na lavoura da cana e na do café.

O usineiro e o fazendeiro de café desde o primeiro momento, ao lado da renda pré-capitalista se apropriam do lucro e da renda capitalista, quer sob a forma de renda diferencial, quer sob a forma de renda absoluta.

Não é o que acontece com o fazendeiro de algodão, que prefere entregar suas terras em troca do arrendamento a pequenos arrendatários, quando não adota o sistema da venda de lotes a prestações aos pequenos sítiantes. O proletariado rural na cultura algodoeira cinge-se quase aos colhedores de algodão, e por isso, como é evidente, o seu mais largo emprego apenas se efetua na época das colheitas. Assim mesmo é na maior parte utilizado pelos arrendatários e outros intermediários da lavoura algodoeira, que pagam a renda da terra ao latifundiário.

38

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

Sómente agora se começa a falar em substituir o arrendatário pelo assalariado nas fazendas de algodão, mas isso se deve ao temor do latifundiário ante o descontentamento cada vez maior que a alta dos arrendamentos vem provocando.

Além de tudo, o emprego do salariato na cultura algodoeira exige mecanização em larga escala dessa lavoura, o que certamente não é fácil enquanto o algodão brasileiro fôr concorrente do algodão americano no mercado internacional e o Brasil depender dos Estados Unidos (como depende) para a importação de máquinas e implementos agrícolas. São mais reduzidas assim, embora não excluídas, as possibilidades de transformação, por essa via, do latifundiário do algodão num empresário capitalista do campo ou, melhor, da junção da categoria de latifundiário à de empresário capitalista, com o que se apossaria da renda absoluta e da diferencial. Entretanto há fatores novos intervindo na lavoura algodoeira e em tais condições que vêm implicando no aparecimento e desenvolvimento da renda capitalista. Muitos latifundiários estão passando do sistema de arrendamentos a pequenos produtores para o arrendamento a grandes intermediários. Esboça-se a tendência para só conceder arrendamentos de 100 alqueires para cima, ao inverso da maioria dos contratos estabelecidos na base de 1 a 4 alqueires (pequenos arrendatários) ou entre 4 e 15 alqueires (arrendatários médios, menos frequentes).

Sem dúvida este sistema está levando a criar no campo uma classe de locatários capitalistas, que são os únicos que podem arrendar dos latifundiários lotes de terra de mais de 100 alqueires.

O aparecimento do locatário capitalista, isto é, do *arrendatário rico*, está condicionado, porém, a mais de um fator. O primeiro deles é a elevada taxa de arrendamento resultante do aumento crescente do preço da terra, que a torna cada vez mais inacessível ao arrendatário pobre.

O segundo fator, que condiciona o aparecimento do arrendatário rico, é o maior emprego de máquinas no campo. Ainda que seja pequeno o emprego de máquinas em nossa agricultura, o mínimo que delas se utilize tem que gerar novas condições. O emprego de máquinas requer capital, um mercado mais amplo capaz de absorver o maior volume de mercadorias que a máquina proporciona. Só o capitalista está em condições de fazê-lo. Mas a terra está em poder do latifundiário e é preciso alugá-la ou comprá-la. Se o capitalista compra a terra e continua a utilizar as máquinas, a tirar a renda capitalista dos seus trabalhadores, transforma-se num empresário agrícola, dono de enormes áreas, sem o que o emprego das máquinas não daria resultado. Se aluga a terra, sua condição é a de um arrendatário rico, um locatário capitalista, que entrega ao latifundiário a renda absoluta.

O terceiro fator que condiciona o aparecimento do locatário capitalista é a existência de amplas áreas de terras para serem alugadas. Não é por acaso que o arrendatário rico surge em zonas como a de Barretos,

39

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

onde o Frigorífico Anglo monopoliza vastas extensões de terra. Suas terras são alugadas (e não vendidas) com o objetivo de restaurar as pastagens, transformando provisoriamente as invernadas em áreas plantadas com algodão, arroz, milho.

Os contratos de arrendamento, concedidos pelo frigorífico, na sua condição de latifundiário, não vão além de 3 e 5 anos. Mas isto é o bastante para renovar as pastagens, e ao fim desse prazo já o plantio do capim colonial não substitui as antigas lavouras. É um processo mais vantajoso do que o primitivo sistema de roçada. O emprégo da máquina nestes vastos campos de pastagem é uma necessidade para o arrendatário rico e uma consequência natural da existência das invernadas dos frigoríficos. Não é outro o motivo porque também a zona pastoril de Barretos se transformou no maior centro de agricultura motomecânica do país, com a média de um trator para cada 40 alqueires plantados, num total de 20.000 alqueires de área cultivada.

Ainda nesse caso o arrendatário rico substitui o arrendatário pobre, que em outras zonas pastoris arrendava dos frigoríficos pequenos lotes de 1 a 4 alqueires, para no fim dos contratos plantar capim colônio ou ser despejado.

Isto não quer dizer que o arrendatário rico já esteja predominando sobre o arrendatário pobre, que o trator sobrepuja a enxada e o arado puxado a boi, que a renda capitalista esteja mais difundida que a renda pré-capitalista. Revela apenas uma evolução em determinado sentido, uma tendência, que não modifica, entretanto, o caráter da nossa produção agrícola, nem elimina o monopólio da terra e a tremenda sobrecarga dos restos feudais.

Há por isso mesmo necessidade de assinalar que o aparecimento do arrendatário rico não corresponde a um crescimento acelerado do proletariado rural. É fora de dúvida que com as máquinas também se cria um certo proletariado no campo. Mas isso só poderá ter certa significação se, ao lado do proletariado exigido pelo manejo das máquinas, desenvolver-se a utilização em massa do trabalho assalariado no campo. Não é o que se dá, e tal fenômeno se explica pela sobrevivência do monopólio da terra, que entorpece o desenvolvimento das forças produtivas.

Além do pessoal das máquinas, tratoristas principalmente, os arrendatários ricos, salvo certas exceções, não lançam mão do proletariado para a exploração da terra. Feita a destoca, nivelado e preparado o terreno, o arrendatário rico o entrega ao meeiro. É à meia que recorre e não ao proletariado rural. Isto estabelece sérias relações de dependência do produtor ao arrendatário rico, sobressaindo a particularidade do meeiro dele receber adiantamentos a juros até de 12% ao ano. A colheita é dividida ao meio, depois dos descontos feitos pelo locatário capitalista. O trabalho suplementar do meeiro vai assim às mãos do arrendatário rico. O meeiro pode lançar mão de assalariados, ter arrendatários pobres e parceiros tra-

40

MAI — JUN 1958

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

balhando no seu lote. Toda a renda pré-capitalista ou produto da mais valia que chegar às suas mãos passará para o arrendatário rico. Este pagará por sua vez ao latifundiário a renda absoluta, que é o tributo do monopólio da terra.

De qualquer modo é o monopólio da terra que pesa. E de tal modo que os arrendatários ricos que prosperam logo passam a adquirir terras, transformam-se eles também em latifundiários. É o caso, para citar um exemplo, dos Irmãos Lemos, arrendatários ricos de Barretos. Eles arrendam dos frigoríficos quase 2.000 alqueires de invernadas, mas, em virtude dos altos preços dos arrendamentos e da pequena duração dos contratos, encaminham-se para a compra de vastas extensões de terras em outras zonas. Preferem, assim, transformar-se em latifundiários e empregar as máquinas em seus próprios latifúndios destocando e preparando as terras para entregar à meia e à parceria.

Isso tudo indica que, embora existindo o arrendatário rico, a renda predominante não é a diferencial, o que é resultado da exploração da terra ser feita pelo meeiro e não pelo proletariado rural.

Estamos aqui em face de uma classe de locatários capitalistas, mas não em face de uma numerosa classe de trabalhadores, "libertos" dos meios de produção, alugando a sua força de trabalho.

* * *

Termina aqui a análise do que há-de essencial na renda da terra na cultura algodoeira. As rendas que nela predominam são a renda dinheiro e a renda produto. Mas o aparecimento do arrendatário rico leva a que do trabalho da terra se obtenha um excedente da mais valia sobre a taxa de lucro médio. Surgem a renda absoluta e a diferencial, embora a predominância seja da renda pré-capitalista.

É preciso dizer que nas outras culturas de ciclo anual a situação não é diferente. Aliás o aparecimento do arrendatário rico, nas condições já examinadas, pagando renda absoluta ao latifundiário, obtendo renda diferencial e lucro, não é exclusivo da lavoura algodoeira. É comum que ele, na mesma terra destocada e nivelada pelo trator, também se dedique a explorar o arroz e o milho, utilizando o meeiro e a parceria.

Isto se explica pelo fato da máquina só oferecer vantagem se empregada em vastas extensões de terra, uma vez que os meios de produção são propriedade privada.

Tanto mais a lavoura seja custosa e exija inversão de capital, tanto mais campo haverá para o arrendatário rico. É o que se passa com a cultura do arroz. Quer se trate do plantio no seco, onde o trator prepara a terra em larga escala simultaneamente para o arroz, o algodão e o milho, quer se trate do plantio na várzea, onde predominam as drenagens, as obras de irrigação e outras semelhantes, o empresário agrícola, locatário capitalista, tem sempre mais possibilidade de surgir. No entretanto, quer

41

CARLOS MARIGHIELLA

ES NUM. 1

arrendando terras dos frigoríficos ou de grandes companhias (donos de latifúndios), o arrendatário rico só em parte utiliza o proletariado rural, para serviços mecânicos, semi-mecânicos ou à mão (capina, trilhagem, sega, colheita).

É comum arrendatários ricos usarem o sistema da meia e não raro a parceria pela terça e a quarta parte da produção. Em muitas regiões a cultura do arroz é feita por pequenos arrendatários e sub-arrendatários, que ao lado dos meeiros passam então a constituir a maioria dos produtores.

O aspecto geral da cultura do arroz no país não modifica o aspecto da renda territorial, sabido que só uma parte pequena dessa cultura é mecanizada e mesmo assim não exclui o trabalho de produtores não assalariados.

É evidente que, em tais condições, a renda dinheiro e a renda produto como toda a renda pré-capitalista têm largo curso, sem que por isso, entretanto, se deixe de registrar a existência da renda absoluta e da diferencial.

De qualquer maneira, porém, o latifúndio domina aqui também e o tributo da renda absoluta se torna um peso insuportável e um freio às forças produtivas.

O caminho da criação de uma burguesia rural pela via do arrendatário rico choca-se com o monopólio da terra, que gera a alta dos arrendamentos e o curto prazo dos contratos. Este tipo de burguesia rural evolui para o tipo rural do latifundiário, torna-se capitalista e proprietário da terra, limitando-se a uma débil utilização do proletariado rural, contentando-se com a renda produto e em seguida com a renda absoluta e a diferencial, sobre o excedente da quota de lucro.

O outro caminho para a criação da burguesia rural é o da posse da terra, em que o camponês rico cultiva o excedente acima das forças dos membros de suas famílias utilizando o trabalho assalariado. Os empreiteiros formadores de café seguem este caminho, sem conseguir, porém, a posse da terra, que só permanece em suas mãos enquanto dura o contrato (no máximo 6 anos). Entretanto o representante típico da burguesia rural que segue este caminho é o do *posseiro ou posseante*, de cuja luta pela posse da terra tivemos uma amostra em Porecatú.

O posseiro ou posseante, *tipo de camponês rico* bem caracterizado, consegue a posse da terra inicialmente, em geral nas zonas novas. Realizadas, porém, as benfeitorias terá que defrontar-se com o despejo, a "grilagem" de terras. Contra ele se voltarão o latifundiário e todo o peso do aparelho de Estado se porventura resistir.

O posseante está destinado a uma luta constante contra o latifundiário e seu complemento "o grileiro". A esperança da posse pacífica da terra o levará a vacilações e concessões nessa luta, mas não conseguirá atingir um pleno desenvolvimento como classe em consequência do monopólio da terra.

42

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

Quanto à grande massa camponesa, esta terá que vegetar como a grande criadora da renda dinheiro, da renda produto e de toda a renda pré-capitalista, irá se diferenciando para a condição de semi-proletariado, impossibilitada de chegar à condição de pequeno produtor independente, ou proprietário parcelário. A massa camponesa vagará como uma grande massa expropriada, impelida sem cessar para as cidades e para as novas zonas agrícolas, lutando por um pedaço de terra, mas sempre empurrada para engrossar o proletariado rural. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos dão a caracterização no Brasil de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido.

Dai o quadro que deparamos: de um lado os latifundiários e os latifundiários-capitalistas, de outro lado a grande massa de arrendatários pobres, os semi-proletários e o proletariado rural, toda a massa de camponeses pobres ao lado dos camponeses médios e da burguesia rural em luta pela posse da terra.

De um lado acumula-se a enorme riqueza dos latifundiários e latifundiários-capitalistas, de outro lado a miséria e a ruína, a fome e a doença de milhões de camponeses sem terra. De um lado a renda dinheiro, a renda produto, a renda trabalho, toda a renda pré-capitalista e mais a renda absoluta, a renda diferencial, os lucros, tudo isso arrancado do trabalho suplementar e da mais valia dos pequenos produtores e trabalhadores do campo sem meios de produção. De outro lado a pobreza absoluta de toda a população que vive no campo.

Há nisso uma profunda contradição e ela assenta, sem dúvida, no monopólio da terra e no imperialismo. Este, por toda a parte, trata de conservar e eternizar (especialmente no campo) as formas pré-capitalistas de exploração, que constituem a base da existência de seus agentes e aliados. Em tais condições, o estudo da renda da terra nos levará à compreensão da necessidade de abalar ou eliminar o monopólio da terra, o que, ao lado da derrota do imperialismo norte-americano, criará novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas. A eliminação do monopólio da terra deverá ser precedida da abolição das formas de renda pré-capitalista, pelo menos da renda trabalho e da renda produto. Isto implica em resguardar os empreendimentos industriais do campo, extinguindo, porém, as formas feudais de exploração, estendendo a legislação trabalhista ao campo, separando a usina da terra, retirando aos frigoríficos a posse das invernadas, criando a propriedade parcelária, baixando o arrendamento, prorrogando os contratos de arrendamento, incrementando o crédito agrícola e dando fim ao capital usurário, assegurando a posse da terra ao posseante, acabando com o despejo e a instituição do "grilo", empreendendo, enfim, modificações radicais na estrutura agrária.

43

O PROBLEMA DA TERRA EM PERNAMBUCO

ORIGENS HISTÓRICAS DA PROPRIEDADE DA TERRA

Fragmon Carlos Borges

I

O Estatuto da Capitania Hereditária

Materialmente impossibilitado de realizar diretamente a colonização do Brasil, uma vez que se encontrava todo voltado para as suas vantajosas conquistas da Índia e da África, Portugal optou, 30 anos após a descoberta, pela forma mais viável, a seu alcance, de realizá-la: a das capitanias hereditárias, mais tarde subsistindo ao lado das capitanias reais, e, finalmente, por estas substituídas.

Com a instituição das capitanias hereditárias, a coroa portuguesa alcançava duplo objetivo: garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das despesas dessa mesma colonização, ao tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda.

MAI — JUN 1958

ORIGENS HISTÓRICAS

Precedentes históricos

A instituição das capitanias não constituía novidade para a coroa portuguesa. Já a vinha utilizando desde o século XV, e com ela obtivera ótimos resultados em suas possessões da Madeira e dos Açores.

Tão pouco, nem a instituição da capitania hereditária, nem a da real, foi criação portuguesa. Diz João Ribeiro que "os greco-fenícios tiveram colônias de duas sortes: as *apoekias* que eram formadas e mantidas e defendidas por iniciativa de donatários, e as *klernebias* que eram de todo submetidas e preservadas pelo Estado" (1).

Também o uso dessa instituição, após o século XV, não se limitou a Portugal. Outros países, como a Holanda, França e Inglaterra, em seus domínios americanos, utilizaram-na como meio de colonizá-los e torná-los produtivos.

As colônias portuguesas, mantidas e exploradas por iniciativa particular, eram de dois tipos: *hereditárias*, quando doadas para todo o sempre para o donatário e seus herdeiros; e *temporárias*, quando doadas por uma ou mais vidas, findas as quais eram revertidas à posse da coroa. Sob ambas as formas, a coroa não abria mão totalmente de seus direitos, mantendo sobre as mesmas o seu protetorado, mais ou menos absoluto, conforme as circunstâncias que ditaram as suas concessões. Com relação ao Brasil, a coroa empregou o tipo hereditário, como a fórmula capaz de atrair a atenção e a cobiça das pessoas de fortuna, em condições de enfrentarem a arriscada empresa de sua colonização. Assim mesmo, alguns dos donatários cá não vieram, e outros, maus sucedidos nas primeiras tentativas, desistiram de empreendimento tão temerário e de resultados tão duvidosos. Dessa forma, poucas capitanias vingaram, destacando-se entre estas as de Pernambuco e de São Vicente (São Paulo).

Características feudais do Estatuto da Capitania

O Estatuto da capitania hereditária possuía características tipicamente feudais, em que pese o esforço inútil daqueles que, como Roberto Simonsen (2), tentam assinalar-lhe aspectos essencialmente capitalistas. E não poderia ser de outra forma, ditado que o foi por um reino que se assentava sobre as bases de um feudalismo decadente e em decomposição, mas que lutava por sobreviver.

As características feudais do sistema das capitanias estão fartamente expressas nas cartas de doação e nos forais, passados por D. João III, rei de Portugal, àquelas pessoas que se dispuseram a enfrentar, por conta própria, a colonização das terras descobertas por Cabral.

(1) — João Ribeiro — HISTÓRIA DO BRASIL — 14ª edição. Livraria S. José Editora-Rio, 1953 — págs. 76/77.
 (2) — R. Simonsen — HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL — Cia. Editora Nacional 1937 — Vol. I, págs. 142 e ss.

Por meio de tais cartas e forais, os donatários eram investidos de poderes quase absolutos. Basta dizer-se que, para satisfazer à cobiça de poder e privilégios daqueles que se prontificaram a vir colonizar as terras do Brasil, o rei viu-se obrigado a abrir mão de algumas prerrogativas pessoais, a revogar artigos das Ordenações Manuelinas, etc.

Os poderes e privilégios concedidos aos donatários, no entanto, tinham um limite: os interesses do poder absoluto da coroa portuguesa a que estavam os donatários submetidos e a que deveriam prestar contas de seus atos. Poder absoluto que se exerceu desde os primeiros dias da colonização, inicialmente restringindo os direitos e privilégios outorgados aos donatários, originariamente expressos nas cartas de doação e nos forais, e depois revogando-os completamente e passando as capitanias para a posse e administração diretas da coroa.

Carta de doação da Capitania de Pernambuco

Pela carta de doação da capitania de Pernambuco, lavrada na cidade de Évora, a 10 de março de 1534, Duarte Coelho recebeu 60 léguas de terra, na costa do Brasil, situadas entre o rio São Francisco e a ilha de Itamaracá, que "entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista", doação que lhe era feita "dêste dia para todo o sempre, de juro e herdade, para ele e todos os seus filhos, netos, herdeiros, sucessores, que após ele vierem, assim descendentes, como transversais e colaterais".

Segundo o texto integral da referida carta, publicada por J. B. Fernandes Gama (3), podemos resumir, da maneira abaixo, os direitos, privilégios e obrigações do donatário e seus sucessores:

- 1 — Completa jurisdição civil e criminal.
- 2 — Direito de assistir, intervir, confirmar ou não a eleição de juizes e oficiais de justiça; de nomear Ouvidor que terá alçada, nas causas civis, até cem mil réis, e nas criminaes até a pena de morte, sem apelação nem agravo; tratando-se, porém, de "pessoas de mor calidade" (ricas), a alçada será até 10 anos de degrêdo e cem cruzados de pena. Nos casos de heresia, traição, sodomia e moeda falsa, alçada até a pena de morte, seja qual fôr a qualidade do acusado.
- 3 — O Ouvidor pode conhecer apelações e agravos oriundos de qualquer parte da capitania; o donatário poderá nomear os funcionários da justiça, ficando obrigado a nomear outro Ouvidor, quando a capitania estiver bem povoada.
- 4 — Direito de criar vilas e dar-lhes o tempo, jurisdição, liberdade e insígnias correspondentes, "segundo fôro e costumes dos meus reinos".

(3) — J. B. Fernandes Gama — MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO — Tipografia de M. F. de Faria — Pernambuco, 1844 — 2ª edição — vol. I, págs. 42/52.

5 — Direito de criar e preencher os cargos de tabelães do público e judicial, nas vilas e povoações da capitania, e dar-lhes regimentos "conforme aos de minha chancelaria".

6 — Juro e herdade das alcandarias mores, "com tôdas as rendas, direitos, foros e tributos, que a elas pertencerem", os quais receberão conforme fica estipulado no foral.

7 — Juro e herdade das moendas d'água, marinhas de sal e quaisquer engenhos, que só poderão ser levantados mediante licença do donatário, e o pagamento do fôro ou tributo que fôr combinado.

8 — Juro e herdade de 10 léguas de terra ao longo da costa, que "entrarão pelo sertão tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista", livres fôro, tributos ou direitos, salvo o dízimo à Ordem de Cristo, das quais poderá tomar posse dentro de 20 anos depois que ocupar a capitania, "não as tomando porém justas", mas "repartidas em quatro ou cinco partes", distantes uma da outra duas léguas no mínimo.

9 — Não poderão tomar, para si ou para sua mulher ou filhos e herdeiros, "terra alguma de sesmaria"; podem, no entanto, dar tôdas as terras de sesmarias, a qualquer pessoa, de acôrdo com as Ordenações do reino, livres de fôro e direitos, salvo o dízimo à Ordem de Cristo, cujas terras o donatário ou seus sucessores não poderão tomar para si, nem para sua mulher, filhos e herdeiros, salvo por compra, "das pessoas que lhes quizevem vender", e somente após terem sido aproveitadas.

10 — Juro e herdade da metade da dízima do pescado arrecadado na capitania.

11 — Juro e herdade da dízima de tôdas as rendas e direitos arrecadados na capitania.

12 — Juro e herdade da vintena da renda líquida que a coroa obtiver de todo o pau-brasil que fôr para o reino.

13 — Juro e herdade dos escravos que resgatarem e existirem na capitania, podendo enviar anualmente para Lisboa, 24 peças, livres de direitos, e também utilizá-las como marinheiros e grumetes de seus navios.

14 — O donatário e moradores da capitania estão isentos de todos os direitos e tributos, salvo dos que vão expressos na carta de doação e no foral.

15 — A capitania, sua governança, rendas e bens, são dados de juro e herdade para sempre, ao donatário "e seus descendentes, filhos e filhas legítimos", podendo passar, na falta destes, a seus ascendentes, parentes ou bastardos.

16 — A capitania e sua governança, e todos os direitos e privilégios concedidos ao donatário e seus sucessores, não podem ser partidos, alienados ou espedaçados, nem ser dados a filhos, filhas ou qualquer pessoa seja qual fôr o motivo, sob pena de perdê-los, os quais passarão a seu sucessor como se fosse morto aquele que assim não cumprir.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

17 — Caso o donatário cometa algum crime, pelo qual seja obrigado a perder a capitania, governança, direitos e privilégios, não os perderá o seu sucessor, salvo se fôr traidor à coroa; e no caso de outros crimes, será o donatário punido de acôrdo com a gravidade dos mesmos.

18 — Nas terras da capitania não podem entrar "corregedor, nem alçada, nem outras algumas justiças", quando o donatário cometer algum erro, pelo qual mereça ser castigado, será chamado à presença do rei para ser ouvido e receber a pena ou castigo que merecer.

Este, o resumo da carta de doação da capitania de Pernambuco. A concessão constante do item 10 foi, em setembro do mesmo ano, anulada e substituída pela do item 4 do foral.

Foral de Pernambuco

O foral da capitania de Pernambuco foi passado na mesma cidade de Évora, a 24 de setembro de 1534.

Eis o seu resumo, conforme o texto integral publicado por Fernandes Gama (4):

1 — O donatário e seus sucessores darão sesmarias de tôdas as terras da capitania, a qualquer pessoa, *contanto que seja católica*, livres de fôro e direitos, salvo o dízimo a Deus, de acôrdo com as Ordenações, não podendo tomá-las para si, sua mulher ou filho herdeiro.

2 — De tôdas as pedrarias, pérolas, aljófar, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo e outro qualquer metal que existir na capitania, será cobrado o *quinto*, do qual o donatário terá a dízima.

3 — O pau-brasil e qualquer especiaria ou droga que existirem na capitania, serão monopólio da coroa, não podendo ninguém vendê-los ou exportá-los para qualquer parte do reino, perdendo todos os seus bens e sendo degredado perpétuamente para a ilha de São Tomé, aquele que assim não proceder. Quanto ao pau-brasil, tanto o donatário como os moradores da capitania, poderão usá-lo no que fôr necessário, contanto que não seja queimado, caso em que serão aplicadas as mesmas penas.

4 — Todo o pescado, com exceção da cana, pagará a dízima a Deus, além de meia dízima que pertencerá ao donatário.

5 — O donatário e moradores poderão exportar livremente, para qualquer parte do reino, todo tipo de mercadoria, — com exceção de escravos e demais produtos defesos —, pagando somente a *sisá* do que venderem.

6 — E' livre de direitos de entrada tôda mercadoria transportada para a capitania pelos navios do reino. Pagará, no entanto, a dízima, — da qual o donatário ficará com a redizima —, as mercadorias embarcadas na capitania, salvo quando destinadas a qualquer parte do reino.

(4) — Idem, idem, págs. 54/58.

MAI — JUN 1958

ORIGENS HISTÓRICAS

7 — Os estrangeiros pagarão dízimos de entrada e de saída, das mercadorias que levarem para a capitania ou de lá trouxerem, dos quais o donatário terá a redizima.

8 — Os gêneros alimentícios, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxôfre, chumbo e qualquer coisa relacionada com a defesa da capitania, ficam livres de qualquer direito.

9 — Somente o donatário e os moradores da capitania podem tratar, comprar ou vender qualquer coisa, diretamente com os índios.

10 — Nenhum navio poderá ser carregado ou sair da capitania, sem antes comunicar ao donatário, que deverá mandar inspecioná-lo, a fim de impedir contrabando das mercadorias defesas, perdendo o dôbro das mercadorias carregadas aqueles que assim não procederem.

11 — E' livre o comércio entre as diversas capitanias, pelo qual direito algum será cobrado.

12 — Nenhum morador, mesmo católico, sendo sócio de estrangeiros, poderá tratar com os índios, sob pena de perder tôda a mercadoria a êles vendida ou comprada.

13 — Os alcaides mores da capitania arrecadarão para si todos os direitos, foros e tributos a que têm direito, de acôrdo com as Ordenações.

14 — Ao donatário cabe co'ocar barcas nas passagens dos rios, pelo que cobrará o que fôr estabelecido pela Câmara e confirmado pelo rei.

15 — Os tabeliães do público e judicial pagarão ao donatário 500 réis anuais de pensão.

16 — Os moradores em tempo de guerra são obrigados a servir sob as ordens do donatário.

Poderes extraordinários do donatário

Pelos resumos acima podemos ver como o donatário e seus sucessores foram investidos de poderes e privilégios extraordinários, alguns dos quais, até então, privativos do rei que, nas circunstâncias da época, viu-se obrigado a dêles abrir mão, a fim de que o povoamento e exploração das terras do Brasil se tornassem uma realidade.

O rei não se limitou, apenas, a transferir ao donatário alguns de seus direitos e privilégios; foi mais longe ao suspender a ação de vários artigos importantes das próprias Ordenações, como bem assinala o historiador Varnhagem (5). Por exemplo: o direito outorgado ao donatário de intervir nas eleições das Câmaras, confirmar ou não os eleitos; a alçada nas causas cíveis e criminais, sem apelação nem agravo, etc.

A pesar disso, não podemos desconhecer os inúmeros laços que prendiam o donatário ao poder absoluto do rei, nada podendo fazer senão nos limites estipulados na carta de doação e no foral, e de acôrdo com as

(5) — Varnhagem — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL — Edição Melhoramentos — São Paulo — 1948 — Tomo I, p. 180.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

Ordenações do reino. A administração do donatário estava subordinada, assim, às determinações do rei e às leis portuguesas, determinações e leis que variaram com o tempo, sempre no sentido de limitar os direitos e privilégios originariamente concedidos, culminando com a transferência da capitania, imediatamente após a expulsão dos holandeses, em 1654, para a posse da coroa.

O primeiro grande golpe desferido contra aqueles direitos e privilégios extraordinários do donatário, foi a criação do Governo Geral no Brasil, em 1548, e conseqüente elaboração de seu Regimento. Duarte Coelho protestou, e o rei atendeu-o; porém, com a sua morte, a situação começou a modificar-se rapidamente, e a intervenção da coroa, direta ou através dos governadores gerais, nos negócios internos da capitania, ganhou corpo.

II

A Doação de Sesmarias

Particular atenção, para o nosso estudo, merecem os itens 9 e 1 da carta de doação e do foral da capitania, respectivamente, pelos quais o donatário e seus sucessores foram investidos do poder de dar sesmarias, a qualquer pessoa, poder êsse larga e liberalmente exercido por todos êles. Aí reside, principalmente, a origem da propriedade privada da terra em Pernambuco.

Ae sesmarias durante a capitania hereditária

Pelos escassos elementos que colhemos, principalmente nos *Anais Pernambucanos* de Pereira da Costa, as sesmarias concedidas nesse período, quanto as condições a que ficavam obrigados os sesmeiros, podem ser arroladas nos seguintes grupos:

- a) — sesmarias completamente livres de fôro, tributos ou pensão, salvo o dízimo à Ordem de Cristo.

Esta foi a norma geralmente seguida durante todo o período em que a capitania esteve sob a administração de Duarte Coelho e seus sucessores ou locotenentes, de acôrdo com o que determinavam expressamente a carta de doação e o foral.

Aqui chegando, em 1535, Duarte Coelho começou a fazer uso, imediatamente, daquela prerrogativa que lhe fôra concedida pelo rei, distribuindo datas de terras entre as pessoas que faziam parte de sua comitiva, ou que vinham da metrópole a seu convite ou espontaneamente, participar da colonização das novas terras.

50

MAI — JUN 1968

ORIGENS HISTÓRICAS

Num fragmento de um estudo sobre as sesmarias, escrito antes de 1764 por um monge beneditino, afirma-se que o donatário assim que chegou à capitania, "passava cartas de sesmarias, sem mais outra declaração que a que ficariam (os sesmeiros) obrigados a pagar o dízimo à Ordem de N. Snr. Jesús Cristo" (6).

Assim procedeu Duarte Coelho até a sua morte, em 1554. Os seus sucessores seguiram, com algumas modificações, a conduta do primeiro donatário.

A carta de sesmaria mais antiga de que temos conhecimento, e que se encontra copiada no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, de onde certamente Pereira da Costa a trasladou para os *Anais*, é a que foi dada a Vasco Fernandes, em 1540. Por ela Vasco Fernandes recebeu uma légua de terra de comprimento, por outra de largura, "a qual terra lhes dou fôra, livre e isenta, sem nunca em tempo algum, nem seus herdeiros, nem pessoas que as houverem dêles, pagarem fôro, nem tributo algum..." (7). Por outra carta, passada em 1569, a favor de André Fernandes Velasques, lhe foram dadas 2 mil braças de terra em quadra, "para viver e ter seus moradores, com sua mulher e filhos, para fazer roçarias e canaviais, com isenção de em nenhum tempo pagar fôro nem tributo algum e somente o dízimo a Deus do que granjear nas ditas terras" (8).

- b) — sesmarias com a obrigação dos sesmeiros nelas cultivarem a cana de açúcar, o algodão, estabelecerem engenhos ou fundarem vilas, dentro de determinado prazo, em geral de 3 a 6 anos, além do pagamento do dízimo a Deus.

Por aí vemos já o donatário, ou seus locotenentes, orientando o aproveitamento da terra, ao fixar o tipo de cultura obrigatória, ao tempo em que, determinando prazos, procurava impedir que as terras doadas continuassem devolutas, com os seus donos à espera de ocasião propícia para vendê-las por bons preços.

A imposição de novas obrigações aos sesmeiros, ao que nos parece, foi uma medida geral estabelecida a partir de 1548, com a criação do governo geral. No Regimento de Tomé de Souza, segundo Rodolfo Garcia, a coroa estabelece o seguinte:

"O termo da cidade seria para cada lado de seis léguas, ou as que se pudessem achar. O governador as faria demarcar, e logo que estivesse

(6) — Manuscritos da Ordem Beneditina do Mosteiro de São Bento de Olinda — in *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco* — Vol. 37 — Recife, 1942 — p. 208.

(7) — Pereira da Costa — *ANALIS PERNAMBUCANOS* — Edição do Arquivo Público Estadual — Recife, 1961 — Vol. I, p. 208.

(8) — Pereira da Costa — *Ob. cit.* — Vol. I, p. 383.

51

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

de assento, dá-las-ia de sesmaria a quem as quisesse, nunca maior porção que aquela que a cada um fôsse possível aproveitar, sob condição de virem os sesmeiros residir na Bahia, de não alienarem as terras durante os três primeiros anos, de pagarem o dízimo à ordem de Cristo, e de ficarem sujeitos ao mais disposto na Ord. do liv. 4º das Sesmarias. (...) A nenhum outro fôro ou pensão ficariam sujeitas aquelas terras, além do dízimo. Dar-se-iam também de sesmarias as terras das ribeiras vizinhas a pessoas que tivessem posses para estabelecer engenhos de açúcar ou outras cousas dentro de um certo prazo que lhes seria assinado, sob condição de levantarem nêles tôrres ou casas-fortes suficientes para defesa dos mesmos engenhos e povoação dos seus respectivos limites. (...) Os Senhores de engenho seriam obrigados a moer as canas dos lavradores vizinhos, que os não tivessem, ao menos seis meses no ano, recebendo por paga a porção de cana que o governador taxasse" (9).

Aquelas condições, ora aparecem isoladamente, ora duas ou mais delas em conjunto numa mesma carta de sesmaria. Na carta passada a favor de Arnau de Holanda, em 1568, determina-se o prazo de três anos para o mesmo montar um engenho; em outra, da Ordem de São Bento, vem expressa a obrigação daquela Ordem, no prazo de cinco anos, erigir nas terras doadas, "uma vila com seu castelo ou fortaleza" (10).

- c) — sesmarias com a condição dos sesmeiros pagarem determinado fôro anual por légua, pensão anual pelo estabelecimento de engenho, ou tributo sobre a produção de açúcar.

Como as anteriores, essas condições aparecem ora isoladamente, ora em conjunto, havendo casos em que combinam, uma ou mais delas com uma ou mais do grupo precedente.

O que é de se estranhar é a exigência do pagamento de fôro, já que a carta de doação e o foral da capitania declaram taxativamente que as terras dadas em sesmarias estavam livres de qualquer fôro ou tributo, pagando apenas o dízimo a Deus, do que nelas fôsse produzido. Quanto ao pagamento de pensão pelo estabelecimento de engenho, é consequência do privilégio do donatário, estabelecido no item 7 da carta de doação. O tributo sobre a produção de açúcar, estabelecido em alguns casos, segundo nos parece é apenas uma forma, combinada entre as partes, de atender àquele privilégio, uma vez que nada se estabelece a êsse respeito nos documentos mencionados.

(9) — Rodolfo Garcia — ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL (1600-1810) — Livraria José Olimpio Editora — Rio, 1966 — págs. 68/69.

(10) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. II — Recife, 1962 — p. 34.

MAI — JUN 1968

ORIGENS HISTÓRICAS

Na carta de sesmaria dada a Arnau de Holanda, e acima já referida, o donatário estabelece "o ônus de três por cento sobre o açúcar que fabricasse no engenho", segundo Pereira da Costa (11); em outra, concedida à Ordem de São Bento, determina-se que, das 14 léguas doadas, quatro "ficarão aos ditos religiosos para nelas poderem fazer suas benfeitorias e granjearias, e serão obrigados ao pagamento de dez mil réis de fôro em cada um ano por cada légua de terra" (dessas quatro), além da pensão anual de 200 cruzados no caso de fundar engenho" (12).

A exigência de fôro tão elevado, para aquela época, como já dissemos, não é explicada. Talvez tenha sido um meio de compensar a obrigação que o donatário assumiu de dar, à Ordem em questão, a cônica de 500 cruzados, ou então para pagamento das missas que os religiosos daquele mosteiro ficavam obrigados a rezar em tenção de Duarte Coelho e sua mulher. Não sabemos porque, os monges beneditinos de Olinda não tomaram posse daquelas 14 léguas de terra.

Outro aspecto interessante sobre o cumprimento dos privilégios do donatário, estabelecido no item 7 da carta de doação, é o que se refere às moedas d'água. Numa carta de sesmaria da capitania de Itamaracá, passada em 1570 pelo locotenente da donatária, e referente a 5.000 braças de terra em quadro, situadas em Goiana, terras dadas "fôra, livre e isenta", salvo o dízimo à Ordem de Cristo, se estabelece a seguinte condição: "... e sendo acaso que hajam águas na dita terra para engenho ou engenhos, pagarão os sobreditos seus filhos (de Diogo Dias), fazendo engenho, de pensão à senhora da terra a razão de dois por cento de todo o açúcar em pó, que se fizer no engenho, ou engenhos de água..." (13), fato que explica, em parte, a predominância em certo período, dos engenhos movidos a cavalos ou bois.

As sesmarias durante a capitania real

Nesse período, em que a capitania passou para a administração direta da metrópole, verificaram-se importantes modificações nas condições sob que eram dadas as sesmarias. Baseados em farta documentação, podemos realizar um estudo mais aprofundado do sistema das sesmarias, na parte referente às obrigações que eram impostas aos sesmeiros.

Seguindo o mesmo critério anterior, com o objetivo de facilitar a exposição e análise da matéria, dividimos as sesmarias desse período, nos seguintes grupos:

- a) — sesmarias completamente livres de fôro, pensão ou tributo, salvo o dízimo a Deus.

(11) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. I — p. 377

(12) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. II — p. 34.

(13) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. I — p. 387.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

Aquela condição exclusiva — pagamento do dízimo à ordem de Cristo — estabelecida na carta de doação e no foral, e que dominou todo o período da capitania hereditária, continuou com a mesma exclusividade, salvo raras exceções, até 1699.

Neste primeiro grupo, além do pagamento do dízimo à Ordem de Cristo da qual, diga-se de passagem, o rei era o mestre e administrador, ficava o sesmeiro obrigado "a dar pelas ditas terras caminhos livres ao Conselho para fontes, pontes e pedreiras" (14), obrigação esta ampliada, a partir de 1732, para as minas de metais e construção de vilas ou igrejas, se assim fôsse necessário ao serviço de Sua Magestade, o rei de Portugal.

Ao mesmo tempo, com o correr dos anos, outras obrigações eram impostas, como prazo para povoar as terras recebidas (a partir de 1695), em geral de 5 anos, porém variando muito, e a de pedir o sesmeiro, ao rei, confirmação da carta de sesmaria recebida, dentro de dois anos. Esta condição começou a vigorar a partir de 1698.

A condição imposta para o povoamento das terras era muito importante. Em geral os sesmeiros não as povoavam, e quando o faziam limitavam-se a uma parcela ínfima das terras recebidas. Daí, com o passar dos anos, a existência de dezenas e dezenas de léguas de terra que, embora doadas, continuavam despovoadas e, conseqüentemente, incultas. Essa situação preocupava os governadores e o rei, uma vez que constituía sério obstáculo à colonização (povoamento e cultura) do interior da capitania. A fim de solucionar tal problema, o rei determinou por carta de 20 de janeiro de 1699, "que as pessoas que tiveram terras de sesmarias, ainda que de muitas léguas, se as tiverem povoadas e cultivadas por si ou seus feitores, colonos ou enfiteutas, que com estas tais pessoas se não entenda, pois cumprindo as obrigações do contrato por sua parte, se lhes deve cumprir por Minha, porém se as tais pessoas não tiverem cultivado e povoado parte de suas datas ou toda, denunciando qualquer do povo a tal parte e sítio, e descobrindo-o: hei por bem se lhe conceda, mostrando citado o que a tem por sesmaria, que está inculta e desaproveitada, e que se decidirá breve e sumariamente, com a declaração que tal sítio ou parte denunciada não exceda a quantidade de três léguas de comprido e uma de largo, ou légua e meia em quadra, excedendo esta quantia, se dará esta ao denunciante e o mais a quem parecer..." (15).

As terras não povoadas nem cultivadas, em face da carta régia acima, passaram então a ser considerada devolutas, e dadas novamente em sesmarias àqueles que denunciasses a sua existência e localização.

(14) — DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA — SESMARIA — Secretaria da Educação e Cultura — Biblioteca Pública — Recife, 1954 — Vol. I, p. 24.

(15) — Manuscrito da Ordem Beneditina do Mosteiro de S. Bento de Olinda — In Revista cit. — págs. 64/65.

MAI — JUN 1958

ORIGENS HISTÓRICAS

Essas condições continuaram em vigor durante todo o período da capitania real (1654-1822), constando das cartas de sesmaria ao lado de outras que, em seguida, passamos a examinar.

b) — sesmarias sob a condição do pagamento de determinado fôro anual, por légua.

Esta condição começou a vigorar a partir do ano de 1699. Na carta régia de 20 de janeiro daquele ano, a que já nos referimos, determina-se que "a quem se derem no futuro sesmarias, se ponha além das obrigações de pagar dízimo à ordem de Cristo, e as mais costumadas, a de um foro segundo a grandeza ou bondade da terra, com a declaração porém que sendo terras convenientes para o seu serviço se não darão, e ficarão para a fazenda real" (16).

Em vista desta determinação real, estabeleceu-se aqui o seguinte critério para a cobrança do fôro: as terras situadas até a distância de 30 léguas da marinha, pagariam o fôro anual de 6 mil réis por légua; as demais, o de 4 mil réis, critério este provado por carta régia do ano seguinte. Esse fôro continuava a ser cobrado, nas mesmas bases, por volta de 1805, como vemos em ofício de 22 de julho daquele ano, de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, então governador de Pernambuco, dirigido ao Visconde de Anadia (17).

Esta condição passou a constar, desde então, de todas as cartas de sesmarias. Por norma, o sesmeiro começava a pagar o fôro desde quando recebida a carta; no entanto, encontramos diversos casos que contrariavam essa norma, ora isentando o sesmeiro do fôro correspondente aos 2,3 ou 5 primeiros anos, ora isentando-o perpétuamente.

A experiência mostrou que grande parte dos sesmeiros fugia ao pagamento do fôro, "em prejuízo da fazenda real"; da mesma forma, que várias terras doadas não eram nem povoadas, nem cultivadas dentro dos prazos estabelecidos. Em face disso, determinou a coroa que seriam consideradas devolutas as terras que não fossem povoadas ou cultivadas no tempo fixado, e que os sesmeiros ficariam obrigados mesmo nestes casos, a pagar a multa de mil réis e o fôro vencido. Além disso, por via das dúvidas, passou-se a exigir de cada pretendente a sesmaria, a indicação de fiador idóneo, estabelecido no Recife, para se responsabilizar pelo pagamento do fôro respectivo.

A determinação régia considerando devolutas todas as terras dadas, porém não povoadas ou cultivadas nos prazos estipulados, vinha confirmar e ampliar aquela outra, semelhante, que consta da carta de 20 de janeiro de 1699, atrás já mencionada. Após essa ordem régia, encontramos em

(16) — Idem, idem, p. 65.

(17) — Documento do Arquivo — In Revista do Arquivo Público Estadual — Vol. IV e V — Recife, 1950 — p. 288.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

alguns requerimentos de sesmarias, despachados favoravelmente, a declaração de que as terras solicitadas, embora já doadas a outras pessoas, encontravam-se devolutas.

- c) — sesmarias com a condição de que, por razão nenhuma, passassem às mãos de religiosos ou ordens religiosas.

A condição acima aparece em 1711. Além das condições já examinadas, por carta de 27 de junho daquele ano, dirigida ao governador da capitania, tendo em vista "o grande prejuízo que recebe a fazenda real em não pagarem dízimos as religiões desse estado, das fazendas que possuem, fóro das dos dotes das suas criações adquiridas por compras, herança ou outros semelhantes títulos", o rei resolveu "ordenar que nas concessões e mercês de terras que fizerdes aos moradores desse estado se tire a condição de nelas não sucederem religiões por nenhum título, e acontecendo e êles possuindo-as seja com o encargo de nelas se deverem e pagarem dízimos, como se fôsem possuídas por seculares..." (18).

- d) — sesmarias com a condição das mesmas não sofrerem parcelamento.

Condição de grande importância, começou a vigorar desde 1780. A partir desse ano, as cartas de sesmarias passaram a rezar: "... e com as mais obrigações de que nunca se dividirá, nem partirá a referida terra, senão por estimação, andando sempre encabeçada em uma só pessoa como determina a Ordem Livro 4º título 97, parágrafo 23" (19).

Dava-se, com esta medida, um passo importante para se impedir, ou pelo menos dificultar, fracionamento das grandes propriedades latifundiárias. Naturalmente, a coroa considerava que as sesmarias de 3 léguas quadradas, já eram tão pequenas que, se fôsem fracionadas, tornar-se-iam anti-econômicas!

Não resta dúvida de que, tal imposição dificultou ainda mais, por muitos anos, o surgimento da pequena propriedade territorial.

As sesmarias sob o domínio holandês

Não conseguimos ver nenhum documento de doação de terras sob o domínio holandês. No entanto, alguns documentos oficiais daquela época (1630-1654), não deixam dúvidas de que tal questão não passou desapercibida por parte dos flamengos.

O artigo 18 do *Regimento do governo das praças conquistadas ou que fôrem conquistadas nas Índias Ocidentais*, escrito em 1629, determinava a respeito o seguinte :

(18) — DOCUMENTAÇÃO HIST. PERNAMBUCANA — SESMARIAS — Vol. I — págs. 197/198.

(19) — Idem, Idem, Vol. II — Recife, 1955 — p. 263.

MAI — JUN 1968

ORIGENS HISTÓRICAS

"As terras que não tiverem dono, ou se acharem desertas e incultas, e puderem ser cultivadas, os Conselheiros as distribuirão pelos colonos que aí estiverem ou fôrem por parte da Companhia, para serem possuídas e cultivadas por êles conforme a natureza e a maior utilidade de cada uma, e haverem os frutos necessários assim para mantimentos como para negócio. Durante os cinco primeiros anos os colonos possuirão livres as terras que lhes fôrem concedidas, sendo sômente obrigados ao reconhecimento e registro, em sinal de as haver recebido assim por parte da Companhia. Findo, porém, os ditos cinco anos, incidirão sobre as mesmas terras, e serão pagos anualmente pelos possuidores em proveito da Companhia o censo, o fóro ou renda enfitêutica, e o dízimo dos frutos, como à Companhia parecer bem ordenar" (20).

Não foi fácil, porém levar à prática essa disposição regimental da Companhia das Índias Ocidentais, pelo simples fato dos colonos holandeses não desejarem se ocupar com a agricultura. A maioria deles, pobres ou ricos, procuravam sempre se estabelecer nas cidades, particularmente no Recife, explorando aqueles ramos que lhes possibilitassem vantagens imediatas e a posse de dinheiro de contado. Sentindo, ao que parece, a transitoriedade da dominação, os colonos preferiam ocupar-se, assim, de negócios mais seguros e de rendimentos mais certos, de tal forma que pudessem dispôr, a qualquer momento, de seus bens e capitais, e abandonar a capitania de regresso à pátria.

Nas crônicas e documentos oficiais daquele tempo, são constantes as queixas contra essa espécie de colonos que se grudavam às cidades, como taverneiros, mercadores, usurários ou operários, à procura do lucro fácil, resistindo a se estabelecer como agricultores e criadores. Daí pedir-se sempre à Companhia, o envio de colonos mas que tivessem dinheiro e disposição para comprar escravos e engenhos, ou então que possuíssem hábitos de trabalho agrícola.

Em carta enviada à Companhia, Maurício de Nassau, ao abordar o problema da colonização dos novos domínios, entre outras coisas, afirmava :

"Não é com guarnições, nem com o terror que os holandeses se hão de defender sempre, mas com o afeto do povo".

"Muito se aproveitaria isto, concedendo-se aos noivos, por ocasião do seu casamento, terras para a cultura, sete anos de isenção de dízimos, e no fim desse termo mais um ano de imunidade para cada filho que tiverem" (21).

O mesmo Nassau, em outra carta também dirigida à Companhia, afirmava veemente :

"Querei-vos assegurar da posse do Brasil conquistado, enviei colonos e reparti com êles estas imensas e férteis campinas que estão à vossa dis-

(20) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. IV — págs. 471/472.

(21) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. I — p. 155

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

posição; daí terras aos soldados veteranos e inválidos, e as colônias do Brasil serão os vossos postos avançados e as vossas guarnições: foi deste modo que Roma subjugou o mundo" (22).

A visão de Nassau era muito mais ampla do que aquela que predominava até então. Visão que, na prática, se alargou ainda mais, à medida que ele sentia as conseqüências desastrosas dos latifúndios e da monocultura açucareira, principalmente com a crise permanente de gêneros alimentícios.

Na luta que sustentou contra a monocultura, Nassau possibilitou o desenvolvimento da produção de gêneros de subsistência. De um lado, obrigando os senhores de engenho a cultivarem a mandioca; do outro, distribuindo terras aos colonos pobres, garantindo-lhes a compra, por parte da Companhia, de toda a produção.

Como vemos, são muito pobres os elementos de que dispomos sobre o problema da terra durante o domínio holandês. No entanto, o que acima dissemos, é suficiente para afirmar a existência da doação de terras e de uma política mais progressista a respeito. É um problema digno de melhor e mais aprofundado estudo, tendo em vista principalmente as diferenças que existiam entre os dois elementos colonizadores — o português e o holandês — diferenças que não devem ter deixado de se refletir, também, nesse terreno.

A demarcação das terras

A demarcação das terras doadas foi um problema quase insolúvel, que atravessou os séculos.

Durante a administração de Duarte Coelho as terras eram religiosamente demarcadas por funcionários nomeados especialmente para aquele fim. Posteriormente, porém, tal questão foi deixada de lado, não só por causa das grandes despesas que exigia, como também pelas dificuldades naturais existentes.

Cartas de sesmarias continuaram a ser dadas, baseadas nas informações imprecisas e muitas vezes falsas dos pretendentes, que declaravam em seus requerimentos as delimitações das terras desejadas e sua localização, ao tempo em que afirmavam se encontrarem as mesmas devolutas.

Com o término da Guerra Holandesa, quando o rei ordenou que fossem distribuídas todas as suas terras entre os oficiais e soldados que lutaram contra o invasor, e, mais tarde, com a doação arbitrária das terras conquistadas aos negros dos Palmares, a situação complicou-se ainda mais.

Acontecia, então, por falta das necessárias demarcações, embora exigidas pelas Ordenações, e também de um serviço organizado de registro das terras doadas, que muitas vezes as mesmas terras eram dadas a duas ou mais pessoas.

(22) — J. B. Fernandes Gama — Ob. cit. — Vol. II — p. 75

MAI — JUN 1968

ORIGENS HISTÓRICAS

Tudo isso, aliado ao fato de que vários latifundiários não se contentavam com as terras que possuíam, e começavam a se apossar das terras dos vizinhos, deu lugar ao surgimento e desencadeamento de ódios e lutas que, às vezes, degeneravam em choques armados entre várias famílias.

As questões surgiam aos montes, as queixas se multiplicavam, ações judiciais eram movidas, nas quais apelantes e apelados apresentavam os respectivos títulos oficiais de propriedade das terras em litígio!

O Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda é rico de questões dessa natureza, apesar dos termos de posse das terras, solenemente lavrados pelos oficiais competentes. Fernandes Gama, em suas *Memórias Históricas*, diz-nos que o governador Tomás José de Melo (1787-1798), enviou o ouvidor-geral ao Cabo de Santo Agostinho a fim de realizar a demarcação de algumas terras. Ao chegar àquela localidade, e convidando os interessados a apresentarem os seus títulos, verificou que as terras neles discriminadas atingiam a mais de 30 léguas de extensão, quando aquela freguesia tinha apenas 7 léguas! É claro que nada resolveu. Arrumou as malas, e regressou!

Em começo do século XIX (1816), a ausência de uma demarcação racional das terras causava espécie ao francês Tollenare. Referindo-se ao engenho Salgado, escreveu ele:

"Não existe da propriedade em questão nem planta nem medição, e não pude ainda me fazer explicar qual é a medida de superfície de que se servem na agricultura. Existe sem dúvida, mas, em verdade parece, das conversações com os senhores de engenho, que os mais simples elementos de agrimensura são conhecimentos tão sublimes que se acham reservados a um pequeno número de cabeças privilegiadas" (23).

Já Koster, que esteve vários anos entre nós, chegando inclusive a arrendar engenho, sentiu mais de perto esse problema. "Era um distrito bem turbulento esse em que fixara minha residência, escreve aquele viajante inglês. Muitos proprietários da redondeza viviam perpétuamente em lutas e eu tivera que tomar o mesmo caminho, porque se não fizesse seria enganado. Os escravos de Paulistas e os do Timbó estavam constantemente em guerra e os proprietários do Timbó e do Jenipapeiro continuavam em processos pendentes de julgamentos demorados. Alguns distritos têm mais tranqüilidade que outros, mas raros são os que vivem sem distúrbios e menos os engenhos, em qualquer parte da província, onde os processos sobre questões de limites não existam" (24).

(23) — L. F. Tollenare — NOTAS DOMINICAIS — Livraria Progresso Editora — Bahia, 1956 — p. 70.

(24) — Henry Koster — VIAGENS AO NORDESTE DO BRASIL — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1942 — p. 819.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

A coroa portuguesa tomou diversas medidas para sanar tal situação, tôdas elas, porém, inócuas. Aquelas disputas que não foram resolvidas judicialmente, o foram pela lei do mais forte, e as que fugiram a êsses dois extremos, os "térmos de composição" amigável estabelecidos entre as partes, ou o tempo, encarregaram-se de solucioná-las. Muitas, porém, continuaram insolúveis, chegando até os nossos dias.

O TRABALHO NAS MINAS GERAIS

Miguel Costa Filho

I

Descobertas as minas de ouro dos sertões de Taubaté e São Paulo, já no último decênio do século XIX, não tardou muito a se divulgar a notícia de tão feliz evento por tôda a colônia.

Logo das capitais vizinhas, pouco depois, de todos os pontos do Brasil, pode-se dizer, e também do estrangeiro, começou a afluir quantidade de gente de tôda a espécie.

Orville Derby chamou "rush" a êsse afluxo, tão numeroso era o povo que demandava as minas, por terra e por mar.

A falta de melhor vocábulo para definir êsse movimento de gente que buscava El-Dorado, tumultuariamente, largando o que tinha nas terras de origem, chama-lo-emos de invasão.

O nome tanto mais se justifica quando se sabe que os descobridores, paulistas e taubateanos, reivindicando em petição dirigida ao govêrno a propriedade das terras e riquezas que haviam dado a conhecer, consideravam forasteiros todos os que não pertenciam à sua Capitania.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

A coroa portuguesa tomou diversas medidas para sanar tal situação, tôdas elas, porém, inócuas. Aquelas disputas que não foram resolvidas judicialmente, o foram pela lei do mais forte, e as que fugiram a êsses dois extremos, os "têrmos de composição" amigável estabelecidos entre as partes, ou o tempo, encarregaram-se de solucioná-las. Muitas, porém, continuaram insolúveis, chegando até os nossos dias.

O TRABALHO NAS MINAS GERAIS

Miguel Costa Filho

I

Descobertas as minas de ouro dos sertões de Taubaté e São Paulo, já no último decênio do século XIX, não tardou muito a se divulgar a notícia de tão feliz evento por tôda a colônia.

Logo das capitais vizinhas, pouco depois, de todos os pontos do Brasil, pode-se dizer, e também do estrangeiro, começou a afluir quantidade de gente de tôda a espécie.

Orville Derby chamou "rush" a êsse afluxo, tão numeroso era o povo que demandava as minas, por terra e por mar.

A falta de melhor vocábulo para definir êsse movimento de gente que buscava El-Dorado, tumultuosamente, largando o que tinha nas terras de origem, chama-lo-emos de invasão.

O nome tanto mais se justifica quando se sabe que os descobridores, paulistas e taubateanos, reivindicando em petição dirigida ao governo a propriedade das terras e riquezas que haviam dado a conhecer, consideravam forasteiros todos os que não pertenciam à sua Capitania.

MIGUEL COSTA FILHO

ES NUM. 1

Ainda não se havia encerrado aquela centúria e já a população das minas se computava em alguns milhares de pessoas.

Antonil, cujo livro foi impresso em Lisboa no ano de 1711 mas deve ter sido escrito e concluído, na terceira parte, que é a correspondente às minas, entre 1704 e 1710, segundo supõe, ao que parece, acertadamente, Diogo de Vasconcelos (1), Antonil afirma que pessoas conhecedoras dessa região computavam em trinta mil almas a sua população ativa naquela época (2).

Em 1705, segundo carta dirigida ao Rei por um funcionário morador nas Minas, havia nestas cerca de 50 000 pessoas (Documento citado por Manuel Cardoso, em trabalho sobre a Guerra dos Emboabas publicado no número de agosto de 1942, de *The Hispanic American Historical Review*).

Nos primórdios da exploração das minas, essa gente vivia em simples acampamentos, nas mais duras condições de vida.

Formando-se os arraiais, que foram salpicando com as suas habitações de pau a pique, terra batida e telhado de palha, aqueles sertões bravios, as famílias melhor se acomodaram.

Mas, como viveria a massa escrava?

Era essa numerosa, é bem de ver, dadas as necessidades prementes da mineração, das fainas agrícolas, dos engenhos de açúcar e aguardente, dos negócios, de outros misteres que os senhores não podiam dispensar.

Não conhecemos dados acerca do número de escravos existentes em Minas Gerais antes de 1712.

Afonso de Taunay, em uma de suas obras, refere-se a um livro de registro de escravos moradores nos distritos de Ribeirão do Carmo, Mariana, Sumidouro, Antônio Pereira, Inficionado e outros pequenos núcleos adjacentes. Eram ao todo uns onze mil (3).

Salomão de Vasconcelos, que foi quem encontrou o referido livro, ainda conforme Taunay, avaliou em cerca de quatorze mil o número de escravos que havia em Minas no princípio do século XVIII.

Como vivia e como trabalhava essa enorme multidão de escravos que aumentava incessantemente?

Serão escassos, escassíssimos os documentos coevos que nos possam esclarecer sobre essas questões.

Em nossas pesquisas de arquivos nada ou quase nada encontramos nesses bolorentos manuscritos que, infelizmente, por falta de verbas e de pessoal habilitado, ainda não foi possível organizar, classificar e fichar na maioria das repartições competentes.

(1) HISTÓRIA ANTIGA DAS MINAS GERAIS, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904, p. 381.

(2) CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL POR SUAS DROGAS E MINAS, Lisboa. Na oficina Destandesiiana, Anno de 1711, p. 136.

(3) SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO TRÁFICO AFRICANO NO BRASIL, 1941, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, p. 195.

MAI - JUN 1968

O TRABALHO NAS MINAS

Socorremo-nos, por isso, do grosso volume escrito pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira, que o apresenta como o primeiro tratado de medicina brasileira em língua portuguesa.

Vindo de Portugal, onde nasceu, chegou às minas, através da Bahia, em 1708 ou em princípios do ano seguinte. Só uns vinte e dois anos depois é que as deixou, voltando definitivamente para a Europa.

Com a sua autoridade de médico, de conhecedor, por assim dizer, de toda a região mineira, do longo trato com a gente da terra, com os doentes em particular e com as diversas atividades econômicas daquela parte da Colônia, pois, foi também fazendeiro e proprietário de lavra mineral, o escritor português censura os senhores, que haveriam de prestar "conta a Deos", por não darem aos seus escravos "boa cobertura, casa bem recolhida, e o comer de boa sustância" (4).

Era grande a mortandade entre a escravaria, acrescenta, não sendo ela submetida a exame particular. Por falta de médico, não seria, porque Luís Gomes Ferreira diz que havia muitos nas Minas, inclusive um "grande médico húngaro", cujo nome, aporuguesado, era João da Rosa.

As condições de trabalho nas lavras e catas não eram boas. Os "prêtos", mal alimentados, o dia inteiro "habitam sempre, ou quase sempre dentro da água". "Depois que entram a trabalhar, continua o *Erário Mineral*, andam expostos ao rigor da chuva, do frio e do sol".

Deixando o trabalho, e este, como sabemos, durava o dia todo, porque a sede do ouro era insaciável, o que os escravos encontravam eram "ruins coberturas, ruins camas e ruins tratamentos", como sabem todos os que habitam nestas partes, diz sugestivamente Luís Gomes Ferreira, que, seja dito de passagem, estudou, diagnosticou e tratou a maioria das doenças encontradas na Bahia e nas Minas Gerais.

No que tange propriamente ao trabalho dos negros nas minas, o autor é incisivo e ainda mais esclarecedor, quando diz que habitavam (textual) "dentro da água (como são os mineiros, que mineram nas partes baixas da terra e veios dela), outros feitos toupeiras, minerando por baixo da terra; uns em altura de fundo cinquenta, oitenta, e mais de cem palmos; outros pelo comprimento em estradas subterrâneas, muitos mais, que muitas vezes chegam a seiscentos, e a setecentos: lá trabalham, lá comem, e lá dormem muitas vezes".

Relativamente à técnica dos trabalhos de mineração, são igualmente muito poucas as informações dos primeiros tempos.

Não há dúvida, porém, de que eram de um primitivismo lamentável. As próprias bandeiras, quando iam para os sertões, ao menos, na fase anterior à descoberta, excluindo-se, é claro, as de Fernão Dias Paes e Rodrigo de Castelo Branco, senão outras, eram mal apercebidas de instrumentos e ferramentas.

(4) ERÁRIO MINERAL, Luís Gomes Ferreira, Lisboa Ocidental, Na Officina de Miguel Rodrigues, MDCCXXXV, p. 31.

MIGUEL COSTA FILHO

ES NUM. 1

Bento Fernandes Furtado de Mendonça, cujo pai foi participante de uma das primeiras expedições descobridoras de ouro, e é próprio bandeirante e descobridor de novas terras e minas, conta, na sua célebre e discutível relação, que Afonso de Taunay publicou na íntegra (?) em *Relatos Sertanistas*, que Antônio Rodrigues Arzão, apontado como o primeiro revelador do ouro de Minas Gerais, "fêz algumas experiências, com uns pratos de pau ou de estanho, e foi ajuntando algumas faíscas, que pôde apanhar com aquêles débeis instrumentos com que podia fazer, sem ferramenta alguma de minerar".

Antonil, que reproduz a informação escrita pelo acompanhante de Artur de Sá em que se louva, ao descrever o modo de tirar o ouro das minas do Brasil (capítulo XIV da terceira parte do livro citado), só menciona alavancas, almocafres, bateias e cuias como os utensílios de que se serviam os trabalhadores das lavras e catas.

Instrumental pobre e técnica rudimentar a denunciar o empirismo inevitável numa colônia que, de caso pensado, se deixava sem instrução, sem qualquer possibilidade de autêntico e bem orientado desenvolvimento intelectual.

A situação conservava-se tal qual a retratara em 1662 o anônimo autor do manuscrito intitulado *Como se Tira o Ouro das Minas que Chamam de Parnaguá*: "Os que vão tirar este ouro, pela experiência que já têm, o fazem primeiro com um bordão ferrado que, penetrando a superfície da terra, sentindo pedregulho abaixo é sinal ter a terra ouro em quantidade que promete lucro além do gasto e dispêndio feito, e cavando este pedregulho e terra enchem umas bandejas de pau, a que chamam bateias, e na ribeira mais vizinha as mergulham, e a corrente das águas lavando o terrestre assentam no vaso e fundo da bandeja os grãos do ouro líquido que a natureza e ventura lhes deparam, e quantos são os ministros desta obra, tanto é o interesse, acertando a ser a paragem menos rendosa de ouro, de alguma outra daquela costa, sempre tira um índio cada dia o valor de ouro dez vintens e quando mais avantajada cinco e seis tostões e dez e doze, conforme o acerto da experiência dos que o buscam". (5)

A única diferença a acentuar entre as minerações de Parnaguá e outras do sul da colônia e de Minas Gerais foi o emprego naquelas do índio e nestas também e principalmente do africano, cujo tráfico, aliás, muito se intensificou com a descoberta e exploração das últimas, abrindo-se nova fase na história econômico-social da colônia.

Mais tarde, foi introduzida a roda de água. Com ela, com as rodas ou engenhos de água, os mineiros passaram a tirar mais ouro, "muito ouro", impresso em 1732.

(5) ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 57, p. 160-161.

MAI - JUN 1968

O TRABALHO NAS MINAS

segundo refere Francisco Tavares de Brito, no *Itinerário geográfico, com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, rios, montes e serras que há na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas de ouro*,

É interessante observar que um manuscrito sem data e sem nome de autor, sob o título *Descrição do Mapa Geográfico que Compreende os Limites do Governo de São Paulo e Minas e Também do Rio de Janeiro*, divulgado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (volume II), referindo-se aos trabalhos de mineração naquela região não menciona o emprego de rodas.

Cotejando-se aquele impresso e esse manuscrito, verifica-se que é o mesmo o autor de ambos ou melhor o *Itinerário* é apenas um desenvolvimento melhorado e atualizado do documento anônimo, da Biblioteca de Évora. Há, consoante pensamos, entre os dois, um período de cerca de quinze anos, de forma que o uso da roda de água na mineração deve ter começado em Minas Gerais depois de 1717 (6).

Melhorou assim a técnica de produção, aumentou a produtividade do trabalho, passou-se a extrair mais ouro, muito ouro, de acordo com o registro de Francisco Tavares de Brito.

Entretanto, as condições do trabalho continuavam insatisfatórias, muito longe do que se praticava nos países mais adiantados da Europa; a situação iria agravar-se sensível, perigosamente, cada vez mais, com o esgotamento do ouro aluvial e com a necessidade do emprego de uma técnica mais apurada e de maiores recursos financeiros.

(6) Cláudio Manuel da Costa diz, no Fundamento histórico de seu poema VILA RICA, nota 51, que essa máquina fôra inventada em 1711 por um padre residente nas minas.

MAIACOVSKI NOS DEBATES PÚBLICOS (*)

E. Carrera Guerra

Maiacovski possuía qualidades excepcionais de conferencista e polemista. Uma voz possante que, numa assembleia numerosa e agitada, com um grito, dominava o tumulto. Recitando era um "megafone vivo". Podia prender a atenção de um auditório horas inteiras, falando, declamando, respondendo a perguntas e apartes. Elsa Triolet diz que jamais viu ninguém com tamanho domínio de si mesmo diante do público, pôsto que, tendo conhecido de perto grandes atores, observou neles a transfiguração que sofriam ao entrar e ao sair do palco, com os sinais evidentes da tensão nervosa que lhes custava a exibição. Com Maiacovski não se dava tal coisa.

(*) O presente trabalho forma um capítulo inédito da obra ANTOLOGIA DE MAIACOVSKI, O POETA DA REVOLUÇÃO RUSSA, estudo biográfico e traduções de E. Carrera Guerra, cujos primeiros capítulos foram publicados na extinta revista TEMÁRIO, 1951-1952. Carrera Guerra faleceu na madrugada de 1º de janeiro último, e sua morte, repentina, inesperada, produziu profundo pesar em nossos meios literários, que muito o estimavam, vendo nele um dos mais sérios escritores de sua geração. Poeta e ensaísta, Carrera Guerra era um crítico de boa formação marxista, que chegava à maturidade — morreu com 40 anos — com excelentes possibilidades de realizar uma obra de considerável importância. O pouco que deixou publicado era disso um penhor seguro. Divulgando agora um capítulo ainda inédito do seu livro sobre Maiacovski, desejamos prestar uma sentida homenagem ao escritor e ao companheiro (N. da R.).

MAI — JUN 1968

MAIACOVSKI

Dominava tanto a platéia quanto a si mesmo e só os versos tinham o poder de fazê-lo entrar emocionalmente em ebulição.

Em suas andanças de rapsodo, Maiacovski se dirigia a um auditório amplamente popular, composto de estudantes, operários, camponeses e soldados, aos quais visitava nos locais próprios.

Para a gente simples do povo seu comportamento era sempre afetuoso e de extrema solicitude, costumando consultar as opiniões sobre as obras que lia ou declamava.

"Recitei versos para os camponeses, no Palácio de Livádia. Recitei no mês passado, nas docas de Baku, na usina Schmidt de Baku, no clube Chaumian, no clube operário de Tiflis, disse versos de pé sobre uma torre de metalurgia na hora do almoço, acompanhado pelo resfolegar expirante das máquinas".

E, a seguir, para indicar a origem suspeita daqueles seus sistemáticos opositores, que faziam a demagogia da incompreensão, citava uma das numerosas resoluções dos comitês das usinas por onde havia passado:

"No fim da leitura, Maiacovski dirigiu-se aos operários pedindo-lhes que manifestassem suas impressões e seu grau de compreensão, depois do que foi proposto um voto que demonstrou uma compreensão total, pois o voto foi pronunciado com unanimidade, exceção feita de uma voz cujo titular declarou que, escutando o autor, compreendera melhor suas obras do que ao lê-las a sós."

Acontece que a voz discordante era, não a de um operário, mas a do contador da fábrica.

O poema *Maravilhoso!* registra o recital para camponeses, levado a efeito no Palácio de Livádia:

*"Onde já se viu isso,
num palácio... ler ?*

O que ?

Versos !

Para quem ?

Para mujiques !"

Tratava-se, realmente, de uma novidade. Do novo evangelho poético, Maiacovski se fazia o "décimo terceiro apóstolo".

Muitas anedotas ficaram para ilustrar o repentismo com que Maiacovski retrucava às perguntas ou apartes provocadores.

Certa vez, no momento em que Maiacovski acabava de agradecer ao público um elogio exagerado, fazendo mesuras engraçadas, pelo ex-gegro correspondente, alguém intercalou, no silêncio imediato, a pergunta:

— E Moselprom ?

Referia-se à agricultura e indústria socialistas de Moscou, cuja sigla formava a palavra. Era no tempo da NEP e havia as empresas particulares.

E. CARRERA GUERRA

ES NUM. 1

Maiacovski, prontamente:

— E o sr. com que indústria está? Com a particular? Eu estou com a do Estado.

A estocada pretendia atingir a poesia de propaganda do Estado, feita pelo poeta.

Lila Guerrero conta:

"Recordo-me de uma dessas tertúlias na qual um homem da primeira fila se levantou e com voz guinchante disse:

— Alexandre Puchkin morreu e meu pai e eu ainda o lemos, mas quando o sr. morrer ninguém o lembrará mais.

O homem era baixo, enxuto, calvo e usava óculos. O estrado que servia de palco era baixo e se achava muito perto da primeira fila.

Maiacovski aproximou-se do homem, estendeu o braço e apontando com a mão como se fôsse uma pistola, rugiu irônico:

— Imbecil! Se tu um dia chegares a ter filhos, coisa de que duvido muito, eles lerão Maiacovski como teu pai leu Puchkin.

Uma gargalhada geral sublimhou as palavras do poeta e dali a pouco o homem sumia da sala."

Para o mesmo tipo de profecia idiota sobre o futuro de sua obra, o poeta soube encontrar várias outras respostas:

— O sr. diz que depois que eu morra não me lerão. Venha visitar-me daqui a cem anos e tiraremos a prova.

A um que insistia:

— Meus filhos não o lerão!

A réplica foi:

— E como sabe que seus filhos sairão parecidos com o senhor e não com a mãe?

Um gaiato procurava perturbar a reunião rindo-se às gargalhadas e agitando-se deliberadamente na cadeira para distrair os circunstantes. Maiacovski interrompeu o discurso e fulminou:

— Para construir o telégrafo fazem falta postes, cabos e aparelhos telegráficos; para rir-se basta ter a cara.

Leo Kassil, amigo e acompanhante de Maiacovski, descreve, com muita fidelidade, um desses espetáculos sensacionais e originalíssimos, misto de conferência, debate e recital, em que o poeta ocupa o centro da cena e aparece num corpo a corpo com seus contendedores, audaz, desafiador, genial, capitão invencível na ponte de comando.

Foi no salão do Museu Politécnico de Moscou. Recinto superlotado. Amontoam-se os espectadores uns sobre os outros. Sentam-se pelo chão, nos degraus, nas balaustradas. Casa à cunha. Lá fora, entretanto, uma multidão igual reclama entrada. Maiacovski chega. A muito custo consegue entrar, não sem antes distribuir à porta todos os bilhetes que lhe restam. Já nos bastidores, o poeta ouve os gritos: "Maiacovski! Por favor! Deixe-nos entrar!" Diz a Kassil que vá falar com o administrador. São

MAIACOVSKI

MAI — JUN 1968

"komsomols", membros de círculos de estudos poéticos. O poeta lhes prometera ingresso. "Vá — diz a Kassil — peça ao administrador que deixe entrar cinco... talvez oito... quem sabe dez. Bate no peito, arranca os cabelos, o coração e jura que esses são os últimos. Ele acreditará. Já acreditou das nove vezes anteriores..."

A audiência dá sinais de impaciência. Ao aparecimento do poeta no palco irrompe uma primeira ovação alegre, estrondosa. O poeta vem seducido por amigos e companheiros d'armas. Traz numa das mãos uma pasta, na outra um copo de chá. O palco treme sob seus passos de gigante. Limpa a mesa. Coloca sobre ela os livros em ordem. Poemas. Papel. O relógio. A colher tilinta no copo. Está como que em casa. O público o observa. Por fim, metendo os dedos atrás do cinto, assumindo uma atitude quase esportiva, começa:

"Esta noite, eu... (e anuncia o programa)... depois da conferência haverá um intervalo para meu descanso e para o público manifestar sua satisfação."

— Mas quando lerá seus poemas? — pergunta uma jovem.

— Ah! você quer começar logo pelo melhor, hein? — retruca Maiacovski, imitando-lhe a voz afetada.

Um primeiro frouxo de riso percorre a assistência. Começa a conferência.

"Na realidade, não é uma conferência. É uma brilhante discussão, um relato convincente, um monólogo tempestuoso, um ardente discurso, cheio das mais interessantes informações, fatos, furioso clamor, felicidade, indignação, asserções ousadas, curiosidades, aforismos, paródias, epigramas, pensamentos penetrantes, piadas provocantes, exemplos flagrantes, ataques inflamados e fórmulas agudas. Definições ferinas, mortais, expressões mordazes desabam sobre a cabeça dos cavaleiros da arte filistina, a severa indignação do poeta os esmaga. Maiacovski fala. Estenógrafos escrevem: "Risos e aplausos... riso geral... tempestuosos aplausos."

Começam a chover os bilhetes com perguntas sobre o palco. Os ofendidos gritam. Outros os vão. Há troca de insultos. "Comoção no recinto", registra a estenografia. Maiacovski intervém. "Não se agitem, camaradas." E a um manda que se sente. A outro que deixe de ler o jornal ou que se retire. A um terceiro que cale a boca. Sua voz de baixo facilmente cobre o tumulto. Fala-lhes, direto: "Não se agitem. Se comeci a falar, devo ir até o fim. Você veio aqui para me ouvir e não para ler. Se não está interessado, aqui está um níquel pelo seu bilhete, considere-se livre." E era obedecido. Começava então o corpo a corpo das perguntas e respostas.

Um que se faz de desentendido:

— Maiacovski, suas piadas não atingem meu entendimento.

— É que você é uma girafa! — exclama o poeta. Somente uma girafa pode molhar os pés na segunda-feira e só ficar resfriada no domingo.

Um jovem mais atrevido, desafia:

— Maiacovski, você nos toma a todos como idiotas, não?

— Bem, bem... — respondeu Maiacovski — por que a todos? Por enquanto, só vejo um diante de mim.

Alguém declara, ao começar um discurso furioso:

"Maiacovski já é um cadáver e dele ninguém pode esperar poesia."

O recinto se indigna. O orador, sem se perturbar, prossegue atacando o poeta. A certa altura, Maiacovski encaixa num tom pensativo:

— É estranho... eu sou o cadáver, mas quem fede é ele.

Foi o bastante para liquidar o orador.

Um cidadão gorducho e retaco abre caminho no palco e acusa Maiacovski de gigantomania, advertindo:

— Devo lembrar ao camarada Maiacovski que, conforme diz um velho adágio, já conhecido de Napoleão, do sublime ao ridículo há apenas um passo...

Maiacovski, imediatamente, levantando a perna como um elefante, dá um grande passo em direção ao interlocutor e atira-lhe à queima-roupa: — "Do sublime ao ridículo apenas um passo!"

Um último orador, que insistira muito para falar, ao chegar-lhe a vez, desiste declarando que mudara de idéia e que, afinal, não estava preparado.

Maiacovski toma-lhe a deixa e declara com ar de triunfo:

— Devido ao mau tempo, os exercícios de tiro ficam adiados indefinidamente.

E passa a ler poemas.

"Todo o recinto, opositores e admiradores, aquietam-se num silêncio tenso e atento. Com maestria inigualável Maiacovski recita. Sua famosa voz repercute audaz e sincera, penetrando em todos os interstícios e desvãos do edifício. Os espectadores, mesmo aqueles que já o ouviram muitas e muitas vezes neste mesmo lugar, ouvem-no com a respiração suspensa. Os milicianos e os bombeiros ali de serviço ouvem-no de pé, boquiabertos".

A audiência chega ao delírio. Bate palmas. Pateia. Pede mais versos. O poeta lê e lê. Em dado momento, um sujeito barbado sai acintosamente da sala, fazendo barulho propositadamente. Maiacovski se detém e pergunta ao auditório:

— Por que vai saindo esse personagem barbado?

Com a barba a cair-lhe pelo peito abaixo, o indivíduo continua sua marcha barulhenta em direção à porta.

Inopidamente, Maiacovski, num tom de absoluta seriedade, quase como se o desculpasse, diz à sala:

— O cidadão vai fazer a barba!

Uma gargalhada geral do recinto acaba de encabular o barbado.

Responde a seguir às perguntas contidas nos bilhetes.

Um filisteu indaga:

— Maiacovski, quanto você ganhou com o espetáculo desta noite?

— E que tem você a ver com isto? De qualquer modo, você não desembolsou nem um vintém...

E passa ao seguinte.

— Maiacovski, qual é o seu verdadeiro nome?

O poeta, assumindo cômicamente um ar conspirativo, inclina-se para a platéia:

— Poderei acaso dizê-lo? ... Puchkin...

— Pode aparecer um segundo Maiacovski, digamos, no México?

— Hum... porque não... eu posso voltar lá, casar-me... então um segundo Maiacovski pode aparecer.

— Seu último poema é muito longo.

— Bem, faça cortes. E imprima seu nome nos fragmentos.

— Maiacovski, você diz que de tempos em tempos precisa limpar-se de hábitos e tradições pegajosos. Se você precisa limpar-se é porque está sujo.

— E então, você não se lava e pensa que está limpo, hein?

Lendo um certo bilhete, o poeta monologa:

— O que é isto? Ah! uma carta que me é familiar. Eu estava esperando por isto. Enfim, chegou: "Seus poemas não são compreendidos pela massa". Então cá está! Há muito que o esperava para puxar-lhe as orelhas. Disto já estou literalmente farto!

E continuava lendo:

— Eis aqui outro: "Meus camaradas e eu lemos seus poemas e não entendemos nada!..." Você precisa arranjar camaradas mais inteligentes.

— Maiacovski, você se considera um poeta proletário, coletivista, e está sempre escrevendo eu, eu, eu...

— Bem, que pensa você? Nicolau Segundo era coletivista? Ele sempre escrevia nós. Nós, Nicolau Segundo...

O auditório aplaudia, ria, gargalhava, delirava e o poeta prosseguia nessa luta, incansavelmente, até o fim.

Terminado o espetáculo daquela noite, o poeta confiava a Kassil, ao saírem juntos do Museu Politécnico:

"Isto cansa. Estou exausto. Mal me aguento em pé. Mas é interessante. Gosto disto. Gosto de falar... e o público — não importa a idade, todos acorrem, me respeitam, eles sabem, uns demônios! Aquêlê estudante de escola noturna que estava no balcão... que visão surpreendente, verdadeira! E um prazer. Bela rapaziada..."

Dei uma boa lambada naquele barbado, hein?

Dêses e de outros muitos entreveros foi feita toda a carreira de Maiacovski. Chega-se a contar, num período de três anos, duzentas reuniões organizadas pelo poeta, com uma média de 60.000 ouvintes por ano.

E. CARRERA GUERRA

ES NUM. 1

Conta-se que, uma única vez, Maiaçovski não soube o que responder a um aparteante.

Num de seus recitais, os últimos versos declamados diziam :

*"Com Lênin em nossas cabeças
E com um fuzil em nossas mãos ..."*

Então, no meio da massa que o ouvia, um soldado gritou :

— E com tua poesia em nossos corações, camarada Maiaçovski!
Maiaçovski, sempre instantâneo nas réplicas, dessa vez titubeou, emocionado. Afinal conseguiu articular apenas :
— Muito obrigado, camarada.

AValiação DO IDEALISMO CLASSICO CHINES

Su Ju

Nos últimos anos, o método marxista tem sido usado com sucesso por filósofos chineses, no estudo de várias questões da filosofia chinesa. Esta, desde a época de Confúcio, atravessou mais de 2.500 anos de desenvolvimento e produziu obras de destaque, tanto de pensamento materialista quanto de idealista.

Um dos notáveis resultados desse estudo foi a compilação de um novo manual de ensino da história da filosofia chinesa. Esse trabalho foi feito por 15 professores, conferencistas e instrutores da matéria, na Universidade de Pequim, orientados pelo Professor Feng Yu-lan.

Deve-se dizer, entretanto, que alguns desses estudos mais recentes foram, até certo ponto, estigmatizados por influências doutrinárias. Desde maio de 1956, quando o Partido Comunista Chinês apresentou sua política das "cem flôres", houve um renascimento da atividade entre os estudantes de história da filosofia chinesa.

SU JU

ES NUM. 1

Conferência em Pequim

Realizou-se, em janeiro de 1957, uma conferência especial sobre a filosofia chinesa, na Universidade de Pequim. A ela compareceram mais de uma centena de especialistas (*).

Foi essa a primeira vez, desde a libertação, que tantos filósofos, pertencentes a vários partidos ou a nenhum partido, tanto da velha quanto da nova geração, reuniram-se para discutir. As atas das reuniões e os ensaios a elas apresentados foram, agora, reunidos em um volume publicado pelo Instituto de Filosofia da Academia Chinesa de Ciências. A discussão propriamente dita tem continuado nos círculos acadêmicos e nos jornais.

As questões levantadas durante a conferência incluíam o alcance e o objetivo do estudo da história da filosofia chinesa, uma avaliação do idealismo clássico, os diferentes pontos de vista quanto à presença de elementos materialistas nas teorias éticas e nas filosofias da história antes do aparecimento do Marxismo, as características da filosofia chinesa e o problema de como aceitar a herança da filosofia chinesa. A troca de opiniões sobre esses problemas levou à consideração de alguns aspectos do problema fundamental da filosofia, isto é, a relação entre materialismo e idealismo.

Materialismo e idealismo

O Professor Ho Lin, Pesquisador do Instituto de Filosofia da Academia Chinesa de Ciências e uma autoridade em Hegel, disse que o pensamento materialista e idealista do passado não poderia ser colocado em dois compartimentos herméticos. Os defensores das duas escolas frequentemente continuavam suas controvérsias através de palestras não-formalizadas entre amigos, ou entre professores e estudantes. O materialista Chang Tsai e os idealistas Cheng Hao e Cheng Yi, do século 11, por exemplo, eram parentes e amigos. Não havia barreiras intransponíveis entre os representantes das duas tendências. "Posso dizer com certeza", declarou o Prof. Ho, "que, na história da filosofia, ninguém pode encontrar um materialismo 100 por cento e um idealismo 100 por cento. O materialismo e o idealismo, portanto, embora competidores, aproximam-se um do outro, beneficiam-se mutuamente e dependem um do outro".

"Na verdade", continuou o Professor Ho, "um sistema de materialismo frequentemente absorve os elementos materialistas existentes num

(*) Entre os presentes à discussão encontravam-se Feng Yu-lan, Professor de Filosofia, Universidade de Pequim; Professor Cheng Hsin, Chefe do Departamento de Filosofia e Especialista em Kant, Universidade de Pequim; Professor Chin Yueh-lin, Vice-Diretor, Instituto de Filosofia, Academia de Ciências, especialista na filosofia de Bertrand Russell, na Universidade de Pequim; Professor Ho Lin, Pesquisador do Instituto de Filosofia e especialista em Hegel na Universidade de Pequim e na Universidade Chinesa do Povo; Pan Tau-nien, Diretor do Instituto de Filosofia; Ho Sheng, membro do comitê do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Academia Chinesa de Ciências; Ai Szu-chi e Sun Ting Kuo, chefe e vice-chefe, respectivamente, do Grupo de Ensino e Pesquisas em Filosofia da Escola Superior do Partido, do Comitê Central do P.C.C.

MAI - JUN 1958

AVALIAÇÃO DO IDEALISMO

antigo sistema idealista e usa-os como armas a serem lançadas contra os elementos idealistas desse mesmo sistema... Feuerbach, por exemplo, utilizou alguns dos elementos humanistas de Hegel e usou-os contra o sistema idealista de pensamento de Hegel. Marx lutou contra Hegel usando o método dialético deste último e algum materialismo histórico rudimentar".

Os pontos de vista do Prof. Ho Lin encontraram oposição em muitos dos conferencistas. De acordo com o jovem filósofo Kuan Feng, especialista em materialismo dialético, a principal razão da amizade entre materialistas e idealistas, no passado, era a identidade de opiniões políticas. Se Chang Tsai houvesse defendido a derrubada do domínio feudal não poderia ter sido amigo dos dois Cheng. Entretanto, o fato de os materialistas e idealistas do passado terem sido amigos, ou inimigos, em política, não explicava nada. Materialismo e idealismo eram duas maneiras de encarar o mundo completamente opostas. O conflito entre as duas era agudo e irreconciliável; caso não se desse atenção a esse fato, o resultado seria confusão.

Kuan Feng também discordou dos exemplos oferecidos pelo Professor Ho Lin. "Hegel", disse ele, "não tinha dois bolsos, um para a dialética, outro para o idealismo". A filosofia de Hegel constituía um todo coerente. "Marx salvou a dialética destruindo todo o sistema de filosofia idealista de Hegel, recondicionando inteiramente a dialética de Hegel antes que pudesse ser aplicada ao materialismo". "O materialismo", disse Kuan Feng, "não tem nada em comum com o idealismo, quando se trata de verdadeiro materialismo e não de pseudo-materialismo".

Possui o idealismo elementos sólidos?

Existirão, então, elementos sólidos no idealismo?

O Prof. Feng Yu-lan disse que sim. Tomou como exemplo as filosofias de Chuang Tzu (quarto século A.C.) e Kungsun Lung (provavelmente terceiro século A.C.). A primeira era uma espécie de relativismo, que reconhecia estarem todas as coisas em constante transformação. A última era uma espécie de sofística reconhecendo, entretanto, a distinção e a contradição entre "o geral" e "o particular". Em sua opinião, o idealismo tem um "núcleo racional", que pode ser chamado de materialista, pois coincide com a realidade objetiva.

Hu Sheng, membro do comitê do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Academia Chinesa de Ciências, refutou os argumentos de Feng. Disse ele: "Alguns sistemas idealistas de filosofia podem ter pontos de vista materialistas, em contradição com seu próprio sistema, relativamente a certos problemas. Mas não podemos considerar todas as idéias que correspondem, parcialmente, à realidade como materialismo, porque, ao tornarem-se parte do idealismo, receberam uma interpretação idealista e transportaram-se para o campo do idealismo". Isto não quer dizer, explicou

SU JU

ES NUM. 1

êle, que não se deve estudar a filosofia idealista. Em sua opinião, além da doutrina fundamental, cada filosofia contém outros elementos, isto é, "meios de pensamentos", tais como as categorias e os conceitos. Esses "meios de pensamento" podiam ser absorvidos pelos sistemas de filosofia materialista e idealista. Na história da filosofia, disse êle, encontram-se muitas vèzes casos tais como o seguinte: Um materialista nega o ponto de vista fundamental de um idealista. Ele apresenta um ponto de vista diferente mas, ao mesmo tempo, utiliza certos "meios de pensamento" de seu oponente e os reforma para seu próprio uso. Chang Tsai, um materialista, considerou, por exemplo, os *chi* (elementos) como a origem de tôdas as coisas. Os dois Chengs e Chu Hsi, todos idealistas, consideravam que a criação das coisas por *Chi* era governada por *li* (lei). O conceito de *li* já havia sido usado por Chang Tsai em seu sistema de filosofia. Os dois Chengs e Chu lançaram mão dêle e deram-lhe um novo cunho idealista. Mais tarde, no século dezesete, Wang Fu-tzu, destacado filósofo materialista, realizou outros estudos sobre a relação entre *li* e *chi*. Ele propôs a teoria de *li tsai chi chung* (a lei está nas coisas).

A despeito de suas divergências, êsses sábios concordavam que existiam, na filosofia materialista, elementos úteis.

Está o idealismo absolutamente errado?

Outro ponto discutido foi se o idealismo, como filosofia, estava *absolutamente* errado.

"O ponto de vista filosófico do materialismo é sólido", disse Hu Sheng, "e o do idealismo não é. Eis aí uma diferença absoluta".

Porém Chen Hsiu-chai, conferencista da Universidade de Pequim, discordou. Disse êle que o idealismo estava errado de uma maneira *geral*, o que não queria dizer estar *absolutamente* errado. Sob certas condições, poderia conter elementos ou aspectos de verdade. . . O materialismo e o idealismo eram dois pontos opostos de uma síntese de contradições; cada um podia ser transformado no outro. A verdade e o êrro, também, podiam passar de um para outro. O filósofo alemão, Fichte, era um exemplo. Fichte negava que o mundo objetivo pudesse existir independentemente do pensamento. Era, portanto, impossível encontrar qualquer elemento de materialismo em seu pensamento. Fichte, entretanto, acentuava, também, a atividade subjetiva; isso era algo de racional. Embora fôsse êsse ponto demasiadamente acentuado, continuava, assim mesmo, a ser um fator racional. Existia, portanto, inegavelmente, um fator certo, racional, na filosofia idealista de Fichte e a descrição "núcleo racional" de natureza materialista não é bastante completa.

Chang Shih-ying, outro conferencista da Universidade de Pequim, discordou completamente. Disse que o materialismo dialético reconhecia a atividade subjetiva; a importância que Fichte e Hegel davam a êsse ponto

76

MAI - JUN 1968

AVALIAÇÃO DO IDEALISMO

era, de um certo modo, racional. Mas Fichte e Hegel tinham chegado ao ponto de dizer que o Espírito, ou Mente, era o criador tanto do homem como da natureza. Isso era certo ou racional? "Seria materialismo, e não idealismo, se não fôsse apresentada com exagero a função da atividade subjetiva, se a mesma fôsse reconhecida em seus devidos termos. É errado descrever o idealismo como um fiel reflexo de um certo aspecto da realidade objetiva e da verdade objetiva e, nessas circunstâncias, chegar à conclusão de que há, também, alguma verdade no idealismo".

Idealismo, materialismo e progresso social.

Em vista das diferentes opiniões sobre o idealismo, houve também pontos de vista diferentes quanto ao seu papel na história do pensamento. Surgiram, aqui, duas perguntas: qual o papel desempenhado pelo idealismo no desenvolvimento do materialismo, e qual foi o seu papel no progresso social?

Todos os conferencistas concordaram que, devido à luta entre os dois, o idealismo promoveu o desenvolvimento do materialismo. Houve, porém, diferença de opinião sobre como foi feita essa promoção.

Os que consideravam o idealismo como absolutamente errado achavam que o seu papel, no processo, foi puramente negativo; sua existência foi uma espécie de espórea para o desenvolvimento do materialismo. Os que encontravam alguma verdade no idealismo achavam que o idealismo não apenas apresentava alguns argumentos errôneos que serviam de estímulo para o desenvolvimento do materialismo, como também criticavam certos erros dos sistemas materialistas anteriores, proporcionando alguns fatores que enriqueceram o materialismo. A função do idealismo, portanto, não foi apenas negativa. Sob certos aspectos, ela foi positiva.

O papel do idealismo no progresso social provou ser uma questão difícil. Passou-se muito de leve sobre êle, na conferência.

No passado, algumas pessoas rejeitaram completamente o idealismo, dizendo que, antigamente, todo o pensamento filosófico idealista, sem exceção, tinha sido reacionário. Todos os participantes concordaram que, em geral, historicamente falando a filosofia idealista estava mais intimamente ligada aos interesses das classes sociais reacionárias. Mas em certas épocas e em certos lugares, sob certas condições, também serviu ao progresso social.

Chang Shih-ying citou o misticismo religioso cristão na Idade Média. Os místicos pensavam que o homem podia comunicar-se com Deus sem a intervenção da Igreja. "Essa teoria", disse Chang, "era, na verdade, um protesto contra a arqui-reacionária Igreja daqueles dias. Embora idealista, essa teoria auxiliou, até certo ponto, o progresso social".

Chen Hsiu-chai salientou: "Tendo em vista o desenvolvimento social, os grupos progressistas e democráticos de donos de escravos, e também a burguesia em suas primeiras fases antifeudais, basearam-se em perspecti-

77

SU JU

ES NUM. 1

vas que eram, no seu todo, idealistas. Entretanto, tendo derrubado a aristocracia das clãs e o domínio feudal, essas idéias desempenharam um papel histórico progressista".

Hu Sheng disse: "Devemos analisar cuidadosa e realisticamente o papel de cada variedade de materialismo e idealismo e como foi o mesmo desempenhado, dentro das condições históricas concretas de cada caso. A tentativa mecânicista, visando igualar o materialismo filosófico ao progressivismo em política e o idealismo filosófico ao conservantismo, é simples demais. Essa ultra-simplificação deve ser rejeitada. Mas se, rejeitando-a, eliminamos a diferença entre materialismo e idealismo, se dizemos simplesmente que ambos servem aos interesses tanto de uma tendência política progressista como reacionária, terminaremos numa grande confusão quanto aos princípios teóricos e à linha de demarcação entre o materialismo e o idealismo. O caráter de partido da filosofia tornar-se-á nebuloso".

NOTAS SOBRE A RECESSÃO NORTE-AMERICANA (*)

Hyman Lumer

Há várias razões ponderáveis para considerarmos a depressão atual mais séria do que as precedentes. Entre elas, as principais são as seguintes:

1. Não existe mais, neste após-guerra, grande estímulo para os investimentos de capital. A procura de habitação e de certos bens de consumo, que se prolongou por muito tempo depois da guerra, já não se manifesta no momento presente. Em sua carta de janeiro, o *Federal Reserve Bank of Philadelphia* afirma que, nesse sentido, 1957 assinalou o fim da era de após-guerra, isto é, os vácuos feitos pela guerra foram preenchidos até aquele ano.

A produção de automóveis não foi em 1949 atingida pela depressão e continuou a aumentar. A queda ocorrida em 1954 seguiu-se entretanto um aumento considerável e sem precedentes. Essa perspectiva não se apresenta, porém, no momento atual.

Sòmente a construção de residências — setor em que ainda existe procura — anuncia um novo aumento em futuro próximo.

(*) Estas notas foram extraídas de um relatório apresentado por Hyman Lumer ao Comitê Nacional do P. C. dos EE. UU. O relatório na íntegra foi publicado na edição de março da revista *Political Affairs*. (N. da R.).

HYMAN LUMER

ES NUM. 1

A característica dominante da economia de hoje é uma super-capacidade geral, ampla e crescente, que conduz a uma real e universal redução das inversões de capital.

2. U'a maior expansão do crédito para o consumo está sujeita a fatores restritivos bem definidos. Um deles é o elevado nível a que chegou o montante das dívidas. Em muitas famílias o pagamento de prestações consome 20% ou mais da renda doméstica, sendo grande parte delas referentes a empréstimos de dinheiro. Essas famílias não estão em condições de aumentar muito a sua dívida atual. Além disso, em virtude de se trabalhar menos dias na semana e de ocorrer paralisações temporárias no trabalho, a renda doméstica de que uma família pode dispor está se reduzindo. Esse fato, acompanhado da incerteza quanto à obtenção de emprégo, diminui ainda mais a possibilidade de se contrair novas dívidas.

Há, naturalmente, alguma possibilidade de crédito ainda não esgotada, como, por exemplo, o crédito rotativo que atualmente ganha popularidade nas lojas americanas. No entanto, a opinião geral é a de que o aumento das dívidas dos consumidores, que já se reduziu consideravelmente, baixará ainda mais em futuro previsível.

3. O surto repentino dos negócios na Europa, ocorrido durante a queda de 1953-54 em nosso país, ajudando, entre outras coisas, a sustentar o volume das exportações americanas, chega agora ao fim. Em vista disso, assim como do desaparecimento das circunstâncias especiais do ano passado, não há perspectiva de incremento no comércio exterior.

4. Em 1950-53, o grande aumento de despesas militares contribuiu consideravelmente para o "boom". Os aumentos agora projetados, muito mais modestos, não bastam de forma alguma para contrabalançar a queda nas inversões de capital. Em seu artigo de 3 de fevereiro, no *National Guardian*, Victor Perlo assinala que o aumento proposto para uma grande aquisição de bens equivale a 1 bilhão de dólares por mês no primeiro semestre de 1957, enquanto que novas encomendas de bens não perceptíveis vêm se reduzindo desde o princípio de 1957 à razão de 2 bilhões de dólares por mês.

Não há dúvida de que poderia ser possível, por meio de grandes despesas com armamento, aplicar, por tempo suficiente, outra injeção à economia para retardar o declínio que ora se observa. Haveria necessidade, porém, de ser uma expansão muito maior do que a atualmente se tem em vista.

Afóra essas considerações, nada se apresenta, em futuro próximo, que prometa uma mudança em sentido contrário à tendência atual para baixo. A economia de hoje está no limiar de uma profunda depressão que parece mais iminente agora do que em qualquer época desde o fim da guerra. Apresenta-se-nos, sem sombra de dúvida, uma situação bastante pior em caráter do que a de 1948-49 ou 1953-54.

80

MAI — JUN 1958

NOTAS SOBRE RECESSÃO

Só podemos, no momento, fazer conjecturas sobre quanto será pior. Por outro lado, é pouca a consolação que sentimos ao nos afirmarmos que não é provável que se repita a catástrofe de 1929. Até mesmo uma depressão de proporções consideravelmente menores causará sofrimentos e dificuldades tremendos; na realidade, a situação atual de desemprego já é causa de aguda aflição em muitas partes do país. E até mesmo se a situação não piorar, a repetição periódica de tais depressões é, em si mesma, sério motivo para alarme.

A atual situação econômica demonstra, uma vez mais, a instabilidade básica da economia americana. Confirma o que dizia há pouco tempo uma resolução do Partido Comunista dos Estados Unidos:

"... a despeito da prolongada prosperidade e apesar das novas e significativas características surgidas na economia americana, as contradições fundamentais inerentes à produção capitalista não diminuem; ao contrário, tornam-se mais agudas. Os fatores fundamentais que dão origem à crise econômica continuam a atuar hoje, como na década de 20, em particular, o fator básico que Marx descreveu como tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas tendo em conta que o seu limite seria o poder absoluto de consumo de toda a sociedade, quando de fato o poder aquisitivo atual das massas continua relativamente restrito e se atrasa sempre mais.

"O "boom", com sua crescente inflação no crédito, somente oculta a contradição aguda entre as forças da produção e as relações capitalistas sob as quais operam, contradição que só pode ser resolvida em definitivo a favor do povo através da instauração de uma sociedade socialista. A teoria marxista das crises não é invalidada por um prolongado período de prosperidade."

* * *

Em vista da grande importância que se atribui ao aumento das despesas militares como medida contra a depressão, julgamos necessário analisar esse problema mais demoradamente.

Baixaram consideravelmente as despesas militares após a guerra coreana. Em 1956 as despesas feitas diretamente com armamento reduziram-se a menos de 40 bilhões de dólares por ano. Durante o governo Eisenhower tanto C. E. Wilson, Secretário da Defesa, como G. M. Humphrey, Secretário do Tesouro, seguiram a orientação de restringir essas despesas a fim de manter um orçamento equilibrado e a dívida nacional abaixo de seu limite legal. Com esse objetivo, uma política dessa natureza foi adotada em 1957, exigindo uma redução de 40 bilhões de dólares para 38 bilhões.

Essa finalidade nunca foi alcançada, em parte por causa do efeito da inflação em sentido contrário, mas principalmente em virtude de dois

81

HYMAN LUMER

ES NUM. 1

novos acontecimentos ocorridos no outono de 1957: o lançamento do *Sputnik* e a crescente depressão econômica. Em virtude desses fatores, partiu de todos os lados a exigência de aceleração da produção de armas, especialmente de projéteis guiados, e assim a política anterior marchou em sentido inverso.

O esforço por conseguir o equilíbrio do orçamento — o ativo do governo Eisenhower — foi abandonado. Em holocausto à segurança nacional surgiram propostas de aumento das despesas deficitárias e de elevação do limite da dívida federal. Em seu discurso televisionado de 13 de novembro de 1957, Eisenhower declarou: "Nosso povo não sacrificará a segurança nacional para adorar o equilíbrio orçamentário".

Essas flutuações de orientação se refletem, da maneira mais aguda, nas variações das encomendas feitas pelo Departamento de Defesa. No primeiro semestre de 1957 essas encomendas atingiram o total de 3 bilhões e 300 milhões de dólares por trimestre. Reduziram-se a 2 bilhões e 100 milhões no terceiro trimestre, mas no quarto ascenderam a 3 bilhões e 600 milhões. No primeiro semestre de 1958 devem aumentar a um total de 9 bilhões e 800 milhões, 81% a mais do que no último semestre de 1957.

As despesas totais destinadas à "segurança nacional", que também incluem despesas com armas atômicas, estocagem e ajuda militar ao estrangeiro, vêm aumentando durante os últimos dois anos, e pretende-se aumentá-las ainda mais. No ano fiscal de 1956 chegaram a 42 bilhões e 500 milhões, e 45 bilhões e 200 milhões em 1957. Calculam-se 46 bilhões e 400 milhões para 1958, e para 1959 a proposta orçamentária é de 47 bilhões e 600 milhões.

A despesa com projéteis corresponde a grande parte dos gastos projetados, tendo aumentado de 1 bilhão e 200 milhões de dólares no ano fiscal de 1955 para 3 bilhões em 1957, e é calculada em 5 bilhões e 300 milhões no orçamento de 1959, isto é, 24 centavos de cada dólar-armamento. O crescente aumento da produção de projéteis tem tido profunda repercussão sobre a indústria aeronáutica. Representando nesta 1% em 1950, aumentou para 20% em 1957, e pode alcançar 35% em 1958. Nos planos Eisenhower, para a produção em ampla escala, 75% do aumento são destinados a projéteis e outras novas armas, o que representa nova orientação na produção de armamentos, sendo que o aumento na produção de projéteis será acompanhado por reduções das armas convencionais e do volume das forças armadas. Isso demonstra a rapidez com que os armamentos tradicionais se tornam obsoletos e como se modifica o seu próprio caráter.

Em virtude do crescente declínio econômico, os grandes negócios e seus porta-vozes políticos baseiam cada vez mais suas esperanças no aumento das despesas militares como antídoto seguro. Edwin L. Dale, Jr. afirma em artigo publicado no *New York Times*, de 26 de janeiro de 1958: "A

82

MAI — JUN 1958

NOTAS SOBRE RECESSÃO

chave da confiança no futuro está no setor das encomendas para a defesa, conforme declaram os conselheiros do presidente. (...)

De fato, cresce a pressão exigindo aumentos muito mais substanciais do que os planejados. Segundo informações da imprensa, o *Gaither Report* exige um aumento imediato de 8 bilhões de dólares por ano, mais uma despesa de 5 bilhões por ano durante 4 a 5 anos, quantia destinada à construção de abrigos contra emanções radioativas. Relatório recente do *Rockefeller Fund* sugere um aumento de 3 bilhões por ano durante os próximos seis anos. A *National Planning Association* propõe um aumento de 10 bilhões por volta de 1960.

O boletim de 18 de janeiro deste ano da AFL-CIO escreve: "A mensagem orçamentária para 1959 do presidente Eisenhower apresenta propostas para as maiores despesas com a defesa já feitas em época de paz, acompanhadas de um programa legislativo que constitui ataque frontal contra as atividades destinadas ao bem-estar público."

A mensagem propõe reduções drásticas nas despesas governamentais com escolas, hospitais, obras públicas, conservação e energia, assistência pública, ajuda aos granjeiros, etc. Advoga a transferência aos Estados de grande parte da responsabilidade federal por tais despesas. Tudo isso é apresentado sob o nome de "sacrifício".

Os aumentos projetados para os armamentos estimularão, sem dúvida alguma, as inversões de capital na produção de projéteis e ramos anexos. Certamente crescerão os empregos e, por isso, contam eles com o apóio de muitos trabalhadores.

No entanto, os orçamentos militares não constituem solução real ao problema. Os benefícios que possam trazer exigem sérios encargos. As armas terão que ser pagas pelo aumento da inflação, dos impostos, e pelo sacrifício do bem-estar social e, o que é mais sério, trazem em seu bôjo a ameaça de novos assaltos contra as liberdades democráticas e, acima de tudo, aumentam o perigo da guerra atômica. Será que essas despesas não aumentariam o número de empregos se fossem feitas com obras úteis à sociedade? O marxista inglês Emílio Burns afirma a respeito: "A corrida armamentista não é medida econômica (...) para manter a mão de obra ocupada: é uma medida de agressão, para proteger os interesses do capital monopolista. Não é um aumento absoluto do emprego, mas uma *negação* do emprego, impedindo de servir às necessidades do povo para atender a fins de destruição, ou, na melhor das hipóteses, improdutivos e de nenhuma utilidade ao povo." (*O Marxismo de Hoje*, Outubro, 1957.)

À parte todas essas considerações, o esboço de programa para a fabricação de projéteis, que representa a maior parte do aumento das despesas, oferece, relativamente, poucas possibilidades de empregos aos desempregados. Não requer processos de produção em massa que exija o emprego de mão de obra numericamente elevada. Ao contrário, é um tipo

83

HYMAN LUMER

ES NUM. 1

de produção experimental que necessita apenas de pequena quantidade de trabalhadores qualificados. Não usa, também, grandes quantidades de materiais; por isso, constitui pequeno estímulo ao emprego em outras indústrias.

Além do mais, o aumento das despesas com projéteis se encaminhará amplamente para empresas diferentes das companhias tradicionais de aviação. É provável, por isso, que os trabalhadores despedidos das companhias de aviação de Long Island ou Califórnia não serão reintegrados em suas funções. A celeridade com que os armamentos tradicionais se tornam obsoletos e a fabricação de novos tipos de armas estão tornando as possibilidades de emprego na indústria bélica cada vez mais instáveis, e contribuindo para estender a novas regiões do país a situação aflitiva por que passa o povo americano na atual conjuntura.

Finalmente, deve-se notar que o declínio econômico tem se agravado não obstante as encomendas militares virem aumentando desde o último outono, e apesar do crescimento das despesas com a "segurança nacional" durante os dois últimos anos.

Hoje, certos observadores, principalmente Arthur F. Burns, ex-chefe do *Council of Economic Advisers*, estão convencidos de que a depressão só pode ser detida por meio de uma intervenção governamental "maciça". Isto para os monopólios significa principalmente aumentos maciços das encomendas oficiais de armas, quaisquer que sejam os argumentos políticos a que se recorra para justificá-los. Trata-se, para eles, da forma mais aceitável de gastos governamentais em escala gigantesca, pois não somente é a mais lucrativa como também representa mercado seguro, que não colide com a exploração dos mercados consumidores.

Com a finalidade de proteger o povo contra as calamidades da depressão, naturalmente o governo terá que gastar. Esse gasto, porém, deve atender a fins socialmente úteis, beneficiando as massas do povo. O programa monopolista de contar com a economia de guerra deve ser combatido vigorosamente a todo momento. A reivindicação deve ser "manteiga em vez de canhões".

O programa do governo Eisenhower para fazer face à depressão é essencialmente um programa para os grandes negócios. Tem suas raízes na afirmativa da *National Association of Manufacturers* e de outros porta-vozes dos grandes negócios de que a recessão é causada pela inflação decorrente principalmente do aumento de salários.

Não obstante as repetidas afirmações de que tudo vai bem, o programa tem como centro dois pontos principais. O primeiro, já comentado por nós, é o aumento das despesas militares à custa do bem-estar social: programa de "canhões em vez de manteiga". O segundo é a manipulação das reservas em dinheiro e das taxas de juros.

84

MAI — JUN 1958

NOTAS SOBRE RECESSÃO

Assim, o *Federal Reserve Board* procurou, com as bênçãos do governo, resolver o problema da inflação durante o *boom* reduzindo a concessão de créditos. O principal método foi o de aumentar a taxa de desconto.

Essa política do "dinheiro apertado" não conseguiu limitar os empréstimos tomados pelas grandes corporações, mas de fato reduziu muito o crédito para os pequenos comerciantes, granjeiros, compradores de residências e outros, forçando-os a pagar elevadas taxas de juros que contribuíram para aumentar os lucros dos bancos.

Tornando-se mais precisos os sinais da depressão, em novembro de 1957 o *Federal Reserve Board* reduziu a taxa de desconto para 3%. Em janeiro de 1958 foi novamente reduzida para 2,75%. Esperava-se que essa providência estimulasse, graças a taxas de juros mais baixas, as inversões até então débeis, a acumulação de bens ou mercadorias inventariados, os projetos de obras públicas municipais e estaduais, construção de residências e a procura do crédito em geral. Recentemente o *F. R. B.* tomou mais uma medida, a de reduzir de 0,50% as reservas mínimas.

Os empréstimos continuam a diminuir, não obstante a redução das taxas de juros nos últimos meses. Assim como taxas de juros elevadas não induzem as grandes corporações a deixarem de contrair empréstimos nos períodos de surto repentino dos negócios, taxas de juros baixas por si mesma não as encorajarão a fazê-lo numa conjuntura de depressão em que a possibilidade de lucros se reduziu.

O *F. R. B.* também reduziu, em janeiro, de 70% para 50%, a margem exigida para os fundos públicos. Objetivava assim facilitar a compra dos mesmos, o que acarretaria o aumento de preços, criando uma psicologia de estímulo às inversões e à circulação de novas emissões de fundos públicos. Na realidade, porém, essa providência tende a exercer pouco efeito, a não ser o de intensificar a especulação e aumentar os lucros dos corretores de fundos públicos.

Afora essas medidas proveitosas sobretudo para os grandes negócios, o governo Eisenhower pouco ou nada fez. Quanto à construção de residências e às obras públicas, pouco se acha projetado além de algumas partes dos programas já aprovados anteriormente à depressão. O orçamento proposto, além do mais, reivindica uma redução nessas despesas e não o aumento delas.

Em sua maioria, o governo evidentemente espera deter a crise por meio de "restaurar a confiança" através de prognósticos cor de rosa.

Os democratas desfecharam vigoroso ataque contra a orientação do governo Eisenhower, e estamos nos preparando para tornar essa orientação o ponto capital das eleições de novembro. O *Democratic Advisory Council* atacou vigorosamente o *Economic Report* (Relatório sobre Economia), acusando o governo de responsável pela recessão e declarando que este não dispõe de um programa para vencê-la. A mão de obra poderá

85

HYMAN LUMER

ES NUM. 1

ser totalmente absorvida, afirma o *Council*, se as despesas governamentais forem aumentadas sem receio, de modo a satisfazerem as exigências atuais para a defesa, bem-estar, habitação, educação e outras finalidades. Advoga o abandono completo da política do "dinheiro apertado", e exige que se considere seriamente uma redução dos impostos dentro em pouco.

No Senado, líderes democratas além de apresentarem outras propostas, exigem a execução de um vasto programa de obras públicas. O senador John F. Kennedy (democrata, Massachusetts), apresentou projeto de lei que estabelece padrões mínimos federais de compensação aos desempregados. A assistência mínima equivaleira a 50% da renda semanal, e a máxima, a pelo menos dois terços do salário médio semanal, durante um período de 39 semanas, e ampla margem para atender a modificações posteriores da conjuntura econômica. Há, também, pressão crescente para a redução dos impostos.

Essas propostas constituem a base de um programa em torno do qual os trabalhadores e seus aliados podem congrega-se durante a legislatura atual e nas eleições de novembro.

Ao mesmo tempo, porém, os democratas continuam a combater o governo porque este não gasta mais dinheiro com armamentos.

* * *

Os líderes dos trabalhadores organizados apóiam em geral os pontos de vista sustentados pelo Partido Democrata e criticam vigorosamente o governo Eisenhower. No entanto, o movimento operário também possui seus próprios pontos de vista e seu programa.

O motivo fundamental da presente conjuntura econômica, escreve o boletim da AFL-CIO de 1 de fevereiro, é o "desequilíbrio entre a crescente capacidade de produzir, e a pequena possibilidade de superar um desequilíbrio que vem aumentando há dois anos." Por isso, o programa sindical tem como ponto de partida a necessidade de aumentar a capacidade aquisitiva das massas como estímulo à economia, precipuamente por meio do aumento de salários.

A Convenção AFL-CIO rejeitou enérgicamente a proposta de Richard Gray, chefe do *Building Trades Department*, de uma moratória de um ano sobre os aumentos de salários. A resolução sobre os contratos de trabalho estabelece:

"A conjuntura econômica geral vem piorando e continua a piorar em princípios de 1958, sendo que uma redução da atividade econômica se reflete sobre as condições, tornando-as mais difíceis, em que se celebram os contratos coletivos de trabalho. Todavia, o próprio retraimento econômico exige duplamente que os sindicatos consigam aumentos de salários que defendam a capacidade aquisitiva, constituindo, assim, força estimuladora necessária a uma reviravolta na economia."

86

MAI - JUN 1958

NOTAS SOBRE A RECESSÃO

Além disso, o movimento operário formulou um amplo programa que inclui a execução de grandes obras públicas; ajuda federal à educação e a construção de escolas; um programa residencial para a construção de 200 mil habitações a baixo custo, por ano; aumento da assistência aos desempregados e seguro social; salário mínimo de \$1.25 por hora; crédito mais barato para os pequenos comerciantes, granjeiros e para a construção de residências destinadas às vítimas das calamidades naturais; isenção do imposto sobre a renda até 600 a 700 dólares; proteção contra os preços de monopólio.

Relativamente aos desempregados, o Conselho Executivo da AFL-CIO solicitou a ajuda do *Community Service Committee* para a execução de programas imediatos no sentido de garantir que nenhum membro do sindicato desempregado ou sua família sofra privação de alimento, vestuário, abrigo e assistência médica.

A AFL-CIO convocou uma conferência de emergência a ser realizada em Washington nos dias 11 a 13 de março. Walter Reuther apelou para o presidente Eisenhower, solicitando-o a convocar uma conferência nacional de representantes do trabalho, da indústria e do governo. James B. Carey insiste por reunião análoga para a indústria de eletricidade. Instituições sindicais estaduais já realizaram conferências de massas sobre o desemprego em Illinois, New Jersey e outros lugares. Outras conferências estaduais e locais estão sendo planificadas.

Todas as propostas e ações acima mencionadas merecem o mais amplo apoio e encorajamento. Há, porém, um ponto básico do programa trabalhista que deve ser rejeitado, isto é, o pedido de aumento das despesas com armamento.

Esse pedido tem sua origem na posição ocupada pelos líderes mais destacados do movimento sindical quanto a política exterior e em considerações de ordem econômica.

O programa trabalhista, assim como o do Partido Democrata, é, no fundo, um programa de "canhões e manteiga."

Devemos nos limitar a chamar a atenção para o que já afirmamos a respeito das conseqüências dos grandes orçamentos militares e assinalar que os trabalhadores não podem apoiar o aumento das despesas militares sem que isto lhes acarrete enormes sacrifícios.

Walter Reuther, por exemplo, apresentou as "necessidades da defesa" como justificava para a proleção da exigência de redução da semana de trabalho.

Hoje é necessário o aumento das despesas governamentais, mas estas devem destinar-se a obras públicas, saúde, escolas, pensões e outras necessidades sociais, e não a armamentos. Em seu próprio benefício, o movimento operário deve, em contraposição à sua política atual, lutar pela redução das despesas militares e pelo encaminhamento desses recursos para finalidades civis e úteis.

87

PROBLEMAS EM DEBATE

FUNDAMENTOS ECONOMICOS
PARA UMA POLITICA MARXISTA BRASILEIRA. (*)

Damos nestas notas alguns elementos objetivos da realidade brasileira, no domínio dos fatos econômicos, tal como a entendemos, e que podem ajudar à elaboração ou fundamentação de uma tática marxista. Exclarecemos que se tratam de *notas experimentais*, uma simples pesquisa de método quanto à maneira de determinar o comportamento tático. Por isso mesmo, em nenhum momento preocupamo-nos por desenvolver em detalhes o raciocínio.

I.

Preliminarmente, façamos a seguinte pergunta :

(*) O trabalho que aqui publicamos é a contribuição de um economista para PROBLEMAS EM DEBATE. Partindo da análise da realidade econômica brasileira, o autor assinala algumas conclusões que, segundo pensa, constituem as premissas para elaboração de uma política marxista. O assunto é fascinante e certamente despertará a curiosidade e o interesse de muitos estudiosos. Esperamos que em torno dele surja um debate amplo que sirva para revelar novos aspectos da vida nacional (N. da R.).

PROBLEMAS EM DEBATES

ES NUM. 1

como um processo de *modificações* no sistema econômico, expresso em duas direções:

a) crescem as atividades produtivas, medidas pelo conjunto dos equipamentos de trabalho (processo cumulativo), da mão-de-obra ocupada e da produção real obtida;

b) modifica-se a estrutura social da produção, e, paralelamente, com a tendência de urbanização e a expansão das relações capitalistas no campo, amplia-se o mercado interno.

Vejam os então, por partes, a ocorrência desses fenômenos no Brasil:

AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA. Em países de economia como a do Brasil, o crescimento econômico resulta, primordialmente, de um processo de acumulação de capital. Uma taxa elevada de investimentos tem efeito decisivo no desenvolvimento das bases materiais da sociedade e da riqueza social.

Realizou o Brasil, no período 1939-1954, um investimento líquido da ordem de Cr\$ 358 bilhões. É óbvio que desse esforço de acumulação, em equipamento, estruturas, instalações e energia adicionais, resultou uma dada expansão dos níveis do emprego e da capacidade produtiva, mediante o preenchimento de alguns claros no aparelho de produção ou a introdução de novas técnicas produtivas.

Não é possível, pela desconfiança que nos inspiram as estimativas da renda nacional, medir o efeito do processo acumulativo sobre o

conjunto da economia do país. Contudo, podemos admitir que a taxa de investimentos tenha sido bastante forte. Além disso, pode ser registrado o fato de que o crescimento da capacidade produtiva, pelas inversões, tomou notadamente a direção das indústrias substitutivas das importações (em particular nos setores de bens de produção), onde a margem de concorrência no mercado interno às vezes caía drasticamente. Daí por que o crescimento do aparelho produtivo, no Brasil, quando se conduziu pelas chamadas "decisões do empresário", ocorreu de maneira diversa da que se verifica nas economias maduras; as inversões normalmente dispensaram a absorção de elevada tecnologia, não tiveram em conta os problemas de custos competitivos e lucro marginal, de aumento da produtividade absoluta e relativa do fator trabalho, que estão implícitos na acumulação capitalista dos países de economia industrial.

AUMENTO DO EMPREGO. Os dados existentes, sobre o fenômeno, são precários. No período entre 1940 e 1950, segundo os censos, o aumento geral do emprego foi da ordem de 17%, sendo de quase 80% o aumento específico da mão-de-obra industrial. Em números absolutos, o aumento foi de 2,4 milhões de empregados. Essa tendência de crescimento prossegue, ao que parece mais pronunciada, nos últimos anos.

AUMENTO DA PRODUÇÃO REAL. Podemos verificar o crescimento da produção real nos nú-

MAI - JUN 1968

meros índices do quadro à p. 91, que elaboramos a partir dos volumes da produção física. São, todos, índices ponderados.

É possível verificar que a economia nacional acusou, nos 16 anos estudados, um crescimento pronunciado. Na maioria dos produtos, o ritmo de crescimento econômico se manifestou acima do aumento da população, que foi de apenas 45% no período. Há indústrias, como as de derivados do petróleo (óleo combustível, gasolina, óleo diesel), de pneumáticos e câmaras de ar, siderurgia, cujo crescimento ocorreu de maneira realmente espetacular. Outras, porém, como as têxteis, carnes e correlatas, laticínios e fumo, permaneceram semi-estagnadas.

MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL DA PRODUÇÃO. Dois fatos centrais podem ser tomados com vistas à compreensão dessas mudanças:

a) o fato de que a atividade econômica e a produção nas indústrias de bens de produção aumentam muito mais rapidamente que nos demais setores. Enquanto as indústrias de bens de produção acusaram, em 1940-55, um aumento de produto da ordem de 892%, a agricultura registrou um aumento de apenas 64%, e as indústrias de bens de consumo se limitaram a um incremento de 196%. Esse maior crescimento (maiores inversões, maior renda) das atividades que proporcionam o processo de *renovação da produção* traduz um aspecto da mudança de estrutura produtiva, e mesmo um *rompimen-*

90

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

to com a economia de tipo colonial.

b) o fato da transferência da mão-de-obra, antes ocupada em atividades produtivas primárias (lavoura, pecuária, indústrias extrativas), para as indústrias de transformação e os serviços. Há no Brasil, efetivamente, uma mudança acelerada na estrutura da sociedade ligada às atividades produtivas: em 1940, cerca de 80% da mão-de-obra do país estavam ocupadas na agricultura, enquanto as indústrias de transformação absorviam menos de 10%; em 1950, a participação da mão-de-obra agrícola caíra para 72,6%, e a das indústrias de transformação fora a quase 15%. Tudo indica que nos anos mais recentes essa mudança continua a ocorrer cada vez mais intensamente, com a transferência da mão de obra de áreas onde, o desemprego disfarçado e a deficiência de capitais condicionam baixa produtividade do fator trabalho, no sentido de indústrias e serviços urbanos. O resultado desse processo está na forte tendência à urbanização, que se verifica notadamente no Centro e Sul do país.

RENDA "PER CAPITA" COMO EXPRESSÃO DE DESENVOLVIMENTO. Na caracterização do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, há um erro grosseiro, muito difundido, que os marxistas precisam evitar em qualquer dos seus estudos: é o de medir-se o desenvolvimento em termos de renda "per capita". Nesse sentido, diz-se que a velocidade do

BRASIL

ÍNDICE SINTÉTICO DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA

(1939 = 100)

SETORES	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Lavoura	92,5	104,3	90,3	116,1	116,9	103,4	121,7	120,4	130,0	139,6	145,4	142,4	155,3	155,0	159,7	164,3
Indústria extrativa mineral	121,7	127,6	137,8	147,6	143,4	154,6	135,5	136,5	173,4	184,6	180,8	211,2	208,2	217,4	201,9	212,4
Indústria extrativa vegetal	114,1	111,2	110,0	104,5	122,1	149,8	139,5	138,9	129,5	128,5	127,9	134,6	128,4	126,3	128,8	123,8
Energia	105,8	109,8	115,8	125,7	132,4	134,0	119,2	122,9	132,2	135,3	137,9	146,8	151,3	157,0	173,2	185,0
Indústrias de transformação	101,9	116,8	114,9	123,4	131,6	127,3	133,8	147,5	183,5	204,5	235,6	254,6	265,3	294,8	361,8	416,5
Bens industriais de produção	124,2	162,4	188,0	167,0	131,3	192,6	235,0	236,7	373,8	427,3	520,6	564,5	588,2	670,3	742,9	992,8
Bens industriais de consumo	96,1	108,0	104,2	113,7	118,2	115,5	113,2	113,2	126,4	137,4	151,2	163,8	170,0	175,9	167,6	296,5
Serviços																

MAI - JUN 1968

crescimento da economia nacional está na variação da sua renda "per capita" de 4,1 mil crs./habitante, em 1939, para 7,3 mil crs./habitante em 1954 (valores constantes de 1952).

Utilizando essa técnica de análise, cai-se no conceito do desenvolvimento "excepcionalmente intenso", ou de "impressionante rapidez", de Roberto Campos, Gudin, CEPAL, BNDE, etc., etc. Diz-se que o aumento da renda real "per capita" no período 1945/54 foi demasiado: registrou o Brasil "uma taxa mais de duas vezes mais alta do que aquela que a largo prazo caracteriza o desenvolvimento dos países altamente industrializados". Se mantida essa taxa elevada (exclamam), no próximo decênio, o padrão médio de vida da população do Brasil quase que duplicaria.

O conceito é impróprio ao marxismo, porque nele se omite dois fenômenos:

a) o caráter antagonístico dos salários e lucros, que compõem o agregado "renda". Será possível encontrar alguma coisa de comum entre a renda, digamos, da Standard Oil e da Brazilian Traction, de um lado, e a dos operários e camponeses, de outro?

b) a desigualdade com que se processa o desenvolvimento econômico, os seus contrastes, suas peculiaridades, etc. As condições da economia paulista não são iguais às da Amazônia, nem às do Nordeste, e assim por diante. O desenvolvimento econômico se baseia em contradições materiais e sociais.

92

FUNDAMENTOS ECONOMICOS

II.

Isto pôsto, passemos à outra pergunta:

— Quais os fatores que interferem mais fortemente no processo de desenvolvimento econômico do país? Quais os fatores *negativos* (devem ser eliminados)? Quais os fatores que *atuam favoravelmente* (devem ser estimulados)?

Vejamos os mais importantes e mais permanentes.

O FATOR CAPITAL. Insistimos em reconhecer que em países onde o capital se revela o mais escasso dos fatores produtivos clássicos (temos abundância de mão-de-obra e de recursos naturais, particularmente terras), como é o caso do Brasil, a obtenção de um ritmo adequado de investimentos em máquinas, instalações, bens reprodutivos em geral, corresponde necessariamente a uma situação de desenvolvimento.

De duas fontes procedem os investimentos de capital no Brasil:

a) *poupança interna*, ou seja a parte da renda nacional gerada e não consumida, em cada ano;

b) *capital estrangeiro*.

Opinião generalizada e difundida, — uma opinião keynesiana, deturpando a realidade, e que os ma xista não podem adotar — acerca dos problemas da expansão das forças produtivas no Brasil, informa que, dada à nossa baixa renda, paralelamente à uma elevada propensão a consumir, não conseguiremos *sózinhos* romper a estagnação. E dizem: não foi devido a um esforço de poupança que a ren-

PROBLEMAS EM DEBATES

da "per capita" pôde crescer a uma taxa anual de 3%, entre 1938 e 1955, e sim à conjugação de fatores como a melhoria nos termos de intercâmbio e na capacidade para importar (inclusive pelo fluxo de capitais estrangeiros).

Argumenta-se que a margem de poupança interna sobre o produto bruto nacional, oscilando entre o máximo de 16% e o mínimo de 10%, nos últimos anos, não se mostra em condições de financiar um processo de desenvolvimento econômico no ritmo julgado ideal. Os mais inconsequentes (ou "consequentes"?) admitem mesmo, a insuficiência de poupança doméstica para sustentar *qualquer* desenvolvimento.

Segue o raciocínio: se quisermos levar à prática um largo programa de inversões e desenvolvimento econômico, não existe outra alternativa, salvo a de apelar para países detentores de maior capacidade de renda e de poupança. Nesse sentido, a utilização do capital estrangeiro é o caminho mais rápido a tomar. A entrada líquida de recursos externos passa assim à condição de "fator estratégico" determinante da taxa de crescimento da economia brasileira.

Passemos, entretanto, à justa compreensão do problema. Se descermos à pesquisa da contribuição dos capitais estrangeiros como fator de desenvolvimento, todo esse palavreado se desmonta.

Uma pesquisa sobre o problema nos deu duas constatações preliminares:

ES NUM. 1

a) os capitais estrangeiros têm uma participação diminuta no financiamento direto da nossa capacidade para importar, que se origina essencialmente do ativo criado pelas exportações de mercadorias. O forte crescimento das importações, inclusive nas compras de máquinas e equipamentos, quer dizer, a absorção dos elementos básicos do processo acumulativo, só em raros momentos resultou da contribuição direta dos capitais estrangeiros;

b) o fluxo de capitais estrangeiros brutos, recebidos na forma de financiamentos ou de investimentos, tem representado entre 2,7 e 4,3% das inversões totais realizadas no país. Considerando o fluxo especificamente quanto às inversões em equipamentos e instalações, a contribuição dos capitais estrangeiros, privados ou públicos, em nenhum ano ultrapassa de 7%.

O fato faz compreender que o crescimento da economia do Brasil e de seu aparelho produtivo vêm se efetuando *independentemente* de uma contribuição direta mais decisiva dos capitais estrangeiros.

Estes, ao contrário, interferem de modo negativo, desfalcando a poupança doméstica e enfraquecendo a taxa de inversões. Segundo o Grupo Misto CEPAL-BNDE ("Esboço de um programa etc."), nos anos de 1939/54 realizou o Brasil uma inversão bruta, em bens de capital, da ordem de Cr\$ 598 bilhões (valores constantes de 1952), sendo Cr\$ 416 bilhões de produção interna e Cr\$ 182 bilhões impor-

93

MAI — JUN 1968

FUNDAMENTOS ECONOMICOS

tados (máquinas e instalações). Sem a "cooperação" dos capitais estrangeiros, que drenaram para o exterior um capital líquido de Cr\$ 41 bilhões, a taxa de inversões poderia ter crescido de mais de 6,8%, elevando a capitalização a Cr\$ 639 bilhões.

Na formulação da tática, devemos diferenciar dois tipos de capitais estrangeiros que afluem ao Brasil:

- a) as *inversões diretas*, ou capitais de participação;
- b) os capitais de *financiamento*.

Os capitais estrangeiros de inversão direta representam uma bomba de sucção da renda nacional. Temos de pagá-los habitualmente em 5 amortizações anuais, e de remunerar indefinidamente a inversão original e toda a sua provável expansão nascida de lucros reinvertidos, onerando a nossa balança de pagamentos com as remessas de lucros, "royalties" e outras formas de gasto de câmbio. Trata-se de um tipo de capital cujas rendas diretas permanecem sempre estranhas ao patrimônio de bens nacionais. Além disso, existem os efeitos extra-econômicos e financeiros, digamos o papel político desempenhado pelas empresas estrangeiras, que nos dispensamos de referir.

Alguém nos perguntará se os capitais estrangeiros de investimento, não obstante o seu fluxo escasso e admitida a sua natureza exportadora, ajudam ou não a impulsionar o desenvolvimento econômico do país; se geram ou não um aumento das forças produtivas; se

deixam ou não resíduos de capitalização, de emprego, de utilização de fatores da riqueza social; se atuam ou não com poderoso "efeito multiplicador".

A resposta é de que esses efeitos favoráveis podem todos ser obtidos pelo capital estrangeiro de *financiamento*. Este igualmente traz "efeito multiplicador", "know how", etc., e tem o mérito de ser ativado em mãos da burguesia investidora *nacional* ou do Estado. Há uma diferença essencial, profunda, entre capitais estrangeiros de inversão direta e os capitais de financiamento. É que estes, pagos o principal e juros do empréstimo, se incorporam sem mais limitações à economia do país. Quer dizer, proporcionam ou podem proporcionar um desenvolvimento *nacional* das forças produtivas.

É imprescindível uma ressalva. Sempre que os capitais de empréstimo sejam absorvidos por empréstimos estrangeiros (e o fato tem sido freqüente no Brasil), em verdade mudam de característica e passam a constituir simples investimentos diretos, com a agravante de que recebem um tratamento favorecido da legislação competente, quanto a retorno integral do principal e juros, a curto prazo e ao câmbio oficial, e a remessa ilimitada, pelo mercado livre, dos lucros crescentes que o capital de empréstimo, já totalmente pago, irá indefinidamente proporcionar.

OS FATORES TERRA E MÃO DE OBRA. Há, no Brasil, abundância de terras e de mão-de-obra

PROBLEMAS EM DEBATES

ES NUM. 1

rural, fatores não suficientemente utilizados (particularmente em áreas como o Nordeste) nas atividades agrícolas. Chega-se a afirmar, diante disso, que em algumas regiões o sentido do desenvolvimento econômico não está no maior emprego do fator capital (fator escasso), e sim em procurar incorporar ao processo produtivo maiores quantidades de terra e mão-de-obra. Na realidade a libertação da terra do atual regime monopolista e das suas peias sociais, para ter reflexos decisivos sobre os níveis de ocupação humana e da produtividade do trabalho rural, exigirá recursos maciços para investimento (inclusive para pesquisas, tecnologia, crédito e mesmo indústrias rurais). Isso, entretanto, não nos filia à tese (defendida, entre outros, pela CEPAL e escola) de que o desenvolvimento econômico da agricultura brasileira está diretamente subordinado ao volume de recursos disponíveis para inverter no aparelho produtivo.

Parece-nos que a melhor orientação a atribuir aos programas de desenvolvimento econômico nas áreas do campo seria aquela que conduziu diretamente à liquidação da estrutura agrária semi-feudal e pré-capitalista hoje predominante, e das relações de produção que daí se originam. A substituição da economia agro-pecuária com base no latifúndio pela produção nascida da grande, média e pequena propriedade capitalistas, com a expansão das diversas camadas da burguesia rural, permitiria uma situação nova quanto à renda, à ca-

pitalização (melhoria do nível tecnológico) e capacidade de consumo. Isto significa que não só o investimento é fator dinâmico da renda e do consumo, e que é na mudança de posição das forças produtivas (sobretudo a mão-de-obra libertada do regime latifundiário) que encontramos a linha de menor resistência ao processo de desenvolvimento econômico. Vale à pena observar o fato de que a passagem das camadas mais pobres do campo, do círculo do latifúndio (que mantém estreito o mercado) para dentro de relações capitalistas de produção (quando o mercado e o consumo se expandem), dá-lhes capacidade aquisitiva e condições sociais (liberdade de mercado) para comprar mercadorias não só em *maior quantidade*, mas de *melhor* qualidade, conduzindo a um alargamento substancial do mercado e do consumo.

Outro caminho ao desenvolvimento da economia agrária — esse evidentemente mais difícil, porque exige vultosas inversões diretas — está em uma ação de ativamento do mercado, por exemplo, pela introdução de indústrias (de beneficiamento da produção agrícola) nas áreas rurais. Seu principal papel seria forçar o latifúndio a transformar-se em propriedade capitalista.

É preciso reforçar de novos aspectos esse raciocínio. Entendemos que o fundo básico da chamada "crise agrária" e do escasso desenvolvimento das forças produtivas no campo está mais diretamente nas formas de utilização da terra.

MAI - JUN 1958

Embora reconheçamos a vitalidade do fator capital, quando consegue se enquadrar no processo produtivo da agricultura (casos das lavouras do trigo e do arroz, no Rio Grande do Sul), a realidade é que certas oportunidades de investimento têm esbarado no sistema mais frequente, monopolista e latifundiário (ou nos seus restos) de uso da terra. Este fenômeno, aliás, tem uma explicação complementar: em virtude da renda produzida na agricultura se transferir, em parcelas muito fortes, para as mãos dos exportadores (que igualmente são importadores, e cujos interesses econômicos nem sempre coincidem com os da agricultura), a aquisição de implementos em escala razoável, para venda aos lavradores, tornou-se atraente.

Vale a pena observar-se que o desenvolvimento da produção agrícola do país, mesmo nas áreas onde o preço da terra é mais elevado (p. ex. nas regiões do café), não resultou principalmente da melhoria da intensividade dos cultivos, noutros termos, não se baseou no aumento da quantidade de capital invertido na área de terra original mas sobretudo do deslocamento dos cultivos para áreas novas, criando-se com isso o sistema de agricultura em frentes pioneiras. Essa é a direção principal do desenvolvimento econômico da agricultura, e ajuda a compreender a importância do fator terra particularmente em relação ao fator capital, que é de emprégo mais oneroso em lavouras de alta produtividade, como a do café.

96

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

Qual dos tipos de exploração da terra que mais vem contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, e aparece, pois, como elemento mais dinâmico? A propriedade latifundiária? A grande propriedade capitalista? As pequenas e médias propriedades?

Tal resposta está implícita na escolha das alianças programáticas dos marxistas, face ao problema agrário, de que tratamos mais adiante.

O CONCURSO DO ESTADO. Evidentemente, tem o Estado brasileiro desempenhado um papel dos mais importantes no desenvolvimento econômico em curso no país, no período que estamos observando (1939/55). Não somente por suas inversões diretas, criando empresas de alto "efeito multiplicador" e que lideram amplos setores produtivos, como Volta Redonda, Petrobrás, CHESF, CEMIG, Cia. Nacional de Alcalis ou Fábrica Nacional de Motores, mas ainda pela sua política de desenvolvimento posta em prática mediante favores cambiais, crédito bancário de investimento, regulação de mercado, etc.

A participação do Estado no processo econômico tem tomado formas as mais diversas, desde as altamente positivas, como a criação de Volta Redonda, da CHESF ou da Petrobrás, até as altamente negativas ou deformadoras do caráter nacional do desenvolvimento econômico do país, como as concessões sucessivas às empresas estrangeiras de energia elétrica (Light and Bond and Share), os financia-

PROBLEMAS EM DEBATES

mentos vultosos do BNDE a grupos de investidores estrangeiros, ou os favores cambiais (Instrução 113, p. ex.) ao capital estrangeiro de investimento; desde as formas preliminares, indecisas, de intervenção governamental, até as formas acabadas de capitalismo de Estado.

É profundamente contraditória a atitude do Estado no processo de desenvolvimento. Isso, aliás, nunca deve ser esquecido na formulação da tática.

As vezes a contradição ocorre dentro do mesmo fato. A política de investimentos realzada até avés do BNDE, por exemplo, que tem raízes na captação compulsória de renda gerada no país e deveria representar talvez o principal instrumento de ativação das bases nacionais do desenvolvimento econômico (o BNDE se destinou à promoção financeira de indústrias e serviços básicos), mistura no mesmo pé de conveniência e prioridade os financiamentos à indústria estatal de aços e os que se destinam a reforçar o patrimônio e muitas vezes a posição monopolista de empresas estrangeiras. Não é demais recordar, aliás, que todas as grandes inversões de capital estrangeiro novas, realizadas no Brasil, nos últimos anos, ou os programas de reinvestimento de empresas entre nós já instaladas, receberam apoio de fundos públicos do BNDE ou do Banco do Brasil, neste caso até para capital de giro.

Outro campo de atitudes contraditórias do Estado está na sua política de câmbio e comércio ex-

ES NUM. 1

terior, ora demasiada "liberal" quanto aos movimentos de capital, ora estreita e discriminatória (a favor dos EE. UU.) em relação às trocas de mercadorias. Tem-se a impressão de que o Governo (podemos dizer os Governos) propositalmente procura fugir a qualquer idéia quanto à extensão da interferência dos capitais estrangeiros sobre o nosso balanço de pagamentos — afinal de contas a principal porta ao mais rápido desenvolvimento da capacidade produtiva do país.

III

Passemos a considerações quanto à posição das forças sociais que poderão atuar mais decisivamente no sentido das transformações democrático-burguesas preconizadas pelos marxistas.

O PROLETARIADO. Não há contradição entre as teses programáticas aqui defendidas acerca da revolução democrático-burguesa, do desenvolvimento industrial e agrário-capitalista, de um lado, e a posição óbvia dos marxistas em favor da classe operária, de outro.

Na realidade o desenvolvimento econômico-industrial em curso no Brasil vem sendo acompanhado do crescimento quantitativo e da capacidade de organização do proletariado. Ao lado dos trabalhadores da manufatura surge e se desenvolve o operário fabril, amadurecendo a sua consciência de classe, particularmente em São Paulo e Distrito Federal, e em menor escala em Minas Gerais, Estado do Rio Grande do Sul.

97

MAI - JUN 1968

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

Vejamos objetivamente, embora de modo sumário, alguns problemas e peculiaridades que acompanham as relações da classe operária com o sistema econômico democrático-burguês em expansão:

a) os gastos com salários, dentro dos custos industriais, via de regra são muito baixos, fato que decorre em parte da própria natureza da indústria, tecnicamente atrasada, e em parte da pressão das migrações rurais sobre o mercado de trabalho, com o camponês se transformando em mão-de-obra industrial. Os níveis de salário não podem proporcionar à classe operária um padrão de vida condigno.

Esse tipo de desenvolvimento econômico que os marxistas admitem, realizado sob a liderança da burguesia, não conduzirá a classe operária a um pioramento absoluto e relativo em seu padrão de vida? *Absoluto*, achamos que não, sobretudo porque os trabalhadores podem lançar reivindicações e greves por aumentos periódicos de salários. *Relativo*, sim, dado que o desenvolvimento se exprime como um fenômeno de concentração capitalista (a concentração de rendas é ainda mais pronunciada sob os efeitos da espiral inflacionária). Mas por outro lado, o desenvolvimento fabril se acompanha da transferência maciça de populações antes ocupadas (digamos sub-ocupadas) em atividades agrícolas, de baixa produtividade, para o círculo do trabalho industrial. O mercado interno ganha em extensão e elasticidade;

b) é enorme a massa de operários ligada às indústrias estrangeiras instaladas no país, notadamente em São Paulo e Distrito Federal. A contradição entre os seus baixos níveis de salários e os altos lucros auferidos por essas empresas (remessas para o exterior e auto-financiamento das inversões) deve ser direta e amplamente explorada;

c) o peso específico das mulheres e crianças no total da mão-de-obra industrial é muito elevado. A isso correspondem problemas econômicos e sociais que, em cada caso, reclamam soluções;

d) crises eventuais de mercado ocasionando desemprego da mão-de-obra, como sucede presentemente nas indústrias têxteis, aliás as únicas realmente sujeitas ao fenômeno, dada a precariedade da sua tecnologia e escasso poder competitivo no exterior.

O PROBLEMA AGRÁRIO. Na formulação da tática relativamente à revolução agrária-capitalista, é necessário ter maior cautela.

Preliminarmente, situemo-nos nos problemas da propriedade territorial. Encontramos no Brasil os seguintes agrupamentos de propriedade, definidas em razão da área de terra possuída e dos modos de sua utilização:

a) pequenas propriedades, em número de 711 mil (se consideramos as que abrangem menos de 10 ha.), e assim chamadas as de área não mais que compatível com o trabalho e as necessidades de consumo do camponês e sua família. Segundo o Censo de 1950,

PROBLEMAS EM DEBATES

ES NUM. 1

eram 35% do número total das propriedades agro-pecuárias recenseadas, mas absorviam somente 1,2% da área global;

b) médias propriedades, cuja característica principal seria disponibilidade de áreas suficientes à manutenção do trabalho assalariado e à produção para o mercado. Se atribuirmos, a esse tipo de propriedade, uma dimensão variável entre 10 e 200 ha., seu número será de aproximadamente 1,2 milhões (Censo de 1950), correspondente a 23% da área global das propriedades recenseadas no ano;

c) grandes propriedades capitalistas, ou empresas agrícolas, que se caracterizam por promover inversões de capital em larga escala, mantêm regimes de trabalho assalariado, etc. Não é possível saber-se o quantitativo de sua disseminação, mas sua presença é mais freqüente nas economias do trigo, arroz (Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Minas), café, cana de açúcar (São Paulo e Estado do Rio, particularmente) e mesmo cacau;

d) grandes propriedades latifundiárias, onde a terra é incorporada escassamente ao processo produtivo, e por métodos rudimentares, originando uma baixa produtividade de mão-de-obra e da propriedade. O latifúndio permanece notadamente na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, existindo por vezes no Sul, em particular nas zonas de pecuária. Nos seringaiais e castanhais da Amazônia, através dos "altos rios" Purus, Juruá, Madeira, Solimões, Tocantins e afluentes, o latifúndio é, na

sua essência, semi-feudal, sustentando formas de dependência pessoal primitivas, aberrantes, do trabalhador rural ao "coronel".

Como linha geral programática, devemos diferenciar a grande exploração capitalista do latifúndio (e do sistema econômico da utilização) que se dá à terra; noutros termos: a partir de uma relação dos fatores terra, capital e mão-de-obra.

Em que pesem suas dimensões, uma exploração agrícola, digamos de 300 ha., onde existam grandes inversões de capital por unidade de terra, mão-de-obra assalariada, produção para o mercado, etc., corresponde a um instrumento progressista e deve ser estimulada. Não podem os marxistas, entretanto, prestar qualquer apoio à grande propriedade rural (o tamanho pode variar conforme a região em que se situe) cujos recursos em terra são pouco explorados, e ainda assim mediante a aplicação de sistemas agrícolas extensivos, baixa inversão de capital e relações de produção pré-capitalistas.

Dêsse modo, não somos contrários à propriedade rural em função das suas dimensões, mas conforme o grau de sua participação no processo de formação da renda e do desenvolvimento econômico em geral. De resto, elaborar a tática simplesmente em atenção à área da propriedade, daí negando qualquer aliança com as de maior tamanho, equivaleria a desconhecer a própria tendência do desenvolvimento capitalista na agricultura, que se baseia, afinal, no pro-

MAI — JUN 1958

cesso de absorção da pequena pela grande propriedade.

Além desses 2 milhões de proprietários rurais, que detêm uma área de terra da ordem de 234 milhões de hectares (aínda o Censo de 50), moram e trabalham no campo aproximadamente 7 milhões de camponeses sem terra (e mais suas famílias), nas categorias de assalariados agrícolas, semi-assalariados, parceiros, arrendatários, cupantes.

As relações de produção em que se situa essa enorme massa camponesa são extremamente diversificadas, e servem para atestar a penetração desigual do capitalismo no campo. Ao Sul, especialmente nas lavouras do trigo, do arroz e café, os modos de produção agrícola e mesmo o mercado mantêm-se mais desenvolvidos. Assina-se a preponderância dos rendimentos como sistema de aluguel da terra (na rizicultura gaúcha ocorre a fusão curiosa entre a alta capitalização e o sistema da parceria agrícola, muito difundido), do salário de dinheiro e de outras formas econômicas capitalistas sobre as formas semi-feudais, embora em São Paulo (e no arroz gaúcho) a parceria agrícola seja frequente, e os assalariados das usinas e fazendas ainda carregam certas obrigações pré-capitalistas, de "mercado fechado". O assalariado-empregado, nas lavouras de café e açúcar, recorda a figura do "partidista" semi-feudal das áreas do cacau, do Sul da Bahia.

Ao Norte e Nordeste, a penetração do capitalismo se faz em

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

escala diminuta, mantendo-se mais enraizadas as relações sociais e os métodos de produção pré-capitalistas, notadamente se consideramos a situação nas áreas de plantio do algodão, cana de açúcar, milho, fumo ou mandioca, e nas de extração da carnaúba, bóracha, madeiras e produtos florestais em geral.

Por maior desenvolvimento que hajam atingido as condições da economia agrícola, e mais forte que seja a penetração do capitalismo, não desapareceram as reminiscências semi-feudais: o pagamento do salário de dinheiro, no Sul, às vezes leva em conta o "direito de plantar", ou são os arrendamentos capitalistas que surgem acompanhados da proibição ao arrendatário de dispor da terra à sua vontade, de entrar em contato direto com o mercado e vender livremente os seus produtos. Em Pernambuco, na lavoura canavieira das usinas e dos engenhos, ainda subsiste uma combinação curiosa, que é o pagamento de salários de dinheiro ao lado dos "dias de cambão", uma reminiscência da corvêa medieval.

O aluguel da terra, muitas vezes, já aparece sob a forma capitalista do arrendamento. Mas é comum a parceria agrícola, uma modalidade atrasada de locação, compreendendo "ineição", a "terça", etc., amplamente disseminadas nas áreas de lavoura mais pobres e na pecuária. A formação dos cafezais, nas zonas pioneiras do Paraná, Mato Grosso e Goiás, baseia-se na parceria. Até no atual "rush" capitalista do trigo o regime subsiste.

PROBLEMAS EM DEBATES

O "barracão", outra sobrevivência semi-feudal, predomina na agricultura do Norte e Nordeste, embora exista, bastante difundido, nas regiões do Leste, Centro e Sul do país. O "barracão" fornece ao trabalhador, em conta a crédito, mediante "vales" ("boró", "bicudo", como chamam em São Paulo) e a preços muito acima dos vigentes no mercado livre, os bens de consumo e instrumentos de trabalho a ele necessários, para cobrá-los em descontos de salário ou em espécie. Em certas áreas de Goiás não se encontra o "barracão"; o comum é o trabalhador ir ao "comércio" (vila ou localidade mais próxima) adquirir os bens de que necessita, *na conta do patrão*.

O conhecimento dessas condições econômicas e sociais sob as quais trabalham os camponeses sem terra, extremamente heterogêneos, e de suas reivindicações específicas *de classe*, torna-se imprescindível à elaboração da tática. Um fato inicial é evidente: a pressão, forte em certas regiões, das massas camponesas sem terra sobre e os grandes proprietários territoriais, no sentido de conseguir emprego. Isso, aliás, é um dos impulsos da "crise agrária", quanto à sua tendência de absorver maior quantidade de mão-de-obra que de técnica, ou de reduzir seu rendimento/área de cultivo.

Para aliviar essa pressão, dois caminhos se oferecem:

a) incentivar as transferências da mão-de-obra para as indústrias, o que afinal importa em que estas tenham capacidade de absorção;

ES NUM. 1

b) promover a libertação legal ou material do fator clássico de produção agrícola, que é a terra, quando este não venha sendo adequada e suficientemente utilizado, para incorporá-lo ao processo produtivo da agricultura sob o poder (propriedade, usufruto, cessão, arrendamento, etc.) das massas camponesas atualmente sem terra. Nesse particular a reforma agrária admitiria uma política de várias faces, como sejam:

— desapropriação das terras dos latifúndios, notadamente as próximas dos centros de consumo, para venda ou cessão a camponeses pobres que as quisessem trabalhar,

— arrendamento obrigatório, a baixo preço, das terras "de reserva", não cultivadas, das grandes propriedades.

— sistematização legal do instituto do arrendamento rural, e redução nos seus preços atuais.

— dação de uma legislação social adequada ao campo, de maneira a melhorar a situação do trabalhador rural quanto às suas condições de salário, relações de emprego, etc.

Com essas e outras medidas, busca-se aumentar a produtividade, a renda, a capacidade aquisitiva das massas camponesas, arrastá-las a novas relações de mercado. É preciso compreender que a intensificação do nosso desenvolvimento econômico, e talvez mesmo a manutenção dos ritmos atuais, dependem de que o mercado rural possa absorver cada vez mais a produção industrial em expansão. Como as indústrias instaladas no país

MAI - JUN 1968

aparecem debaixo de reduzida produtividade, sem poder competitivo com a produção de países mais desenvolvidos (e dessa maneira sem possibilidade de ganhar mercados no exterior), sua principal saída, notadamente às indústrias de bens de consumo, está em ganhar um mercado interno baseado mais de perto nos produtores agrícolas, que constituem cerca de 73% da força de trabalho nacional.

O PROBLEMA DO ESTADO.

A tática marxista em face do Estado e do Governo, nas condições atuais do desenvolvimento democrático-burguês do país, poderá adotar as seguintes premissas:

1. A intervenção do Estado no domínio econômico, nas diversas modalidades com que se apresenta, e particularmente através das inversões diretas e de uma adequada política econômica externa, poderá quebrar os focos de estagnação e desequilíbrio que entravam o maior desenvolvimento das forças produtivas. Não ocorrem conflitos sensíveis, como os anti-estatistas apregoam, tomado o problema do ponto de vista dos interesses nacionais, entre o Estado e a iniciativa privada, nem mesmo quando o Governo adota atitudes empresariais, como nos casos de Volta Redonda ou CHESF. Na realidade o intervencionismo estatal tem sido supletivo das "livres decisões" da burguesia nacional investidora.

Preconizamos que o Estado, apoiado na necessidade de estimular os ritmos do desenvolvimento espontâneo e de dar-lhe conteúdo nacional e social, prossiga adotando,

FUNDAMENTOS ECONOMICOS

do, ou venha a adotar, como programa de ação:

a) inversões preferenciais no setor dos bens de produção, corrigindo a opção da iniciativa privada pela indústria de bens de consumo, cujo horizonte de rentabilidade e recuperação do capital é mais rápido;

b) comércio exterior mais amplo, sem discriminação contra os países do socialismo;

c) ampliação dos investimentos através do BNDE, exclusivamente a empresários nacionais;

d) defesa dos programas da Petrobrás, de Volta Redonda, do Plano do Carvão Nacional, da Cia. Nacional de Alcalis;

e) efetivação, em bases nacionais, dos programas previstos no Fundo Nacional de Eletrificação e na Eletrobrás;

f) ativação dos programas de investimentos públicos nas áreas mais pobres do território nacional: Nordeste, Amazônia, Leste, Centro-Oeste;

g) maior flexibilidade na política de contingenciamento da produção em setores de "mercado crítico", como os do sal, açúcar, etc.;

h) medidas concretas, de natureza cambial, para contornar a grave crise de divisas, em perspectiva (compromissos cambiais registrados na SUMOC), e que poderá afetar drasticamente a capacidade para importar e o processo acumulativo do país.

2. O capitalismo de Estado, quer dizer, a forma mais adiantada de intervenção governamental na esfera dos investimentos e da pro-

PROBLEMAS EM DEBATES

dução, não pode ser tomado como um fenômeno estratificado e homogêneo. É mesmo difícil afirmar-se onde termina a simples intervenção governamental e onde começa o capitalismo de Estado. Por isso, a tática marxista não pode tratar às cegas a chamada "propriedade social", ou o capitalismo de Estado, batendo-lhes palmas.

É certo que o capitalismo de Estado tem se desenvolvido mais fortemente naqueles setores onde somente o imperialismo, pela sua maior capacidade investidora, poderia atuar: siderurgia, petróleo, energia elétrica, indústria química de base, transportes ferroviários e marítimos, entre outros. Isso diz do

ES NUM. 1

sentido nacional (e das contradições com o imperialismo) desse esforço de desenvolvimento. No entanto, há momentos em que o capitalismo de Estado se associa ao imperialismo — e então deve ser combatido. Um simples exemplo: as associações no campo da indústria de energia elétrica, como ocorre entre a CHESF e a Bond and Share e está em perspectivas em Furnas e Três Marias. O combate, evidentemente, não deve visar aos empreendimentos estatais em si, mas à política de vender energia em alta tensão às concessionárias estrangeiras, para estas distribuírem ao consumo retendo os maiores lucros da operação.

CRÍTICA DE LIVROS

"HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA"
OU A NEGAÇÃO DO POVO NA HISTÓRIA (*)

Ruy Facó

Num país como o nosso, onde a história deve passar realmente por uma completa reelaboração, ser interpretada não do ponto de vista das classes dominantes, mas das classes dominadas, devemos saudar todo empreendimento no sentido de destacar o papel do povo nos acontecimentos históricos.

Alegre-me, por isso, ao tomar conhecimento da publicação da *História Sincera da República* de Leôncio Basbaum, subtitulada —

(*) Leôncio Basbaum, *HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA. Tentativa de interpretação marxista da História*. — Livraria São José, Rio de Janeiro, 1967.

"Tentativa de interpretação marxista".

É conhecida a falta de uma tradição marxista em nosso país. A intelectualidade brasileira do passado, mesmo os seus vultos mais talentosos e brilhantes, deram sempre grande atenção às correntes do pensamento que surgiam na Europa. Acompanhavam passo a passo as diversas "escolas" sociológicas, filosóficas, econômicas da Inglaterra, França, Alemanha. Mas, sistematicamente, ignoraram Marx. Em nossos estudiosos do século passado há, quando muito, referências ao nome de Marx e quase

CRÍTICA DE LIVROS

sempre revelando não conhecimento direto de sua obra, mas citações de segunda mão. A essência da doutrina marxista foi ignorada. Desconheceu-se não só a publicação do *Manifesto Comunista* mas do próprio *O Capital*, ou de trabalhos de Engels tão importantes como *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* ou *Anti-Dühring*. E essa falta de tradição marxista entre nós é tão grande — tão grande o nosso atraso nas bases da ciência marxista — que, passados 90 anos do seu aparecimento, não temos uma tradução brasileira de *O Capital*.

Não é de admirar, por isso, que as nossas "interpretações marxistas" da história e dos acontecimentos tenham tantas debilidades, capenguem tanto e muitas vezes estejam tão longe do marxismo como o céu da terra.

Não há dúvida, porém, que valem os esforços dos estudiosos no sentido de utilizar o método marxista de interpretação — e só podemos nos regozijar pelo número crescente destes estudiosos. E estes esforços devem ser estimulados, tanto mais que nada ou quase nada temos de sólido e apenas damos os primeiros passos neste terreno. Erros, portanto, tem que haver. Mas não devemos desesperrar por isso. Diz o povo que errando é que se aprende.

Mais ainda: a ausência de debates, de discussão ampla, durante anos e anos, entre os nossos estudiosos do marxismo, foi uma das

ES NUM. 1

principais causas da nossa debilidade ao empreender estudos marxistas sérios. Daí a necessidade de incentivarmos a publicação de trabalhos sobre o assunto, bem como a de participarmos com a nossa crítica franca da sua elaboração, pois dificilmente poderão ser obra de uma só pessoa.

E Leôncio Basbaum compreende tão bem estas dificuldades que subintitula o seu livro de "tentativa" de interpretação marxista. Quer dizer: sabe antecipadamente que não fez um trabalho completo e naturalmente se mostra disposto a modificá-lo desde que se convença da necessidade de fazê-lo. Além disso, Basbaum anuncia o prosseguimento de sua história da República, estando assim interessado em que haja clareza quanto a alguns pontos básicos já abordados neste primeiro volume.

As principais observações que tenho a fazer ao livro de Basbaum são: a) o papel do povo na fundação da República; b) as classes em face ao Poder político; c) o mercado interno e o atraso do Brasil; d) a intelectualidade, a igreja e o exêcuto em relação às classes dominantes.

I

O Papel do Povo na Fundação da República

Em sua *História Sincera da República* Leôncio Basbaum parte de um ponto de vista errôneo ao empreender seu trabalho. Considera a história da República "um epi-

MAI — JUN 1968

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

sócio pobre de movimentos, homens e idéias e de significação muito relativa: um passeio militar que, num momento de exaltação do comandante da tropa, derrubou um Império..." (p. 13).

Aí o autor toma a nuvem por Juno e reduz ao 15 de novembro o que foi uma luta de gerações sucessivas, muitas vezes luta sangrenta, e atribui à exaltação de um comandante de tropa a derrubada de um Império.

Pode haver nada mais antimarxista, porque fora da realidade, ignorando classes e grupos de classes em choque, interesses antagônicos, sem ver os chefes como expressão de classes ou grupos de classes, mas isoladamente, mudando a história a seu capricho?

Em sua *História Sincera da República* Leôncio Basbaum parte de um ponto de vista errôneo. A origem dessa atitude de Basbaum está no fato de negar êle absolutamente que a República tenha sido uma aspiração popular, fruto de um anseio popular.

Basbaum afirma que "a tradição monárquica era maior e mais integrada na alma popular que a República. Essa tradição monárquica tinha pelo menos quatrocentos anos" (p. 283).

Que tradição monárquica era essa de quatro séculos, Basbaum não explica. Com João VI o povo brasileiro conheceu o primeiro monarca, um monarca fugido e ridicularizado, mas isto em 1808, quer dizer, 80 anos apenas antes da República. Nos três séculos anteriores o povo brasileiro conhecera os

régulos da Metrópole, que se chamavam governadores gerais ou vice-reis mas que na realidade não passavam de delegados dos colonizadores — tirânicos, brutais, mãos de ferro contra o povo e odiados pelo povo. Assim, se se pode falar de "tradição" era de ódio do povo pelo que representava o poder monárquico dos colonizadores. Depois de João VI, Pedro I foi encarado como um estrangeiro, e sua substituição logo se impôs. A Regência — todo um decênio — foi um governo de características mais republicanas do que monárquicas. É portanto falso afirmar-se, como faz Basbaum, que "ao contrário" da monarquia "a República não era um anseio popular..." (p. 283).

Tôda a nossa história mostra irrefutavelmente o inverso. República era a negação da monarquia, do regime tirânico dos representantes dos reis da Metrópole. República era sinônimo de independência nacional e liberdade política e econômica. República — traduzia reivindicações de caráter burguês, progressistas para a época, a partir de Tiradentes e seus companheiros em 1789, dos Alfaiates em 98, dos republicanos do Nordeste em 1817 e 24. As idéias da Revolução francesa e da Independência americana estão aí bem vivas, ateando êsses movimentos contra o domínio colonial, contra a feroz exploração da Metrópole, que, esta sim, se confunde com a monarquia.

Infelizmente, de essa concepção errônea está impregnado todo o

CRÍTICA DE LIVROS

livro de Basbaum, até às conclusões finais, quando afirma:

"De fato, o povo, que praticamente não existia, não participou da luta pela República e menos ainda da implantação do novo regime" (p. 333).

Aí está como Basbaum confunde o ato da proclamação da República, a 15 de novembro, com o movimento republicano, que era antigo na história do povo brasileiro, que tinha participação popular de massas. O próprio Basbaum cita o grande número de clubes republicanos surgidos nos anos que antecederam à República, sendo que mais de 300 clubes se fundaram no ano e meio decorrido entre a Abolição e a República. Isto num país de população rala, no máximo uns 15 milhões de habitantes, a grande maioria vivendo no campo, isolados entre si, sem possibilidade de se organizarem para lutas. Basbaum revela uma certa má vontade com o que conside a um excesso de jornais republicanos que se editavam por toda parte. Mas êste fato mesmo era revelador de vida política, de atividade política do povo, de sua participação, desta ou daquela forma, nas lutas que se vinham travando por um futuro melhor.

Basbaum diz combater os "mitos" da história mas acredita em mitos como êsse da indiferença do povo pela República, adrede espalhado no dia imediato à proclamação, na frase tão repetida de Aristides Lôbo, frase insultante ao povo — que êste assistira "bestializado" à proclamação da República.

ES NUM. 1

Não será mais justo afirmar-se, como Euclides da Cunha, que depois da Abolição — deo etata ante um poderoso movimento popular que ameaçava transformar-se em insurreição — "a República não podia ser uma surpresa, inexplicável estribilho dos que enfermam de nostalgia do passado..."?

Nos combates à monarquia Basbaum vê apenas uma resultante do "temperamento" e "paixão brasileira pela oratória" (p. 274). Nega assim a própria evidência, quando dos homens como Ferreira Viana bradavam, fustigando Pedro II: "Quarenta anos de reinado, quarenta anos de mentiras, de perfídias, de prepotências e de usurpações!"

Se até homens das classes dominantes como o parlamentar Ferreira Viana sentiam isto, o povo seria insensível? Não, de forma alguma. E uma prova disso são as comemorações populares promovidas pela mocidade estudantil para o centenário da queda da Bastilha, numa evidente hostilidade à monarquia, e finalmente o atentado frustrado contra o imperador.

Mas Basbaum considera que Pedro II "não simpatizava com a escravidão", seria "suspeito aos olhos dos escravocratas" e, finalmente, que as leis antiescravistas "foram tôdas de iniciativa governamental" (p. 309). E desde que não refuta, concorda com o barão de Cotegipe, ao citar as palavras dêste de que "o Imperador havia redimido uma raça" (p. 310).

A história mostra precisamente o contrário: que o imperador ma-

MAI — JUN 1968

nobrou a vida inteira contra a emancipação dos escravos através de medidas protetórias. Agia como expressão do Poder político dos latifundiários e escravistas interessados em prolongar ao máximo a escravidão. Mais de vinte anos antes do 13 de maio de 1888, respondendo a um apelo da Associação francesa para abolição da escravatura, Pedro II mandava dizer oficialmente que no Brasil a abolição era simples "questão de oportunidade". E a oportunidade tardou mais de dois séculos! Assim, com todo este cinismo imperial, como admitir sequer que Pedro II tenha redimido uma raça? Ainda em 1887, a princesa Isabel, depois chamada "a redentora", ameaçava as garantias constitucionais em São Paulo para obrigar os chefes abolicionistas a destruir o reduto de escravos livres do Cubatão. Aí está uma prova de que a "redentora" e a monarquia defenderam até o último momento o regime servil, e o ato de 13 de maio só foi assinado depois da votação esmagadora do parlamento, cujas sessões eram assistidas por multidões entusiasmadas, enquanto demonstrações de massas tinham lugar nas ruas cercanias em favor da abolição imediata e o próprio Ministro da Agricultura era forçado a reconhecer que já estavam "quebrados todos os elementos de resistência".

Aí está o povo nas ruas imponente a abolição da escravatura. Esse povo que pelo menos havia oito anos assistia às conferências do Teatro São Luís promovidas pela Associação Central Emancipadora.

108

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

O povo que dava fuga aos escravos das fazendas. O povo de onde saem os humildes jangadeiros cearenses que se recusavam a embarcar escravos. O povo que inspira os inflamados discursos antiescravistas de Patrocínio e Nabuco e que estimula a decisão — verdadeira insubordinação para a época! — da oficialidade do exército de não intervir na caça aos escravos fugidos.

Era inevitável que no dia seguinte à libertação dos escravos se multiplicassem os clubes republicanos. Não se tratava, como repete Basbaum, de despeito dos escravistas ante a medida emancipadora. Era o povo confiante em suas forças, conscientes de que, se tinha sido vitorioso na campanha emancipacionista, poderia conquistar a República.

É sabido que a intelectualidade reflete, desta ou daquela maneira, o estado de espírito de uma época, de uma classe ou camada social, de certas aspirações ou tendências ideológicas, políticas, etc. No Brasil, na segunda metade do século XIX, sob a influência das transformações burguesas por que haviam passado a Europa e os Estados Unidos, a intelectualidade traduzia os mais sentidos anseios da burguesia nascente — transformações de caráter burguês e sentidos anseios populares. Não foi por acaso que surgiu no Brasil um poeta do vigo: combativo de Castro Alves na campanha pela abolição. Sua inspiração brotava do seio do povo. E, ninguém o ignora, a campanha pela abolição se ligava cada

CRÍTICA DE LIVROS

vez mais estreitamente à luta pela República — uma vez que a monarquia a adiava para as calendas gregas. O abolicionista Castro Alves, o jovem de 20 anos do fogoso movimento estudantil do Recife, participava dos comícios do "repúblico" Borges da Fonseca. Castro Alves dedicou um de seus mais belos poemas ao bravo capitão das lutas republicanas de Pernambuco, Pedro Ivo. E quem não sabe de cor seus versos cristalinos — "República, voo ousado / do homem feito condor...?"

Isto vinte anos antes do 15 de novembro!

Euclides da Cunha recorda que nos seus tempos de estudante (pe- los meados da década de 80) em seus cadernos de matemática se mesclavam com os cálculos aqueles versos do Poeta dos Escravos. E acrescenta: "Assim, andávamos nós naqueles tempos: pela positividade em fora e a tatear no sonho".

Antes disso, no fim da década de 70, escrevendo sobre a nova geração de intelectuais brasileiros da época, o austero Machado de Assis assinalava: "Não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber: a nova musa terá de cantar o Estado republicano" (*A nova geração*, 1879, *Crítica Literária*, Ed. Jackson, Rio, 1947).

O entusiasmo popular pela República ia em crescendo. Numa crônica sób e o então jovem João Ribeiro, que depois seria o historiador mas ainda era o poeta, Silvío Romero destacava com indis-

ES NUM. 1

farçável simpatia: "O sinal característico é o tom tribunicio da poesia. A corda nova que se juntou à lira dos poetas é a corda política e social. Rejeitando o velho romantismo lamuriendo, os moços fazem uma poesia de combate, interessam-se pelos problemas sociais, e todos ées, todos os jovens literatos são republicanos (*História da Literatura Brasileira* (1ª ed. 1881), p. 316, 3ª ed., Rio, 1943).

Não é de crer que estes poetas e literatos falassem de uma coisa que não existia. Não é de crer que somente eles sonhassem com a República. A verdade inofismável é que a República era uma aspiração do povo.

Que a 15 de novembro tenha havido um "arreg'o" pa a a solução incruenta da crise que não mais poderia ser detida, isto não surpreende, conhecendo-se o caráter das classes dominantes do Brasil. Nas horas decisivas, ante a iminência de uma luta de resultados duvidosos, elas estão sempre em favor de um acórdio, contanto que não haja luta, firmam qualquer compromisso para manter pelo menos parcialmente suas posições.

Leôncio Basbaum, porém, tem em mau conceito o povo naquela época, ao afirmar ter ele aderido à República somente quando a família real embarcou para a Europa.

A está "interpretação marxista" eu prefiro a do velho historiador João Ribeiro quando afirma: "A República e a... uma aspiração antiga do povo genuinamente nacional. Ao passo que a monarquia

109

era uma transação" (*História do Brasil*).

Por não perceber isto, Basbaum revela absoluta incompreensão do significado histórico de um movimento da altura da Inconfidência Mineira. Qualifica-a desdenhosamente de "conspiração de literatos, mais ligados ao sonho do que à realidade" (p. 217). É o caso de dizer-se: então vivam os sonhos! Diz Basbaum que "se tem exagerado a importância da Inconfidência". Que se trata de "um dos muitos mitos com que encheram a história do Brasil". Que sua repercussão no país se deve "sobretudo, senão unicamente, à morte violenta e brutal de Tiradentes".

Em toda essa revisão histórica da Inconfidência a lógica não é a de um marxista. Basta recordar a feroz repressão das autoridades coloniais contra os conspiradores para reconhecer a sua importância. No movimento estavam envolvidos homens de diversas camadas sociais e de diferentes origens. O estudante José Joaquim da Maia era filho de um pedreiro. Tiradentes, um simples alferes das milícias e sem dúvida um homem estreitamente ligado ao povo. Alvares Maciel, um homem de ciência, juristas, poetas, alguns sacerdotes católicos, fazendeiros, diversos elementos dos regimentos reais e inclusive escravos, embora estes não participassem dos conciliábulos. Pela denúncia de Silvério dos Reis, havia aderido à conspiração "a maior parte das pessoas consideráveis da Capitania" (J. Norberto,

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

História da Conjunção Mineira, p. 425, Rio, 1873).

Os conspiradores tinham bastante clareza de objetivos: a República a que aspiravam era um símbolo de independência e progresso. Até fábricas planejavam, a liquidação dos monopólios coloniais, a cessação da exportação do ouro, o aproveitamento das riquezas minerais do país. Alvares Maciel, que estudava na Europa, segundo uma das denúncias, seria enviado à Inglaterra para conhecer suas máquinas manufatureiras. Confessou o poeta Alvarenga que "falava-se muitas vezes na liberdade do comércio e na franqueza dos portos segundo a pretensão da França e outras potências". Cogitou-se inclusive da libertação dos escravos (Norberto, *op. cit.* p. 106/107).

Não se tratava de simples sonhos. Eram idéias naturais da burguesia na época, idéias que se espalhavam pelo mundo e se tornavam realidade em muitos países. Não por acaso o corpo de delito da conjuração compreende obras da história da República norte-americana e suas leis, que eram tidas como exemplo. É bastante expressiva a pergunta de um estalajadeiro da estrada Minas-Rio ao padre Rodrigues da Costa: "Sr. Padre, é certo que se quer fazer daqui uma Europa?" — "Eu sei?... Assim se diz" — respondeu o sacerdote. "Europa" traduzia transformações de caráter burguês.

Ninguém nega que havia um movimento pré-evolucionário nas Minas Gerais. Tanto assim que os conspiradores aguardavam a "der-

CRÍTICA DE LIVROS

rama" para iniciar o movimento. Aquela seria o ponto culminante da crise que atravessava a Capitania e que iria aumentar a indignação do povo, facilitando a insurreição.

Tiradentes podia não ser um conspirador exemplar, mas era, não há dúvida, um grande agitador e se ligava intimamente ao povo. É ele quem toma a seu cargo a tentativa de levar o movimento ao Rio. Por toda parte procura adeptos, inclusive entre os tropeiros das estradas, e lhes fala com ardor da possibilidade do levante e da proclamação da República. Nos depoimentos, afirma que "se fiava mais nos paisanos". É que buscava o povo, sentia, talvez por instinto, que sem o povo nada era possível realizar.

Quanto ao fato da conspiração ter-se limitado a Minas, não era de estranhar assim acontecesse. No fim do século XVIII a nação brasileira ainda não estava constituída em todos os seus elementos, apesar da unidade territorial e de língua. Prevalciam porém os interesses regionais, pois não havia unidade econômica nem tampouco psicológica. Mas o fato de ser regional o movimento não lhe tira a importância, sabido que é, pela nossa própria história, que com a vitória de um movimento num importante centro regional — e Minas era então o mais importante — se estende ele a todo o país.

Quanto à alegação de Basbaum de que a repercussão da Inconfidência se deveria "sobretudo, senão unicamente, à morte violenta e bru-

tal de Tiradentes", tampouco prevalece em face da lógica. Não menos violenta e brutal foi a execução de Felipe dos Santos, cujo corpo arrastado por cavalos banhado de sangue as ruas de Vila Rica. E a conspiração dos Alfaiates, na Bahia, que nos legou quatro mártires da força, nem por isso sobrepuxa em perspectivas, clareza de objetivos e amplitude o movimento de Minas. Basbaum concorda porém com o sr. Afonso Rui (e não Rui Afonso) em que a conspiração dos Alfaiates foi "a primeira revolução social brasileira", quando não foi dado um passo além da simples conspiração.

Certamente, as autoridades coloniais não eram imbecis, Sabiam perfeitamente o que faziam. E ao punir com tamanho rigor a Inconfidência Mineira, ao arrastar seu processo por três longos anos, ao fazer da execução de Tiradentes uma vasta encenação pública — como uma severa advertência aos sonhadores da liberdade — tinham perfeita consciência de que a conspiração havia penetrado fundo no seio do povo.

E a melhor prova disso é que entre ela e a independência política do país mediam pouco mais de três décadas.

II

As Classes em Face ao Poder Político

Afirma Leôncio Basbaum que, com a proclamação da República "não houve deslocamento de clas-

MAI — JUN 1968

ses no Poder". Sim, não foi uma revolução no sentido marxista do termo. Não foi a substituição de uma classe por outra. Mas não se pode negar tenha havido — ou melhor, se consolidado — com a República uma nova correlação das classes que se tinham entre si o Poder: latifundiária e burguesia. Mas ainda: a participação da burguesia no poder político não pode ser considerada apenas a partir do advento da República. Ela já tinha sua parcela de Poder. As "medidas governamentais" a que se refere Basbaum no longo processo abolicionista — a supressão do tráfico de escravos, a lei do "ventre livre" e outras como a tarifa protecionista Alves Branco, a abertura do Amazonas ao tráfego internacional — não representavam interesse para os latifundiários semi-feudais e sim para os elementos da burguesia comercial e industrial. Foram medidas reclamadas por estes elementos e defendidas com ardor por homens como Tavares Bastos, de idéias e reivindicações tipicamente burguesas. Tipicamente embora, a burguesia brasileira vinha tentando se impor desde os meados do século XIX. Mauá é a sua expressão mais brilhante e mais arrojada. O estaleiro de Ponta de Areia (1846), as comunicações telegráficas (1852), a primeira linha férrea (1854), a criação de colônias de imigrantes estrangeiros, a inauguração do cabo submarino (1874) são passos — lentos, vacilantes, medrosos — mas de qualquer forma progressos de caráter burguês. Nêles não ti-

112

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

nham nenhum interesse os latifundiários como tais. Ao contrário, o peso do latifúndio — ao lado dos obstáculos criados pelo capital inglês que penetrava então no país — é que esmagava o audacioso Mauá. O próprio poder político, onde naturalmente prevalecia o latifúndio, compactou criminosamente na sua liquidação. E esta repentinamente um enorme retrocesso do Brasil no sentido do capitalismo, por onde começava a marchar. Mas os brotos burgueses não se extinguíram com Mauá.

Dá-se impossível concordar com Basbaum quando escreve que a tarifa protecionista da indústria, de iniciativa de Alves Branco, teria sido apenas "uma tentativa de represália contra a Inglaterra" (p. 143), por apreender os navios brasileiros dos traficantes de escravos. Foi justamente o contrário: as medidas da Inglaterra uma represália às iniciativas brasileiras que vinham estimular a indústria nacional e, portanto, prejudicar as exportações inglesas para o Brasil, sobretudo os tecidos, taxados em 60%. Tanto assim que a tarifa Alves Branco é de 1844 e o "bill" Aberdeen de agosto de 45. A nascente burguesia brasileira procurava firmar-se. E uma prova disso foi o avanço relativo em empreendimentos como a construção ferroviária e a entrada do braço livre no país. O próprio Basbaum reconhece que depois de Mauá "os caminhos de ferro se sucedem aceleradamente" e no fim do Império havia mais de 10 mil quilômetros de linhas construídas.

CRÍTICA DE LIVROS

Antes da República, somente na década que a precede, triplica o número de estabelecimentos industriais no país, sinal de que a burguesia se reforçava. E reforçando-se tinha já então sua participação no Poder e acumulava forças justamente para exigir uma participação ainda maior. Pensa Basbaum que "essa burguesia urbana, industrial ou mercantil, sem expressão política... não tinha nem podia ter forças para deubar um Império" (p. 156). É provável que tenha procurado um *modus vivendi* com a monarquia. Mas, na impossibilidade de alcançá-lo, não vacilou em destronar o imperador bonzinho e mandá-lo para a Europa. Fê-lo com a simpatia do povo e com o apoio do povo. É uma ingenuidade supor que essa burguesia, embora covarde — devido à sua fraqueza econômica ante o latifúndio semi-feudal — "não desejasse participar do governo ou da vida política" (p. 159). Não há classe que não aspire ao Poder. E realmente, na medida em que se desenvolvia, a burguesia brasileira também participava do Poder, tinha no Poder os seus portavozes e realizado es de suas aspirações. Esta participação aumentou com a República.

Mas então Basbaum chega à conclusão absurda de que, havendo um relativo progresso econômico no país, "nada fazia supor que o fim (do Império) estivesse tão próximo" (p. 276). Na realidade, esse su to de relativo progresso é que havia dado forças à burguesia — apesar de toda a sua debilidade

ES NUM. 1

como classe ante os senhores feudais — para exigir uma maior participação do Poder. A abolição da escravidão lhe interessava de maneira vital para dispor de mais mão de obra abundante com o trabalho livre. E a abolição foi um golpe nos latifundiários. Desde que estes perderam a escravaria, evidentemente se enfraqueceram do ponto de vista econômico e este enfraquecimento se refletiu em sua preponderância política.

A proclamação da República determinou, sobretudo nos primeiros anos do regime republicano, maior participação da burguesia no Poder. Esta participação ela o impôs logo na Constituição de 1891. Triunfava a velha reivindicação federalista com a concessão da autonomia aos Estados. Abalava-se, desta forma, o hermetismo da grande propriedade latifundiária. O presidencialismo, com a criação do Supremo Tribunal Federal encarregado de fiscalizar a execução das leis, era bem diverso do extinto "poder moderador", que atribuía ao imperador autoridade arbitral em todas as questões. Limitava-se, portanto, a potencialidade do Poder central. Separava-se a Igreja do Estado, redundando em maior liberdade religiosa ou liberdade de não professar religião alguma. As liberdades democráticas em geral eram ampliadas, pois a burguesia, para expandir-se, necessitava delas. O Senado passava a ser eleito como a Câmara, não havia mais o terço de seus membros escolhidos pelo imperador e não era mais vitalício. Implantava-se o ensino lei-

113

MAI — JUN 1968

go nos estabelecimentos de ensino público, além de outras medidas de que jamais cogitariam os latifundiários como classe.

A tentativa conciliadora inicial entre as aspirações da burguesia e as do latifúndio, traduzida nas vacilações de Deodoro, encontram réplica enérgica em Floriano. Os florianistas se consideravam com razão os "revolucionários" do novo regime. Eram os elementos burgueses e pequeno-burgueses radicais, predominantes nas cidades, sobretudo no Rio. Foram eles que deram base para iniciativas como a tarifa protecionista de Rui Barbosa (1890), visando favorecer a fundação de indústria (taxava entre 45 e 60% cerca de 300 artigos de importação). E de 1890 a 1895 são fundadas mais de 450 fábricas, com investimentos superiores a 200 mil contos. Foram eles, os florianistas, os entusiastas das tropas voluntárias que esmagariam a revolta da Armada. Foram eles que pela boca de Floriano, inebriados com a vitória, deram a célebre resposta aos ingleses — "à bala!" E, segundo o sr. Pedro Calmon, chegam a sonhar nessa época com a expulsão do capital estrangeiro do país...

Logo depois houve um recuo. Ao impulsivo Floriano Peixoto substituiu o chamado "homem moderado", Prudente de Moraes. É o retrato perfeito da conciliação escandalosa entre a burguesia e o latifúndio semi-feudal. "Moderado" para prosseguir ou amortecer os empreendimentos reclamados pela burguesia e manter os privilégios

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

dos latifundiários, foi impiedoso ao esmagar a revolta dos camponeses de Canudos. Na verdade, com a subida de Prudente de Moraes os latifundiários começam a reconquistar terreno. É o compromisso aberto. A burguesia retrocede vergenhosamente. Um historiador objetivo caracteriza com certa justeza este retrocesso ao dizer que "o país varrerá de si a fantasia dos dogmas franceses... submerge a República teórica, que não fôra exequível, e se impõe a República que podemos ter" (P. Calmon, *História Social do Brasil*, t. III, p. 88, 2ª ed., Rio). A conclusão é clara: renunciava-se à República burguesa "pura" para fazer-se a República do pacto latifúndio semi-feudal-burguesia.

Este é um fato da maior importância na história da República. E compreendê-lo é compreender este capítulo decisivo de nossa história. O compromisso latifúndio-burguesia se tornara imperioso desde que a burguesia temporizara com a grande propriedade territorial, temera liquidar o latifúndio, eliminar os restos feudais. A escravaria fôra libertada mas se reduzira à semi-servidão. Quer dizer, os grandes fazendeiros conseguiram recuperar-se economicamente e, assim, acumular forças para restaurar suas posições políticas. Prudente de Moraes era o símbolo dessa restauração. Ele vinha daquele Estado onde, no terreno econômico e social, já se consolidara a aliança: São Paulo. Os grandes cafeicultores, ligados ao comércio externo, tinham sabido manobrar en-

CRÍTICA DE LIVROS

tre as aspirações de progresso burguês e a conservação dos restos feudais, desde os tempos da monarquia. Tinham introduzido em suas fazendas o trabalho livre, com o imigrante europeu, mas sem abdicar dos privilégios semi-feudais, que impunham ao trabalhador.

Neste ponto deve ser rebatida outra opinião errônea de Leôncio Basbaum. E' quando afirma que os fazendeiros paulistas aderiram ao Partido Republicano, apoiaram o movimento republicano "a cada medida ou iniciativa ministerial orientada pelo trono, contra o sistema servil" (p. 268). Como se houvesse uma atitude de despeito, de descontentamento por isso. Como se o trono agisse contra a vontade das classes dominantes. Nem tantas foram as iniciativas ou medidas, orientadas ou não pelo trono, cont a o sistema servil. A monarquia prolongou enquanto pôde, até o último alento, o regime escravista. As medidas de reforma que adotou, se satisfaziam em parte às exigências burguesas, também contribuíam para prolongar a vida da escravidão e, sobretudo, impedir sua abolição violenta, por via revolucionária.

Toda a argumentação de Basbaum em torno do suposto escravismo ferrenho dos fazendeiros paulistas se choca com a realidade, com os fatos. São Paulo, no fim do Império, não era o Estado que possuía o maior contingente de escravos. O próprio Basbaum cita que enquanto Minas e o Rio de Janeiro tinham cada um aproximadamente 260 mil escravos, São Pau-

ES NUM. 1

lo possuía pouco mais de 170 mil. São Paulo era, porém, o Estado de maior contingente de trabalhadores livres. A substituição do braço escravo pelo trabalhador livre em São Paulo vinha de longa data. Era o Estado onde as relações de caráter burguês tinham minado mais profundamente o regime escravista. A aristocracia territorial paulista era a que tinha maiores relações de produção burguesas. Mantinha seus latifúndios, conservava religiosamente os restos feudais, mas estava ligada ao grande comércio exterior e tomava ela própria iniciativas industriais. Neela se fundiam a grande propriedade territorial e a indústria. Por isso mesmo, nenhum outro setor das classes dominantes do Brasil reunia em si tantos predicados para o domínio político, através de governos que seriam a mais legítima expressão do compromisso entre os remanescentes feudais e a burguesia.

Finalmente, ao iniciar-se o governo Prudente de Moraes, nem os latifundiários tinham a antiga preponderância no Poder, nem a burguesia estava peada como nos últimos tempos da monarquia. Os grandes fazendeiros permaneciam uma força, podiam conservar seus latifúndios, desfrutar seus privilégios semi-feudais, mas a burguesia tinha as mãos livres para seus empreendimentos industriais e comerciais, trabalho livre, maior autonomia estadual e municipal, etc., limitados, é claro, pelo próprio latifúndio e pelos restos feudais que não tivera força para eliminar. As duas classes, uma em frente à ou-

MAI — JUN 1958

tra, fazem lembrar, naquelas circunstâncias, o mendigo e o céu de um dos romances de Machado de Assis. Fitavam-se, sobranceiros, como se dialogassem os dois num desfilio:

- Afinal não me hás de cair [em cima.
- Nem tu me hás de escalar.

III

O Mercado Interno e o Atraso do Brasil

Leônio Basbaum cogita longamente da "causa fundamental" do atraso do Brasil e do "diferente desenvolvimento dos dois países, Brasil e Estados Unidos". Crê ter achado a explicação num relatório das Indústrias Reunidas Matarazzo: "... o problema fundamental do Brasil é o de encontrar os meios capazes de tornar uma realidade o seu mercado interno" (p. 30). E acrescenta Basbaum que "a causa fundamental" do atraso do Brasil foi realmente a ausência de um mercado interno (p. 35). As palavras têm o seu devido valor, e se Basbaum diz em seguida que isto "é consequência de outros fatores" (p. 35), então por que qualifica de "fundamental" essa suposta causa primária de nosso atraso? Por toda a sua exposição se percebe que seu ponto de vista é este: se no Brasil tivesse havido um mercado interno desenvolvido, o país teria progredido incomparavelmente mais depressa, em outro ritmo, como os EE. UU.

Ora, o mercado interno nasce do crescimento das forças produtivas, da divisão social do traba-

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

lho, da transformação dos meios de produção em capital. "O mercado interno surge quando surge a economia mercantil; cria-se pelo desenvolvimento desta economia mercantil, e o grau de fracionamento da divisão do trabalho deprime o nível de seu desenvolvimento; estende-se quando a economia mercantil passa dos produtos à força de trabalho" (Lênin. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ed. em espanhol, Moscou, 1950, p. 47). Quer dizer, é necessário que o produto se transforme em mercadoria e também que a força de trabalho se transforme em mercadoria.

Basbaum tem outra idéia da formação do mercado interno. Diz, por exemplo, que "a miséria do povo na Inglaterra não permitiu (no sec. XVII) a expansão do mercado interno. Esta era uma tese dos populistas russos severamente combatida por Lênin. Lênin cita a propósito palavras de Engels ao afirmar que "a fome representava a criação do mercado interno para o capitalismo", pois, acrescentava Lênin, a ruína dos camponeses representava "a transformação da economia patriarcal em capitalista" (*op. cit.*, p. 151/52). A ruína dos camponeses significava mão de obra disponível, explorável, e portanto possibilidade de aumento da produção e do consumo, não importa que mais de meios de produção que de bens de consumo.

Mas é nas "conclusões" da primeira parte de seu livro que Basbaum revela inteira incompreensão do que é mercado interno e do

CRÍTICA DE LIVROS

seu papel. Escreve textualmente: "... a principal diferença que encontramos entre o nosso país e os Estados Unidos está na existência de um imenso mercado interno consumidor neste último país, que permitiu a tremenda expansão de sua indústria", etc. "Ao contrário, a falta de um mercado interno no Brasil exerceu uma influência justamente inversa" (p. 107).

A "principal diferença" na formação dos dois países — se se quer insistir neste assunto — está no surgimento muito cedo do capitalismo nos Estados Unidos (por sua origem, diz Engels, "um país moderno burguês"), no impetuoso desenvolvimento de suas forças produtivas, no incremento da indústria, determinando maior procura de produtos agrícolas, e antes a exigência destes, o fomento capitalista da agricultura, a divisão e especialização crescente dos trabalhos agrícolas, a diferenciação crescente do campesinato — ent e assalariados agrícolas e agricultores capitalistas (farmers), o que não ocorreu no Brasil. Daí o surgimento e ampliação do mercado interno muito cedo nos Estados Unidos e só hoje registrar-se uma relativa expansão do mercado interno no Brasil.

Basbaum diz que no Brasil, a falta de mercado interno, "a ausência de consumidores obriga os produtores a procurar os mercados estrangeiros" (p. 107). É o caso de perguntar: e por que faltavam consumidores? (É preciso ver que os consumidores não são apenas, nem principalmente, os que com-

ES NUM. 1

pram bens de consumo, mas também e sobretudo os que compõem as matérias primas e meios de produção, os capitalistas, a burguesia urbana e rural). E faltavam consumidores porque a agricultura, inclusive aqueles ramos destinados à produção para a exportação, continuou durante séculos entravada pelos restos feudais. Predominava a economia natural. Desta forma o campesinato permanecia estacionário, não se diferenciava em classes — requisito indispensável para o seu progresso — pois havia apenas de um lado o latifundiário e de outro a grande massa camponesa semi-servil. Aquêle sem interesse em desenvolver sua produção, sem necessidade de máquinas e matérias primas, e esta fechada na fazenda, num mundo estreito e sem exigências maiores de bens de consumo, de conforto, de serviços.

Posteriormente, é claro, a ampliação do mercado interno exige e estimula, por sua vez, o aperfeiçoamento da técnica, um incremento constante da produção. Há uma influência recíproca cada vez maior.

O trecho de Matarazzo citado por Basbaum é perfeitamente justo para os nossos dias. Os grandes industriais que não querem ficam à mercê das imposições dos monopólios norte-americanos, sem dúvida, pela ampliação do mercado interno do Brasil. Mas, quando se reclama hoje a ampliação do mercado interno (fenômeno que aliás se vem verificando) subentendem-se os fatores que o determinam ou favorecem. No caso brasileiro, é reclamar a extirpação

MAI — JUN 1968

dos restos feudais no campo. Uma das vias para alcançar este objetivo — a mais direta e radical — é a divisão dos latifúndios semi-feudais entre a massa camponesa sem terra, a reforma agrária. Não porque, como acredita Basbaum, a "pequena propriedade" em si seja o ideal e vá resolver tudo. Mas porque a pequena propriedade vai liquidar com o poder dos grandes fazendeiros, libertar do domínio destes — e do atraso — a enorme massa dos sem-terra, acelerar a sua divisão em classes. Vai estimular a penetração do capitalismo na agricultura. E nas condições do capitalismo a divisão ou diferenciação inevitável entre camponeses ricos, pobres e assalariados agrícolas conduzirá ao aguçamento da luta de classes no campo e, do ponto de vista social, isto é um extraordinário progresso.

Mas Leôncio Basbaum quer negar inclusive o papel progressista do desenvolvimento do capitalismo em relação às formações pré-capitalistas. E observa ingenuamente, à moda dos socialistas pequeno-burgueses utópicos: "Se proveitos houve no desenvolvimento de estradas de ferro e portos marítimos, deles não partilhou o povo brasileiro..." (p. 207). "Melhorou com isso o nível de vida de nosso povo?" — indaga (p. 208).

De semelhante ponto de vista vamos negar todo progresso histórico-social e preferir a comunidade primitiva, a volta à caverna. Todo progresso econômico nas sociedades divididas em classes representa sempre sacrifícios para as gran-

118

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

des massas. Mas representa avanço do ponto de vista social e desenvolvimento das forças produtivas. Marx já qualificava de "jeremiadas reacionárias" os anelos dos que anseiam pela volta à boa vida patriarcal, aos costumes simples, etc. E presumir que as iniciativas burguesas, as estradas de ferro, os portos, as fábricas poderiam trazer proveitos diretos ao povo brasileiro, é simplesmente desconhecer o caráter do progresso burguês, cujo objetivo principal é o lucro, e não, de forma alguma, proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores e ao povo. Nisto precisamente consiste uma das premissas por que, em nossa época, a burguesia já não pode continuar desempenhando o papel de classe dirigente da sociedade.

IV

A Intelectualidade, a Igreja e o Exército em Relação às Classes Dominantes

Há três passagens do livro de Basbaum — referentes à intelectualidade, à igreja católica e ao exército — em que o autor comete um mesmo erro: separa estes setores, em bloco, das classes dominantes. Basbaum esc eve: "... Enquanto nossos políticos procuravam copiar as instituições inglesas, as maneiras parlamentares inglesas, as expressões oratórias inglesas e pseudônimos jornalísticos ingleses, os intelectuais seguiam modelos franceses" (p. 230). E acrescenta que "isso se devia sem dúvida ao

CRÍTICA DE LIVROS

fato de serem os intelectuais, na sua maioria ou totalidade, pertencentes à classe média, não ligada aos interesses ingleses" (p. 230).

Não creio nesta separação. "Ingleses" ou "franceses", os intelectuais brasileiros se orientavam pelas idéias da burguesia européia. E estas eram idéias burguesas, quer viessem da Inglaterra, da França ou da Alemanha. Não podemos esquecer que por muitos Machado de Assis é considerado "um inglês", no seu "humour", no seu "pessimismo" à Swift e inclusive na sua técnica de romance. Antes dele, José de Alencar fora apontado como discípulo de Fenimore Cooper no romance indianista. Opinam outros que a influência de Álvares de Azevedo era byroniana. E a influência germânica na intelectualidade brasileira se acentuaria mais para o fim do Império, com as idéias de notáveis pensadores burgueses alemães, sobretudo através de Tobias Barreto e, em parte, Sílvio Romero.

É, portanto, simples exagero de Basbaum afirmar que "os nossos escritores são franceses escrevendo em português" (p. 232). A influência européia era acentuada, e não podemos condená-los por isso. Era uma influência altamente avançada para a época. Ajudou a formar o que há de melhor na literatura brasileira do passado. Não pode concordar com Basbaum quando escreve que não havia uma literatura nacional no fim do Império. Nessa época, com toda a possível influência inglesa, Machado de Assis retrata com grande ta-

ES NUM. 1

lento, originalidade e beleza de estilo a sociedade urbana do Brasil. Mais ainda, em sua obra, de cunho profundamente realista, encontramos o ambiente, a atmosfera, a alma brasileira. Suas narrativas estão impregnadas dos acontecimentos de seu tempo e da psicologia de seu povo. E ele tinha consciência disso quando ainda jovem crítico escrevia: "O que se deve exigir de um escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem de seu tempo e de seu país". E foi fiel a esta diretriz. Antes dele, a literatura brasileira não havia conseguido firmar tão alto seu caráter nacional — embora tivessem concorrido poderosamente neste sentido talentos como Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar.

Com toda a influência européia que tem inegavelmente (na forma, sobretudo, de Victor Hugo), Castro Alves, desaparecido muito antes do fim do Império, nos legava uma poesia tipicamente brasileira no seu lirismo, no vigor de suas metáforas, no seu espírito combativo.

Isto para lembrar apenas os dois maiores vultos do século passado nas letras nacionais, Machado de Assis na prosa e Castro Alves na poesia. E de tal forma são brasileiros que ainda hoje se encontram entre os preferidos do grande público.

Não vejo nenhuma razão para o pessimismo de Basbaum em relação ao passado de nossa literatura. Não podemos condená-la pela boa influência européia que ela

119

MAI — JUN 1968

nos trouxe e em que se revigorou, e nem podemos isolá-la das tendências de sua época no Brasil. Ela servia às aspirações burguesas e pequeno-burguesas que brotavam no país, bastante entrelaçadas entre si. E em grande parte, quase sempre, está ligada ao povo. Esta é uma tradição de que pode orgulhar-se a literatura brasileira.

* * *

Num dos capítulos finais do livro, Basbaum trata da chamada "questão religiosa". E aí, mais uma vez, incorre no erro que já apontamos: isolar a Igreja das classes dominantes e em particular do Estado. Basbaum narra o episódio conhecido da luta que se travava entre a Igreja Católica e a Maçonaria. Tem razão em negar a influência dessa luta na queda do Império. Mas não percebe as causas profundas da guerra movida pelo alto clero contra a Maçonaria. Esta, como expressão do espírito e dos interesses das camadas burguesas mais avançadas, lutava pela emancipação dos escravos. Deu seu apoio irrestrito à chamada "lei do ventre livre". Os historiadores em geral apresentam a "questão religiosa" da década de 70 como se se tratasse de preservar o espírito cristão, religioso, contra tendências atéticas. Não vêem — e Basbaum também não vê — que sob a capa de luta religiosa se travava um embate entre uma tendência reacionária e outra progressista. Era uma questão eminentemente política. Não foi o fato do padre Almeida Martins ter proferido um discursão

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

numa sessão maçônica que motivou o dissídio. Foi o fato do referido sacerdote ter-se regozijado pela votação da lei do ventre livre, tímida medida de reforma, que no entanto, desta ou daquela maneira, feria os interesses dos senhores de escravos, dos latifundiários. Medida que interessava à nascente burguesia brasileira. Na realidade, foi uma luta do alto clero, da Igreja como organização, contra as simpatias manifestadas pelos sacerdotes ligados ao povo por aquele dispositivo legal. O padre Almeida Martins não foi a única vítima do arbítrio dos reacionários da Igreja. Foi apenas a primeira. Inúmeros outros sacerdotes, inclusive alguns categorizados, estavam filiados à Maçonaria, pois a Maçonaria, embora menos influente que nos tempos da Independência, se pronunciava por certas medidas de reforma de caráter burguês e, portanto, progressistas na época. Outros padres foram advertidos e ameaçados de excomunhão pela alta direção da Igreja Católica. Irmandades que tentaram resistir aos desmandos dos chefes religiosos foram suspensas.

Este fato não pode ser encarado isoladamente da posição assumida pela Igreja Católica durante toda a campanha abolicionista. Ela foi um dos baluartes mais fortes dos escravocratas. Tomou posição antiabolicionista e de combate a toda medida que favorecesse a emancipação dos escravos. O sr. Pedro Calmon escreve que, ao ser discutido no parlamento o aumento do fundo nacional de emancipação ou resgate e se tratou da libertação dos

CRÍTICA DE LIVROS

escravos sexagenários, levantaram-se contra estas medidas "as grandes influências territoriais... e as forças do clero" (*História Social do Brasil*, II tomo, p. 275, 3ª ed.). Diria melhor do alto clero, pois muitos sacerdotes católicos estavam ao lado dos abolicionistas e dos defensores da lei do ventre livre. E a coisa se torna mais clara quando vemos que enfrenta a Igreja, no governo — mandando prender, processar e submeter, a trabalhos forçados altos dignitários católicos — o mesmo presidente de Conselho sob o qual se promulga a lei do ventre livre — Silva Paranhos.

Estes fatos mostram que não se tratava de uma guerra religiosa entre a Igreja e a Maçonaria como organizações de caráter espiritual, mas de uma luta da parte mais reacionária do clero, aquela mais ligada à grande propriedade territorial escravista, e sacerdotes esclerados, de espírito progressista, que comungavam com as aspirações da burguesia e do povo.

É falsa, no entanto, a afirmação de Basbaum — ante o conflito Igreja x Governo — de que "jamais o Império se apoiara na Igreja ou sequer buscara o seu apoio" (p. 312). Como se a Igreja — que além de tudo era oficial, subvencionada pelo Estado — estivesse acima do poder político, ou à margem dele. Na verdade, desde os primeiros tempos da colonização, Poder político e Igreja andaram sempre de mãos dadas, irmanamente. Veja-se o testemunho de nossos principais historiadores, católicos ou não, e creio que o fo-

ES NUM. 1

ram todos ou quase todos. São unânimes em que a Igreja foi um bastião dos colonizadores portugueses, como seria depois do Estado monárquico. Nos tempos coloniais, os jesuítas — geralmente apresentados como não escravistas — animaram, encorajaram, facilitaram a importação de escravos africanos" (Pedro Calmon, *História da Civilização Brasileira*, 4ª ed., p. 135, Rio, 1940). Quanto aos índios, escreve João Ribeiro que "os padres estavam sempre ao lado dos governadores nas rebeliões selvagens" (*História do Brasil*, curso superior, 5ª ed., Rio, 1914). E Capistrano de Abreu confirma que nas bandeiras de caça aos índios "figura obrigatória era o capelão" (*Capítulos de História Colonial*, 3ª ed., p. 111). Mais tarde, nas lutas pela libertação dos escravos, escreveria Joaquim Nabuco que "entre os que se identificavam desde o princípio com ela (com a escravidão), tornando-se um dos instrumentos de suas pretensões, está, por exemplo, a Igreja..." (*O Abolicionismo*, p. 185, Rio, 1938).

Assim, na "questão religiosa" deve-se esclarecer que não era uma luta de crentes e não crentes, mas uma posição de classes ante o problema da escravidão, que entrara em cheio na ordem do dia ao ritmo dos versos candelentes de Castro Alves. A Igreja Católica no Brasil, o alto clero que a dirigia, estava inteiramente identificada com a escravidão, com a grande propriedade territorial, que era o seu baluarte.

MAI -- JUN 1968

E para concluir a refutação da estranha idéia de Basbaum de uma Igreja "independente" do Poder político, recordemos o fato revoltante de que, quando da execução de Tiradentes, o sermão do frade Penaforte e a uma advertência ao povo para que jamais erguesse a mão contra o poder da Metrópole ("Nem por pensamento traís o teu rei..."). E para o Te-Deum solens quatro dias depois, o discurso do o'ador, o frade carmelita Oliveira Pinto, foi feito mediante um esquema fornecido pelas autoridades coloniais. Um esquema imperativo: "Dar graças pelo louvor de se haver descoberto a conspiração...; dar graças por ficar esta cidade isenta do contágio da dita nefanda conjuração; persuadir os povos a serem fiéis à sua soberana..." (Norberto, *História da Conjuração Mineira*, nota 1 à p. 418).

Aí está como o Poder político com o cadafalso e a Igreja com a cruz tentavam ainda manter o Brasil sob o domínio colonial.

* * *

No capítulo relativo à chamada "questão militar", o autor de *História Sincera da República* também não compreende que o exército, como as forças armadas em geral, não formam algo à parte na sociedade nem tampouco em relação ao Poder político. É lamentável que um historiador que pretende dar uma interpretação marxista à história do Brasil venha nos dizer que "havia uma separação entre o exér-

122

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

cito e o povo" (p. 327), que os "protestos contra algumas decisões, que puniam dois militares indisciplinados acabaram de rubando o trôno" (p. 323), que "o exército derrubou o Império", mas "não o fez por qualquer ideal político: queria apenas desafrontar supostas ofensas". Quer dizer, as coisas se colocam num terreno pessoal, ou quando muito de casta. Pretende Basbaum que no Brasil, como por exceção, o exército se encontrava acima das classes ou à margem delas, como "uma força independente, desligada das classes dominantes e das forças populares" (p. 328).

Na verdade, nem uma coisa nem outra. Basta recordar o papel do exército no ano anterior à proclamação da República — e Basbaum não lhe faz a menor referência. No movimento abolicionista o exército desempenhou um papel de magna importância ao recusar-se a caçar escravos fugidos, contrariamente ao que exigiam os escravistas. E indo contra a sua vontade o exército, na prática, se insubordinava dignamente. E era inevitável que ante o crescente movimento popular pela libertação (não esqueçamos, exigência cada vez mais ligada à República, desde que o Império vacilava em pôr termo ao regime escravista) o exército não poderia ficar alheio, como separado por uma muralha chinesa da realidade nacional. Vindo do povo, sofrendo em geral as mesmas dificuldades porque passava o povo, era natural que refletisse seus anelos e esperanças. Uma decisão como a do Clube Militar de outo-

CRÍTICA DE LIVROS

bro de 1887 era uma decisão essencialmente política. E se podemos buscar características especiais para as forças armadas do Brasil — e em particular o exército — uma das mais notáveis, em toda a nossa história, é precisamente esta: sua militância política. Se generais e marechais procuram fazer a política das classes dominantes, a massa do exército se orienta no sentido das mais puras aspirações populares. Em todos os movimentos revolucionários na história do Brasil, desde os fins do século XVIII, nas fileiras das forças armadas destacaram-se homens que são nomes de legenda no coração do povo: desde Tiradentes e Pedro Ivo até Prestes e Siqueira Campos.

* * *

Estas as principais observações que desejava fazer à *História Sincera da República* de Leônicio Basbaum. Além disso, há numerosas outras inexatidões que exigiam mais tempo e espaço para serem analisadas. Há também algumas contradições flagrantes. Por exemplo, ao referir-se ao Manifesto Republicano de 70, Basbaum o considera, primeiro, como representando "apenas a posição idealista de um grupo intelectualizado da classe média das cidades... O Manifesto não convencia ninguém. Não despertava o interesse do povo" (p. 225). Já à p. 278 lemos: "O Manifesto era um salto na História. A quantidade se transforma-

ES NUM. 1

va em qualidade". E à mesma página: O Manifesto Republicano consubstanciava "o pensamento de uma parte não desprezível das classes dominantes e da pequena burguesia das cidades".

Vemos que em 50 páginas Basbaum evolui, atinge a uma compreensão mais clara daquele documento, apesar do exagero de colocá-lo como "um salto na História" com H maiúsculo.

Quanto à suposta "causa fundamental da República" que Basbaum andou procurando, também não conseguiu uma concordância consigo mesmo. À página 282 escreve que essa causa foi a decadência da economia açucareira que sustentava o Império. Mas, duas páginas adiante, já nos apresenta outras causas que ultrapassam a fundamental. Escreve textualmente: "T.ês outras que sobrelevam em importância às demais pela profundidade de seu alcance econômico e social: a abolição, a questão religiosa e a questão militar". E, como já vimos, foi a simples punição de dois militares que derrubou o Império...

Finalmente, não posso compreender como se escreva a História da República do ponto de vista marxista — mesmo como tentativa — sem estudar os diversos movimentos republicanos que se registraram no Brasil, seus objetivos, seus programas, suas causas e consequências na evolução do movimento geral que terminou pelo 15 de novembro de 1889. Sem destacar vul-

123

MAI - JUN 1968

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

tos notáveis de líderes populares como Borges da Fonseca, Frei Caneca, Cipriano Barata e tantos outros, valentes, combativos e que tinham um credo político definido. Sem mostrar o papel saliente da intelectualidade contra o monarquia e pela República e por tudo o que esta expressava de anseios de con-

solidação da independência nacional e progresso. Deve-se lembrar que entre estes havia homens como Lúcio de Mendonça que, republicanos ardorosos, consideravam porém a República de 15 de novembro como "uma transição para mais aperfeiçoada forma de governo".

CRITICA DE REVISTAS

REVISTA BRASILIENSE

O número 15 da *Revista Brasileira*, correspondente a janeiro-fevereiro deste ano, é um volume de mais de duzentas páginas, contendo quase somente matérias sobre temas de história, sociologia e literatura. Neste particular, a presente edição da publicação paulista se diferencia das anteriores, que davam um peso considerável às questões da economia nacional.

O número 15 de *Brasiliense* se inicia com um editorial de Elias Chaves Neto, apoiando o movimento de opinião pública pela revogação da ordem de prisão preventiva decretada contra Luiz Carlos Prestes. O editorial condena com veemência os processos do anticomunismo macartista, que viola a Constituição e não se conforma

com a prática da democracia em nosso país.

O professor Fernando de Azevedo comemora com um artigo o 25º aniversário do lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Justa comemoração, porque os pontos programáticos do *Manifesto*, que o artigo transcreve, nos mostram como um grupo de educadores soube formular, em 1932, audaciosas soluções progressistas para problemas hoje ainda mais vivos do que há um quarto de século. Nestes últimos 25 anos, o desenvolvimento econômico do país se acelerou de modo impressionante e a população quase duplicou. É certo que o aparelho educacional também se expandiu quantitativamente, mas o fez de modo

MAI — JUN 1968

anárquico, "pela própria força das coisas, ao capricho das circunstâncias ou sob a pressão nefasta de interesses políticos e eleitorais", como diz o professor Fernando de Azevedo. O país dispõe hoje, por isto de um aparelho educacional muitíssimo aquém de suas necessidades imediatas e, ademais influenciado por diretrizes envelhecidas e até mesmo obscurantistas. Justifica-se, assim, a ênfase com que o professor Fernando de Azevedo insiste numa reforma geral do ensino, a começar por uma lei de bases e diretrizes até hoje não aprovada pelo parlamento, apesar de prevista na Constituição. E se focalizarmos o que deve e pode ser essa reforma geral do ensino, verificamos que o *Manifesto* de 1932 se antecipou ao tempo, apresentando uma plataforma que continua progressista, realista e atualizada para os dias presentes.

O professor Cruz Costa escreve sobre *O pensamento brasileiro na primeira fase do século XX*, estudando aspectos da história das idéias, que já abordara em rica tese de concurso, depois publicada em livro. O artigo do professor Cruz Costa é por demais sucinto e, por isto, com certo aspecto esquemático. Mas, embora apresentado em poucos traços, o leitor tem a sua atenção atraída para um processo essencial na evolução do pensamento brasileiro: a transição do "transoceânico", da imitação servil da produção estrangeira, sobretudo européia, para o estudo apaixonado da própria realidade nacional. Neste processo, um ponto crucial foi

126

R. BRASILIENSE

certamente o aparecimento de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. A partir de sua publicação, diz Cruz Costa, "uma nova diretriz parece delinear-se para o pensamento brasileiro".

Esta diretriz, que comporta diferentes orientações de caráter mesmo antagônico, é a única acertada e fecunda. Somente partindo da realidade nacional pode o pensamento brasileiro criar obras simultaneamente valorizadas pela originalidade e pela universalidade.

Temos o direito de esperar que o professor Cruz Costa nos dê ainda novas contribuições para um tema em que se tornou especialista, destacado por qualidades como a inteligência, a minúcia da pesquisa e a clareza.

O último número de *Brasiliense* reproduz um trabalho de Carrera Guerra, cujo falecimento prematuro contristou recentemente os meios culturais. Carrera Guerra, já conhecido como poeta e crítico literário, mostra aqui a sua força em outro terreno, ao estudar a vida e a obra de Diderot. E a verdade é que realizou um ensaio que, sem pretensões à originalidade, é vivo e cheio de idéias interessantes, sobretudo muito bem escrito. Das suas páginas surge um Diderot combativo e apaixonado, grande figura humana, próxima às massas do povo, e grande filósofo, a mais alta expressão do materialismo francês do século XVIII. Recordemos que Diderot foi o prosador predileto de Marx. Este, em espe-

CRÍTICA DE REVISTA

cial, admirava imensamente *O Sobrinho de Rameau*, verdadeira jóia de pensamento e forma literária.

Nas páginas da revista ainda encontramos um artigo de Catulo Branco sobre *As vitórias do socialismo*, dedicado particularmente ao progresso da União Soviética no campo da produção de energia elétrica. Catulo Branco é especialista no assunto e pôde dar ao seu artigo a necessária precisão técnica.

Dorian Jorge Freire faz uma tentativa de balanço da vasta literatura dedicada a Castro Alves. Partindo embora de premissas teóricas ecléticas e, por isto, falsas, pois admite que se pode chegar à verdade através de Freud, de Spengler ou "quem quer que seja", o autor consegue ser bastante equilibrado na sua crítica. Ao mesmo tempo que mostra os exageros de exaltação do primeiro ensaio de Edison Carneiro sobre Castro Alves, condena o parcialismo de Silvio Romero e considera frustrada a obra de Jamil Almansur Haddad.

O Sr. Dorian Jorge Freire faz justiça a Castro Alves e poderia talvez apresentar um estudo mais profundo, sobretudo se soubesse desvencilhar-se do ecletismo teórico na apreciação do fato estético.

Trabalho fraquíssimo, que destoa do conjunto da revista, é o do

ES NUM. 1

Sr. A. R. Paula Leite sobre *Feijó e o seu papel na História*. Mal escrito e teoricamente confuso, pois não sabe se exalta a individualidade de Feijó ou se destaca o papel dos "fatores sociais", o artigo está sempre engrandecendo o herói e, ao mesmo tempo, advertindo que, apesar de sua grandeza, não foi ele quem fez a história... O autor lança a tese de que Feijó representou a pequena burguesia revolucionária. Entretanto, não fundamenta tese tão esdrúxula com com qualquer prova sequer discutível.

A pequena burguesia revolucionária foi uma das forças motrizes de movimentos como a Sabinada e os Cabanos. Quanto a Feijó, ao invés de representá-la, desempenhou mais propriamente o papel de seu algoz.

A *Revista Brasiliense*, publica ainda, em seu número 15, outros artigos e notas. O que apreciamos, porém, nestas rápidas linhas, já é suficiente para dar idéia da riqueza e do nível do seu conteúdo. É evidente para o leitor que se trata de uma revista valiosa que, apesar de naturais altos e baixos, desempenha papel útil para a formação de um pensamento progressista avançado no cenário cultural brasileiro — J. G.

127

ESTUDOS SOCIAIS

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL
Diretor: Astorjildo Pereira

Representantes nos Estados: Catulo Branco, Rua Madre Cabrini, 83 (Vila Mariana), São Paulo * Elson Costa, Avenida Afonso Pena, 324, sala 4, Belo Horizonte, MG * Plínio Cabral, Avenida Andrade Neves, 155, sala 32, Porto Alegre, RS * Dr. Dante Leonelli, Rua Dr. Muricy, 706, 7º andar, Curitiba, PN * Salim Miguel, Livraria Anita Garibaldi, Florianópolis, SC * Paulo Cavalcanti, Avenida Beberibe, 3.122, Recife, PE * Dr. Raimundo Vieira da Cunha, Laboratório Gaspar Viana, Rua Senador Pompeu, Fortaleza, CE,



Assinaturas: 6 ns. Cr\$ 120,00 *
Venda avulsa: Cr\$ 20,00 * As assinaturas começam em qualquer nº.

Redação e Administração: Avenida Presidente Vargas, 435, sala 1.604, Rio de Janeiro, DF, Brasil.

A VERDADE SOBRE A CHINA !

Dentro de poucas semanas
colocaremos à venda em
todas as livrarias do Brasil

"ÁSIA MAIOR" (O Planeta China)

de

MARIA MARTINS

*

Ex-Embaixatriz do Brasil no Japão, na França e nos Estados Unidos, a autora não se limitou — neste trabalho — a um simples relato de viagem, preferindo estudar a fundo a revolução chinesa, as condições em que se deu e em que se processa, tirando conclusões da mais alta importância para o Brasil.

*

Um lançamento extraordinário da

Editôra Civilização Brasileira S. A.

Rua Sete de Setembro, 97
Rio de Janeiro, D. F.

ESTUDOS SOCIAIS

NESTE NÚMERO

MOACYR PAZ: SOBRE OS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO * CARLOS MARIGHELLA: ALGUNS ASPECTOS DA RENDA DA TERRA NO BRASIL * FRAGMON CARLOS BORGES: ORIGENS HISTÓRICAS DA PROPRIEDADE DA TERRA * MIGUEL COSTA FILHO: O TRABALHO NAS MINAS GERAIS * CARREIRA GUERRA: MAIAKOVSKI NOS DEBATES PÚBLICOS * HYMAN LUMER: NOTAS SOBRE A RECESSÃO NORTE-AMERICANA * PROBLEMAS EM DEBATE * CRÍTICA DE LIVROS * CRÍTICA DE REVISTAS

Cr\$ 20,00

MAIO - JUNHO DE 1958

ESTUDOS SOCIAIS

ANO I

1938

APRESENTAÇÃO

ESTUDOS SOCIAIS é uma revista de tendência marxista, e como tal pretende intervir, democraticamente, ao lado de outras correntes do pensamento, no debate das questões relacionadas com a nossa realidade econômica, social e política. E seu propósito dar uma contribuição sincera, pelos meios que lhe são próprios e possíveis, ao esforço que entre nós se vem desenvolvendo no sentido de esclarecer os problemas da emancipação nacional e democrática do povo brasileiro.

O marxismo, como corrente do pensamento, tem demonstrado sua extraordinária vitalidade teórica e prática — na interpretação da realidade histórica e na obra de transformação das condições de vida dos homens. Atualmente, milhões e milhões de seres humanos, no mundo inteiro, utilizam a teoria e o método marxistas para investigar a realidade objetiva de cada país e cada região, tendo em vista formular uma justa política de progresso material e espiritual da sociedade.

No Brasil, o marxismo não produziu os frutos desejados — por várias razões, uma das quais a nosso ver, seria a ausência de uma tradição de estudos marxistas em nosso País. O trabalho teórico dos marxistas, empregado na investigação e interpretação da realidade brasileira, tem sido muito precário, limitado quase que só "... a buscar respostas às questões concretas no simples desenvolvimento lógico de uma verdade

REDAÇÃO

ES NÚM. 1

geral" (Lênin). Podemos dizer que o marxismo entre nós foi algo em si mesmo, fechado e dogmático, e não chegou a ser, ou foi apenas em mínima proporção, um instrumento de investigação. Mas podemos também acrescentar que já começamos a superar as deficiências do passado.

No momento atual, a tarefa dos marxistas brasileiros consiste principalmente em voltar-se para a nossa realidade viva, estudando-a em seus múltiplos aspectos. Estamos certos de que os resultados desse trabalho de investigação e análise fornecerão elementos úteis à ação política das forças democráticas e patrióticas.

* * *

Desejamos afirmar claramente que é nosso propósito estimular a polémica: polémica entre marxistas, polémica entre marxistas e representantes de outras correntes do pensamento. E nossa convicção que a luta de opiniões, o confronto de idéias, a crítica, a discussão são indispensáveis ao desenvolvimento do pensamento e da cultura.

Entendemos que esta revista, ao acolher semelhante debate em suas páginas, estará contribuindo de maneira eficaz para enriquecer o pensamento brasileiro.

* * *

Longe de nós a presunção de termos alcançado, desde já, o tipo de publicação que julgamos necessário ao cumprimento das tarefas que nos propomos realizar. O que hoje apresentamos é apenas um primeiro passo, com as insuficiências e tropeços de um primeiro passo. Mas estamos firmemente dispostos a continuar — melhorando de número para número. Para isto contamos, não só com a simpatia e o apoio moral dos nossos amigos e leitores, mas sobretudo com a sua cooperação interessada e permanente, inclusive sob a forma de crítica — apontando falhas e defeitos, lembrando temas para estudos e debates, sugerindo o que lhes parecer mais adequado para o desenvolvimento e consolidação da revista.

Em suma — desejamos criar entre a revista e os nossos colaboradores, amigos e leitores aqueles sentimentos de compreensão e solidariedade indispensáveis à plena realização dos objetivos que nos são comuns.

SOBRE OS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Crítica aos Métodos de Análise

Por Moacyr Paz

1. O Uso das Teorias "Científicas" em Economia

Surge a renda nacional gerada em uma síntese de toda atividade econômica em seu esforço criador, e exprimindo, em largo sentido, uma dada etapa de progresso infra-estrutural da sociedade, a obtenção de um nível satisfatório de renda social, traduzindo um impulso adequado de crescimento da capacidade produtiva e de modificações na estrutura social da produção, constitui necessariamente o objetivo fundamental de uma política de desenvolvimento econômico.

Surge assim a indagação de como promover aumento da renda nacional, nas dimensões e características julgadas necessárias. Partindo da suposição de que o Estado pode estimular e mesmo condicionar o desen-

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

volvimento econômico (1) — quais os elementos dinâmicos a jogar numa política governamental, nesse domínio? Qual o justo conteúdo a introduzir, ou a resguardar, no processo de desenvolvimento econômico em curso, e as tarefas administrativas daí decorrentes?

Nos países subdesenvolvidos, e particularmente no Brasil, essas perguntas têm sido freqüentemente formuladas, e passaram a constituir um campo fértil de análises e debates para os economistas e homens públicos. Lamentavelmente, no entanto, observa-se um profundo divórcio entre a ciência manipulada por certos economistas, — a que chamarei de "científicas", dada à natureza das suas idéias — entregues à aplicação simplista e nem sempre adequada das teorias econômicas instrumentais, de um lado, e da realidade objetiva do Brasil, os problemas da produção e das condições materiais da sociedade, de outro. Sob o pretexto de que o desenvolvimento econômico toma formas complexas, difundem-se análises de enorme aparato científico — universitário, verdadeira metafísica econômica, contendo uma falsa e vaga representação do mundo real e dos problemas de que são objeto.

Está muito em moda, no Brasil, fazer-se a teoria por si mesma, passando ao longe dos fenômenos objetivos e eminentemente práticos com que se apresenta o processo econômico. É estranho que viva o economista a reivindicar maior participação profissional nos assuntos do Estado e dos círculos de empresas privadas (2) e ao mesmo tempo adote um comportamento intelectual que o enclausura em torres de marfim. O economista procura se qualificar pela negação do "empírico", preferindo manusear o belo e o abstrato da ciência, ainda que esse narcisismo o distancie cada vez mais do mundo real.

A transformação do empírico em científico tem sido, para essa corrente dos economistas, no melhor dos casos apresentar o evidente em termos complicados, mas fundamentalmente fugir da realidade, ou tapá-la. Parece que esse procedimento resulta, na sua essência (não queremos discutir-lhe o lado intencional), do uso cego de certos instrumentos teóricos de análise, absorvidos do exterior, sobretudo dos Estados Unidos e Inglaterra. Recorrendo invariavelmente, para sair do empírico, às teorias econômicas dos países capitalistas altamente desenvolvidos, terminam por se fazer estranhos à com-

(1) Uma corrente ponderável de economistas, no Brasil, à frente os Professores Eugênio Gudin e Otávio de Buihães, presa ao círculo do liberalismo e aos conceitos da ciência clássica, nega a capacidade prática planejadora do Estado, no sistema capitalista. Queremos definir nossa posição: nas atuais condições da economia capitalista, sobretudo ante a expansão da propriedade social estatal, admitimos a possibilidade maior ou menor de planejamento, inclusive o condicionamento das inversões privadas por parte do Estado, quando este saiba compreender e utilizar o fator dinâmico fundamental do desenvolvimento capitalista espontâneo, que reside na lei do lucro.

(2) Além dos novos movimentos de economistas pleiteando maior rigor no cumprimento da lei que regula o exercício da sua profissão, vale à pena lembrar o discurso do Prof. Gudin (Rev. Brasileira de Economia, março de 1956), apelando aos homens de negócios para que terminem sua "incompreensão em relação aos economistas saídos das Faculdades e dêem-lhes funções nas suas empresas.

MAI — JUN 1958

SOBRE OS PROBLEMAS

preensão do processo econômico nacional, ou deformá-la nas suas análises. Manipula-se Keynes a todo instante, sem ter em mente que as suas mensurações do pleno emprego, da propensão marginal a consumir e a poupar, o seu mecanismo de equilíbrio entre os agregados do sistema econômico, afinal os seus instrumentos de análise e planejamento se destinaram à correção dos ciclos e depressões. Embora o Brasil se inclua entre os países de "economia reflexa", como diria o Prof. Gudin, influenciável pelas crises de mercado que atinjam os países de grande manufatura, os seus problemas econômicos, na presente etapa, são de outra natureza; as análises e o planejamento que aqui se solicita devem visar, essencialmente, à aceleração dos ritmos do desenvolvimento econômico geral.

Esses vícios "universalistas" quanto à estrutura e conteúdo da teoria florescem em certos instrumentos de análise econômica ultimamente adotados com muita sofreguidão. Veja-se um exemplo expressivo: a técnica dos "modelos" dinâmicos, jogo de equações destinadas a descrever o movimento equilibrado de um sistema econômico e suas variáveis, como um todo. Os modelos ainda constituem, no Brasil, uma divagação recente no meio dos economistas, mas já se pleiteia que venham a assumir maior importância como método de análise e de política econômica. Segundo nos informa Dias Leite, o atual Conselho de Desenvolvimento, órgão de assessoramento da Presidência da República, constrói suas análises da economia brasileira e seus imensos programas de investimento a partir de modelos macro e microdinâmicos, com alta dose de abstração matemática.(3)

Não nos preocupa discutir o caráter científico dos modelos dinâmicos, sempre de digestão trabalhosa. Basta recordar que o modelo, seja o de Keynes, de Harrod, Domar, Kalecki ou os menos propagados, é sempre um instrumento de política econômica anti-cíclica, essencialmente construído (insistimos) para proporcionar equilíbrio nos centros de origem das crises capitalistas, e desligado da vida real dos países subdesenvolvidos. Isto parece-nos pacífico: os figurinos teóricos do keynesismo (os economistas nacionais estão ardorosamente vinculados à escola de Keynes) e dos neoliberais, em que pese a sua sabedoria científica, escorregam no apreciar e definir os problemas nacionais do desenvolvimento econômico, de melhoria dos níveis da renda, dos investimentos e do consumo, se estes problemas não entram como a alma das cousas a estudar, e permanecem apenas nos seus estudos exteriores. No final, ante o seu desvio no caminho abstracionista, tais análises se tornam artificiais e habitualmente falsas para serem adotadas como argumento de política econômica dos governos e investidores privados.

Não nos suponham inimigos da teoria e da abstração. A análise econômica em países como o Brasil, evidentemente, não requer *menos* teoria, e sim uma teoria *melhor*, formulada com raízes nas condições materiais com

(3) Vide Contribuição ao Relatório do Conselho de Desenvolvimento para 1956, O.A. Dias Leite, Rio 1957.

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

que se apresenta o seu processo econômico. Embora se subestime a investigação empírica, no grau atual de conhecimento da economia brasileira ela é essencial e positivamente serve mais aos interesses nacionais, à solução dos nossos problemas, mesmo à fixação de uma política econômica governamental ou de grupos privados, do que a ciência abstracionista onde, para falar sinceramente, existe mais arte e entretenimento e menos ciência.

Outros processos de análise dos "científicos", e que tem levado a essa perda de contacto com a realidade objetiva, agora muito difundido, é o que se baseia no uso a um só tempo imoderado e capcioso da estatística. Está havendo evidente exagero no tratamento abstrato-matemático dos problemas econômicos do Brasil, tanto mais inócua se temos em conta a precariedade das estatísticas que dão material especulativo às análises. É preciso não esquecer que atravessamos uma fase preliminar de montagem dos serviços de levantamentos estatísticos, que por isso mesmo apresentam pouca penetração e substância diante dos problemas. Observa-se, a todo instante, o seguinte fato: visando construir um fundo básico "científico" ao seu raciocínio, e chegar a certas análises mais arrojadas, o economista aplica subterfúgios, combinações fecundas para fazer "falar" os dados brutos numéricos, às vezes insuficientes porque obtidos com uma finalidade diversa. Improvisa-se, então, através dos cálculos e modelos econométricos, diagnósticos econômicos quase sempre artificiais, e que mais se apartam da realidade à medida em que essa técnica de manipulações estatísticas se torna complexa.

Não somos contrários, certamente, ao emprego da estatística como instrumento de análises econômicas, de observação *em massa* dos fenômenos, de seu dimensionamento e comparabilidade. Condenamos, isso sim, é a tentativa de extrair dos fatos estatísticos (quando não dos algarismos conscientemente mistificados), cuja manifestação é somente exterior, explicações sobre a natureza dos fatos econômicos e sociais. Condenamos é dar-se à estatística uma função de ciência (quando ela é apenas um método científico), fazendo-se à sua custa diagnósticos de processos econômicos, vale dizer, explicando-se a causa inicial e profunda dos fatos objetivos, à base de simples abstrações estatístico-matemáticas, muitas vezes com vistas à elaboração de tarefas administrativas e às linhas de uma política econômica nacional ou regional.

2. A Deformação da Realidade Econômica

Dêsse raciocínio de universalismo na doutrina econômica, (4) e do uso imoderado da abstração "científica" de tipo keynesiana (chamemos

(4) Escrevia, certa ocasião, o Sr. Raul Prebisch, então Diretor executivo da Comissão Econômica para a América Latina (ONU), e um dos líderes do movimento doutrinário cepalano: «A nossa posição é diversa. Recusamo-nos a ver o sentido de universalidade que freqüentemente se pretende atribuir às teorias formuladas nos grandes centros mundiais. No melhor dos casos, refletem tão somente uma parte da realidade econômica — a desses grandes centros — e não

MAI — JUN 1968

SOBRE OS PROBLEMAS

indu-keynesiana, pela sua tentativa apressada de reter características nacionais) resulta em que certas análises surgidas para explicar o processo econômico no Brasil quanto à sua estrutura e movimentos, e para corrigir seus erros e desequilíbrios, trazem profundas deformações da realidade, ou procuram negá-la.

Note-se, de saída, que deformar a compreensão dos nossos problemas não é patrimônio dos economistas indu-keynesianos. Toda a ciência econômica tem profunda base partidária (no sentido social), repousa sobre interesses de classe social e de nacionalidades. As próprias análises econômicas chamadas não-científicas, em especial as que apenas debatem fatos econômicos, guardam o mesmo sentido. Fazer interpretações econômicas em verdade corresponde a um jogo de interesses, de disputa ou defesa de posições no mundo econômico.

Há análises que, embora aparentando pisar firme na realidade objetiva, mais sencerimoniosamente caem no esforço de exprimir com deformação os problemas nacionais. O Relatório da Comissão Mista Brasil Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico (5), p. ex., ao estudar os fatores limitativos do nosso desenvolvimento econômico, volta a falar na geografia e no clima, responsabilizando inclusive as montanhas e a direção errada em que fluem os maiores rios do centro do país. O sentido da afirmativa deve ser o mesmo que levou Stanley Jevons a atribuir às manchas solares as origens das crises cíclicas da economia dos Estados Unidos.

Esse tipo de análise, no entanto, passou a oferecer pouca receptividade. Restam as "científicas" (do tipo indu-keynesiano), as que deturpam a realidade, ou a escondem, debaixo do manto de universalismo e da doutrinação ultramarina transplantada intacta ao Brasil, sem quebra de seu conteúdo anticíclico ou que, no melhor dos casos, reflete um estágio de capitalismo amadurecido diverso e mesmo oposto ao que atravessamos.

As análises macroeconômicas, com aplicação do método de estudo das categorias fundamentais, que têm nos grupos ligados à CEPAL os

a dos países que estão na periferia da economia mundial. Os estudos da Secretaria da CEPAL se propõem contribuir para a elucidação teórica dos fenômenos da periferia, não somente com fins científicos, mas também para que se chegue a formular princípios de ação prática. A medida que avançamos nesta tarefa, será necessário ir integrando esta interpretação teórica dos fenômenos periféricos no corpo daquelas teorias formuladas nos grandes centros. Naturalmente, este esforço de interpretação teórica requererá mais de uma modificação de algumas das teorias vigentes e mesmo a rejeição de certas dentre elas. Mas este fato não poderia escandalizar o Dr. Gudín num campo como o da teoria econômica, que ainda se encontra em incipiente elaboração. Sinto-me inclinado a pensar, por outro lado, que a investigação sistemática dos fenômenos da periferia poderia contribuir vantajosamente a introduzir elementos dinâmicos nas teorias vigentes, sem os quais seguiriam elas um tanto afastadas da realidade». Debate com o Prof. Eugênio Gudín, «A mística do equilíbrio espontâneo na economia», publ. no «Diário de Notícias», Rio, 8-11-1953.

(5) RELATÓRIO GERAL, Vol. I.

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

seus principais veiculadores, (6) refletem muito de perto esse rompimento com a realidade, esse divórcio entre os instrumentos teóricos (de origem keynesiana) e a justa compreensão dos fatos. Inspiradas essencialmente nas situações estatísticas da renda nacional e de outros agregados, da economia nacional vista como sistema, e admitindo (sem o querer?) a filosofia de que a sociedade se desenvolve uniformemente, as análises globais não passam, afinal, de mera descrição formal exterior. Atrás das cifras estereotipadas, das fórmulas matemáticas sem matéria, escondem-se, não estudados, os fenômenos humanos, os contrastes da sociedade dividida em classes e camadas, a diversidade de problemas e necessidades regionais. Na realidade o desenvolvimento econômico é um processo desigual, no sentido geográfico (zonas, regiões, etc.) e no social (classes sociais), e isso nega frontalmente a lógica da análise econômica pela utilização dos números "macro", com o abandono dos contrastes, já que as estatísticas globais ocultam as situações extremas e mesmo as situações específicas. No agregado renda, p. ex., os salários e lucros não devem ser enxergados apenas como dois de seus elementos constitutivos, mas sobretudo como duas formas antagônicas de renda (7). Assim, não há como desmentir o caráter reacionário desse método de análise econômica, a deturpação que oferece à caracterização dos interesses e necessidades das áreas geográficas mais pobres (Nordeste e Amazônia, p. ex.) e das camadas sociais oprimidas.

Há outro aspecto a considerar. Como os cálculos de renda nacional e de investimentos, no Brasil, são ainda demasiadamente precários, defeituosos e imaturos (por isso mesmo sujeitos a correções periódicas), a interpretação macroeconômica do processo de desenvolvimento, e o raciocínio subsequente, terminam por apresentar-se totalmente artificiais. Quem quer que se detenha nas origens e métodos das estimativas construídas pela Equipe da Renda Nacional (F. G. V.), que aparecem como oficiais, verá que resultaram de improvisações às vezes grosseiras no domínio da estatística, como, p. ex., nas estimativas dos investimentos privados em construções. O uso dos agregados do sistema (renda, dispêndio, poupança, inversões, consumo) e sua análise orgânica, por isso mesmo, quando muito podem proporcionar a compreensão de um mecanismo teórico de desenvolvimento econômico, sem correspondência com a realidade objetiva no Brasil.

(6) Pertencem à mesma escola vários dos economistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Conselho Nacional de Economia, do Instituto Brasileiro de Economia, etc. A técnica macroeconômica de análise, com vistas à programação do desenvolvimento econômico do país, se difunde amplamente, inclusive em cursos de especialização profissional, como sucede atualmente na Escola Nacional de Engenharia, onde os programas são colocados em termos tipicamente keynesianos.

(7) Na formação da renda, quanto maior seja a diferença entre o valor gerado pela mão de obra e o salário pago, à mesma, maiores os lucros do capital. Isto considerado, chega-se à compreensão do antagonismo que dá a essência às relações de produção capitalista e ao processo de desenvolvimento econômico no Brasil.

MAI - JUN 1968

SOBRE OS PROBLEMAS

O entusiasmo com que se aplica essa técnica de análise agregativa, e, no fundo disso, a natureza partidária (com os indu-keynesianos e os neo-clássicos nacionais fazendo apologia do capital estrangeiro) da teoria econômica manipulada para explicar os problemas nacionais, tem conduzido a concepções hoje consagradas, mas errôneas. É o caso da parcialidade com que se identifica o papel desempenhado pelos fatores externos na expansão das forças produtivas e da riqueza nacionais. Servindo-se do que chamou de "artifício estatístico", o estudo do Grupo Misto BNDE-CEPAL (8) julga haver demonstrado a força da contribuição dos fatores externos no processo de desenvolvimento econômico. Entre 1939 e 1954, a oferta global de bens e serviços aumentou de 237,7 bilhões de cruzeiros (valores constantes de 1952), mas apenas 179,8 bilhões corresponderam ao aumento da produção real; a diferença (57,9 bilhões de cruzeiros) foi ganha através da melhoria na relação dos preços de intercâmbio.

É preciso repor as coisas no seu lugar exato. Essa melhoria na relação dos preços de intercâmbio, decorrente da alta dos preços do café no mercado externo (período 1950/54), de certo alimentou em grande medida a nossa capacidade para importar, compensando inclusive a diminuição do volume físico das exportações. Se igualmente alimentou as inversões é um fato a comprovar (o estudo do Grupo Misto afirma que sim, sem o provar). É conveniente não esquecermos de que os efeitos da melhoria nas relações de troca nem sempre se traduzem como recursos de inversão para desenvolvimento econômico. Um estudo do Secretariado das Nações Unidas, fonte no caso insuspeita, chega a declarar a probabilidade de que, "quando as relações de troca apresentam uma melhoria, essa beneficia principalmente as companhias estrangeiras que operam dentro do país subdesenvolvido" (9).

Mas o Grupo Misto poderia ter registrado, abandonando o seu "artifício estatístico" e enfrentando objetivamente os números que constrói sobre a evolução agregativa da renda, da produção e da oferta interna de bens e serviços, o seguinte fenômeno: enquanto a produção real, no período 1939/54, atingiu ao montante de 4.426,1 bilhões de cruzeiros, a renda territorial somou apenas 4.289,9 bilhões; essa diferença, de 136,2 bilhões de cruzeiros, representaria o desfalque trazido pelo efeito das relações de intercâmbio.

Na realidade, os cálculos utilizados quanto à mudança nas relações de troca não merecem absoluta fé. Quando muito, refletem tendências no poder aquisitivo do café. Vale à pena recordar que os nossos principais produtos de exportação, à exceção do café, como o algodão, cacau, madeiras, arroz, fumo, oleaginosas e ceras, precisamente nos anos em que

(8) ESBÓCO DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA (período 1955-62), Rio, 1955 (Segunda Redação), págs. 5/6.

(9) Relações de troca post-guerra entre países subdesenvolvidos e países industrializados, em Rev. Brasileira de Economia, setembro, 1949.

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

teóricamente mais melhorou a relação nos preços de intercâmbio, apareciam como "gravosos", dificilmente encontrando escoamento no mercado externo (às vezes mediante subsídios governamentais).

Além disso, é meio suspeito alardear-se isoladamente a melhoria do poder aquisitivo das exportações brasileiras, em um quinquênio, esquecendo-nos da constante histórica que acompanha o fenômeno, qual seja a de vivermos secularmente a exportar mercadorias a preços que se deterioram diante das importações de manufaturas. O estudo das Nações Unidas, atrás referido, acerca das relações de troca entre países subdesenvolvidos e industrializados, abrangendo o período 1876/1947 (71 anos), revelou uma tendência gradual de queda nos preços dos produtos primários, relativamente às manufaturas, no mercado mundial. "Em média, uma certa quantidade de produtos primários exportados pagava, ao final desse período, apenas 60% da quantidade de artigos manufaturados que a mesma quantidade antes adquiria" (10).

Outras análises refletem a mesma injustificada simpatia pelos fatores externos. Às vezes a análise escorrega para posições de todo indefensáveis, e nesse sentido vale à pena recordar o exagêro: o raciocínio de que a propensão a consumir, no Brasil, sempre acompanhou o fluxo dos investimentos estrangeiros.

O BNDE pisa um terreno de certa forma semelhante, na defesa desse tipo de fator externo. Procurando oferecer um compreensão quanto à natureza dos problemas do desenvolvimento econômico, e daí extrair as bases da política de desenvolvimento mais adequada ao Brasil, monta e desenvolve o BNDE (11) (e nas suas águas os mais autorizados adeptos da escola indu-keynesiana) o seguinte esquema de raciocínio:

a) o desenvolvimento econômico se identifica com o processo de acumulação de capital;

b) a disponibilidade de poupanças para investimentos, no Brasil, dada à baixa renda produzida e à forte propensão a consumir (tendem a adotar os hábitos de consumo das economias evoluídas), é insuficiente para manter os ritmos de inversão e de desenvolvimento julgados ideais;

c) não foi devido a um esforço de poupança que a renda *per capita* pôde crescer a uma taxa anual de 3%, entre 1938 e 1955, e sim à conjugação de fatores outros, particularmente a melhoria nos termos de intercâmbio e na capacidade para importar; tais fatores, no entanto, atualmente deixaram de existir;

d) como superar essa deficiência na formação espontânea da poupança do país? Como obter a taxa de inversões de 21,2% anuais, a única

(10) Est. cit., pg. 17.

(11) EXPOSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO, relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico relativo a 1955, págs. 13/23. As críticas à formulação teórica do BNDE não importam em negar o destacado papel que esse órgão vem tendo no desenvolvimento econômico do país, matéria de que é objeto o capítulo IV.

ÍNDICE AGREGATIVOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL
(Valores constantes de 1952)

Anos	Dispendio	Renda territorial	Produção	Investimentos	Consumo
1939	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1940	101,8	100,7	100,1	99,5	102,1
1941	107,8	109,1	104,9	106,1	108,0
1942	101,8	105,5	101,6	86,3	104,1
1943	103,8	107,0	104,4	89,4	105,9
1944	111,9	114,9	109,6	106,6	112,7
1945	119,9	123,8	117,1	89,4	124,2
1946	156,6	132,7	128,6	129,9	137,4
1947	156,6	152,1	138,9	172,2	154,3
1948	159,5	137,9	146,8	155,5	160,1
1949	167,1	164,3	150,8	205,2	161,5
1950	183,4	184,2	161,9	227,7	176,9
1951	202,1	194,2	173,0	263,8	193,0
1952	214,2	201,7	180,2	288,9	203,1
1953	212,3	187,7	187,7	254,1	206,1
1954	232,3	232,6	201,2	259,9	228,2

MOACYR FAZ

ES NUM. 1

em condições de sustentar um crescimento econômico no ritmo de 3% ao ano? O caminho para a eliminação desse ponto de estrangulamento, conclui o BNDE, está em conseguir o acréscimo do influxo do capital estrangeiro. "A entrada de capitais, é conveniente notar, tem efeito bivalente, pois age concomitantemente no sentido do aumento dos recursos para investimentos e sobre a capacidade para importar". (12)

3. A Tese do Crescimento Econômico Excessivo

Segundo o raciocínio predominante entre os economistas indu-keynesianos, o desenvolvimento econômico do Brasil se caracteriza como "excepcionalmente intenso" (13), em particular no último decênio. Um crescimento econômico e de transformação estrutural que se faz com "impressionante rapidez", dirá outra análise (14). O quadro nos apresenta índices dos principais agregados nacionais, construídos para quantificar, à maneira keynesiana, o processo de desenvolvimento econômico em 15 anos (1939/54) (15).

Observa-se, realmente, dos índices básicos utilizados, uma forte expansão da riqueza gerada e dispendida. O incremento da renda se fez à razão de 8,8% ao ano (idêntico ao do dispêndio), e de 6,7% ao ano o da produção real de bens e serviços, taxas médias evidentemente altas. Quanto aos investimentos, agregado com que se procura traduzir o esforço nacional de acumulação da capacidade produtiva, sua evolução foi extremamente acentuada, dentro da média de 10% anuais. Válidos os índices agregativos, teríamos de admitir que a maior velocidade do incremento das inversões, sobre o da produção real, correspondeu a uma queda produtiva de fator capital, dentro da série histórica examinada. Discutiremos o assunto, em matéria adiante.

Uma técnica frequentemente empregada para quantificar os ritmos de desenvolvimento, inclusive para comparações entre países diversos, está em medir as variações dos agregados em termos *per capita*. Teríamos, desse modo (quadro), um crescimento da renda real *per capita* da ordem de 4,2% ao ano; em valores absolutos, a evolução seria de 4,4 mil Cr\$/habitante para 7,3 mil, entre 1939 e 1954 (valores constantes de 1952). Isso é frequentemente utilizado para apreçoar-se uma forte melhoria dos padrões de vida no Brasil.

(12) EXPOSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO, cit. págs. 20.

(13) ESBOÇO DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL, introdução a um estudo apresentado à Conferência da CEPAL, em Bogotá. Publ. em ECONOMIA BRASILEIRA, julho-setembro de 1955, págs. 155/163.

(14) Alexandre Kafka, A ESTRUTURA ECONÔMICA BRASILEIRA, conferência na 1ª Jornada Universitária Rio Grandense de Economia e Finanças, Porto Alegre, 1955 (mimeografada).

(15) Construído com elementos de estudo do Grupo Misto CEPAL-BNDE, citado anteriormente.

ÍNDICE "PER CAPITA" DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Anos	Dispêndio	Investimentos	Consumo
1939	100,0	100,0	100,0
1940	99,8	97,5	100,1
1941	103,3	101,6	103,5
1942	95,3	97,5	80,8
1943	94,9	81,7	96,8
1944	99,9	93,2	100,7
1945	104,4	74,0	108,4
1946	114,2	110,7	114,8
1947	130,3	143,5	128,4
1948	129,7	126,3	130,2
1949	132,7	162,9	128,2
1950	142,6	176,6	137,2
1951	153,1	199,8	146,2
1952	158,4	213,9	150,3
1953	153,4	183,7	176,1
1954	163,6	182,9	168,8

MOACYR PAZ

ES NUM. 1

Impõe-se opinar, desde logo, que essa técnica nem de longe reflete um fenômeno de riqueza social média produzida, correspondendo afinal a mera figura estatística (16). Como é possível esquecer o caráter antagônico dos salários e lucros que compõem o agregado "renda"? Como é possível encontrar alguma coisa em comum entre a renda, digamos, da Standard Oil e da Brazilian Traction, de um lado, e a dos operários e camponeses, de outro?

Na renda *per capita* produzida não se refletem as profundas diferenças observadas na distribuição da riqueza, fenômeno que, esse sim, caracteriza decisivamente o padrão de vida de uma sociedade. Por outro lado, não há comparabilidade satisfatória entre os valores agregativos *per capita* de países que vivem sob "circunstâncias" materiais e sociais diversas. O próprio nível de vida social depende muito de fatores como o clima, que impõe exigências adicionais de habitação, vestuário ou alimentação.

É muito apregoado o ritmo acentuado de desenvolvimento da renda real *per capita* no período 1945/54, quando se obteve "uma taxa mais de duas vezes mais alta do que aquela que a longo prazo caracteriza o desenvolvimento dos países altamente industrializados". Se mantida, no próximo decênio, essa taxa elevada, — exclamam os analistas cepalianos — o padrão médio de vida da população do Brasil quase que duplicaria.

Tem sido a partir do conceito de que ocorre, no Brasil, um desenvolvimento econômico excessivo, particularmente industrial, e da necessidade de limitá-lo, que se chega à formulação de programas antiindustriais, como foi o caso da Instrução 70, da SUMOC. O Conselho Nacional de Economia, em seu relatório de 1954, pregava uma redução na taxa de investimentos, que lhe parecia causadora do surto inflacionário.

(16) Em várias oportunidades, realizando análises econômicas regionais, sobretudo para chegar ao dimensionamento das demandas de energia elétrica, experimentamos essa técnica de medição dos padrões de riqueza social. No entanto, na hora de testar as conclusões oriundas desse método de raciocínio teórico, revelaram-se erros clamorosos. De certa feita, estudando os municípios da Baía do São Francisco (para a CHESF), começamos por supor que o de Neópolis, em Sergipe, dada à sua renda *per capita* elevada, incluía-se entre os mais desenvolvidos da Região. O teste revelou o inverso: os baixíssimos níveis de desenvolvimento material de Neópolis eram desfigurados pela presença de uma fábrica têxtil de dimensões médias (1.400 operários).

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA DA TERRA NO BRASIL

Carlos Marigella

O fundamento geral da questão agrária no Brasil reside em que o monopólio da terra é a causa do nosso atraso. Abalado ou eliminado esse monopólio, as forças produtivas darão um salto para a frente.

A compensão teórica do problema exige, porém, o estudo de vários de seus aspectos, entre os quais têm um grande realce os que se referem à renda da terra no Brasil.

Teoricamente, a renda pré-capitalista pressupõe a existência de duas classes: a dos proprietários de terra e a dos pequenos produtores individuais, possuidores de meios de produção e dispostos de alguma independência econômica. A renda capitalista pressupõe a existência de três classes: a dos proprietários de terra, a dos locatários capitalistas que exploram o trabalho assalariado e a dos assalariados que trabalham para estes capitalistas e não dispõem de meios de produção.

As relações agrárias em nosso país envolvem umas e outras classes pressupostas pelos dois tipos de renda — a pré-capitalista e a capitalista. O estudo da renda territorial contribuirá para assinalar o sentido do desenvolvimento de nossa economia agrária e definir que classes sociais e

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

aspectos de renda predominam no campo. Possibilitará também distinguir o sentido histórico em que marcham estas classes, o grau de diferenciação da massa camponesa e os elementos mais gerais para a solução da questão agrária.

É indispensável para isto o exame das relações econômico-sociais, sob o ponto de vista da análise da renda da terra, através de cada uma das nossas principais culturas.

I

A Renda da Terra na Cultura do Café

O tipo econômico de exploração agrícola característico da cultura cafeeira é a fazenda do café. Como entidade econômica, a fazenda de café nos apresenta dois tipos básicos da população rural do país: de um lado o fazendeiro de café, de outro o colono. São 2 tipos antagônicos, que se debatem por entre contradições inconciliáveis, reflexo do predomínio absoluto da propriedade privada dos meios de produção na economia agrária.

Uma das fontes de riqueza do fazendeiro de café reside na apropriação do trabalho suplementar do colono.

Segundo Marx, a renda trabalho, a renda da terra em sua forma mais simples, é produzida "quando o produtor direto trabalha parte da semana num terreno que lhe pertence de fato, com instrumentos que lhe pertencem de fato ou de direito (arado, gado, etc.) e emprega os outros dias da semana em trabalhar no terreno do latifundiário" (*O Capital*, livro III — cap. 47, II).

No nosso caso, a renda trabalho produzida pelo colono apresenta-se com as modificações resultantes da época histórica que vivemos, mas isso em nada lhe modifica o caráter. O colono trabalha exclusivamente na terra do senhor. O colono não tem nenhuma terra. Ele apenas consegue trabalhar para si na terra do fazendeiro, assim mesmo quando lhe é concedido o direito de plantar no vão. Algumas vezes lhe é permitido plantar fora, mas ainda aqui nas terras do senhor. Nesse sentido, as vantagens históricas da derrocada do feudalismo não lhe serviam ao menos para gozar do mesmo privilégio do servo que entregava seu super-trabalho ao senhor feudal, consolando-se em trabalhar no pequeno pedaço de chão de cuja propriedade se orgulhava.

A separação entre o trabalho suplementar do colono e o trabalho necessário hoje só é nítida e só se distingue bem, quando em determinados dias do ano tem que prestar serviços gratuitos ao fazendeiro de café (corvéia), consertando estradas e cercas, limpando pastos, extinguindo incêndios. No resto, já não se distingue tanto, da mesma maneira como vai se distinguindo menos nos outros tipos da renda pré-capitalista.

18

MAI — JUN 1958

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

Mas não é somente da renda trabalho que se apropria o fazendeiro quando explora o colono de café. O fazendeiro exige que o colono lhe venda em primeiro lugar os cereais que plantou. Plantando para si mesmo, o colono, colocado aparentemente na posição de produtor independente, além do produto necessário se apropria, ele mesmo, do produto suplementar, isto é, do excedente do trabalho necessário à sua manutenção. Pois bem, o produto suplementar do colono (resultante do plantio feito por sua conta) é obrigatoriamente vendido ao fazendeiro que lhe retribui com um preço abaixo do valor do produto suplementar. Nesse caso, o colono entra com uma parte do produto que plantou, o fazendeiro se apropria da renda produto. É um novo pagamento em espécie que lhe faz o colono, na prática.

A concessão do fazendeiro de café que faculta ao colono plantar na terra da fazenda, tanto quanto a proibição de caçar, pescar, tirar lenha em suas matas, é uma das mais importantes características dos restos feudais nos dias de hoje. O colono que recebeu qualquer parcela de terreno do fazendeiro para plantar está na completa dependência do senhor, tal como acontecia no tempo do feudalismo. Amarrado à miragem desse pedaço de terra, o colono presta serviços gratuitos ao fazendeiro quando limpa os cereais que plantou (pois aqui também limpa indiretamente o cafezal sem nenhuma retribuição), aduba o terreno gratuitamente com o feijão das águas e sujeita-se à interminável exploração do fazendeiro, permanecendo na fazenda, a trôco desse precário direito de plantar, que é mais uma condição da miserável servidão que o aniquila.

Por último, o colono contribui com renda dinheiro para o fazendeiro, sempre que lhe paga os carros de cereais ou de lenha, as mudanças, etc. Outra forma de renda dinheiro é o pagamento de multas. Não tendo o colono outra fonte de dinheiro e só podendo obter dinheiro do trabalho que realiza na fazenda ou dos produtos que planta, sempre que paga dinheiro ao fazendeiro, é como se estivesse trabalhando de graça para ele ou lhe entregando o produto em espécie do seu trabalho. Como vemos, o fazendeiro mantém acorrentado o colono, explorando-o em todos os tipos de renda pré-capitalista. Para que tão odiosas relações não sejam quebradas, o fazendeiro fá-las estipular num leonino contrato escrito, que é o que pode haver de mais monstruoso como atestado das sobrevivências feudais e semi-feudais.

Mas a fazenda de café não se circunscreve às limitações insuportáveis do feudalismo. Ela é, também, um empreendimento capitalista no campo. Isto se traduz no fato do colono ser também um assalariado. Não é somente com a renda pré-capitalista arrancada ao colono que o fazendeiro se satisfaz. O colono deverá receber um determinado salário em cruzeiros por determinado número de pés de café que tratar anualmente. E não é só. Receberá salário também por determinados serviços, isto é, pela colheita do café em côco, pelo café derricado no chão, etc. Seu salário

19

CARLOS MARIGHIELLA

ES NUM. 1

será a *mesada*, que recebe de 30 em 30 dias geralmente, quando não atrasam os pagamentos.

O regime do salariado nas fazendas de café é extensivo aos *volantes*, isto é, aos *camaradas e peões*, e aos *seiveiros, carvoeiros*, etc.

A fazenda de café constitui, assim, um empreendimento de tipo todo particular no campo. De um lado encontra apoio econômico na renda pré-capitalista, de outro lado explora o braço assalariado. Mas a sua principal característica está em que não separa uma coisa da outra. Quando se trata do colono, é tão estreita a relação entre a escravidão do salariado e a da renda trabalho que basta um único contrato para torná-las inseparáveis. É evidente que são formas de exploração separadas historicamente, mas num país oprimido e dominado pelo imperialismo, onde o monopólio da terra é lei geral, tornou-se possível sua junção no tempo.

É necessário também destacar que a fazenda de café não é um empreendimento industrial do campo, como é por exemplo a usina de açúcar. O capital empregado na fazenda de café tem a finalidade de desenvolver a cultura do café. Todo o empreendimento industrial para beneficiar o café não tem valor e a importância que se apresentam quando a matéria prima é transformada, tal como acontece com a cana e o algodão. A importância das máquinas de beneficiar café é muito menor, desde que o produto é vendido em grão para o mercado externo.

No caso já referido da cana e do algodão é possível tirar lucros com a indústria correlata organizada, num caso para transformar a cana em açúcar e álcool, no outro para descarregar o algodão e obter os subprodutos.

Aliás quando se trata da usina de açúcar, a indústria é o único meio de apurar os imensos lucros da lavoura.

Tratando-se da fazenda de café, entretanto, ela por si só basta para reunir todos os benefícios da lavoura nas mãos de um só potentado — o fazendeiro de café. O fazendeiro de café (nisto — e somente nisto — ele é diferente do usineiro) consegue com o emprégo do capital, sem a utilização de máquinas para transformar o produto, amealhar uma fortuna fabulosa arrancada ao suor do colono.

Ainda quando empregue máquinas para melhorar o cultivo (e não para transformar o produto), o fazendeiro de café é também um capitalista que emprega seu capital na terra, aluga o braço do trabalhador e ainda lhe suga, como latifundiário, a renda trabalho, para não fazer em toda a renda pré-capitalista. O fazendeiro de café é dono de sua terra, que ele mesmo explora, sem jamais entregá-la a um locatário capitalista, salvo certas circunstâncias. A *ma's-valia* do assalariado é absorvida por ele diretamente. Tratando-se da renda pré-capitalista, na fazenda de café, deveríamos estar em presença de duas classes: a do fazendeiro de café (proprietário da terra) e a do pequeno produtor com seus meios de produção e quase independente economicamente. Entretanto, o colono vai de regra

20

MAI — JUN 1958

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

não dispõe dos meios de produção nem é livre economicamente. É em parte ligado à terra (principal meio de produção), planta em ruas puladas o seu cereal, ao mesmo tempo que aluga a sua força de trabalho, cede a sua *ma's-valia*.

Se houvesse um locatário capitalista entre o fazendeiro de café (dono da terra) e o colono ou o camarada, o peão ou qualquer assalariado da fazenda, estaríamos diante do caso da renda diferencial (renda capitalista) e o fazendeiro receberia renda absoluta.

Mas esse locatário capitalista regra geral não existe nas fazendas de café. O fazendeiro é ao mesmo tempo latifundiário e capitalista. Como latifundiário é se apropria da renda trabalho e de toda a renda pré-capitalista. Como latifundiário, sem nenhum intermediário capitalista, ele se apropria de toda a renda da terra, inclusive da renda que deveria ser absorvida pelo capitalista intermediário se houvesse. Como é ele próprio o capitalista, o que investe o capital na terra, paga salário, etc., a renda resultante do trabalho do assalariado, bem como o lucro médio, isto é, a quota de lucro médio, tudo ficará para ele. Isto quer dizer que um fazendeiro de café como latifundiário e capitalista se apropria como único senhor de toda a renda da terra, da renda capitalista desde a absoluta à diferencial, da renda pré-capitalista e de todo o lucro do capital.

Em sua Economia Política, Leontiev, citando Lenin, diz que :

"A teoria da renda pressupõe que toda a população agrícola tenha sido dividida completamente em latifundiários, capitalistas e trabalhadores assalariados. Este é o ideal do capitalismo, mas não significa a realidade".

E Leontiev acrescenta em seguida, com palavras suas :

"Na realidade as coisas são muito mais complicadas. Não obstante, a teoria da renda mantém toda a sua força, mesmo nas mais complicadas circunstâncias. Acontece freqüentemente na sociedade capitalista que o latifundiário não arrenda a sua terra a outrem mas aluga ele mesmo sua terra a trabalhadores assalariados para que nela trabalhem. Ele se torna, então, a um só tempo latifundiário e capitalista. Como proprietário ele recebe a renda e como capitalista o lucro do capital invertido. Neste caso, renda e lucro vão para o mesmo bolso". — (Leontiev, *Political Economy* — International Publishers — New York — Cap. VII — p. 150)

Não cabe aqui a objeção de que isto se passa em país capitalista, pois embora o Brasil seja um país sub-desenvolvido, semi-colonial e semi-feudal, já vimos que toda a sua história é parte da evolução da economia capitalista mundial e sob esse aspecto não foge às suas leis.

21

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

Além do mais esse próprio fenômeno, característico das fazendas de café, é mais uma demonstração do caráter semi-colonial e semi-feudal do país. Só num país de fortes revivências feudais seria possível numa só peça a junção de dois elementos tão opostos como o latifundiário e o capitalista, para uma exploração tão brutal como a das fazendas de café. E só em tais condições seria possível, ao lado de tal fenômeno, processar-se outro, em sentido inverso, mas igualmente curioso, o do colono explorado, que reúne a um só tempo no mesmo elemento o homem "liberto" dos meios de produção, o assalariado, e o homem jungido às formas de exploração feudais e semi-feudais, produzindo renda trabalho, percorrendo toda a gama da renda pré-capitalista, produzindo renda diferencial e absoluta e enchendo o fazendeiro de lucros. Escravo ao mesmo tempo do regime do salarido e do feudalismo, não é proletário e ao mesmo tempo o é, não é um servo e ao mesmo tempo o é. A condição para que se afirme como proletário, ainda quando sujeito a um contrato com o fazendeiro, é que receba o seu salário em dinheiro. Isto, porém, nem sempre acontece. Dado que a produção de café é mais destinada ao comércio exterior e a servir aos interesses do imperialismo e dos grandes fazendeiros, pouco contribui para o desenvolvimento do meio circulante no campo. O fazendeiro prefere fazer correr o seu dinheiro nos centros urbanos. Para o colono reserva o vale, um pedaço de papel, o "bororó", o "cascudo", complemento da instituição do armazém ou do barracão, remanescente do feudalismo, que aniquila de vez o caráter "livre" da força de trabalho do colono.

O colono situa-se assim na condição de um semi-proletário.

Uma tal situação, influiu em prejuízo do nosso desenvolvimento geral e contribuindo para enterrar as forças produtivas, vem mostrar com clareza a força da renda pré-capitalista em todas as nossas relações agrárias.

Mas seria falso não acentuar que no estágio de desenvolvimento em que nos encontramos, a renda capitalista, seja a absoluta, seja a diferencial, constitui já parte sensível na exploração no campo.

É evidente, como já vimos para o caso das fazendas de café, que a renda capitalista não corresponde à coexistência de latifundiários, locatários capitalistas e assalariados agrícolas como classes independentes. Nesse caso, aqui, a renda capitalista constitui um reforço da classe dos latifundiários e da fabulosa fortuna que acumularam.

O fazendeiro de café, por exemplo, acumula todas as formas de renda pré-capitalista e mais a renda capitalista absorvida para si, amealhando uma riqueza individual considerável (gasta nos grandes centros urbanos), geralmente não concorrendo para qualquer passo adiante na economia agrária ou para a elevação total da fazenda à categoria de um empreendimento capitalista do campo, restringindo a circulação de mercadorias e o incremento do valor de uso e de troca, impondo às forças produtivas entraves financeiros insuportáveis.

22

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

A renda capitalista todavia significa penetração do capitalismo no campo.

Isso quer dizer que apesar de tudo o que resta de feudal na fazenda de café e de todo o fator de atraso que isso ainda representa, ela constitui também uma penetração capitalista no campo.

Para onde evoluirá? Esta é uma questão importante se quisermos analisar o sentido do desenvolvimento de nossa economia agrária e buscar as leis por onde nos deveremos reger para apressar e aprofundar a solução da questão agrária.

Sob a pressão da luta de classes no campo, os fazendeiros não ocultam sua inquietação diante do aguçamento das contradições entre as atuais relações de produção e as forças produtivas.

Os colonos lutam cada vez mais, intensificando a resistência à terrível exploração dos fazendeiros.

As lutas dos colonos têm se travado em torno das reivindicações específicas do proletariado, dada sua situação de semi-proletários. Isto quer dizer que estando sujeitos a formas de exploração semi-feudais e capitalistas, os colonos vêem exigindo as reivindicações que decorrem de sua exploração como assalariados. As greves que têm desencadeado reivindicam aumento nas colheitas, aumento nos contratos, na carpa, na derriça, pagamento de férias, de salários atrasados e assim por diante. Nesta luta são acompanhados por todos os outros assalariados das fazendas de café.

Quando a resistência dos colonos se manifesta através das greves, torna-se visível pela recusa a aceitar os onerosos contratos dos fazendeiros. Os colonos abandonam as fazendas e procuram novas regiões, novas zonas onde empregar a sua força de trabalho. Nisso são tentados pela concorrência do salário industrial nas cidades, mais elevado que os salários no campo. As cidades constituem em si um grande foco de atração. E onde surgem terras mais férteis há sempre a possibilidade da afluência dos colonos, como dos camponeses em geral, esperançosos num rendimento agrícola maior.

A crescente resistência dos colonos tem provocado diferentes reações nos fazendeiros. O contrato já não tem a mesma solidez que garantiu a fortuna dos velhos fazendeiros das primeiras décadas da República, na fase que precedeu o craque de 29. Torna-se difícil manter essa solidez, por força dos golpes desferidos com as lutas dos colonos e em consequência de novas circunstâncias materiais. Até mesmo manter o sistema de fiscalização do trabalho do colono, tão característico da fiscalização do senhor feudal sobre o servo, encontra obstáculos maiores. E já não surte efeito a ação dos capangas armados, resto da ordem feudal, ou a brutalidade da polícia, fruto da ordem capitalista.

O colono como fenômeno da importação de braços do estrangeiro para a lavoura cafeeira, que da parceria, onde entregava a renda produto

23

CARLOS MARIGHELLA

ES N.º 1

ao fazendeiro, passou para a condição de semi-proletário, empreende sua trajetória para o proletariado rural. Fugindo da renda trabalho, procura o salaríado, ou me'hor, nele é atirado, perdendo toda e qualquer ilusão de tornar-se arrendatário, sítante, produtor direto independente. Até aqui sua sorte não diferia daquela dos *volantes*, *cameradas* ou *peões*, senão numa permanência um pouco maior nas terras da fazenda, com os olhos fitos no plantio dovão. Mas éle será cada vez mais erradicado da terra. O monopólio da terra comprimiu-o, esmagou-o. Daqui por diante, o colono lutará cada vez mais pelas reivindicações proletárias.

Os fazendeiros que não se conformam com a perda da renda pré-capitalista, estes lutam por estabelecer um tipo único de contrato para o colono, querem estabilizá-lo na condição de escravo ou de servo, reclamam um código rural drástico, uma espécie de forma bem apertada de onde o colono não possa sair. Estes são os piores cegos. São os que não querem ver que o colono não poderá ficar sujeito a "leis eternas". Outros acenam com a volta ao regime da meação. Há grandes fazendeiros que diante da recusa do colono às asfixiantes condições dos contratos, entregam seu café à meia, contentando-se com a renda produto, obrigados a renunciar em parte às vantajosas limitações que lhes dá o regime semi-feudal, semi-proletário do colonato.

Mas há também os que tendem para novas formas de exploração através do regime do salaríado. Estes pensam resolver a situação pelo caminho do capitalismo. Sentem o fim do regime semi-feudal do colonato. Inclina-se por isso a substituir a enxada primitiva pela enxada mecânica ou pelas carpideiras. Propõem-se a só contratar assalariados. Daí decorre algo de novo. As condições materiais estão gerando um novo tipo rural. Surge a figura do empreiteiro, trabalhador assalariado para a carpa, a derriça, o trato do café, a abertura de covas, a formação do café. Em alguns lugares já este novo tipo rural é chamado de *empreiteiro anualista*, recebe em dinheiro pelas tarefas que executa, tem assegurado o seu dia de serviço por uma determinada quantia em dinheiro. Muitos colonos passam a esta categoria.

Estamos, assim, em face do *empreiteiro individual*, do assalariado agrícola destinado a substituir o colono, a encerrar o regime misto do salaríado e da renda pré-capitalista, para em seu lugar colocar o salaríado. Nas zonas novas, a figura do *empreiteiro individual* já tem um alcance mais amplo, renunciando a extensão com que passará a ser utilizado daqui por diante, sem nunca, porém, anular o terrível grau de exploração a que serão sempre submetidos os trabalhadores do campo, enquanto perdurar o monopólio da terra. Por meio de contratos *verbais*, já se empregam empreiteiros individuais, a tróco de míseros salários para derrubar, roçar, covear, ganhando em dinheiro por alqueire (*). A liberdade de que

(*) Sempre que nos referimos a alqueire, trata-se do alqueire paulista, equivalente a 24.200 m².

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

gozam para alugar sua força de trabalho leva-os a se endividarem com os comerciantes para comprar as ferramentas e garantir as primeiras despesas na terra, e é assim que começam, acorrentados ao capital usurário, depois de terem emigrado de outras zonas, sobretudo de Minas.

Tal regime de empreita individual de serviços cria, entretanto, novos perigos para o fazendeiro, perigos que tanto tem procurado evitar. O primeiro deles é a ameaça de estender ao campo a legislação trabalhista, reivindicação que já começa a tomar corpo. Para fugir a este espanta'ho e assegurar a instabilidade do trabalhador agrícola, o que lhes faculta escapar à legislação, os fazendeiros recorrem a outro tipo de *empreiteiro*, que empreita o trato de tantos mil pés de café ou a carpa do cafezal e, em caso de zonas novas, empreita derrubar e roçar a mata, covear, etc. Para isso contrata o *peão* e lhe paga por dia (livre) ou desconta a comida.

O *empreiteiro de turmas que empreita a derrubada da mata, roçar e covear com turmas de trabalhadores (peões)* nas zonas novas nada tem a ver com o *empreiteiro individual*. Aquêle tipo de *empreiteiro*, conhecido no norte do Paraná como "gato", pelos passes de mágica que faz para roubar o trabalhador, é um intermediário capitalista do campo, aliado ao latifundiário e ao capital comercial e usurário. Explora turmas de trabalhadores de 10 até 40 homens, a quem paga salários míseráveis e a quem rouba com o fornecimento de víveres. A figura do *empreiteiro* das derrubadas das zonas novas é inseparável da figura do *peão*, que é o verdadeiro assalariado individual, nesse caso. O *empreiteiro* desse tipo suga a mais-valia do *peão*, e é daí que provém o seu lucro, com o que poderá chegar a ser sítante e até fazendeiro rico. Sem dúvida, é um aventureiro que não deixa de ter contradições com o latifundiário que o contrata, mas na maior parte, poderíamos dizer, na totalidade das vezes é um agente do latifundiário, aliciando o *peão* assalariado para a empreitada estafante de desbravar o terreno, derrubar a mata, preparar as condições para a exploração da futura fazenda. Isto se fará seja pelo trabalho assalariado, através do *semeador*, trabalhador por conta do fazendeiro, que ganha salário para semear em cada cova, ou através do *formador de café individual*, (misto de *semeador* e *formador* às vezes) também ganhando salário, e cuja missão é entregar ao fazendeiro o café formado.

O *formador de café (individual)* não passa de uma espécie de colono adaptado às condições das zonas novas, onde depois de derrubado o mato, roçado e coveado é preciso plantar o café.

O *formador de café (individual)* não é um tipo rural destinado a substituir o colono com o salaríado e não se confunde com qualquer dos 2 tipos de *empreiteiros* já analisados (o individual ou o de turmas). O *formador de café (individual)* tem contrato por prazo fixo (4 anos). Ganha em dinheiro de acordo com o contrato, por covas de café, mas sujeito como colono a formas semi-feudais de exploração, sugado em sua renda trabalho, obrigado a consertar estradas e a formar pasto sem nada

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

receber para isto, e com um aparente direito a ter criação e manguieirão, direito que jamais lhe é concedido pelo fazendeiro. Por último, quando o café está formando bem, o fazendeiro tudo faz para jogá-lo fora da terra e o consegue por meio de pirraças ou pela violência, sem aguardar o término do prazo de 4 anos do contrato.

Daí em diante o fazendeiro continuará a explorar o colono ou o empreiteiro individual que venha a substituir o colono no trato e na colheita do café.

O esboço deste quadro é de inestimável valor, porém, para se compreender que a desintegração do regime do colonato e sua passagem ao salariado pela via do empreiteiro não significa a eliminação dos restos feudais e do capital usurário, a liberdade para o trabalhador do campo e o melhoramento de suas condições de vida. Os fazendeiros realizam esforços desmedidos para fazê-lo crer, mas o aumento do êxodo rural, o crescimento da fome e da miséria no campo são um testemunho em contrário.

É evidente que este caminho não leva à emancipação do colono e apenas modifica a forma de exploração, sem levar a uma profunda modificação nas relações de produção, só possível com a quebra do monopólio da terra.

A evolução do colonato para empreiteiro individual ou para o sistema do empreiteiro com turmas de peões a seu serviço exige outras considerações. O empreiteiro individual é mais "livre" que o colono, é um assalariado desligado dos meios de produção. Toda a forma de serviço de empreiteira individual ou da empreiteira por turmas implica no divórcio do assalariado com os meios de produção, a fim de tornar "livre" sua força de trabalho. Em face do contrato, das obrigações de caráter semi-feudal e dos encargos da família que com ele compartilha dos deveres para com a terra e o senhor da fazenda, tem o colono menos liberdade de escolher o patrão do que o volante, o camarada, o peão, o empreiteiro individual mais habituados a pôr o saco nas costas e a alugar sua força de trabalho onde melhor lhes aprouver. Isto constitui sensível diferença entre o primeiro e os segundos e dá a estes últimos uma espantosa mobilidade e uma instabilidade jamais vista.

Tudo isso, porém, se pode facilitar a substituição do colono pelo empreiteiro, não determina e não pode determinar o desaparecimento do velho tipo rural do colono, destinado a coexistir com o empreiteiro enquanto existirem zonas novas onde a fertilidade da terra compensar a ausência dos adubos e dos meios mecânicos e fizer esquecer o rigor dos contratos. Além do mais, o tipo rural do empreiteiro mal começa a desenvolver-se. A maior parte das fazendas de café (88%) continua a ser tocada por colonos e é isso mais uma prova da força dos restos feudais.

Do ponto de vista da análise teórica da renda territorial, o aparecimento do empreiteiro não altera a condição de latifundiário e capitalista do fazendeiro de café. O novo tipo rural do empreiteiro é apenas a mais

26

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

recente aquisição do latifúndio em aliança com o capitalismo, num país cuja agricultura é ainda um apêndice do imperialismo americano. Explorando o empreiteiro, o fazendeiro continua a absorver todo o lucro e toda a renda da terra, da renda pré-capitalista à renda capitalista. Quando contrata o empreiteiro individual, o fazendeiro, sem intermediário capitalista, se apropria de toda a renda da terra. Quando contrata o empreiteiro por turmas, surge um intermediário capitalista, que logo é afastado, assim termine o serviço empreitado, dispersando-se os peões em busca de novos mercados para a sua força de trabalho. A exploração por parte do fazendeiro continua então sob as mais variadas formas, não importando se é feita com a utilização de colonos ou outros trabalhadores. Em nada disso se modifica a propriedade da terra, o fazendeiro continua sendo o único apropriador de toda a renda.

Isto se dá também em face de outro tipo de empreiteiro, comum nas zonas novas. Trata-se do *empreiteiro formador de café*, que não se confunde com o formador de café individual, assalariado, que tem contrato com o fazendeiro no máximo por 4 anos.

O empreiteiro formador de café difere do formador de café individual, por não ser um assalariado como este, cuja condição, como já vimos, mais se aproxima à do colono. Pelo fato de não ser um assalariado, o empreiteiro formador de café também nada tem de parecido com o empreiteiro individual, de quem difere radicalmente. Entretanto, no que diz respeito ao empreiteiro por turmas, o empreiteiro formador de café tem semelhanças mas apresenta também diferenças radicais. O empreiteiro formador de café tem a seu serviço turmas de peões como o empreiteiro por turmas. Um e outro alugam, portanto, força de trabalho. Um e outro têm que empregar capital. Trata-se de capitalistas do campo. Um e outro têm que manter determinadas relações com o fazendeiro. Aqui começam as diferenças. O empreiteiro por turmas alia trabalhadores, recebe do fazendeiro uma determinada quantia em dinheiro pela empreitada que assume. Ele é um agente do fazendeiro, explora os peões, arranca-lhes a mais-valia, tira daí o seu lucro. Empregando o empreiteiro por turmas, o fazendeiro utiliza um intermediário, uma espécie de funcionário seu, que também tem capital, que também explora através do capital comercial e da usura, através do "buteco" e do fornecimento. Isto é uma forma de empregar capital na terra (derrubar o mato, roçar, covear, etc.). O emprego deste capital, com o empreiteiro como intermediário, reverterá mais tarde em forma de renda diferencial e absoluta, de mistura com a renda pré-capitalista, assim que a fazenda começa a produzir para o seu único e exclusivo proprietário — o fazendeiro.

Com o empreiteiro formador de café é diferente. Ele não é um agente do fazendeiro. Ele é um capitalista que recebe a terra do fazendeiro para derrubar, roçar, covear, semear, formar, o café, tratar o café até às primeiras colheitas. Para isso o empreiteiro formador de café realiza um contrato

27

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

por 6 anos com o fazendeiro. É evidente que se não tivesse capital não poderia fazer este contrato. Com o capital que possui o empreiteiro formador de café paga os salários dos peões e trabalha a terra. Portanto, quem investe capital na terra é o empreiteiro formador de café, que se comporta como um locatário capitalista, embora sem pagar nenhum aluguel ao fazendeiro durante os 6 anos do contrato. O fazendeiro com isto dispensa o empreiteiro formador de café do aluguel da terra, para que este capital seja diretamente empregado na terra. O fazendeiro não sofre nenhum prejuízo com este sistema, uma vez que depois de 6 anos a terra volta às suas mãos com o café plantado, as colheitas anuais e todas as benfeitorias. Quer dizer, depois de 6 anos sem receber aluguéis, o fazendeiro receberá a terra com os aluguéis e o capital empregado, apropriando-se ainda mais de toda a renda. O empreiteiro formador de café emprega seu capital na terra, contando nos 6 anos de contrato tirar o máximo, isto é, o fruto de 3 colheitas de café (a primeira aos 4 anos, a segunda aos 5 e a terceira aos 6), e a renda e o lucro do trabalho dos peões a quem paga o salário. Todo o interesse do empreiteiro formador de café está na prorrogação dos contratos e luta por isso para que os contratos de 4 anos se estendam a 6. O fazendeiro procura reduzir o tempo de permanência do empreiteiro formador de café na terra, para começar mais cedo a receber a renda e o capital invertido na terra. Procura, assim, reduzir o número de colheitas que o empreiteiro formador de café reivindica como recompensa do capital empregado, e nos atuais contratos, encurtados para 4 anos, suprime automaticamente duas colheitas. Na base das relações entre o dono da terra e o empreiteiro formador de café estão profundas contradições, cujas raízes mergulham no monopólio da terra. O empreiteiro formador de café pode apenas ter como sua a terra num curto espaço de tempo de 6 anos. Depois disso terá que abandoná-la e recomeçará pelo mesmo caminho em novas terras à espera das derrubadas. Raramente o empreiteiro formador de café alcançará a posse com o fruto das primeiras colheitas do café por ele formado. Pior, entretanto, é a situação do peão, o verdadeiro criador de toda a riqueza das zonas novas do café, e cuja força de trabalho é a fonte de toda a renda e lucro do latifundiário. O peão, explorado pelo empreiteiro formador de café, verá gerar todo o tempo na terra e nem ao menos terá a sensação da posse provisória que o fazendeiro concede ao intermediário capitalista.

Esboçado o quadro da apropriação da renda territorial, capitalista e pré-capitalista, pelo fazendeiro de café, misto de latifundiário e capitalista, podemos passar ao problema da renda obtida do trabalho do proletariado agrícola e do semi-proletariado no campo.

28

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

II

A Renda da Terra na Cultura da Cana

A usina de açúcar e a fazenda de café, constituindo dois tipos clássicos da penetração do capitalismo no campo (nas condições particulares do desenvolvimento histórico do Brasil) não se confundem. É manifesta a superioridade da usina de açúcar sobre a fazenda de café como empreendimento capitalista.

Esta superioridade advém de que o usineiro não se limita como o fazendeiro de café ao emprego do capital na terra ou nas máquinas e meios que melhoram a terra. O usineiro de açúcar antes de mais nada emprega o seu capital nas máquinas que transformam a cana em açúcar. O usineiro é um industrial do campo, o que não acontece com o fazendeiro de café. Sem dúvida a condição de industrial, como veremos, não lhe tira a de latifundiário, mas sua razão de ser está no capital que emprega nas máquinas, na usina. Nesse sentido, a usina encarna com nitidez a união entre a agricultura e a indústria.

Como empreendimento capitalista a usina exige o trabalhador assalariado, independente dos meios de produção, apto a alugar sua força de trabalho. Trata-se do mecânico, do foguista, do electricista, do assalariado da moenda e da destilaria, de toda uma legião de operários recrutados dentre os melhores trabalhadores da lavoura ou importados das cidades mais próximas.

Sugando a mais valia desses operários, o usineiro consegue reunir seus imensos lucros. Até aqui não se trata da renda da terra e só do lucro industrial. A renda territorial começa a vir para o usineiro quando à usina este acrescenta as enormes plantações de cana de sua propriedade. A expansão da usina pela terra, visando o plantio da cana para o seu abastecimento, leva-a sobretudo no sul do país à criação de outras lavouras (café, arroz, algodão), sem o que não tiraria o máximo da renda territorial. O usineiro, sendo ao mesmo tempo um latifundiário, explora em suas terras o colono do café, o arrendatário do algodão e do arroz e nisso não difere do fazendeiro de café ou qualquer outro latifundiário, nem se afasta da regra geral das formas de exploração semi-feudais, das limitações de toda a ordem, da manutenção de polícia própria, da utilização do vale e do barracão, meio pelo qual sujeita o trabalhador ao capital usurário e cerceia a circulação do dinheiro. Vai assim para as mãos do usineiro toda a renda pré-capitalista tal como para o fazendeiro de café. E quando se trata da plantação da cana, as relações econômico-sociais não são de ordem muito diferente. O colono da cana, tal como o colono de café, é um semi-proletário amarrado aos contratos, consumindo suas energias para que o usineiro lhe arrebate o trabalho suplementar, a renda trabalho, a renda produto, toda a renda pré-capitalista. Suga-lhe

29

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

também a mais valia. Os restantes serviços nas plantações de cana da usina são por meio de empreitada e a figura do empreiteiro é aí comum. Os *formadores de cana* (como os formadores de milho e arroz), os *cortadores de cana*, os que realizam serviços de carpa, transportes, etc. são empreiteiros individuais, recebem salário por empreitada. A categoria do empreiteiro é inteiramente identificada à dos *tratoristas* e dos trabalhadores da usina, assalariados de quem o usineiro rouba a mais valia, e cujas lutas são desencadeadas em torno de reivindicações específicas do proletariado (salários, férias, etc.).

Isso não exclui que a terra seja entregue em certas plantações ao *arrendatário da cana*, tipo de pequeno arrendatário a percentagem, sujeito à exploração da renda produto. Mas o tipo rural do empreiteiro predomina nas plantações de cana dos usineiros do sul, levando de vencida o colono, que em muitas plantações de cana das usinas não mais existe, e tomando o lugar a outros tipos rurais.

O fato do usineiro ser um empresário agrícola, assalariando o braço trabalhador, indica que além do lucro que ele tira do trabalho dos operários da usina, obtém uma renda proveniente do maior ou menor rendimento que o trabalhador agrícola obtém nas terras da usina com o plantio da cana. Esta é a renda diferencial. Mas como proprietário da terra monopolizada por ele, o usineiro ainda se apropria de uma parte da mais valia excedente do lucro médio. É a renda absoluta. Tudo isso deve ser somado à renda pré-capitalista absorvida com a exploração de outros tipos rurais que emprega, como no caso do colono da cana.

Outra maneira característica do usineiro de açúcar se apropriar da renda pré-capitalista, ao contrário do fazendeiro de café que tira esta renda especificamente do colono, está na exploração que faz do *fornecedor de cana dependente*, sem terra. Ele é um *arrendatário da cana*, trabalhando na terra da usina, pagando uma renda que no Nordeste corresponde de 15 a 30% da produção bruta de canas.

O usineiro apodera-se da renda produto proveniente do trabalho suplementar do arrendatário da cana.

Mas o fornecedor de cana poderá ser independente, uma vez que possua terra própria, não pertencente à usina. Nesse caso são inteiramente diversas as relações entre ele e o usineiro.

O *fornecedor de cana independente* tem transação com o banco, tem crédito, tem que ter capital e em geral pega o maior comerciante para fornecedor de seus trabalhadores, isto é, para fornecer-lhes alimentos, ferramentas, etc. Às vezes o fornecedor de cana reside na cidade, outras vezes é também comerciante, outras vezes ainda em suas terras também planta café. Entre os que nelas trabalham figuram arrendatários, pagando não raro 50% da produção bruta ao dono da terra, o que corresponde a uma renda tão elevada como a meia.

30

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

O fornecedor de cana independente é o capitalista do campo que emprega seu capital na cultura da cana e que arranca do arrendatário a renda produto ou do trabalhador rural a mais valia, que lhe faculta a renda diferencial, segundo o maior ou menor rendimento agrícola por alqueire. O fornecedor de cana independente (independente de nome) é um camponês rico (um fazendeiro rico se quisermos) explorando o camponês dependente e o trabalhador agrícola.

No Nordeste e em outras regiões açucareiras do país é um tipo rural importante. Seus interesses estão em choque com os usineiros, que o procura subjugar e explorar.

O fornecedor de cana independente travou a mais extensa e prolongada luta contra o usineiro no Nordeste, mas teve de perder a condição de fornecedor dos próprios engenhos e banguês. Hoje está rebaixado à condição de fornecedor de cana e nesse sentido se pode dizer que perdeu realmente a antiga independência, agora limitada apenas à posse da terra. O aparecimento da usina de açúcar, constituindo uma forma de penetração do capitalismo no campo, abalou a antiga classe dos senhores de engenho e "bangueseiros" no Nordeste e fendeu com isso a solidez do seu patriarcalismo.

A circunstância de possuir capital e crédito no banco em nada, porém, consolida as posições desses fornecedores de cana. O usineiro se afigura como a força maior, arrebatou as terras a muitos deles e ainda os comprime e ameaça, fazendo-lhes perigar os restos de independência.

Em seu socorro esses fornecedores de cana contam somente com o Estatuto da Lavoura Canavieira.

Enquanto a tendência da usina é a concentração agrícola-industrial, tendência nítida da penetração capitalista no campo, que assegura a vitória da indústria sobre a agricultura, sem entretanto eliminar os restos feudais, o Estatuto da Lavoura Canavieira se opõe a essa concentração. Estabelecendo a separação entre a atividade agrícola e a indústria, reservou para os fornecedores de cana independentes um certo número de quotas de fornecimento às usinas, com o objetivo de evitar a expansão da usina sobre a totalidade das terras dos fornecedores, fadados ao desaparecimento.

No jogo das contradições que a usina suscitou no campo, o Estatuto da Lavoura Canavieira desempenha o papel de um instrumento de defesa dos fornecedores de cana, antigos senhores de engenho, numa clara manifestação da força que ainda têm na superestrutura do país os restos das classes dominantes do sistema pré-capitalista.

Criando, porém, o regime de quotas para impedir o aniquilamento desses fornecedores de cana, o Estatuto da Lavoura Canavieira forneceu ao usineiro exatamente a arma de que precisava para aniquilá-los.

É com o cabresto das quotas que o usineiro domina e explora o fornecedor de cana. Mas ao mesmo tempo lhe completa a asfixia ma-

31

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

neando esta outra arma — a balança, que o rouba no peso e lhe reduz a independência.

Os aspectos dessa luta se complicam com as contradições entre o expansionismo das usinas de açúcar do Sul em luta contra as limitações que favorecem as usinas do Nordeste. Mas passemos de largo sobre essas contradições. Voltemos aos aspectos que interessam no estudo da renda da terra na cultura da cana.

O usineiro apropria-se do lucro e de toda a renda capitalista e pré-capitalista resultante do trabalho dos tipos rurais da cana. O fornecedor de cana dito independente, resto da antiga classe dos senhores de engenhos, fazendeiros rico da cultura de cana, apropria-se de todo o lucro e de toda a renda dos que trabalham em suas terras. O fornecedor de cana, porém, não tem a usina. Ele é obrigado a fornecer seu produto ao usineiro. O caráter monopolista da usina, a força do capital invertido em suas máquinas, a extensão territorial de sua propriedade a que se inco peram sempre e cada vez mais novas áreas, tudo isso assegura a superioridade da usina sobre o fornecedor de cana neste combate desqual. É assim que uma parte da renda dos lucros absorvidos pelo formador de cana vai para as mãos do usineiro, que, por esta forma, se apodera de uma parte da mais-valia e da renda produzida pelos trabalhadores nas terras do fornecedor. Quando a última resistência do fornecedor de cana for vencida, já não restará aos trabalhadores nas terras do antigo fornecedor outro recurso senão o da exploração direta pela usina. O monopólio da usina sobre a produção e sobre a terra é um sério fator de encarecimento do produto e de aniquilamento das forças produtivas.

A análise teórica da renda territorial no caso da fazenda de café e da usina de açúcar, servindo para estabelecer pontos de contacto e diferenças entre uma e outra nos leva, entretanto, a mostrar o papel importante da renda pré-capitalista, sobretudo nas fazendas de café, onde a composição orgânica do capital é mais facta do que nas usinas. Isso fortalece a convicção de que os restos feudais predominam em nossa economia agrária e encontram sua principal fonte no monopólio da terra, tão fortemente apoiado pelo imperialismo para facilitar seu domínio sobre toda nossa economia e o nosso povo. Não obstante, já há penetração capitalista no campo, e ela se manifesta na renda absoluta ou diferencial produzida pela exploração da mais-valia do proletariado e semi-proletariado rurais.

III

A Renda da Terra na Cultura do Algodão

Vejamus em seguida o que se passa na cultura do algodão, que tipos de renda aí predomina, até onde se estendem os restos feudais, até que

MAI — JUN 1958

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

ponto existe uma penetração capitalista, até onde o monopólio da terra facilita o domínio do imperialismo.

A cultura do algodão é feita à base do arrendamento da terra, que cria o tipo rural do arrendatário e estabelece na lavoura algodoeira relações econômico-sociais de tipo inteiramente diverso às da fazenda de café ou usinas de açúcar.

O latifundiário se apropria da renda produto na lavoura do algodão quando em troca de produtos arrenda a sua terra ao *pequeno arrendatário, ao arrendatário pobre*, que não pode tocar mais de 4 alqueires com a sua família e que não pode contratar nenhum trabalhador para ajudá-lo. O tipo rural do arrendatário pobre sujeita-se a contratos tão extorsivos quanto os do colono do café. Ele entrega o seu produto suplementar ao latifundiário, a maior parte sob a forma de renda-produto, o resto sob a forma de trabalho, renda-trabalho.

Lenin caracteriza a renda produto dizendo:

"A próxima forma de renda é a renda em espécie (*Producent-rende*) quando o produtor direto produz na terra que ele mesmo explora e dá ao latifundiário o total do produto suplementar em espécie. O produtor aqui se torna mais independente e obtém a possibilidade de adquirir através de seu trabalho certa quantidade de produtos acima de suas necessidades" (*The Development of Capitalism in Russia — International Publishers, New York — 1943 — pág. 103*).

O arrendatário pobre da lavoura do algodão, incluído nessa categoria de produtor direto que paga ao latifundiário renda produto em troca da terra, é o tipo de *arrendatário a porcentagem*.

Mas ele não está excluído de entrar com a renda trabalho para o latifundiário, isto é, com o trabalho suplementar, acima do que lhe é necessário. É por isso que nos contratos de arrendamento se estabelecem cláusulas tipicamente feudais, como a prestação de uma diária de serviços por alqueire arrendado e isso sem nenhuma remuneração, para consertar estradas, além da obrigação de plantar capim, fazer aceiros na mata e outros trabalhos gratuitos.

Nesse sentido, a servidão do arrendatário a porcentagem em nada difere daquela do colono e é tão séria que o arrendatário não pode vender seus produtos livremente no mercado e não raro fica sujeito ao regime de cadeado ou correntes nas porteiras e à vigilância dos capangas do latifundiário.

Encontramos nessas terríveis condições do arrendatário a confirmação das palavras de Marx:

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

"Conquanto a renda produto seja a forma imperante e mais desenvolvida da renda da terra, estará mais ou menos acompanhada pelos resíduos da forma antiga, isto é, da renda que se exprimirá diretamente em trabalho, ou seja em servidão, tanto faz que o senhor seja o particular ou o Estado".
(*O Capital*, livro III, Cap. 47, III).

O latifundiário que arrenda sua terra para o plantio do algodão não se limitará a embolsar a renda produto do arrendatário pobre, a que juntará as sobras da renda trabalho. Em muitos casos, terá em suas terras colhedores do algodão que receberão salário por este serviço e então se comportará como um capitalista, arrancando mais-valia do proletariado rural e obtendo lucro. Mas fará isto na colheita, quando então precisa de assalariados para executar os serviços de que o arrendatário não fôr capaz de dar conta.

O exemplo típico, entretanto, é o do latifundiário que permanece como tal, vivendo sobretudo da renda-produto do arrendatário. Outras vezes, exigirá dos arrendatários a renda dinheiro. O arrendamento será pago em dinheiro e não em produto.

Dá surgirá o tipo rural do *arrendatário a dinheiro*, hoje mais difundido que o arrendatário a porcentagem (*), mas assim como ele sujeito a toda ordem de restrições feudais e semi-feudais, não podendo vender o produto da colheita do algodão senão ao latifundiário em primeiro lugar, sendo obrigado a plantar capim, proibido de derrubar madeira de lei, tolhido da liberdade de plantar e assim por diante.

As características do arrendatário a dinheiro decorrentes da renda dinheiro que o latifundiário do algodão apropria permanecem tais e quais Marx as definiu, ao dizer:

"Em vez do produto, o produtor direto tem que pagar aqui ao proprietário da terra (seja este um particular ou o Estado) o preço do mesmo. Já não basta, pois, um excedente do produto em espécie; tem que transformá-lo de sua forma natural em dinheiro. Se bem que o produtor direto continue agora produzindo pelo menos em grande parte sua própria subsistência, tem que converter uma parte de seu produto em mercadoria e produzi-lo como mercadoria".
(*O Capital*, livro III, Cap. 47, IV)

Isso dá idéia do caráter mais elevado da renda dinheiro, que exige a quebra do isolamento do arrendatário em relação ao estado social, e pressupõe um nível alto de troca e de circulação monetária. Entretanto, o

(*) Vide «Os problemas da terra no Brasil e na América Latina» — Comissão Nacional de Política Agrária, 1964 — pág. 42.

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

fato da terra constituir um monopólio do latifundiário leva-o a restringir o mercado de que poderia servir-se o arrendatário para trocar sua mercadoria por dinheiro e isto não se dá por acaso. É que o latifundiário visa ele próprio realizar essas trocas com o arrendatário, pagando-lhe pela mercadoria um preço inferior ao do mercado, com o que aumenta a parte da renda dinheiro que lhe é devida pelo produtor.

O latifundiário do algodão simboliza o oposto do fazendeiro de café e do usineiro. Enquanto estes encarnam a aliança da terra com o capital e sintetizam, nas condições do nosso desenvolvimento, a fórmula trinitária de Marx, o latifundiário do algodão isola-se na terra e é dela somente que aspira extrair a renda; erguida sobre a fome e a miséria de milhões de arrendatários.

Sua propriedade territorial será a sua fazenda, ele próprio será denominado fazendeiro, mas não haverá equivalência entre uma fazenda de algodão (com o seu fazendeiro) e uma fazenda de café (com o tipo rural do fazendeiro de café).

Tratamos até agora da renda pré-capitalista produzida pelos arrendatários pobres e apropriada pelo latifundiário ou fazendeiro do algodão. Continuemos.

Em determinadas fazendas se fazem contratos de parceria, mas o que aí se denomina *parceiro* não é, no caso, mais do que o arrendatário a porcentagem ou o arrendatário a dinheiro, produzindo renda produto ou renda dinheiro. O verdadeiro tipo rural do *parceiro* é diferente desses tipos de arrendatários. Um deles é, por exemplo, o que entrega a terça, o *terceiro*. Mas ainda aqui se trata da renda produto. O mesmo se dá com o *meeiro*, que é outro tipo de parceiro. A diferença é que o preparo da terra, os animais, as sementes, o veneno e a colheita são por conta do terceiro. O meeiro recebe a semente e a terra preparada. Mas tanto o arrendatário pobre, quanto o terceiro e o meeiro dão ao fazendeiro a renda produto.

As vezes entre o latifundiário e esses tipos rurais surge um tipo rural intermediário, o *arrendatário médio*.

O tipo rural do arrendatário médio é menos freqüente. Este tipo corresponde ao daqueles camponeses que possuindo alguma reserva conseguida com o trabalho de sua família, contrata para trabalhar na terra que arrendam ao latifundiário um ou outro trabalhador ou cedem uma parte de sua terra à meia ou sub-arrendam. Surge assim o tipo rural do *sub-arrendatário*. Mas o aparecimento de um novo tipo rural na extremidade inferior da escala não significa outra coisa senão que, sendo insuficiente o produto suplementar do arrendatário, a ele se junta o do sub-arrendatário, apropriando-se o latifundiário, então, de toda a renda produto.

Em qualquer dos casos, seja a terra do latifundiário arrendada pelo arrendatário pobre ou pelo arrendatário médio (que pode arrendar terras acima de 4 alqueires até 10 ou 12 alqueires), o latifundiário luta para que os contratos tenham curta duração (um ano no máximo), enquanto

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

os arrendatários estão sempre a reivindicar a prorrogação dos contratos. Esta contradição assenta suas raízes em que o arrendatário pobre ou médio sempre emprega trabalho ou capital na terra e que é isso que dá valor ou melhor lhe dá o preço. Quanto mais benfeitorias na terra, tanto mais aumentará seu rendimento, subirá seu preço. Independente de saber a quem pertence a terra, neste caso, dada a sua maior fertilidade, localização, etc., ela produzirá renda diferencial. Interessa ao arrendatário pobre ou médio ter contratos por muitos anos, ficar o maior tempo possível com a terra arrendada, já que de ano para ano irá colhendo melhores frutos do seu trabalho. Fixado de antemão o preço do arrendamento, ele permanecerá estável durante todo o tempo do contrato, quer se tratasse de pagamento em espécie (renda produto), quer se tratasse de pagamento em dinheiro (renda dinheiro). Todo e qualquer aumento das colheitas resultantes do aumento do rendimento agrícola ou do maior valor do produto seria para o arrendatário. O latifundiário quer exatamente o contrário. Para ele, a vantagem está em renovar os contratos de ano em ano, a fim de exigir sempre ao novo arrendatário um preço mais alto pela terra, o que lhe aumenta a renda, pois o preço da terra é renda posta a juros, é renda capitalizada.

Desta contradição, que o latifundiário resolve a seu favor manejando os privilégios do monopólio da terra e mobilizando as instituições jurídicas, surgem os mais sérios conflitos pela posse da terra. É daí que se origina o *despejo*, categoria da sociedade baseada no monopólio da terra.

O despejo é a maneira violenta que o latifundiário encontra para assegurar em seu benefício a renda capitalizada em constante progressão.

O interesse oposto do arrendatário pode levá-lo reciprocamente à luta violenta contra o despejo, mas se manifesta de modo crescente na aspiração à *baixa do arrendamento*. Com isso, procura diminuir o produto suplementar exigido pelo fazendeiro.

Até agora, numa constância rigorosa, temos visto que a renda de que se apropria o latifundiário do algodão é toda ela pré-capitalista, o que dá a este tipo de latifundiário uma série de características diferentes daquelas do fazendeiro de café ou do usineiro de açúcar. Isso distancia o latifundiário do algodão de um empresário agrícola e fornece elementos novos para avaliar a penetração capitalista na lavoura algodoeira.

Quanto ao tipo rural do *sitiente*, também denominado *situante*, difere do arrendatário, porque não paga arrendamento. Ele compra a terra, a maior parte das vezes a prestações.

Se é um pequeno sitiente, seu lote não irá além de 4 alqueires, que é o que ele poderá tocar com sua família. Se é um sitiente médio, seu lote terá entre 4 e 15 alqueires, que é o que ele pode tocar com sua família e mais um ou outro assalariado, parceiros, arrendatários pobres e sub-arrendatários.

36

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

Não pagando arrendamento ao latifundiário e limitando-se suas relações com ele à compra da terra ou ao pagamento de prestações, o sitiente é um proprietário livre, mas só em certo sentido.

Podemos situá-lo na categoria de que fala Marx, ao tratar da propriedade parcelária :

"O lavrador é aqui proprietário livre de seu terreno, que figura como seu principal instrumento de trabalho, imprescindível para a aplicação de seu trabalho e de seu capital. Nesta forma não se paga arrendamento (renda)".
(*O Capital*, livro III, cap. 47, V).

Mas até onde vai a liberdade do sitiente, proprietário livre da terra, que não precisa pagar renda?

Sua liberdade é precária e não apresenta nenhuma segurança ou estabilidade. O latifundiário não renuncia à posse da terra, ainda quando ela é vendida. Levemos em conta que o número dos que possuem pequenos lotes de terra no Brasil (propriedade parcelária) é escasso. O latifundiário prefere alugar sua terra a vendê-la. Novas parcelas de terra estão sendo sucessivamente incorporadas às grandes áreas dos latifundiários, quer por compra, quer por expropriação e despejo dos pequenos proprietários, cujo número decresce cada vez mais. Podemos dizer que milhões de camponeses não têm terra. Cerca de 75% das terras cultivadas só o são pelos arrendatários que não têm terras, e entregam a renda, o produto suplementar do seu trabalho aos latifundiários.

A escassa minoria dos que possuem terra cai assim sob a dependência dos latifundiários. Em primeiro lugar, a base econômica dos proprietários parcelários, sitientes pequenos e médios, é muito restrita, a começar pela esfera do crédito, dominado pelo capital usurário. Em segundo lugar, o capital de que poderiam dispor para empregar nos meios de produção é gasto na compra do terreno, entregue, portanto, ao latifundiário.

Ao vender a terra, o latifundiário capitaliza a renda. Ao incorporar novos domínios e novos lotes de terra, o latifundiário reduz a área de terra posta à venda, com isto aumenta a procura e aumenta o preço, aumenta a possibilidade de elevar a renda capitalizada. Daí porque o latifundiário prefere alugar a terra, aumentando sempre o preço do arrendamento, sem nunca alienar a posse do terreno.

Quando vende a terra (vende sempre as piores terras), ainda assim lhe resta a possibilidade de expulsar o proprietário, despejá-lo logo após as primeiras benfeitorias e quando ele se atrasar nas prestações. Com isso tornará a vender a terra, por preço mais elevado, pois ela já está beneficiada pelo capital e o trabalho do proprietário expulso.

Para os casos em que o proprietário parcelário tenha melhorado suas terras (já pagas), o latifundiário terá o recurso de propor-lhe a compra por

37

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

um preço abaixo da renda que ela produz. Aos que resistem, não haverá outra saída senão a defesa a qualquer preço de sua posse, até pela violência, ou então bater em retirada, acossado pelos capangas e a polícia a serviço do proprietário feudal. A instituição que resulta de tôdas essas relações econômico-sociais, na base das quais se encontra a renda territorial que o latifundiário canaliza sem cessar para o seu bolso, denomina-se "grilo", "caxixe". Significa, em última análise, o roubo da terra, ou seja o incontrolável crescimento da renda do proprietário feudal e a expropriação interminável, a miséria e a fome dos proprietários parcelários e de toda a massa camponesa.

É nessa instituição que o tipo social do "grileiro" encontra sua razão de ser, até o dia em que fôr varrido o monopólio da terra, principal entre as forças produtivas.

Ainda aqui a renda territorial é absorvida pelo latifundiário, sem que para isso recorra aos métodos capitalistas de exploração. Trata-se da renda territorial obtida por força do predomínio absoluto do monopólio da terra e dos métodos feudais e semi-feudais de exploração, conservados religiosamente com a penetração e o domínio do imperialismo no país.

É isso que na cultura do algodão estabelece, ao contrário da usina de açúcar, uma separação rigorosa entre a indústria do beneficiamento do produto e a exploração agrícola.

A primeira, a indústria de beneficiamento do produto tanto quanto a indústria dos sub-produtos, conserva-se na mão dos imperialistas americanos (Anderson Clayton e Sanbra), donos das máquinas, usineiros, industriais do campo, que manejam o capital comercial, monopolizam os produtos industriais destinados à lavoura e absorvem como senhores absolutos toda a matéria prima.

A segunda, a exploração agrícola, com todos os seus restos feudais e semi-feudais, permanece nas mãos do latifundiário. Este possui a terra mas nada tem a ver com as máquinas.

O estudo da renda territorial na cultura do algodão revela que a penetração capitalista é maior na lavoura da cana e na do café.

O usineiro e o fazendeiro de café desde o primeiro momento, ao lado da renda pré-capitalista se apropriam do lucro e da renda capitalista, quer sob a forma de renda diferencial, quer sob a forma de renda absoluta.

Não é o que acontece com o fazendeiro de algodão, que prefere entregar suas terras em troca do arrendamento a pequenos arrendatários, quando não adota o sistema da venda de lotes a prestações aos pequenos sítiantes. O proletariado rural na cultura algodoeira cinge-se quase aos colhedores de algodão, e por isso, como é evidente, o seu mais largo emprego apenas se efetua na época das colheitas. Assim mesmo é na maior parte utilizado pelos arrendatários e outros intermediários da lavoura algodoeira, que pagam a renda da terra ao latifundiário.

38

MAI - JUN 1958

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

Sômente agora se começa a falar em substituir o arrendatário pelo assalariado nas fazendas de algodão, mas isso se deve ao temor do latifundiário ante o descontentamento cada vez maior que a alta dos arrendamentos vem provocando.

Além de tudo, o emprego do salariado na cultura algodoeira exige mecanização em larga escala dessa lavoura, o que certamente não é fácil enquanto o algodão brasileiro fôr concorrente do algodão americano no mercado internacional e o Brasil depender dos Estados Unidos (como depende) para a importação de máquinas e implementos agrícolas. São mais reduzidas assim, embora não excluídas, as possibilidades de transformação, por essa via, do latifundiário do algodão num empresário capitalista do campo ou, melhor, da junção da categoria de latifundiário à de empresário capitalista, com o que se apossaria da renda absoluta e da diferencial. Entretanto há fatores novos intervindo na lavoura algodoeira e em tais condições que vêm implicando no aparecimento e desenvolvimento da renda capitalista. Muitos latifundiários estão passando do sistema de arrendamentos a pequenos produtores para o arrendamento a grandes intermediários. Esboça-se a tendência para só conceder arrendamentos de 100 alqueires para cima, ao inverso da maioria dos contratos estabelecidos na base de 1 a 4 alqueires (pequenos arrendatários) ou entre 4 e 15 alqueires (arrendatários médios, menos freqüentes).

Sem dúvida este sistema está levando a criar no campo uma classe de locatários capitalistas, que são os únicos que podem arrendar dos latifundiários lotes de terra de mais de 100 alqueires.

O aparecimento do locatário capitalista, isto é, do *arrendatário rico*, está condicionado, porém, a mais de um fator. O primeiro deles é a elevada taxa de arrendamento resultante do aumento crescente do preço da terra, que a torna cada vez mais inacessível ao arrendatário pobre.

O segundo fator, que condiciona o aparecimento do arrendatário rico, é o maior emprego de máquinas no campo. Ainda que seja pequeno o emprego de máquinas em nossa agricultura, o mínimo que delas se utilize tem que gerar novas condições. O emprego de máquinas requer capital, um mercado mais amplo capaz de absorver o maior volume de mercadorias que a máquina proporciona. Só o capitalista está em condições de fazê-lo. Mas a terra está em poder do latifundiário e é preciso alugá-la ou comprá-la. Se o capitalista compra a terra e continua a utilizar as máquinas, a tirar a renda capitalista dos seus trabalhadores, transforma-se num empresário agrícola, dono de enormes áreas, sem o que o emprego das máquinas não daria resultado. Se aluga a terra, sua condição é a de um arrendatário rico, um locatário capitalista, que entrega ao latifundiário a renda absoluta.

O terceiro fator que condiciona o aparecimento do locatário capitalista é a existência de amplas áreas de terras para serem alugadas. Não é por acaso que o arrendatário rico surge em zonas como a de Barretos,

39

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

onde o Frigorífico Anglo monopoliza vastas extensões de terra. Suas terras são alugadas (e não vendidas) com o objetivo de restaurar as pastagens, transformando provisoriamente as invernadas em áreas plantadas com algodão, arroz, milho.

Os contratos de arrendamento, concedidos pelo frigorífico, na sua condição de latifundiário, não vão além de 3 e 5 anos. Mas isto é o bastante para renovar as pastagens, e ao fim desse prazo já o plantio do capim colonial não substitui as antigas lavouras. É um processo mais vantajoso do que o primitivo sistema de roçada. O emprêgo da máquina nestes vastos campos de pastagem é uma necessidade para o arrendatário rico e uma consequência natural da existência das invernadas dos frigoríficos. Não é outro o motivo porque também a zona pastoril de Barretos se transformou no maior centro de agricultura motomecânica do país, com a média de um trator para cada 40 alqueires plantados, num total de 20.000 alqueires de área cultivada.

Ainda nesse caso o arrendatário rico substitui o arrendatário pobre, que em outras zonas pastoris arrendava dos frigoríficos pequenos lotes de 1 a 4 alqueires, para no fim dos contratos plantar capim colômbio ou ser despejado.

Isto não quer dizer que o arrendatário rico já esteja predominando sobre o arrendatário pobre, que o trator sobrepuja a enxada e o arado puxado a boi, que a renda capitalista esteja mais difundida que a renda pré-capitalista. Revela apenas uma evolução em determinado sentido, uma tendência, que não modifica, entretanto, o caráter da nossa produção agrícola, nem elimina o monopólio da terra e a tremenda sobrecarga dos restos feudais.

Há por isso mesmo necessidade de assinalar que o aparecimento do arrendatário rico não corresponde a um crescimento acelerado do proletariado rural. É fora de dúvida que com as máquinas também se cria um certo proletariado no campo. Mas isso só poderá ter certa significação se, ao lado do proletariado exigido pelo manejo das máquinas, desenvolver-se a utilização em massa do trabalho assalariado no campo. Não é o que se dá, e tal fenômeno se explica pela sobrevivência do monopólio da terra, que entorpece o desenvolvimento das forças produtivas.

Além do pessoal das máquinas, tratoristas principalmente, os arrendatários ricos, salvo certas exceções, não lançam mão do proletariado para a exploração da terra. Feita a destoca, nivelado e preparado o terreno, o arrendatário rico o entrega ao meeiro. É à meia que recorre e não ao proletariado rural. Isto estabelece sérias relações de dependência do produtor ao arrendatário rico, sobressaindo a particularidade do meeiro dele receber adiantamentos a juros até de 12% ao ano. A colheita é dividida ao meio, depois dos descontos feitos pelo locatário capitalista. O trabalho suplementar do meeiro vai assim às mãos do arrendatário rico. O meeiro pode lançar mão de assalariados, ter arrendatários pobres e parceiros tra-

40

MAI - JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

balhando no seu lote. Toda a renda pré-capitalista ou produto da mais valia que chegar às suas mãos passará para o arrendatário rico. Este pagará por sua vez ao latifundiário a renda absoluta, que é o tributo do monopólio da terra.

De qualquer modo é o monopólio da terra que pesa. E de tal modo que os arrendatários ricos que prosperam logo passam a adquirir terras, transformam-se eles também em latifundiários. É o caso, para citar um exemplo, dos Irmãos Lemos, arrendatários ricos de Barretos. Eles arrendam dos frigoríficos quase 2.000 alqueires de invernadas, mas, em virtude dos altos preços dos arrendamentos e da pequena duração dos contratos, encaminham-se para a compra de vastas extensões de terras em outras zonas. Preferem, assim, transformar-se em latifundiários e empregar as máquinas em seus próprios latifúndios destocando e preparando as terras para entregar à meia e à parceria.

Isso tudo indica que, embora existindo o arrendatário rico, a renda predominante não é a diferencial, o que é resultado da exploração da terra ser feita pelo meeiro e não pelo proletariado rural.

Estamos aqui em face de uma classe de locatários capitalistas, mas não em face de uma numerosa classe de trabalhadores, "libertos" dos meios de produção, alugando a sua força de trabalho.

* * *

Termina aqui a análise do que há de essencial na renda da terra na cultura algodoeira. As rendas que nela predominam são a renda dinheiro e a renda produto. Mas o aparecimento do arrendatário rico leva a que do trabalho da terra se obtenha um excedente da mais valia sobre a taxa de lucro médio. Surgem a renda absoluta e a diferencial, embora a predominância seja da renda pré-capitalista.

É preciso dizer que nas outras culturas de ciclo anual a situação não é diferente. Aliás o aparecimento do arrendatário rico, nas condições já examinadas, pagando renda absoluta ao latifundiário, obtendo renda diferencial e lucro, não é exclusivo da lavoura algodoeira. É comum que ele, na mesma terra destocada e nivelada pelo trator, também se dedique a explorar o arroz e o milho, utilizando o meeiro e a parceria.

Isto se explica pelo fato da máquina só oferecer vantagem se empregada em vastas extensões de terra, uma vez que os meios de produção são propriedade privada.

Tanto mais a lavoura seja custosa e exija inversão de capital, tanto mais campo haverá para o arrendatário rico. É o que se passa com a cultura do arroz. Quer se trate do plantio no seco, onde o trator prepara a terra em larga escala simultaneamente para o arroz, o algodão e o milho, quer se trate do plantio na várzea, onde predominam as drenagens, as obras de irrigação e outras semelhantes, o empresário agrícola, locatário capitalista, tem sempre mais possibilidade de surgir. No entretanto, quer

41

CARLOS MARIGHELLA

ES NUM. 1

arrendando terras dos frigoríficos ou de grandes companhias (donos de latifúndios), o arrendatário rico só em parte utiliza o proletariado rural, para serviços mecânicos, semi-mecânicos ou à mão (capina, trilhagem, sega, colheita).

É comum arrendatários ricos usarem o sistema da meia e não raro a parceria pela terça e a quarta parte da produção. Em muitas regiões a cultura do arroz é feita por pequenos arrendatários e sub-arrendatários, que ao lado dos meeiros passam então a constituir a maioria dos produtores.

O aspecto geral da cultura do arroz no país não modifica o aspecto da renda territorial, sabido que só uma parte pequena dessa cultura é mecanizada e mesmo assim não exclui o trabalho de produtores não assalariados.

É evidente que, em tais condições, a renda dinheiro e a renda produto como toda a renda pré-capitalista têm largo curso, sem que por isso, entretanto, se deixe de registrar a existência da renda absoluta e da diferencial.

De qualquer maneira, porém, o latifúndio domina aqui também e o tributo da renda absoluta se torna um peso insuportável e um freio às forças produtivas.

O caminho da criação de uma burguesia rural pela via do arrendatário rico choca-se com o monopólio da terra, que gera a alta dos arrendamentos e o curto prazo dos contratos. Este tipo de burguesia rural evolui para o tipo rural do latifundiário, torna-se capitalista e proprietário da terra, limitando-se a uma débil utilização do proletariado rural, contentando-se com a renda produto e em seguida com a renda absoluta e a diferencial, sobre o excedente da quota de lucro.

O outro caminho para a criação da burguesia rural é o da posse da terra, em que o camponês rico cultiva o excedente acima das forças dos membros de suas famílias utilizando o trabalho assalariado. Os empreiteiros formadores de café seguiram este caminho, sem conseguir, porém, a posse da terra, que só permanece em suas mãos enquanto dura o contrato (no máximo 6 anos). Entretanto o representante típico da burguesia rural que segue este caminho é o do *posseiro ou posseante*, de cuja luta pela posse da terra tivemos uma amostra em Porecatú.

O posseiro ou posseante, *tipo de camponês rico* bem caracterizado, consegue a posse da terra inicialmente, em geral nas zonas novas. Realizadas, porém, as benfeitorias terá que defrontar-se com o despejo, a "grilagem" de terras. Contra ele se voltarão o latifundiário e todo o peso do aparelho de Estado se porventura resistir.

O posseante está destinado a uma luta constante contra o latifundiário e seu complemento "o grileiro". A esperança da posse pacífica da terra o levará a vacilações e concessões nessa luta, mas não conseguirá atingir um pleno desenvolvimento, como classe em consequência do monopólio da terra.

42

MAI — JUN 1968

ALGUNS ASPECTOS DA RENDA

Quanto à grande massa camponesa, esta terá que vegetar como a grande criadora da renda dinheiro, da renda produto e de toda a renda pré-capitalista, irá se diferenciando para a condição de semi-proletariado, impossibilitada de chegar à condição de pequeno produtor independente, ou proprietário parcelário. A massa camponesa vagará como uma grande massa expropriada, impelida sem cessar para as cidades e para as novas zonas agrícolas, lutando por um pedaço de terra, mas sempre empurrada para engrossar o proletariado rural. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos dão a caracterização no Brasil de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido.

Daí o quadro que deparamos: de um lado os latifundiários e os latifundiários-capitalistas, de outro lado a grande massa de arrendatários pobres, os semi-proletários e o proletariado rural, toda a massa de camponeses pobres ao lado dos camponeses médios e da burguesia rural em luta pela posse da terra.

De um lado acumula-se a enorme riqueza dos latifundiários e latifundiários-capitalistas, de outro lado a miséria e a ruína, a fome e a doença de milhões de camponeses sem terra. De um lado a renda dinheiro, a renda produto, a renda trabalho, toda a renda pré-capitalista e mais a renda absoluta, a renda diferencial, os lucros, tudo isso arrancado do trabalho suplementar e da mais valia dos pequenos produtores e trabalhadores do campo sem meios de produção. De outro lado a pobreza absoluta de toda a população que vive no campo.

Há nisso uma profunda contradição e ela assenta, sem dúvida, no monopólio da terra e no imperialismo. Este, por toda a parte, trata de conservar e eternizar (especialmente no campo) as formas pré-capitalistas de exploração, que constituem a base da existência de seus agentes e aliados. Em tais condições, o estudo da renda da terra nos levará à compreensão da necessidade de abalar ou eliminar o monopólio da terra, o que, ao lado da derrota do imperialismo norte-americano, criará novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas. A eliminação do monopólio da terra deverá ser precedida da abolição das formas de renda pré-capitalista, pelo menos da renda trabalho e da renda produto. Isto implica em resguardar os empreendimentos industriais do campo, extinguindo, porém, as formas feudais de exploração, estendendo a legislação trabalhista ao campo, separando a usina da terra, retirando aos frigoríficos a posse das invernadas, criando a propriedade parcelária, baixando o arrendamento, prorrogando os contratos de arrendamento, incrementando o crédito agrícola e dando fim ao capital usurário, assegurando a posse da terra ao posseante, acabando com o despejo e a instituição do "grilo", compreendendo, enfim, modificações radicais na estrutura agrária.

43

O PROBLEMA DA TERRA EM PERNAMBUCO

ORIGENS HISTÓRICAS DA PROPRIEDADE DA TERRA

Fragmon Carlos Borges

I

O Estatuto da Capitania Hereditária

Materialmente impossibilitado de realizar diretamente a colonização do Brasil, uma vez que se encontrava todo voltado para as suas vantajosas conquistas da Índia e da África, Portugal optou, 30 anos após a descoberta, pela forma mais viável, a seu alcance, de realizá-la: a das capitânias hereditárias, mais tarde subsistindo ao lado das capitânias reais, e, finalmente, por estas substituídas.

Com a instituição das capitânias hereditárias, a coroa portuguesa alcançava duplo objetivo: garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas, e livrar-se das despesas dessa mesma colonização, ao tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda.

44

MAI — JUN 1968

ORIGENS HISTÓRICAS

Precedentes históricos

A instituição das capitânias não constituía novidade para a coroa portuguesa. Já a vinha utilizando desde o século XV, e com ela obtivera ótimos resultados em suas possessões da Madeira e dos Açores.

Tão pouco, nem a instituição da capitania hereditária, nem a da real, foi criação portuguesa. Diz João Ribeiro que "os greco-fenícios tiveram colônias de duas sortes: as *apokias* que eram formadas e mantidas e defendidas por iniciativa de donatários, e as *kleruchias* que eram de todo submetidas e preservadas pelo Estado" (1).

Também o uso dessa instituição, após o século XV, não se limitou a Portugal. Outros países, como a Holanda, França e Inglaterra, em seus domínios americanos, utilizaram-na como meio de colonizá-los e torná-los produtivos.

As colônias portuguesas, mantidas e exploradas por iniciativa particular, eram de dois tipos: *hereditárias*, quando doadas para todo o sempre para o donatário e seus herdeiros; e *temporárias*, quando doadas por uma ou mais vidas, findas as quais eram revertidas à posse da coroa. Sob ambas as formas, a coroa não abria mão totalmente de seus direitos, mantendo sobre as mesmas o seu protetorado, mais ou menos absoluto, conforme as circunstâncias que ditaram as suas concessões. Com relação ao Brasil, a coroa empregou o tipo hereditário, como a fórmula capaz de atrair a atenção e a cobiça das pessoas de fortuna, em condições de enfrentarem a arriscada empresa de sua colonização. Assim mesmo, alguns dos donatários cá não vieram, e outros, maus sucedidos nas primeiras tentativas, desistiram de empreendimento tão temerário e de resultados tão duvidosos. Dessa forma, poucas capitânias vingaram, destacando-se entre estas as de Pernambuco e de São Vicente (São Paulo).

Características feudais do Estatuto da Capitania

O Estatuto da capitania hereditária possuía características tipicamente feudais, em que pese o esforço inútil daqueles que, como Roberto Simonsen (2), tentam assinalar-lhe aspectos essencialmente capitalistas. E não poderia ser de outra forma, ditado que o foi por um reino que se assentava sobre as bases de um feudalismo decadente e em decomposição, mas que lutava por sobreviver.

As características feudais do sistema das capitânias estão fartamente expressas nas cartas de doação e nos forais, passados por D. João III, rei de Portugal, àquelas pessoas que se dispuseram a enfrentar, por conta própria, a colonização das terras descobertas por Cabral.

(1) — João Ribeiro — HISTÓRIA DO BRASIL — 14ª edição. Livraria S. José Editora-Rio, 1963 — págs. 76/77.
(2) — R. Simonsen — HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL — Cia. Editora Nacional 1937 — Vol. I, págs. 142 e ss.

45

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

Por meio de tais cartas e forais, os donatários eram investidos de poderes quase absolutos. Basta dizer-se que, para satisfazer à cobiça de poder e privilégios daqueles que se prontificaram a vir colonizar as terras do Brasil, o rei viu-se obrigado a abrir mão de algumas prerrogativas pessoais, a revogar artigos das Ordenações Manuêlinas, etc.

Os poderes e privilégios concedidos aos donatários, no entanto, tinham um limite: os interesses do poder absoluto da coroa portuguesa a que estavam os donatários submetidos e a que deveriam prestar contas de seus atos. Poder absoluto que se exerceu desde os primeiros dias da colonização, inicialmente restringindo os direitos e privilégios outorgados aos donatários, originariamente expressos nas cartas de doação e nos forais, e depois revogando-os completamente e passando as capitanias para a posse e administração diretas da coroa.

Carta de doação da Capitania de Pernambuco

Pela carta de doação da capitania de Pernambuco, lavrada na cidade de Évora, a 10 de março de 1534, Duarte Coelho recebeu 60 léguas de terra, na costa do Brasil, situadas entre o rio São Francisco e a ilha de Tamaraçá, que "entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista", doação que lhe era feita "dêste dia para todo o sempre, de juro e herdade, para êle e todos os seus filhos, netos, herdeiros, sucessores, que após êle vierem, assim descendentes, como transversais e colaterais".

Segundo o texto integral da referida carta, publicada por J. B. Fernandes Gama (3), podemos resumir, da maneira abaixo, os direitos, privilégios e obrigações do donatário e seus sucessores:

- 1 — Completa jurisdição civil e criminal.
- 2 — Direito de assistir, intervir, confirmar ou não a eleição de juizes e oficiais de justiça; de nomear Ouvidor que terá alçada, nas causas cíveis, até cem mil réis, e nas criminaes até a pena de morte, sem apelação nem agravo; tratando-se, porém, de "pessoas de mor calidade" (ricas), a alçada será até 10 anos de degrêdo e cem cruzados de pena. Nos casos de heresia, traição, sodomia e moeda falsa, alçada até a pena de morte, seja qual fôr a qualidade do acusado.
- 3 — O Ouvidor pode conhecer apelações e agravos oriundos de qualquer parte da capitania; o donatário poderá nomear os funcionários da justiça, ficando obrigado a nomear outro Ouvidor, quando a capitania estiver bem povoada.
- 4 — Direito de criar vilas e dar-lhes o tempo, jurisdição, liberdade e insígnias correspondentes, "*segundo fôro e costumes dos meus reinos*".

(3) — J. B. Fernandes Gama — MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO — Tipografia de M. F. de Faria — Pernambuco, 1844 — 2ª edição — vol. I, págs. 42/62.

ORIGENS HISTÓRICAS

MAI — JUN 1968

5 — Direito de criar e preencher os cargos de tabeliães do público e judicial, nas vilas e povoações da capitania, e dar-lhes regimentos "*conforme aos de minha chancelaria*".

6 — Juro e herdade das alcaidarias mores, "com tôdas as rendas, direitos, foros e tributos, que a elas pertencerem", os quais receberão conforme fica estipulado no foral.

7 — Juro e herdade das moendas d'água, marinhas de sal e quaisquer engenhos, que só poderão ser levantados mediante licença do donatário, e o pagamento do fôro ou tributo que fôr combinado.

8 — Juro e herdade de 10 léguas de terra ao longo da costa, que "entrarão pelo sertão tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista", livres fôro, tributos ou direitos, salvo o dízimo à Ordem de Cristo, *das quais poderá tomar posse dentro de 20 anos depois que ocupar a capitania, "não as tomando porêm justas", mas "repartidas em quatro ou cinco partes", distantes uma da outra duas léguas no mínimo.*

9 — Não poderão tomar, para si ou para sua mulher ou filhos e herdeiros, "terra alguma de sesmaria"; podem, no entanto, dar tôdas as terras de sesmarias, a qualquer pessoa, de acôrdo com as Ordenações do reino, livres de fôro e direitos, salvo o dízimo à Ordem de Cristo, *cujas terras o donatário ou seus sucessores não poderão tomar para si, nem para sua mulher, filhos e herdeiros, salvo por compra, "das pessoas que lhes quizerem vender", e somente após terem sido aproveitadas.*

10 — Juro e herdade da metade da dízima do pescado arrecadado na capitania.

11 — Juro e herdade da dízima de tôdas as rendas e direitos arrecadados na capitania.

12 — Juro e herdade da vintena da renda líquida que a coroa obtiver de todo o pau-brasil que fôr para o reino.

13 — Juro e herdade dos escravos que resgatarem e existirem na capitania, podendo enviar anualmente para Lisboa, 24 peças, livres de direitos, e também utilizá-las como marinheiros e grumetes de seus navios.

14 — O donatário e moradores da capitania estão isentos de todos os direitos e tributos, salvo dos que vão expressos na carta de doação e no foral.

15 — A capitania, sua governança, rendas e bens, são dados de juro e herdade para sempre, ao donatário "e seus descendentes, filhos e filhas legítimos", podendo passar, na falta destes, a seus ascendentes, parentes ou bastardos.

16 — *A capitania e sua governança, e todos os direitos e privilégios concedidos ao donatário e seus sucessores, não podem ser partidos, alienados ou espedaçados, nem ser dados a filhos, filhas ou qualquer pessoa seja qual fôr o motivo, sob pena de perdê-los, os quais passarão a seu sucessor como se fôsse morto aquele que assim não cumprir.*

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

17 — Caso o donatário cometa algum crime, pelo qual seja obrigado a perder a capitania, governança, direitos e privilégios, não os perderá o seu sucessor, salvo se fôr traidor à coroa; e no caso de outros crimes, será o donatário punido de acôrdo com a gravidade dos mesmos.

18 — Nas terras da capitania não podem entrar "corregedor, nem alçada, nem outras algumas justças", quando o donatário cometer algum êrro, pelo qual mereça ser castigado, será chamado à presença do rei para ser ouvido e receber a pena ou castigo que merecer.

Este, o resumo da carta de doação da capitania de Pernambuco. A concessão constante do item 10 foi, em setembro do mesmo ano, anulada e substituída pela do item 4 do foral.

Foral de Pernambuco

O foral da capitania de Pernambuco foi passado na mesma cidade de Évora, a 24 de setembro de 1534.

Eis o seu resumo, conforme o texto integral publicado por Fernandes Gama (4) :

1 — O donatário e seus sucessores darão sesmarias de tôdas as terras da capitania, a qualquer pessoa, *contanto que seja católica*, livres de fôro e direitos, salvo o dizimo a Deus, de acôrdo com as Ordenações, não podendo tomá-las para si, sua mulher ou filho herdeiro.

2 — De tôdas as pedrarias, pérolas, aljófar, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo e outro qualquer metal que existir na capitania, será cobrado o *quinto*, do qual o donatário terá a *dízima*.

3 — O pau-brasil e qualquer especiaria ou droga que existirem na capitania, serão monopólio da coroa, não podendo ninguém vendê-los ou exportá-los para qualquer parte do reino, perdendo todos os seus bens e sendo degredado perpétuamente para a ilha de São Tomé, aquele que assim não proceder. Quanto ao pau-brasil, tanto o donatário como os moradores da capitania, poderão usá-lo no que fôr necessário, como os moradores queimado, caso em que serão aplicadas as mesmas penas.

4 — Todo o pescado, com exceção da cana, pagará a *dízima* a Deus, além de meia *dízima* que pertencerá ao donatário.

5 — O donatário e moradores poderão exportar livremente, para qualquer parte do reino, todo tipo de mercadoria, — com exceção de escravos e demais produtos defesos —, pagando sômente a *sisá* do que venderem.

6 — E' livre de direitos de entrada tôda mercadoria transportada para a capitania pelos navios do reino. Pagarão, no entanto, a *dízima*, — da qual o donatário ficará com a *redízima* —, as mercadorias embarcadas na capitania, salvo quando destinadas a qualquer parte do reino.

(4) — Idem, idem, págs. 54/58.

MAI — JUN 1968

ORIGENS HISTÓRICAS

7 — Os estrangeiros pagarão *dízimos* de entrada e de saída, das mercadorias que levarem para a capitania ou de lá trouxerem, dos quais o donatário terá a *redízima*.

8 — Os gêneros alimentícios, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxôfre, chumbo e qualquer coisa relacionada com a defesa da capitania, ficam livres de qualquer direito.

9 — Sômente o donatário e os moradores da capitania podem tratar, comprar ou vender qualquer coisa, diretamente com os índios.

10 — Nenhum navio poderá ser carregado ou sair da capitania, sem antes comunicar ao donatário, que deverá mandar inspecioná-lo, a fim de impedir contrabando das mercadorias defesas, perdendo o dôbro das mercadorias carregadas aqueles que assim não procederem.

11 — E' livre o comércio entre as diversas capitanias, pelo qual direito algum será cobrado.

12 — Nenhum morador, mesmo católico, sendo sócio de estrangeiros, poderá tratar com os índios, sob pena de perder tôda a mercadoria a êles vendida ou comprada.

13 — Os alcaides mores da capitania arrecadarão para si todos os direitos, foros e tributos a que têm direito, de acôrdo com as Ordenações.

14 — Ao donatário cabe colocar barcas nas passagens dos rios, pelo que cobrará o que fôr estabelecido pela Câmara e confirmado pelo rei.

15 — Os tabeliães do público e judicial pagarão ao donatário 500 réis anuais de pensão.

16 — Os moradores em tempo de guerra são obrigados a servir sob as ordens do donatário.

Poderes extraordinários do donatário

Pelos resumos acima podemos ver como o donatário e seus sucessores foram investidos de poderes e privilégios extraordinários, alguns dos quais, até então, privativos do rei que, nas circunstâncias da época, viu-se obrigado a dêles abrir mão, a fim de que o povoamento e exploração das terras do Brasil se tornassem uma realidade.

O rei não se limitou, apenas, a transferir ao donatário alguns de seus direitos e privilégios; foi mais longe ao suspender a ação de vários artigos importantes das próprias Ordenações, como bem assinala o historiador Varnhagem (5). Por exemplo: o direito outorgado ao donatário de intervir nas eleições das Câmaras, confirmar ou não os eleitos; a alçada nas causas civis e criminais, sem apelação nem agravo, etc.

A pesar disso, não podemos desconhecer os inúmeros laços que prendiam o donatário ao poder absoluto do rei, nada podendo fazer senão nos limites estipulados na carta de doação e no foral, e de acôrdo com as

(5) — Varnhagem — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL — Edição Melhoramentos — São Paulo — 1948 — Tomo I, p. 180.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

Ordenações do reino. A administração do donatário estava subordinada, assim, às determinações do rei e às leis portuguesas, determinações e leis que variaram com o tempo, sempre no sentido de limitar os direitos e privilégios originariamente concedidos, culminando com a transferência da capitania, imediatamente após a expulsão dos holandeses, em 1654, para a posse da coroa.

O primeiro grande golpe desferido contra aqueles direitos e privilégios extraordinários do donatário, foi a criação do Governo Geral no Brasil, em 1548, e conseqüente elaboração de seu Regimento. Duarte Coelho protestou, e o rei atendeu-o; porém, com a sua morte, a situação começou a modificar-se rapidamente, e a intervenção da coroa, direta ou através dos governadores gerais, nos negócios internos da capitania, ganhou corpo.

II

A Doação de Sesmarias

Particular atenção, para o nosso estudo, merecem os itens 9 e 1 da carta de doação e do foral da capitania, respectivamente, pelos quais o donatário e seus sucessores foram investidos do poder de dar sesmarias, a qualquer pessoa, poder esse larga e liberalmente exercido por todos êles. Aí reside, principalmente, a origem da propriedade privada da terra em Pernambuco.

Ae sesmarias durante a capitania hereditária

Pelos escassos elementos que colhemos, principalmente nos *Anais Pernambucanos* de Pereira da Costa, as sesmarias concedidas nesse período, quanto as condições a que ficavam obrigados os sesmeiros, podem ser arroladas nos seguintes grupos:

- a) — sesmarias completamente livres de fôro, tributos ou pensão, salvo o dízimo à Ordem de Cristo.

Esta foi a norma geralmente seguida durante todo o período em que a capitania esteve sob a administração de Duarte Coelho e seus sucessores ou locotenentes, de acôrdo com o que determinavam expressamente a carta de doação e o foral.

Aqui chegando, em 1535, Duarte Coelho começou a fazer uso, imediatamente, daquela prerrogativa que lhe fôra concedida pelo rei, distribuindo datas de terras entre as pessoas que faziam parte de sua comitiva, ou que vinham da metrópole a seu convite ou espontaneamente, participar da colonização das novas terras.

50

MAI — JUN 1968

ORIGENS HISTÓRICAS

Num fragmento de um estudo sobre as sesmarias, escrito antes de 1764 por um monge beneditino, afirma-se que o donatário assim que chegou à capitania, "passava cartas de sesmarias, sem mais outra declaração que a que ficariam (os sesmeiros) obrigados a pagar o dízimo à Ordem de N. Snr. Jesús Cristo" (6).

Assim procedeu Duarte Coelho até a sua morte, em 1554. Os seus sucessores seguiram, com algumas modificações, a conduta do primeiro donatário.

A carta de sesmaria mais antiga de que temos conhecimento, e que se encontra copiada no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, de onde certamente Pereira da Costa a trasladou para os *Anais*, é a que foi dada a Vasco Fernandes, em 1540. Por ela Vasco Fernandes recebeu uma légua de terra de comprimento, por outra de largura, "a qual terra lhes dou fôra, livre e isenta, sem nunca em tempo algum, nem seus herdeiros, nem pessoas que as houverem dêles, pagarem fôro, nem tributo algum..." (7). Por outra carta, passada em 1569, a favor de André Fernandes Velasques, lhe foram dadas 2 mil braças de terra em quadra, "para viver e ter seus moradores, com sua mulher e filhos, para fazer roçarias e canaviais, com isenção de em nenhum tempo pagar fôro nem tributo algum e somente o dízimo a Deus do que granjear nas ditas terras" (8).

- b) — sesmarias com a obrigação dos sesmeiros nelas cultivarem a cana de açúcar, o algodão, estabelecerem engenhos ou fundarem vilas, dentro de determinado prazo, em geral de 3 a 6 anos, além do pagamento do dízimo a Deus.

Por aí vemos já o donatário, ou seus locotenentes, orientando o aproveitamento da terra, ao fixar o tipo de cultura obrigatória, ao tempo em que, determinando prazos, procurava impedir que as terras doadas continuassem devolutas, com os seus donos à espera de ocasião propícia para vendê-las por bons preços.

A imposição de novas obrigações aos sesmeiros, ao que nos parece, foi uma medida geral estabelecida a partir de 1548, com a criação do governo geral. No Regimento de Tomé de Souza, segundo Rodolfo Garcia, a coroa estabelece o seguinte:

"O termo da cidade seria para cada lado de seis léguas, ou as que se pudessem achar. O governador as faria demarcar, e logo que estivesse

(6) — Manuscritos da Ordem Beneditina do Mosteiro de São Bento de Olinda — In *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco* — Vol. 37 — Recife, 1942 — p. 208.

(7) — Pereira da Costa — *ANAIIS PERNAMBUCANOS* — Edição do Arquivo Público Estadual — Recife, 1951 — Vol. I, p. 208.

(8) — Pereira da Costa — *Ob. cit.* — Vol. I, p. 383.

51

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

de assento, dá-las-ia de sesmaria a quem as quisesse, nunca maior porção que aquela que a cada um fôsse possível aproveitar, sob condição de virem os sesmeiros residir na Bahia, de não alienarem as terras durante os três primeiros anos, de pagarem o dízimo à ordem de Cristo, e de ficarem sujeitos ao mais disposto na Ord. do liv. 4º das Sesmarias. (...) A nenhum outro fôro ou pensão ficariam sujeitas aquelas terras, além do dízimo. Dar-se-iam também de sesmarias as terras das ribeiras vizinhas a pessoas que tivessem posses para estabelecer engenhos de açúcar ou outras cousas dentro de um certo prazo que lhes seria assinado, sob condição de levantarem nêles tórres ou casas-fortes suficientes para defensão dos mesmos engenhos e povoação dos seus respectivos limites. (...) Os Senhores de engenho seriam obrigados a moer as canas dos lavradores vizinhos, que os não tivessem, ao menos seis meses no ano, recebendo por paga a porção de cana que o governador taxasse" (9).

Aquelas condições, ora aparecem isoladamente, ora duas ou mais delas em conjunto numa mesma carta de sesmaria. Na carta passada a favor de Arnau de Holanda, em 1568, determina-se o prazo de três anos para o mesmo montar um engenho; em outra, da Ordem de São Bento, vem expressa a obrigação daquela Ordem, no prazo de cinco anos, erigir nas terras doadas, "uma vila com seu castelo ou fortaleza" (10).

- c) — sesmarias com a condição dos sesmeiros pagarem determinado fôro anual por légua, pensão anual pelo estabelecimento de engenho, ou tributo sobre a produção de açúcar.

Como as anteriores, essas condições aparecem ora isoladamente, ora em conjunto, havendo casos em que combinam, uma ou mais delas com uma ou mais do grupo precedente.

O que é de se estranhar é a exigência do pagamento de fôro, já que a carta de doação e o foral da capitania declaram taxativamente que as terras dadas em sesmarias estavam livres de qualquer fôro ou tributo, pagando apenas o dízimo a Deus, do que nelas fôsse produzido. Quanto ao pagamento de pensão pelo estabelecimento de engenho, é consequência do privilégio do donatário, estabelecido no item 7 da carta de doação. O tributo sobre a produção de açúcar, estabelecido em alguns casos, segundo nos parece é apenas uma forma, combinada entre as partes, de atender àquele privilégio, uma vez que nada se estabelece a êsse respeito nos documentos mencionados.

(9) — Rodolfo Garcia — ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL (1500-1810) — Livraria José Olympio Editora — Rio, 1956 — págs. 68/69.

(10) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. II — Recife, 1953 — p. 34.

MAI — JUN 1958

ORIGENS HISTÓRICAS

Na carta de sesmaria dada a Arnau de Holanda, e acima já referida, o donatário estabelece "o ônus de três por cento sobre o açúcar que fabricasse no engenho", segundo Pereira da Costa (11); em outra, concedida à Ordem de São Bento, determina-se que, das 14 léguas doadas, quatro "ficarão aos ditos religiosos para nelas poderem fazer suas benfeitorias e granjearias, e serão obrigados ao pagamento de dez mil réis de fôro em cada um ano por cada légua de terra" (dessas quatro), além da pensão anual de 200 cruzados no caso de fundar engenho" (12).

A exigência de fôro tão elevado, para aquela época, como já dissemos, não é explicada. Talvez tenha sido um meio de compensar a obrigação que o donatário assumiu de dar, à Ordem em questão, a cônica de 500 cruzados, ou então para pagamento das missas que os religiosos daquele mosteiro ficavam obrigados a rezar em tenção de Duarte Coelho e sua mulher. Não sabemos porque, os monges beneditinos de Olinda não tomaram posse daquelas 14 léguas de terra.

Outro aspecto interessante sobre o cumprimento dos privilégios do donatário, estabelecido no item 7 da carta de doação, é o que se refere às moedas d'água. Numa carta de sesmaria da capitania de Itamaracá, passada em 1570 pelo locotenente da donatária, e referente a 5.000 braças de terra em quadro, situadas em Goiana, terras dadas "fôra, livre e isenta", salvo o dízimo à Ordem de Cristo, se estabelece a seguinte condição: "... e sendo acaso que hajam águas na dita terra para engenho ou engenhos, pagarão os sobreditos seus filhos (de Diogo Dias), fazendo engenho, de pensão à senhora da terra a razão de dois por cento de todo o açúcar em pó, que se fizer no engenho, ou engenhos de água..." (13), fato que explica, em parte, a predominância em certo período, dos engenhos movidos a cavalos ou bois.

As sesmarias durante a capitania real

Nesse período, em que a capitania passou para a administração direta da metrópole, verificaram-se importantes modificações nas condições sob que eram dadas as sesmarias. Baseados em farta documentação, podemos realizar um estudo mais aprofundado do sistema das sesmarias, na parte referente às obrigações que eram impostas aos sesmeiros.

Seguindo o mesmo critério anterior, com o objetivo de facilitar a exposição e análise da matéria, dividimos as sesmarias desse período, nos seguintes grupos:

- a) — sesmarias completamente livres de fôro, pensão ou tributo, salvo o dízimo a Deus.

(11) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. I — p. 377.

(12) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. II — p. 34.

(13) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. I — p. 387.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

Aquela condição exclusiva — pagamento do dízimo à ordem de Cristo — estabelecida na carta de doação e no foral, e que dominou todo o período da capitania hereditária, continuou com a mesma exclusividade, salvo raras exceções, até 1699.

Neste primeiro grupo, além do pagamento do dízimo à Ordem de Cristo da qual, diga-se de passagem, o rei era o mestre e administrador, ficava o sesmeiro obrigado "a dar pelas ditas terras caminhos livres ao Conselho para fontes, pontes e pedreiras" (14), obrigação esta ampliada, a partir de 1732, para as minas de metais e construção de vilas ou igrejas, se assim fôsse necessário ao serviço de Sua Magestade, o rei de Portugal.

Ao mesmo tempo, com o correr dos anos, outras obrigações eram impostas, como prazo para povoar as terras recebidas (a partir de 1695), em geral de 5 anos, porém variando muito, e a de pedir o sesmeiro, ao rei, confirmação da carta de sesmaria recebida, dentro de dois anos. Esta condição começou a vigorar a partir de 1698.

A condição imposta para o povoamento das terras era muito importante. Em geral os sesmeiros não as povoavam, e quando o faziam limitavam-se a uma parcela ínfima das terras recebidas. Daí, com o passar dos anos, a existência de dezenas e dezenas de léguas de terra que, embora doadas, continuavam despovoadas e, conseqüentemente, incultas. Essa situação preocupava os governadores e o rei, uma vez que constituía sério obstáculo à colonização (povoamento e cultura) do interior da capitania. A fim de solucionar tal problema, o rei determinou por carta de 20 de janeiro de 1699, "que as pessoas que tiveram terras de sesmarias, ainda que de muitas léguas, se as tiverem povoadas e cultivadas por si ou seus feitores, colonos ou enfiteutas, que com estas tais pessoas se não entenda, pois cumprindo as obrigações do contrato por sua parte, se lhes deve cumprir por Minha, porém se as tais pessoas não tiverem cultivado e povoado parte de suas datas ou tôda, denunciando qualquer do povo a tal parte e sítio, e descobrindo-o: hei por bem se lhe conceda, mostrando citado o que a tem por sesmaria, que está inculta e desaproveitada, e que se decidirá breve e sumariamente, com a declaração que tal sítio ou parte denunciada não exceda a quantidade de três léguas de comprido e uma de largo, ou légua e meia em quadra, excedendo esta quantia, se dará esta ao denunciante e o mais a quem parecer..." (15).

As terras não povoadas nem cultivadas, em face da carta régia acima, passaram então a ser considerada devolutas, e dadas novamente em sesmarias àqueles que denunciasses a sua existência e localização.

(14) — DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA — SESMARIA — Secretaria da Educação e Cultura — Biblioteca Pública — Recife, 1964 — Vol. I, p. 24.

(15) — Manuscrito da Ordem Beneditina do Mosteiro de S. Bento de Olinda — in Revista cit. — págs. 64/65.

MAI — JUN 1968

ORIGENS HISTÓRICAS

Essas condições continuaram em vigor durante todo o período da capitania real (1654-1822), constando das cartas de sesmaria ao lado de outras que, em seguida, passamos a examinar.

b) — sesmarias sob a condição do pagamento de determinado fóro anual, por légua.

Esta condição começou a vigorar a partir do ano de 1699. Na carta régia de 20 de janeiro daquele ano, a que já nos referimos, determina-se que "a quem se derem no futuro sesmarias, se ponha além das obrigações de pagar dízimo à ordem de Cristo, e as mais costumadas, a de um foro segundo a grandeza ou bondade da terra, com a declaração porém que sendo terras convenientes para o seu serviço se não darão, e ficarão para a fazenda real" (16).

Em vista desta determinação real, estabeleceu-se aqui o seguinte critério para a cobrança do fóro: as terras situadas até a distância de 30 léguas da marinha, pagariam o fóro anual de 6 mil réis por légua; as demais, o de 4 mil réis, critério este provado por carta régia do ano seguinte. Esse fóro continuava a ser cobrado, nas mesmas bases, por volta de 1805, como vemos em ofício de 22 de julho daquele ano, de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, então governador de Pernambuco, dirigido ao Visconde de Anadia (17).

Esta condição passou a constar, desde então, de tôdas as cartas de sesmarias. Por norma, o sesmeiro começava a pagar o fóro desde quando recebida a carta; no entanto, encontramos diversos casos que contrariavam essa norma, ora isentando o sesmeiro do fóro correspondente aos 2,3 ou 5 primeiros anos, ora isentando-o perpétuamente.

A experiência mostrou que grande parte dos sesmeiros fugia ao pagamento do fóro, "em prejuízo da fazenda real"; da mesma forma, que várias terras doadas não eram nem povoadas, nem cultivadas dentro dos prazos estabelecidos. Em face disso, determinou a coroa que seriam consideradas devolutas as terras que não fossem povoadas ou cultivadas no tempo fixado, e que os sesmeiros ficariam obrigados mesmo nestes casos, a pagar a multa de mil réis e o fóro vencido. Além disso, por via das dúvidas, passou-se a exigir de cada pretendente a sesmaria, a indicação de fiador idôneo, estabelecido no Recife, para se responsabilizar pelo pagamento do fóro respectivo.

A determinação régia considerando devolutas tôdas as terras dadas, porém não povoadas ou cultivadas nos prazos estipulados, vinha confirmar e ampliar aquela outra, semelhante, que consta da carta de 20 de janeiro de 1699, atrás já mencionada. Após essa ordem régia, encontramos em

(16) — Idem, Idem, p. 65.

(17) — Documento do Arquivo — in Revista do Arquivo Público Estadual — Vol. IV e V — Recife, 1960 — p. 288.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

alguns requerimentos de sesmarias, despachados favoravelmente, a declaração de que as terras solicitadas, embora já doadas a outras pessoas, encontravam-se devolutas.

- c) — sesmarias com a condição de que, por razão nenhuma, passassem às mãos de religiosos ou ordens religiosas.

A condição acima aparece em 1711. Além das condições já examinadas, por carta de 27 de junho daquele ano, dirigida ao governador da capitania, tendo em vista "o grande prejuízo que recebe a fazenda real em não pagarem dízimos as religiões desse estado, das fazendas que possuem, fóro das dos dotes das suas criações adquiridas por compras, herança ou outros semelhantes títulos", o rei resolveu "ordenar que nas concessões e mercês de terras que fizerdes aos moradores desse estado se tire a condição de nelas não sucederem religiões por nenhum título, e acontecendo e eles possuindo-as seja com o encargo de nelas se deverem e pagarem dízimas, como se fossem possuídas por seculares..." (18).

- d) — sesmarias com a condição das mesmas não sofrerem parcelamento.

Condição de grande importância, começou a vigorar desde 1780. A partir desse ano, as cartas de sesmarias passaram a rezar: "... e com as mais obrigações de que nunca se dividirá, nem partirá a referida terra, senão por estimação, andando sempre encabeçada em uma só pessoa como determina a Ordem Livro 4º título 97, parágrafo 23" (19).

Dava-se, com esta medida, um passo importante para se impedir, ou pelo menos dificultar, fracionamento das grandes propriedades latifundiárias. Naturalmente, a coroa considerava que as sesmarias de 3 léguas quadradas, já eram tão pequenas que, se fossem fracionadas, tornar-se-iam anti-econômicas!

Não resta dúvida de que, tal imposição dificultou ainda mais, por muitos anos, o surgimento da pequena propriedade territorial.

As sesmarias sob o domínio holandês

Não conseguimos ver nenhum documento de doação de terras sob o domínio holandês. No entanto, alguns documentos oficiais daquela época (1630-1654), não deixam dúvidas de que tal questão não passou despercebida por parte dos flamengos.

O artigo 18 do *Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais*, escrito em 1629, determinava a respeito o seguinte:

(18) — DOCUMENTAÇÃO HIST. PERNAMBUCANA — SESMARIAS — Vol. I — págs. 197/198.

(19) — Idem, Idem, Vol. II — Recife, 1955 — p. 283.

MAI — JUN 1958

ORIGENS HISTÓRICAS

"As terras que não tiverem dono, ou se acharem desertas e incultas, e puderem ser cultivadas, os Conselheiros as distribuirão pelos colonos que aí estiverem ou forem por parte da Companhia, para serem possuídas e cultivadas por eles conforme a natureza e a maior utilidade de cada uma, e haverem os frutos necessários assim para mantimentos como para negócio. Durante os cinco primeiros anos os colonos possuirão livres as terras que lhes forem concedidas, sendo somente obrigados ao reconhecimento e registro, em sinal de as haver recebido assim por parte da Companhia. Findo, porém, os ditos cinco anos, incidirão sobre as mesmas terras, e serão pagos anualmente pelos possuidores em proveito da Companhia o censo, o fóro ou renda enfiteútica, e o dízimo dos frutos, como à Companhia parecer bem ordenar" (20).

Não foi fácil, porém levar à prática essa disposição regimental da Companhia das Índias Ocidentais, pelo simples fato dos colonos holandeses não desejarem se ocupar com a agricultura. A maioria deles, pobres ou ricos, procuravam sempre se estabelecer nas cidades, particularmente no Recife, explorando aqueles ramos que lhes possibilitassem vantagens imediatas e a posse de dinheiro de contado. Sentindo, ao que parece, a transitoriedade da dominação, os colonos preferiam ocupar-se, assim, de negócios mais seguros e de rendimentos mais certos, de tal forma que pudessem dispor, a qualquer momento, de seus bens e capitais, e abandonar a capitania de regresso à pátria.

Nas crônicas e documentos oficiais daquele tempo, são constantes as queixas contra essa espécie de colonos que se grudavam às cidades, como taverneiros, mercadores, usurários ou operários, à procura do lucro fácil, resistindo a se estabelecer como agricultores e criadores. Daí pedir-se sempre à Companhia, o envio de colonos mas que tivessem dinheiro e disposição para comprar escravos e engenhos, ou então que possuíssem hábitos de trabalho agrícola.

Em carta enviada à Companhia, Maurício de Nassau, ao abordar o problema da colonização dos novos domínios, entre outras coisas, afirmava:

"Não é com guarnições, nem com o terror que os holandeses se hão de defender sempre, mas com o afeto do povo".

"Muito se aproveitaria isto, concedendo-se aos noivos, por ocasião do seu casamento, terras para a cultura, sete anos de isenção de dízimos, e no fim desse termo mais um ano de imunidade para cada filho que tiverem" (21).

O mesmo Nassau, em outra carta também dirigida à Companhia, afirmava veemente:

"Querei-vos assegurar da posse do Brasil conquistado, enviai colonos e reparti com eles estas imensas e férteis campinas que estão à vossa dis-

(20) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. IV — págs. 471/472.

(21) — Pereira da Costa — Ob. cit. — Vol. I — p. 155

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

posição; daí terras aos soldados veteranos e inválidos, e as colônias do Brasil serão os vossos postos avançados e as vossas guarnições: foi deste modo que Roma subjugou o mundo" (22).

A visão de Nassau era muito mais ampla do que aquela que predominava até então. Visão que, na prática, se alargou ainda mais, à medida que ele sentia as consequências desastrosas dos latifúndios e da monocultura açucareira, principalmente com a crise permanente de gêneros alimentícios.

Na luta que sustentou contra a monocultura, Nassau possibilitou o desenvolvimento da produção de gêneros de subsistência. De um lado, obrigando os senhores de engenho a cultivarem a mandioca; do outro, distribuindo terras aos colonos pobres, garantindo-lhes a compra, por parte da Companhia, de toda a produção.

Como vemos, são muito pobres os elementos de que dispomos sobre o problema da terra durante o domínio holandês. No entanto, o que acima dissemos, é suficiente para afirmar a existência da doação de terras e de uma política mais progressista a respeito. É um problema digno de melhor e mais aprofundado estudo, tendo em vista principalmente as diferenças que existiam entre os dois elementos colonizadores — o português e o holandês — diferenças que não devem ter deixado de se refletir, também, nesse terreno.

A demarcação das terras

A demarcação das terras doadas foi um problema quase insolúvel, que atravessou os séculos.

Durante a administração de Duarte Coelho as terras eram religiosamente demarcadas por funcionários nomeados especialmente para aquele fim. Posteriormente, porém, tal questão foi deixada de lado, não só por causa das grandes despesas que exigia, como também pelas dificuldades naturais existentes.

Cartas de sesmarias continuaram a ser dadas, baseadas nas informações imprecisas e muitas vezes falsas dos pretendentes, que declaravam em seus requerimentos as delimitações das terras desejadas e sua localização, ao tempo em que afirmavam se encontrarem as mesmas devolutas.

Com o término da Guerra Holandesa, quando o rei ordenou que fossem distribuídas todas as suas terras entre os oficiais e soldados que lutaram contra o invasor, e, mais tarde, com a doação arbitrária das terras conquistadas aos negros dos Palmares, a situação complicou-se ainda mais.

Acontecia, então, por falta das necessárias demarcações, embora exigidas pelas Ordenações, e também de um serviço organizado de registro das terras doadas, que muitas vezes as mesmas terras eram dadas a duas ou mais pessoas.

(22) — J. B. Fernandes Gama — Ob. cit. — Vol. II — p. 75

MAI — JUN 1958

ORIGENS HISTÓRICAS

Tudo isso, aliado ao fato de que vários latifundiários não se contentavam com as terras que possuíam, e começavam a se apossar das terras dos vizinhos, deu lugar ao surgimento e desencadeamento de ódios e lutas que, às vezes, degeneravam em choques armados entre várias famílias.

As questões surgiam aos montes, as queixas se multiplicavam, ações judiciais eram movidas, nas quais apelantes e apelados apresentavam os respectivos títulos oficiais de propriedade das terras em litígio!

O Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda é rico de questões dessa natureza, apesar dos termos de posse das terras, solenemente lavrados pelos oficiais competentes. Fernandes Gama, em suas *Memórias Históricas*, diz-nos que o governador Tomás José de Melo (1787-1798), enviou o ouvidor-geral ao Cabo de Santo Agostinho a fim de realizar a demarcação de algumas terras. Ao chegar àquela localidade, e convidando os interessados a apresentarem os seus títulos, verificou que as terras neles discriminadas atingiam a mais de 30 léguas de extensão, quando aquela freguesia tinha apenas 7 léguas! É claro que nada resolveu. Arrumou as malas, e regressou!

Em começo do século XIX (1816), a ausência de uma demarcação racional das terras causava espécie ao francês Tollenare. Referindo-se ao engenho Salgado, escreveu ele:

"Não existe da propriedade em questão nem planta nem medição, e não pude ainda me fazer explicar qual é a medida de superfície de que se servem na agricultura. Existe sem dúvida, mas, em verdade parece, das conversações com os senhores de engenho, que os mais simples elementos de agrimensura são conhecimentos tão sublimes que se acham reservados a um pequeno número de cabeças privilegiadas" (23).

Já Koster, que esteve vários anos entre nós, chegando inclusive a arrendar engenho, sentiu mais de perto esse problema. "Era um distrito bem turbulento esse em que fixara minha residência, escreve aquele viajante inglês. Muitos proprietários da redondeza viviam perpétuamente em lutas e eu tivera que tomar o mesmo caminho, porque se não fizesse seria enganado. Os escravos de Paulistas e os do Timbó estavam constantemente em guerra e os proprietários do Timbó e do Jenipapeiro continuavam em processos pendentes de julgamentos demorados. Alguns distritos têm mais tranqüilidade que outros, mas raros são os que vivem sem distúrbios e menos os engenhos, em qualquer parte da província, onde os processos sobre questões de limites não existam" (24).

(23) — L. F. Tollenare — NOTAS DOMINICAIS — Livraria Progresso Editora — Bahia, 1966 — p. 70.

(24) — Henry Koster — VIAGENS AO NORDESTE DO BRASIL — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1942 — p. 819.

FRAGMON CARLOS BORGES

ES NUM. 1

A coroa portuguesa tomou diversas medidas para sanar tal situação, todas elas, porém, inúteis. Aquelas disputas que não foram resolvidas judicialmente, o foram pela lei do mais forte, e as que fugiram a esses dois extremos, os "termos de composição" amigável estabelecidos entre as partes, ou o tempo, encarregaram-se de solucioná-las. Muitas, porém, continuaram insolúveis, chegando até os nossos dias.

O TRABALHO NAS MINAS GERAIS

Miguel Costa Filho

I

Descobertas as minas de ouro dos sertões de Taubaté e São Paulo, já no último decênio do século XIX, não tardou muito a se divulgar a notícia de tão feliz evento por toda a colônia.

Logo das capitais vizinhas, pouco depois, de todos os pontos do Brasil, pode-se dizer, e também do estrangeiro, começou a afluir quantidade de gente de toda a espécie.

Orville Derby chamou "rush" a esse afluxo, tão numeroso era o povo que demandava as minas, por terra e por mar.

A falta de melhor vocábulo para definir esse movimento de gente que buscava El-Dorado, tumultuariamente, largando o que tinha nas terras de origem, chama-lo-emos de invasão.

O nome tanto mais se justifica quando se sabe que os descobridores, paulistas e taubateanos, reivindicando em petição dirigida ao governo a propriedade das terras e riquezas que haviam dado a conhecer, consideravam forasteiros todos os que não pertenciam à sua Capitania.

MIGUEL COSTA FILHO

ES NUM. 1

Ainda, não se havia encerrado aquela centúria e já a população das minas se computava em alguns milhares de pessoas.

Antonil, cujo livro foi impresso em Lisboa no ano de 1711 mas deve ter sido escrito e concluído, na terceira parte, que é a correspondente às minas, entre 1704 e 1710, segundo supõe, ao que parece, acertadamente, Diogo de Vasconcelos (1), Antonil afirma que pessoas conhecedoras dessa região computavam em trinta mil almas a sua população ativa naquela época (2).

Em 1705, segundo carta dirigida ao Rei por um funcionário morador nas Minas, havia nestas cerca de 50 000 pessoas (Documento citado por Manuel Cardoso, em trabalho sobre a Guerra dos Emboabas publicado no número de agosto de 1942, de *The Hispanic American Historical Review*).

Nos primórdios da exploração das minas, essa gente vivia em simples acampamentos, nas mais duras condições de vida.

Formando-se os arraiais, que foram salpicando com as suas habitações de pau a pique, terra batida e telhado de palha, aqueles sertões bravios, as famílias melhor se acomodaram.

Mas, como viveria a massa escrava?

Era essa numerosa, é bem de ver, dadas as necessidades prementes da mineração, das fainas agrícolas, dos engenhos de açúcar e aguardente, dos negócios, de outros misteres que os senhores não podiam dispensar.

Não conhecemos dados acerca do número de escravos existentes em Minas Gerais antes de 1712.

Afonso de Taunay, em uma de suas obras, refere-se a um livro de registro de escravos moradores nos distritos de Ribeirão do Carmo, Mariana, Sumidouro, Antônio Pereira, Inficionado e outros pequenos núcleos adjacentes. Eram ao todo uns onze mil (3).

Salomão de Vasconcelos, que foi quem encontrou o referido livro, ainda conforme Taunay, avaliou em cerca de quatorze mil o número de escravos que havia em Minas no princípio do século XVIII.

Como vivia e como trabalhava essa enorme multidão de escravos que aumentava incessantemente?

Serão escassos, escassísimos os documentos coevos que nos possam esclarecer sobre essas questões.

Em nossas pesquisas de arquivos nada ou quase nada encontramos nesses bolorentos manuscritos que, infelizmente, por falta de verbas e de pessoal habilitado, ainda não foi possível organizar, classificar e fichar na maioria das repartições competentes.

- (1) HISTÓRIA ANTIGA DAS MINAS GERAIS, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904, p. 381.
 (2) CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL POR SUAS DROGAS E MINAS, Lisboa. Na oficina Deslandesiana, Anno de 1711, p. 138.
 (3) SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO TRÁFICO AFRICANO NO BRASIL, 1941, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, p. 195.

62

MAI - JUN 1968

O TRABALHO NAS MINAS

Socorremo-nos, por isso, do grosso volume escrito pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira, que o apresenta como o primeiro tratado de medicina brasileira em língua portuguesa.

Vindo de Portugal, onde nasceu, chegou às minas, através da Bahia, em 1708 ou em princípios do ano seguinte. Só uns vinte e dois anos depois é que as deixou, voltando definitivamente para a Europa.

Com a sua autoridade de médico, de conhecedor, por assim dizer, de toda a região mineira, do longo trato com a gente da terra, com os doentes em particular e com as diversas atividades econômicas daquela parte da Colônia, pois, foi também fazendeiro e proprietário de lavra mineral, o escritor português censura os senhores, que haveriam de prestar "conta a Deos", por não darem aos seus escravos "boa cobertura, casa bem recolhida, e o comer de boa sustância" (4).

Era grande a mortandade entre a escravaria, acrescenta, não sendo ela submetida a exame particular. Por falta de médico, não seria, porque Luís Gomes Ferreira diz que havia muitos nas Minas, inclusive um "grande médico húngaro", cujo nome, aporuguesado, era João da Rosa.

As condições de trabalho nas lavras e catas não eram boas. Os "prêtos", mal alimentados, o dia inteiro "habitam sempre, ou quase sempre dentro da água". "Depois que entram a trabalhar, continua o *Erário Mineral*, andam expostos ao rigor da chuva, do frio e do sol".

Deixando o trabalho, e este, como sabemos, durava o dia todo, porque a sede do ouro era insaciável, o que os escravos encontravam eram "ruins coberturas, ruins camas e ruins tratamentos", como sabem todos os que habitam nestas partes, diz sugestivamente Luís Gomes Ferreira, que, seja dito de passagem, estudou, diagnosticou e tratou a maioria das doenças encontradas na Bahia e nas Minas Gerais.

No que tange propriamente ao trabalho dos negros nas minas, o autor é incisivo e ainda mais esclarecedor, quando diz que habitavam (textual) "dentro da água (como são os mineiros, que mineram nas partes baixas da terra e veios dela), outros feitos toupeiras, minerando por baixo da terra; uns em altura de fundo cinquenta, oitenta, e mais de cem palmos; outros pelo comprimento em estradas subterrâneas, muitos mais, que muitas vezes chegam a seiscentos, e a setecentos: lá trabalham, lá comem, e lá dormem muitas vezes".

Relativamente à técnica dos trabalhos de mineração, são igualmente muito parcas as informações dos primeiros tempos.

Não há dúvida, porém, de que eram de um primitivismo lamentável.

As próprias bandeiras, quando iam para os sertões, ao menos, na fase anterior à descoberta, excluindo-se, é claro, as de Fernão Dias Paes e Rodrigo de Castelo Branco, senão outras, eram mal apercebidas de instrumentos e ferramentas.

- (4) ERÁRIO MINERAL, Luís Gomes Ferreira, Lisboa Ocidental, Na Oficina de Miguel Rodrigues, MDCCXXXV, p. 31.

63

MIGUEL COSTA FILHO.

ES NUM. 1

Bento Fernandes Furtado de Mendonça, cujo pai foi participante de uma das primeiras expedições descobridoras de ouro, e é próprio bandeirante e descobridor de novas terras e minas, conta, na sua célebre e discutível relação, que Afonso de Taunay publicou na íntegra (?) em *Relatos Sertanistas*, que Antônio Rodrigues Arzão, apontado como o primeiro revelador do ouro de Minas Gerais, "fêz algumas experiências, com uns pratos de pau ou de estanho, e foi ajuntando algumas faíscas, que pôde apanhar com aqueles débeis instrumentos com que podia fazer, sem ferramenta alguma de minerar".

Antonil, que reproduz a informação escrita pelo acompanhante de Artur de Sá em que se louva, ao descrever o modo de tirar o ouro das minas do Brasil (capítulo XIV da terceira parte do livro citado), só menciona alavancas, almocafres, bateias e cuias como os utensílios de que se serviam os trabalhadores das lavras e catas.

Instrumental pobre e técnica rudimentar a denunciar o empirismo inevitável numa colônia que, de caso pensado, se deixava sem instrução, sem qualquer possibilidade de autêntico e bem orientado desenvolvimento intelectual.

A situação conservava-se tal qual a retrata em 1662) o anônimo autor do manuscrito intitulado *Como se Tira o Ouro das Minas que Chamam de Parnaguá*: "Os que vão tirar este ouro, pela experiência que já têm, o fazem primeiro com um bordão ferrado que, penetrando a superfície da terra, sentindo pedregulho abaixo é sinal ter a terra ouro em quantidade que promete lucro além do gasto e dispêndio feito, e cavando este pedregulho e terra enchem umas bandejas de pau, a que chamam bateias, e na ribeira mais vizinha as mergulham, e a corrente das águas lavando o terrestre assentam no vaso e fundo da bandeja os grãos do ouro líquido que a natureza e ventura lhes deparam, e quantos são os ministros desta obra, tanto é o interesse, acertando a ser a paragem menos rendosa de ouro, de alguma outra daquela costa, sempre tira um índio cada dia o valor de ouro dez vintens e quando mais avantajada cinco e seis tostões e dez e doze, conforme o acerto da experiência dos que o buscam". (6)

A única diferença a acentuar entre as minerações de Parnaguá e outras do sul da colônia e de Minas Gerais foi o emprêgo naquelas do índio e nestas também e principalmente do africano, cujo tráfico, aliás, muito se intensificou com a descoberta e exploração das últimas, abrindo-se nova fase na história econômico-social da colônia.

Mais tarde, foi introduzida a roda de água. Com ela, com as rodas ou engenhos de água, os mineiros passaram a tirar mais ouro, "muito ouro", impresso em 1732.

(6) ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 57, p. 160-161.

MAI — JUN 1958

O TRABALHO NAS MINAS

segundo refere Francisco Tavares de Brito, no *Itinerário geográfico, com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, rios, montes e serras que há na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas de ouro*,

É interessante observar que um manuscrito sem data e sem nome de autor, sob o título *Descrição do Mapa Geográfico que Compreende os Limites do Governo de São Paulo e Minas e Também do Rio de Janeiro*, divulgado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (volume II), referindo-se aos trabalhos de mineração naquela região não menciona o emprêgo de rodas.

Cotejando-se aquele impresso e esse manuscrito, verifica-se que é o mesmo o autor de ambos ou melhor o *Itinerário* é apenas um desenvolvimento melhorado e atualizado do documento anônimo, da Biblioteca de Évora. Há, consoante pensamos, entre os dois, um período de cerca de quinze anos, de forma que o uso da roda de água na mineração deve ter começado em Minas Gerais depois de 1717 (6).

Melhorou assim a técnica de produção, aumentou a produtividade do trabalho, passou-se a extrair mais ouro, muito ouro, de acordo com o registro de Francisco Tavares de Brito.

Entretanto, as condições do trabalho continuavam insatisfatórias, muito longe do que se praticava nos países mais adiantados da Europa; a situação iria agravar-se sensível, perigosamente, cada vez mais, com o esgotamento do ouro aluvial e com a necessidade do emprêgo de uma técnica mais apurada e de maiores recursos financeiros.

(6) Cláudio Manuel da Costa diz, no Fundamento histórico de seu poema *VILÁ RICA*, nota 51, que essa máquina fôra inventada em 1711 por um padre residente nas minas.

MAIACOVSKI NOS DEBATES PÚBLICOS (*)

E. Carrera Guerra

Maiacovski possuía qualidades excepcionais de conferencista e polemista. Uma voz possante que, numa assembléa numerosa e agitada, com um grito, dominava o tumulto. Recitando era um "megafone vivo". Podia prender a atenção de um auditório horas inteiras, falando, declamando, respondendo a perguntas e apartes. Elsa Triolet diz que jamais viu ninguém com tamanho domínio de si mesmo diante do público, pôsto que, tendo conhecido de perto grandes atores, observou neles a transfiguração que sofriam ao entrar e ao sair do palco, com os sinais evidentes da tensão nervosa que lhes custava a exibição. Com Maiacovski não se dava tal coisa.

(*) O presente trabalho forma um capítulo inédito da obra ANTOLOGIA DE MAIACOVSKI. O POETA DA REVOLUÇÃO RUSSA, estudo biográfico e trinta capítulos foram publicados na edição revista TEMARIO, 1961-1962. Carrera Guerra faleceu na madrugada de 1º de janeiro último, e sua morte, repentina, inesperada, produziu profundo pesar em escritores de sua geração. Poeta e ensaísta, Carrera Guerra era um crítico de boa formação marxista, que chegava à maturidade — morreu com 40 anos — com poucas possibilidades de realizar uma obra de considerável importância. O capítulo ainda inédito do seu livro sobre Maiacovski, desejamos prestar uma sentida homenagem ao escritor e ao companheiro (N. da R.).

MAI — JUN 1968

MAIACOVSKI

Dominava tanto a platéia quanto a si mesmo e só os versos tinham o poder de fazê-lo entrar emocionalmente em ebulição.

Em suas andanças de rapsodo, Maiacovski se dirigia a um auditório amplamente popular, composto de estudantes, operários, camponeses e soldados, aos quais visitava nos locais próprios.

Para a gente simples do povo seu comportamento era sempre afetoso e de extrema solicitude, costumando consultar as opiniões sobre as obras que lia ou declamava.

"Recitei versos para os camponeses, no Palácio de Livádia. Recitei no mês passado, nas docas de Baku, na usina Schmidt de Baku, no clube Charmian, no clube operário de Tiflis, disse versos de pé sobre uma tórve de metalurgia na hora do almoço, acompanhado pelo resfolegar expirante das máquinas".

E, a seguir, para indicar a origem suspeita daqueles seus sistemáticos opositores, que faziam a demagogia da incompreensão, citava uma das numerosas resoluções dos comitês das usinas por onde havia passado:

"No fim da leitura, Maiacovski dirigiu-se aos operários pedindo-lhes que manifestassem suas impressões e seu grau de compreensão, depois do que foi proposto um voto que demonstrou uma compreensão total, pois o voto foi pronunciado com unanimidade, exceção feita de uma voz cujo titular declarou que, escutando o autor, compreendera melhor suas obras do que ao lê-las a sós."

Acontece que a voz discordante era, não a de um operário, mas a do contador da fábrica.

O poema *Marxvilhoso!* registra o recital para camponeses, levado a efeito no Palácio de Livádia:

*"Onde já se viu isso,
num palácio... ler?
O que?
Versos!
Para quem?
Para mujiques!"*

Tratava-se, realmente, de uma novidade. Do novo evangelho poético, Maiacovski se fazia o "décimo terceiro apóstolo".

Muitas anedotas ficaram para ilustrar o repêntismo com que Maiacovski retrucava às perguntas ou apartes provocadores.

Certa vez, no momento em que Maiacovski acabava de agradecer ao público um elogio exagerado, fazendo mesuras engraçadas, pelo exatidão correspondente, alguém intercalou, no silêncio imediato, a pergunta: — E Moselprom?

Referia-se à agricultura e indústria socialistas de Moscou, cuja sigla formava a palavra. Era no tempo da NEP e havia as empresas particulares.

E. CARRERA GUERRA

ES NUM. 1

Maiacovski, prontamente:

— E o sr. com que indústria está? Com a particular? Eu estou com a do Estado.

A estocada pretendia atingir a poesia de propaganda do Estado, feita pelo poeta.

Lila Guerrero conta:

"Recordo-me de uma dessas tertúlias na qual um homem da primeira fila se levantou e com voz guinchante disse:

— Alexandre Puchkin morreu e meu pai e eu ainda o lemos, mas quando o sr. morrer ninguém o lembrará mais.

O homem era baixo, enxuto, calvo e usava óculos. O estrado que servia de palco era baixo e se achava muito perto da primeira fila.

Maiacovski aproximou-se do homem, estendeu o braço e apontando com a mão como se fôsse uma pistola, rugiu iracunda:

— Imbecil! Se tu um dia chegares a ter filhos, coisa de que duvido muito, eles lerão Maiacovski como teu pai leu Puchkin.

Uma gargalhada geral sublimou as palavras do poeta e dali a pouco o homem sumia da sala."

Para o mesmo tipo de profecia idiota sobre o futuro de sua obra, o poeta soube encontrar várias outras respostas:

— O sr. diz que depois que eu morrer não me lerão. Venha visitar-me daqui a cem anos e tiraremos a prova.

À um que insistia:

— Meus filhos não o lerão!

A réplica foi:

— E como sabe que seus filhos sairão parecidos com o senhor e não com a mãe?

Um gaiato procurava perturbar a reunião rindo-se às gargalhadas e agitando-se deliberadamente na cadeira para distrair os circunstantes. Maiacovski interrompeu o discurso e fulminou:

— Para construir o telégrafo fazem falta postes, cabos e aparelhos telegráficos; para rir-se basta ter a cara.

Leo Kassil, amigo e acompanhante de Maiacovski, descreve, com muita fidelidade, um desses espetáculos sensacionais e originalíssimos, misto de conferência, debate e recital, em que o poeta ocupa o centro da cena e aparece num corpo com seus contendedores, audaz, desafiador, genial, capitão invencível na ponte de comando.

Foi no salão do Museu Politécnico de Moscou. Recinto superlotado. Amontoam-se os espectadores uns sobre os outros. Sentam-se pelo chão, nos degraus, nas balaustradas. Casa à cunha. Lá fora, entretanto, uma multidão igual reclama entrada. Maiacovski chega. A muito custo consegue entrar, não sem antes distribuir à porta todos os bilhetes que lhe restam. Já nos bastidores, o poeta ouve os gritos: "Maiacovski! Por favor! Deixe-nos entrar!" Diz a Kassil que vá falar com o administrador. São

68

MAI — JUN 1958

MAIACOVSKI

"komsomols", membros de círculos de estudos poéticos. O poeta lhes prometera ingresso. "Vá — diz a Kassil — peça ao administrador que deixe entrar cinco... talvez oito... quem sabe dez. Bate no peito, arranca os cabelos, o coração e jura que esses são os últimos. Ele acreditará. Já acreditou das nove vezes anteriores..."

A audiência dá sinais de impaciência. Ao aparecimento do poeta no palco irrompe uma primeira ovação alegre, estrondosa. O poeta vem secundado por amigos e companheiros d'armas. Traz numa das mãos uma pasta, na outra um copo de chá. O palco treme sob seus passos de gigante. Limpa a mesa. Coloca sobre ela os livros em ordem. Poemas. Papel. O relógio. A colher tilinta no copo. Está como que em casa. O público o observa. Por fim, metendo os dedos atrás do cinto, assumindo uma atitude quase esportiva, começa:

"Esta noite, eu... (e anuncia o programa)... depois da conferência haverá um intervalo para meu descanso e para o público manifestar sua satisfação."

— Mas quando lerá seus poemas? — pergunta uma jovem.

— Ah! você quer começar logo pelo melhor, hein? — retruca Maiacovski, imitando-lhe a voz afetada.

Um primeiro frouxo de riso percorre a assistência. Começa a conferência.

"Na realidade, não é uma conferência. É uma brilhante discussão, um relato convincente, um monólogo tempestuoso, um ardente discurso, cheio das mais interessantes informações, fatos, furioso clamor, felicidade, indignação, asserções ousadas, curiosidades, aforismos, paródias, epigramas, pensamentos penetrantes, piadas provocantes, exemplos flagrantes, ataques inflamados e fórmulas agudas. Definições ferinas, mortais, expressões mordazes desabam sobre a cabeça dos cavaleiros da arte filistina, a severa indignação do poeta os esmaga. Maiacovski fala. Estenógrafos escrevem: "Risos e aplausos... riso geral... tempestuosos aplausos."

Começam a chover os bilhetes com perguntas sobre o palco. Os ofendidos gritam. Outros os vaiaem. Há troca de insultos. "Comoção no recinto", registra a estenografia. Maiacovski intervém. "Não se agitem, camaradas." E a um manda que se sente. A outro que deixe de ler o jornal ou que se retire. A um terceiro que cale a boca. Sua voz de baixo facilmente cobre o tumulto. Fala-lhes, direto: "Não se agitem. Se comecei a falar, devo ir até o fim. Você veio aqui para me ouvir e não para ler. Se não está interessado, aqui está um níquel pelo seu bilhete, considere-se livre." E era obedecido. Começava então o corpo, a corpo das perguntas e respostas.

Um que se faz de desentendido:

— Maiacovski, suas piadas não atingem meu entendimento.

— E que você é uma girafa! — exclama o poeta. Somente uma girafa pode molhar os pés na segunda-feira e só ficar resfriada no domingo.

69

E. CARRERA GUERRA

ES NUM. 1

Um jovem mais atrevido, desafia:

— Maiacovski, você nos toma a todos como idiotas, não?

— Bem, bem... — respondeu Maiacovski — por que a todos? Por enquanto, só vejo um diante de mim.

Alguém declara, ao começar um discurso furioso:

"Maiacovski já é um cadáver e dele ninguém pode esperar poesia."

O recinto se indigna. O orador, sem se perturbar, prossegue atacando o poeta. A certa altura, Maiacovski encaixa num tom pensativo:

— É estranho... eu sou o cadáver, mas quem fede é ele.

Foi o bastante para liquidar o orador.

Um cidadão gorducho e retaco abre caminho no palco e acusa Maiacovski de gigantomania, advertindo:

— Devo lembrar ao camarada Maiacovski que, conforme diz um velho adágio, já conhecido de Napoleão, do sublime ao ridículo há apenas um passo...

Maiacovski, imediatamente, levantando a perna como um elefante, dá um grande passo em direção ao interlocutor e atira-lhe à queima-roupa: — "Do sublime ao ridículo apenas um passo!"

Um último orador, que insistira muito para falar, ao chegar-lhe a vez, desiste declarando que mudara de idéia e que, afinal, não estava preparado.

Maiacovski toma-lhe a deixa e declara com ar de triunfo:

— Devido ao mau tempo, os exercícios de tiro ficam adiados indefinidamente.

E passa a ler poemas.

"Todo o recinto, opositores e admiradores, aquietam-se num silêncio tenso e atento. Com maestria inigualável Maiacovski recita. Sua famosa voz repercute audaz e sincera, penetrando em todos os interstícios e desvãos do edifício. Os espectadores, mesmo aqueles que já o ouviram muitas e muitas vezes neste mesmo lugar, ouvem-no com a respiração suspensa. Os milicianos e os bombeiros ali de serviço ouvem-no de pé, boquiabertos".

A audiência chega ao delírio. Bate palmas. Pateia. Pede mais versos. O poeta lê e lê. Em dado momento, um sujeito barbado sai acintosamente da sala, fazendo barulho propositadamente. Maiacovski se detém e pergunta ao auditório:

— Por que vai saindo esse personagem barbado?

Com a barba a cair-lhe pelo peito abaixo, o indivíduo continua sua marcha barulhenta em direção à porta.

Inopidamente, Maiacovski, num tom de absoluta seriedade, quase como se o desculpasse, diz à sala:

— O cidadão vai fazer a barba!

Uma gargalhada geral do recinto acaba de encabular o barbado.

Responde a seguir às perguntas contidas nos bilhetes.

Um filisteu indaga:

70

MAI — JUN 1968

MAIACOVSKI

— Maiacovski, quanto você ganhou com o espetáculo desta noite?

— E que tem você a ver com isto? De qualquer modo, você não desembolsou nem um vintém...

E passa ao seguinte.

— Maiacovski, qual é o seu verdadeiro nome?

O poeta, assumindo cômicamente um ar conspirativo, inclina-se para a platéia:

— Poderei acaso dizê-lo? ... Puchkin...

— Pode aparecer um segundo Maiacovski, digamos, no México?

— Hum... porque não... eu posso voltar lá, casar-me... então um segundo Maiacovski pode aparecer.

— Seu último poema é muito longo.

— Bem, faça cortes. E imprima seu nome nos fragmentos.

— Maiacovski, você diz que de tempos em tempos precisa limpar-se de hábitos e tradições pegajosos. Se você precisa limpar-se é porque está sujo.

— E então, você não se lava e pensa que está limpo, hein?

Lendo um certo bilhete, o poeta monologa:

— O que é isto? Ah! uma carta que me é familiar. Eu estava esperando por isto. Enfim, chegou: "Seus poemas não são compreendidos pela massa". Então cá está! Há muito que o esperava para puxar-lhe as orelhas. Disto já estou literalmente farto!

E continuava lendo:

— Eis aqui outro: "Meus camaradas e eu lemos seus poemas e não entendemos nada!..." Você precisa arranjar camaradas mais inteligentes.

— Maiacovski, você se considera um poeta proletário, coletivista, e está sempre escrevendo eu, eu, eu...

— Bem, que pensa você? Nicolau Segundo era coletivista? Ele sempre escrevia nós. Nós, Nicolau Segundo...

O auditório aplaudia, ria, gargalhava, delirava e o poeta prosseguia nessa luta, incansavelmente, até o fim.

Terminado o espetáculo daquela noite, o poeta confiava a Kassil, ao saírem juntos do Museu Politécnico:

"Isto cansa. Estou exausto. Mal me aguento em pé. Mas é interessante. Gosto disto. Gosto de falar... e o público — não importa a idade, todos acorrem, me respeitam, eles sabem, uns demônios! Aquêles estudantes de escola noturna que estava no balcão... que visão surpreendente, verdadeira! É um prazer. Bela rapaziada..."

Dei uma boa lambada naquele barbado, hein?

Dêses e de outros muitos entreveros foi feita tódá a carreira de Maiacovski. Chega-se a contar, num período de três anos, duzentas reuniões organizadas pelo poeta, com uma média de 60.000 ouvintes por ano.

71

E. CARRERA GUERRA

ES NUM. 1

Conta-se que, uma única vez, Maïacovski não soube o que responder a um aparteante.

Num de seus recitais, os últimos versos declamados diziam :

*"Com Lênin em nossas cabeças
E com um fuzil em nossas mãos ..."*

Então, no meio da massa que o ouvia, um soldado gritou :

— E com tua poesia em nossos corações, camarada Maïacovski!

Maïacovski, sempre instantâneo nas réplicas, dessa vez titubeou, emocionado. Afinal conseguiu articular apenas :

— Muito obrigado, camarada.

AValiação DO IDEALISMO CLássICO CHINES

Sh Ju

Nos últimos anos, o método marxista tem sido usado com sucesso por filósofos chineses, no estudo de várias questões da filosofia chinesa. Esta, desde a época de Confúcio, atravessou mais de 2.500 anos de desenvolvimento e produziu obras de destaque, tanto de pensamento materialista quanto de idealista.

Um dos notáveis resultados desse estudo foi a compilação de um novo manual de ensino da história da filosofia chinesa. Esse trabalho foi feito por 15 professores, conferencistas e instrutores da matéria, na Universidade de Pequim, orientados pelo Professor Feng Yu-lan.

Deve-se dizer, entretanto, que alguns desses estudos mais recentes foram, até certo ponto, estigmatizados por influências doutrinárias. Desde maio de 1956, quando o Partido Comunista Chinês apresentou sua política das "cem flôres", houve um renascimento da atividade entre os estudantes de história da filosofia chinesa.

SU JU

ES NUM. 1

Conferência em Pequim

Realizou-se, em janeiro de 1957, uma conferência especial sobre a filosofia chinesa, na Universidade de Pequim. A ela compareceram mais de uma centena de especialistas (*).

Foi essa a primeira vez, desde a libertação, que tantos filósofos, pertencentes a vários partidos ou a nenhum partido, tanto da velha quanto da nova geração, reuniram-se para discutir. As atas das reuniões e os ensaios a elas apresentados foram, agora, reunidos em um volume publicado pelo Instituto de Filosofia da Academia Chinesa de Ciências. A discussão propriamente dita tem continuado nos círculos acadêmicos e nos jornais.

As questões levantadas durante a conferência incluíam o alcance e o objetivo do estudo da história da filosofia chinesa, uma avaliação do idealismo clássico, os diferentes pontos de vista quanto à presença de elementos materialistas nas teorias éticas e nas filosofias da história antes do aparecimento do Marxismo, as características da filosofia chinesa e o problema de como aceitar a herança da filosofia chinesa. A troca de opiniões sobre esses problemas levou à consideração de alguns aspectos do problema fundamental da filosofia, isto é, a relação entre materialismo e idealismo.

Materialismo e idealismo

O Professor Ho Lin, Pesquisador do Instituto de Filosofia da Academia Chinesa de Ciências e uma autoridade em Hegel, disse que o pensamento materialista e idealista do passado não poderia ser colocado em dois compartimentos herméticos. Os defensores das duas escolas frequentemente continuavam suas controvérsias através de palestras não-formalizadas entre amigos, ou entre professores e estudantes. O materialista Chang Tsai e os idealistas Cheng Hao e Cheng Yi, do século 11, por exemplo, eram parentes e amigos. Não havia barreiras intransponíveis entre os representantes das duas tendências. "Posso dizer com certeza", declarou o Prof. Ho, "que, na história da filosofia, ninguém pode encontrar um materialismo 100 por cento e um idealismo 100 por cento. O materialismo e o idealismo, portanto, embora competidores, aproximam-se um do outro, beneficiam-se mutuamente e dependem um do outro".

"Na verdade", continuou o Professor Ho, "um sistema de materialismo frequentemente absorve os elementos materialistas existentes num

(*) Entre os presentes à discussão encontravam-se Feng Yu-lan, Professor de Filosofia, Universidade de Pequim; Professor Cheng Hsin, Chefe do Departamento de Filosofia e Especialista em Kant, Universidade de Pequim; Professor Chin Yueh-lin, Vice-Diretor, Instituto de Filosofia, Academia de Ciências, especialista na filosofia de Bertrand Russell, na Universidade de Pequim; Professor Ho Lin, Pesquisador do Instituto de Filosofia e especialista em Hegel na Universidade de Pequim e na Universidade Chinesa do Povo; Pan Tsu-nien, Diretor do Instituto de Filosofia; Ho Sheng, membro do comitê do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Academia Chinesa de Ciências; Ai Sau-chi e Sun Ting Kuo, chefe e vice-chefe, respectivamente, do Grupo de Ensino e Pesquisas em Filosofia da Escola Superior do Partido, do Comitê Central do P.C.C.

AVALIAÇÃO DO IDEALISMO

MAI - JUN 1958

antigo sistema idealista e usa-os como armas a serem lançadas contra os elementos idealistas desse mesmo sistema... Feuerbach, por exemplo, utilizou alguns dos elementos humanistas de Hegel e usou-os contra o sistema idealista de pensamento de Hegel. Marx lutou contra Hegel usando o método dialético deste último e algum materialismo histórico rudimentar".

Os pontos de vista do Prof. Ho Lin encontraram oposição em muitos dos conferencistas. De acordo com o jovem filósofo Kuan Feng, especialista em materialismo dialético, a principal razão da amizade entre materialistas e idealistas, no passado, era a identidade de opiniões políticas. Se Chang Tsai houvesse defendido a derrubada do domínio feudal não poderia ter sido amigo dos dois Cheng. Entretanto, o fato de os materialistas e idealistas do passado terem sido amigos, ou inimigos, em política, não explicava nada. Materialismo e idealismo eram duas maneiras de encarar o mundo completamente opostas. O conflito entre as duas era agudo e irreconciliável; caso não se desse atenção a esse fato, o resultado seria confusão.

Kuan Feng também discordou dos exemplos oferecidos pelo Professor Ho Lin. "Hegel", disse ele, "não tinha dois bolsos, um para a dialética, outro para o idealismo". A filosofia de Hegel constituía um todo coerente. "Marx salvou a dialética destruindo todo o sistema de filosofia idealista de Hegel, recondicionando inteiramente a dialética de Hegel antes que pudesse ser aplicada ao materialismo". "O materialismo", disse Kuan Feng, "não tem nada em comum com o idealismo, quando se trata de verdadeiro materialismo e não de pseudo-materialismo".

Possui o idealismo elementos sólidos?

Existirão, então, elementos sólidos no idealismo?

O Prof. Feng Yu-lan disse que sim. Tomou como exemplo as filosofias de Chuang Tzu (quarto século A.C.) e Kungshung Lung (provavelmente terceiro século A.C.). A primeira era uma espécie de relativismo, que reconhecia estarem todas as coisas em constante transformação. A última era uma espécie de sofística reconhecendo, entretanto, a distinção e a contradição entre "o geral" e "o particular". Em sua opinião, o idealismo tem um "núcleo racional", que pode ser chamado de materialista, pois coincide com a realidade objetiva.

Hu Sheng, membro do comitê do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Academia Chinesa de Ciências, refutou os argumentos de Feng. Disse ele: "Alguns sistemas idealistas de filosofia podem ter pontos de vista materialistas, em contradição com seu próprio sistema, relativamente a certos problemas. Mas não podemos considerar todas as idéias que correspondem, parcialmente, à realidade como materialismo, porque, ao tornarem-se parte do idealismo, receberam uma interpretação idealista e transportaram-se para o campo do idealismo". Isto não quer dizer, explicou

SU JU

ES NUM. 1

éle, que não se deve estudar a filosofia idealista. Em sua opinião, além da doutrina fundamental, cada filosofia contém outros elementos, isto é, "meios de pensamentos", tais como as categorias e os conceitos. Esses "meios de pensamento" podiam ser absorvidos pelos sistemas de filosofia materialista e idealista. Na história da filosofia, disse éle, encontram-se muitas vezes casos tais como o seguinte: Um materialista nega o ponto de vista fundamental de um idealista. Ele apresenta um ponto de vista diferente mas, ao mesmo tempo, utiliza certos "meios de pensamento" de seu oponente e os reforma para seu próprio uso. Chang Tsai, um materialista, considerou, por exemplo, os *chi* (elementos) como a origem de todas as coisas. Os dois Chengs e Chu Hsi, todos idealistas, consideravam que a criação das coisas por *Chi* era governada por *li* (lei). O conceito de *li* já havia sido usado por Chang Tsai em seu sistema de filosofia. Os dois Chengs e Chu lançaram mão dele e deram-lhe um novo cunho idealista. Mais tarde, no século dezessete, Wang Fu-tzu, destacado filósofo materialista, realizou outros estudos sobre a relação entre *li* e *chi*. Ele propôs a teoria de *li tsai chi chung* (a lei está nas coisas).

A despeito de suas divergências, esses sábios concordavam que existiam, na filosofia materialista, elementos úteis.

Está o idealismo absolutamente errado?

Outro ponto discutido foi se o idealismo, como filosofia, estava absolutamente errado.

"O ponto de vista filosófico do materialismo é sólido", disse Hu Sheng, "e o do idealismo não é. Eis aí uma diferença absoluta".

Porém Chen Hsiu-chai, conferencista da Universidade de Pequim, discordou. Disse éle que o idealismo estava errado de uma maneira *geral*, o que não queria dizer *absolutamente* errado. Sob certas condições, poderia conter elementos ou aspectos de verdade... O materialismo e o idealismo eram dois pontos opostos de uma síntese de contradições; cada um podia ser transformado no outro. A verdade e o étro, também, podiam passar de um para outro. O filósofo alemão, Fichte, era um exemplo. Fichte negava que o mundo objetivo pudesse existir independentemente do pensamento. Era, portanto, impossível encontrar qualquer elemento de materialismo em seu pensamento. Fichte, entretanto, acentuava, também, a atividade subjetiva; isso era algo de racional. Embora fosse esse ponto demasiadamente acentuado, continuava, assim mesmo, a ser um fator racional. Existia, portanto, inegavelmente, um fator certo, racional, na filosofia idealista de Fichte e a descrição "núcleo racional" de natureza materialista não é bastante completa.

Chang Shih-ying, outro conferencista da Universidade de Pequim, discordou completamente. Disse que o materialismo dialético reconhecia a atividade subjetiva; a importância que Fichte e Hegel davam a esse ponto

76

AVALIAÇÃO DO IDEALISMO

MAI - JUN 1958

era, de um certo modo, racional. Mas Fichte e Hegel tinham chegado ao ponto de dizer que o Espírito, ou Mente, era o criador tanto do homem como da natureza. Isso era certo ou racional? "Seria materialismo, e não idealismo, se não fosse apresentada com exatidão a função da atividade subjetiva, se a mesma fosse reconhecida em seus devidos termos. É errado descrever o idealismo como um fiel reflexo de um certo aspecto da realidade objetiva e da verdade objetiva e, nessas circunstâncias, chegar à conclusão de que há, também, alguma verdade no idealismo".

Idealismo, materialismo e progresso social.

Em vista das diferentes opiniões sobre o idealismo, houve também pontos de vista diferentes quanto ao seu papel na história do pensamento. Surgiram, aqui, duas perguntas: qual o papel desempenhado pelo idealismo no desenvolvimento do materialismo, e qual foi o seu papel no progresso social?

Todos os conferencistas concordaram que, devido à luta entre os dois, o idealismo promoveu o desenvolvimento do materialismo. Houve, porém, diferença de opinião sobre como foi feita essa promoção.

Os que consideravam o idealismo como absolutamente errado achavam que o seu papel, no processo, foi puramente negativo; sua existência foi uma espécie de espórea para o desenvolvimento do materialismo. Os que encontravam alguma verdade no idealismo achavam que o idealismo não apenas apresentava alguns argumentos errôneos que serviam de estímulo para o desenvolvimento do materialismo, como também criticavam certos erros dos sistemas materialistas anteriores, proporcionando alguns fatores que enriqueceram o materialismo. A função do idealismo, portanto, não foi apenas negativa. Sob certos aspectos, ela foi positiva.

O papel do idealismo no progresso social provou ser uma questão difícil. Passou-se muito de leve sobre éle, na conferência.

No passado, algumas pessoas rejeitaram completamente o idealismo, dizendo que, antigamente, todo o pensamento filosófico idealista, sem exceção, tinha sido reacionário. Todos os participantes concordaram que, em geral, historicamente falando a filosofia idealista estava mais intimamente ligada aos interesses das classes sociais reacionárias. Mas em certas épocas e em certos lugares, sob certas condições, também serviu ao progresso social.

Chang Shih-ying citou o misticismo religioso cristão na Idade Média. Os místicos pensavam que o homem podia comunicar-se com Deus sem a intervenção da Igreja. "Essa teoria", disse Chang, "era, na verdade, um protesto contra a arqui-reacionária Igreja daqueles dias. Embora idealista, essa teoria auxiliou, até certo ponto, o progresso social".

Chen Hsiu-chai salientou: "Tendo em vista o desenvolvimento social, os grupos progressistas e democráticos de donos de escravos, e também a burguesia em suas primeiras fases antifeudais, basearam-se em perspecti-

77

SU JU

ES NUM. 1

vas que eram, no seu todo, idealistas. Entretanto, tendo derrubado a aristocracia das clãs e o domínio feudal, essas idéias desempenharam um papel histórico progressista".

Hu Sheng disse: "Devemos analisar cuidadosa e realisticamente o papel de cada variedade de materialismo e idealismo e como foi o mesmo desempenhado, dentro das condições históricas concretas de cada caso. A tentativa mecânicista, visando igualar o materialismo filosófico ao progressivismo em política e o idealismo filosófico ao conservantismo, é simples demais. Essa ultra-simplificação deve ser rejeitada. Mas se, rejeitando-a, eliminamos a diferença entre materialismo e idealismo, se dizemos simplesmente que ambos servem aos interesses tanto de uma tendência política progressista como reacionária, terminaremos numa grande confusão quanto aos princípios teóricos e à linha de demarcação entre o materialismo e o idealismo. O caráter de partido da filosofia tornar-se-á nebuloso".

NOTAS SOBRE A RECESSÃO NORTE-AMERICANA (*)

Hyman Lumer

Há várias razões ponderáveis para considerarmos a depressão atual mais séria do que as precedentes. Entre elas, as principais são as seguintes:

1. Não existe mais, neste após-guerra, grande estímulo para os investimentos de capital. A procura de habitação e de certos bens de consumo, que se prolongou por muito tempo depois da guerra, já não se manifesta no momento presente. Em sua carta de janeiro, o *Federal Reserve Bank of Philadelphia* afirma que, nesse sentido, 1957 assinalou o fim da era de após-guerra, isto é, os vácuos feitos pela guerra foram preenchidos até aquele ano.

A produção de automóveis não foi em 1949 atingida pela depressão e continuou a aumentar. A queda ocorrida em 1954 seguiu-se entretanto um aumento considerável e sem precedentes. Essa perspectiva não se apresenta, porém, no momento atual.

Somente a construção de residências — setor em que ainda existe procura — anuncia um novo aumento em futuro próximo.

(*) Estas notas foram extraídas de um relatório apresentado por Hyman Lumer ao Comitê Nacional do P. C. dos E. E. U. U. O relatório na íntegra foi publicado na edição de março da revista *Political Affairs*. (N. da R.).

HYMAN LUMER

ES NUM. 1

A característica dominante da economia de hoje é uma super-capacidade geral, ampla e crescente, que conduz a uma real e universal redução das inversões de capital.

2. U'a maior expansão do crédito para o consumo está sujeita a fatores restritivos bem definidos. Um deles é o elevado nível a que chegou o montante das dívidas. Em muitas famílias o pagamento de prestações consome 20% ou mais da renda doméstica, sendo grande parte delas referentes a empréstimos de dinheiro. Essas famílias não estão em condições de aumentar muito a sua dívida atual. Além disso, em virtude de se trabalhar menos dias na semana e de ocorrer paralisações temporárias no trabalho, a renda doméstica de que uma família pode dispor está se reduzindo. Esse fato, acompanhado da incerteza quanto à obtenção de emprego, diminui ainda mais a possibilidade de se contrair novas dívidas.

Há, naturalmente, alguma possibilidade de crédito ainda não esgotada, como, por exemplo, o crédito rotativo que atualmente ganha popularidade nas lojas americanas. No entanto, a opinião geral é a de que o aumento das dívidas dos consumidores, que já se reduziu consideravelmente, baixará ainda mais em futuro previsível.

3. O surto repentino dos negócios na Europa, ocorrido durante a queda de 1953-54 em nosso país, ajudando, entre outras coisas, a sustentar o volume das exportações americanas, chega agora ao fim. Em vista disso, assim como do desaparecimento das circunstâncias especiais do ano passado, não há perspectiva de incremento no comércio exterior.

4. Em 1950-53, o grande aumento de despesas militares contribuiu consideravelmente para o "boom". Os aumentos agora projetados, muito mais modestos, não bastam de forma alguma para contrabalançar a queda nas inversões de capital. Em seu artigo de 3 de fevereiro, no *National Guardian*, Victor Perlo assinala que o aumento proposto para uma grande aquisição de bens equivale a 1 bilhão de dólares por mês no primeiro semestre de 1957, enquanto que novas encomendas de bens não perecíveis vêm se reduzindo desde o princípio de 1957 à razão de 2 bilhões de dólares por mês.

Não há dúvida de que poderia ser possível, por meio de grandes despesas com armamento, aplicar, por tempo suficiente, outra injeção à economia para retardar o declínio que ora se observa. Haveria necessidade, porém, de ser uma expansão muito maior do que a atualmente se tem em vista.

Afóra essas considerações, nada se apresenta, em futuro próximo, que prometa uma mudança em sentido contrário à tendência atual para baixo. A economia de hoje está no limiar de uma profunda depressão que parece mais iminente agora do que em qualquer época desde o fim da guerra. Apresenta-se-nos, sem sombra de dúvida, uma situação bastante pior em caráter do que a de 1948-49 ou 1953-54.

80

NOTAS SOBRE RECESSÃO

MAI — JUN 1968

Só podemos, no momento, fazer conjecturas sobre quanto será pior. Por outro lado, é pouca a consolação que sentimos ao nos afirmarmos que não é provável que se repita a catástrofe de 1929. Até mesmo uma depressão de proporções consideravelmente menores causará sofrimentos e dificuldades tremendos; na realidade, a situação atual de desemprego já é causa de aguda aflição em muitas partes do país. E até mesmo se a situação não piorar, a repetição periódica de tais depressões é, em si mesma, sério motivo para alarme.

A atual situação econômica demonstra, uma vez mais, a instabilidade básica da economia americana. Confirma o que dizia há pouco tempo uma resolução do Partido Comunista dos Estados Unidos:

"... a despeito da prolongada prosperidade e apesar das novas e significativas características surgidas na economia americana, as contradições fundamentais inerentes à produção capitalista não diminuem; ao contrário, tornam-se mais agudas. Os fatores fundamentais que dão origem à crise econômica continuam a atuar hoje, como na década de 20, em particular, o fator básico que Marx descreveu como tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas tendo em conta que o seu limite seria o poder absoluto de consumo de toda a sociedade, quando de fato o poder aquisitivo atual das massas continua relativamente restrito e se atrasa sempre mais.

"O "boom", com sua crescente inflação no crédito, somente oculta a contradição aguda entre as forças da produção e as relações capitalistas sob as quais operam, contradição que só pode ser resolvida em definitivo a favor do povo através da instauração de uma sociedade socialista. A teoria marxista das crises não é invalidada por um prolongado período de prosperidade."

* * *

Em vista da grande importância que se atribui ao aumento das despesas militares como medida contra a depressão, julgamos necessário analisar esse problema mais demoradamente.

Baixaram consideravelmente as despesas militares após a guerra coreana. Em 1956 as despesas feitas diretamente com armamento reduziram-se a menos de 40 bilhões de dólares por ano. Durante o governo Eisenhower tanto C. E. Wilson, Secretário da Defesa, como G. M. Humphrey, Secretário do Tesouro, seguiram a orientação de restringir essas despesas a fim de manter um orçamento equilibrado e a dívida nacional abaixo de seu limite legal. Com esse objetivo, uma política dessa natureza foi adotada em 1957, exigindo uma redução de 40 bilhões de dólares para 38 bilhões.

Essa finalidade nunca foi alcançada, em parte por causa do efeito da inflação em sentido contrário, mas principalmente em virtude de dois

81

HYMAN LUMER

ES NUM. 1

novos acontecimentos ocorridos no outono de 1957: o lançamento do *Spútnik* e a crescente depressão econômica. Em virtude desses fatores, partiu de todos os lados a exigência de aceleração da produção de armas, especialmente de projéteis guiados, e assim a política anterior marchou em sentido inverso.

O esforço por conseguir o equilíbrio do orçamento — o ativo do governo Eisenhower — foi abandonado. Em holocausto à segurança nacional surgiram propostas de aumento das despesas deficitárias e de elevação do limite da dívida federal. Em seu discurso televisionado de 13 de novembro de 1957, Eisenhower declarou: "Nosso povo não sacrificará a segurança nacional para adorar o equilíbrio orçamentário".

Essas flutuações de orientação se refletem, da maneira mais aguda, nas variações das encomendas feitas pelo Departamento de Defesa. No primeiro semestre de 1957 essas encomendas atingiram o total de 3 bilhões e 300 milhões de dólares por trimestre. Reduziram-se a 2 bilhões e 100 milhões no terceiro trimestre, mas no quarto ascenderam a 3 bilhões e 600 milhões. No primeiro semestre de 1958 devem aumentar a um total de 9 bilhões e 800 milhões, 81% a mais do que no último semestre de 1957.

As despesas totais destinadas à "segurança nacional", que também incluem despesas com armas atômicas, estocagem e ajuda militar ao estrangeiro, vêm aumentando durante os últimos dois anos, e pretende-se aumentá-las ainda mais. No ano fiscal de 1956 chegaram a 42 bilhões e 500 milhões, e 45 bilhões e 200 milhões em 1957. Calculam-se 46 bilhões e 400 milhões para 1958, e para 1959 a proposta orçamentária é de 47 bilhões e 600 milhões.

A despesa com projéteis corresponde a grande parte dos gastos projetados, tendo aumentado de 1 bilhão e 200 milhões de dólares no ano fiscal de 1955 para 3 bilhões em 1957, e é calculada em 5 bilhões e 300 milhões no orçamento de 1959, isto é, 24 centavos de cada dólar-armamento. O crescente aumento da produção de projéteis tem tido profunda repercussão sobre a indústria aeronáutica. Representando nesta 1% em 1950, aumentou para 20% em 1957, e pode alcançar 35% em 1958. Nos planos Eisenhower, para a produção em ampla escala, 75% do aumento são destinados a projéteis e outras novas armas, o que representa nova orientação na produção de armamentos, sendo que o aumento na produção de projéteis será acompanhado por reduções das armas convencionais e do volume das forças armadas. Isso demonstra a rapidez com que os armamentos tradicionais se tornam obsoletos e como se modifica o seu próprio caráter.

Em virtude do crescente declínio econômico, os grandes negócios e seus porta-vozes políticos baseiam cada vez mais suas esperanças no aumento das despesas militares como antídoto seguro. Edwin L. Dale, Jr. afirma em artigo publicado no *New York Times*, de 26 de janeiro de 1958: "A

82

MAI — JUN 1958

NOTAS SOBRE RECESSÃO

chave da confiança no futuro está no setor das encomendas para a defesa, conforme declaram os conselheiros do presidente. (...)"

De fato, cresce a pressão exigindo aumentos muito mais substanciais do que os planejados. Segundo informações da imprensa, o *Gaither Report* exige um aumento imediato de 8 bilhões de dólares por ano, mais uma despesa de 5 bilhões por ano durante 4 a 5 anos, quantia destinada à construção de abrigos contra emanções radioativas. Relatório recente do *Rockefeller Fund* sugere um aumento de 3 bilhões por ano durante os próximos seis anos. A *National Planning Association* propõe um aumento de 10 bilhões por volta de 1960.

O boletim de 18 de janeiro deste ano da AFL-CIO escreve: "A mensagem orçamentária para 1959 do presidente Eisenhower apresenta propostas para as maiores despesas com a defesa já feitas em época de paz, acompanhadas de um programa legislativo que constitui ataque frontal contra as atividades destinadas ao bem-estar público."

A mensagem propõe reduções drásticas nas despesas governamentais com escolas, hospitais, obras públicas, conservação e energia, assistência pública, ajuda aos granjeiros, etc. Advoga a transferência aos Estados de grande parte da responsabilidade federal por tais despesas. Tudo isso é apresentado sob o nome de "sacrifício".

Os aumentos projetados para os armamentos estimularão, sem dúvida alguma, as inversões de capital na produção de projéteis e ramos anexas. Certamente crescerão os empregos e, por isso, contam eles com o apoio de muitos trabalhadores.

No entanto, os orçamentos militares não constituem solução real ao problema. Os benefícios que possam trazer exigem sérios encargos. As armas terão que ser pagas pelo aumento da inflação, dos impostos, e pelo sacrifício do bem-estar social e, o que é mais sério, trazem em seu bôjo a ameaça de novos assaltos contra as liberdades democráticas e, acima de tudo, aumentam o perigo da guerra atômica. Será que essas despesas não aumentariam o número de empregos se fossem feitas com obras úteis à sociedade? O marxista inglês Emile Burns afirma a respeito: "A corrida armamentista não é medida econômica (...) para manter a mão de obra ocupada: é uma medida de agressão, para proteger os interesses do capital monopolista. Não é um aumento absoluto do emprego, mas uma negação do emprego, impedindo de servir às necessidades do povo para atender a fins de destruição, ou, na melhor das hipóteses, improdutivos e de nenhuma utilidade ao povo." (*O Marxismo de Hoje*, Outubro, 1957.)

A parte tódas essas considerações, o esboço de programa para a fabricação de projéteis, que representa a maior parte do aumento das despesas, oferece, relativamente, poucas possibilidades de empregos aos desempregados. Não requer processos de produção em massa que exija o emprego de mão de obra numericamente elevada. Ao contrário, é um tipo

83

HYMAN LUMER

ES NUM. 1

de produção experimental que necessita apenas de pequena quantidade de trabalhadores qualificados. Não usa, também, grandes quantidades de materiais; por isso, constitui pequeno estímulo ao emprego em outras indústrias.

Além do mais, o aumento das despesas com projéteis se encaminhará amplamente para empresas diferentes das companhias tradicionais de aviação. É provável, por isso, que os trabalhadores despedidos das companhias de aviação de Long Island ou Califórnia não serão reintegrados em suas funções. A celeridade com que os armamentos tradicionais se tornam obsoletos e a fabricação de novos tipos de armas estão tornando as possibilidades de emprego na indústria bélica cada vez mais instáveis, e contribuindo para estender a novas regiões do país a situação aflitiva por que passa o povo americano na atual conjuntura.

Finalmente, deve-se notar que o declínio econômico tem se agravado não obstante as encomendas militares virem aumentando desde o último outono, e apesar do crescimento das despesas com a "segurança nacional" durante os dois últimos anos.

Hoje, certos observadores, principalmente Arthur F. Burns, ex-chefe do *Council of Economic Advisors*, estão convencidos de que a depressão só pode ser detida por meio de uma intervenção governamental "maciça". Isto para os monopólios significa principalmente aumentos maciços das encomendas oficiais de armas, quaisquer que sejam os argumentos políticos a que se recorra para justificá-los. Trata-se, para eles, da forma mais aceitável de gastos governamentais em escala gigantesca, pois não somente é a mais lucrativa como também representa mercado seguro, que não colide com a exploração dos mercados consumidores.

Com a finalidade de proteger o povo contra as calamidades da depressão, naturalmente o governo terá que gastar. Esse gasto, porém, deve atender a fins socialmente úteis, beneficiando as massas do povo. O programa monopolista de contar com a economia de guerra deve ser combatido vigorosamente a todo momento. A reivindicação deve ser "manteiga em vez de canhões".

O programa do governo Eisenhower para fazer face à depressão é essencialmente um programa para os grandes negócios. Tem suas raízes na afirmativa da *National Association of Manufacturers* e de outros porta-vozes dos grandes negócios de que a recessão é causada pela inflação decorrente principalmente do aumento de salários.

Não obstante as repetidas afirmações de que tudo vai bem, o programa tem como centro dois pontos principais. O primeiro, já comentado por nós, é o aumento das despesas militares à custa do bem-estar social: programa de "canhões em vez de manteiga". O segundo é a manipulação das reservas em dinheiro e das taxas de juros.

84

MAI - JUN 1968

NOTAS SOBRE RECESSÃO

Assim, o *Federal Reserve Board* procurou, com as bênçãos do governo, resolver o problema da inflação durante o boom reduzindo a concessão de créditos. O principal método foi o de aumentar a taxa de redesconto.

Essa política do "dinheiro apertado" não conseguiu limitar os empréstimos tomados pelas grandes corporações, mas de fato reduziu muito o crédito para os pequenos comerciantes, granjeiros, compradores de residências e outros, forçando-os a pagar elevadas taxas de juros que contribuíram para aumentar os lucros dos bancos.

Tornando-se mais precisos os sinais da depressão, em novembro de 1957 o *Federal Reserve Board* reduziu a taxa de redesconto para 3%. Em janeiro de 1958 foi novamente reduzida para 2,75%. Esperava-se que essa providência estimulasse, graças a taxas de juros mais baixas, as inventários até então débeis, a acumulação de bens ou mercadorias inventariados, os projetos de obras públicas municipais e estaduais, construções de residências e a procura do crédito em geral. Recentemente o F. R. B. tomou mais uma medida, a de reduzir de 0,50% as reservas mínimas.

Os empréstimos continuam a diminuir, não obstante a redução das taxas de juros nos últimos meses. Assim como taxas de juros elevadas não induzem as grandes corporações a deixarem de contrair empréstimos nos períodos de surto repentino dos negócios, taxas de juros baixas por si mesma não as encorajarão a fazê-lo numa conjuntura de depressão em que a possibilidade de lucros se reduziu.

O F. R. B. também reduziu, em janeiro, de 70% para 50%, a margem exigida para os fundos públicos. Objetivava assim facilitar a compra dos mesmos, o que acarretaria o aumento de preços, criando uma psicologia de estímulo às inversões e à circulação de novas emissões de fundos públicos. Na realidade, porém, essa providência tende a exercer pouco efeito, a não ser o de intensificar a especulação e aumentar os lucros dos corretores de fundos públicos.

Afora essas medidas proveitosas sobretudo para os grandes negócios, o governo Eisenhower pouco ou nada fez. Quanto à construção de residências e às obras públicas, pouco se acha projetado além de algumas partes dos programas já aprovados anteriormente à depressão. O orçamento proposto, além do mais, reivindica uma redução nessas despesas e não o aumento delas.

Em sua maioria, o governo evidentemente espera deter a crise por meio de "restaurar a confiança" através de prognósticos cor de rosa.

Os democratas desfecharam vigoroso ataque contra a orientação do governo Eisenhower, e estamos nos preparando para tornar essa orientação o ponto capital das eleições de novembro. O *Democratic Advisory Council* atacou vigorosamente o *Economic Report* (Relatório sobre Economia), acusando o governo de responsável pela recessão e declarando que este não dispõe de um programa para vencê-la. A mão de obra poderá

85

HYMAN LUMER

ES NUM. 1

ser totalmente absorvida, afirma o *Council*, se as despesas governamentais forem aumentadas sem receio, de modo a satisfazerem as exigências atuais para a defesa, bem-estar, habitação, educação e outras finalidades. Advoga o abandono completo da política do "dinheiro apertado", e exige que se considere seriamente uma redução dos impostos dentro em pouco.

No Senado, líderes democratas além de apresentarem outras propostas, exigem a execução de um vasto programa de obras públicas. O senador John F. Kennedy (democrata, Massachusetts), apresentou projeto de lei que estabelece padrões mínimos federais de compensação aos desempregados. A assistência mínima equivaleira a 50% da renda semanal, e a máxima, a pelo menos dois terços do salário médio semanal, durante um período de 39 semanas, e ampla margem para atender a modificações posteriores da conjuntura econômica. Há, também, pressão crescente para a redução dos impostos.

Essas propostas constituem a base de um programa em torno do qual os trabalhadores e seus aliados podem congrega-se durante a legislatura atual e nas eleições de novembro.

Ao mesmo tempo, porém, os democratas continuam a combater o governo porque este não gasta mais dinheiro com armamentos.

* * *

Os líderes dos trabalhadores organizados apóiam em geral os pontos de vista sustentados pelo Partido Democrata e criticam vigorosamente o governo Eisenhower. No entanto, o movimento operário também possui seus próprios pontos de vista e seu programa.

O motivo fundamental da presente conjuntura econômica, escreve o boletim da AFL-CIO de 1 de fevereiro, é o "desequilíbrio entre a crescente capacidade de produzir, e a pequena possibilidade de superar um desequilíbrio que vem aumentando há dois anos." Por isso, o programa sindical tem como ponto de partida a necessidade de aumentar a capacidade aquisitiva das massas como estímulo à economia, principalmente por meio do aumento de salários.

A Convenção AFL-CIO rejeitou enérgicamente a proposta de Richard Gray, chefe do *Building Trades Department*, de uma moratória de um ano sobre os aumentos de salários. A resolução sobre os contratos de trabalho estabelece:

"A conjuntura econômica geral vem piorando e continua a piorar em princípios de 1958, sendo que uma redução da atividade econômica se reflete sobre as condições, tornando-as mais difíceis, em que se celebram os contratos coletivos de trabalho. Todavia, o próprio retraimento econômico exige duplamente que os sindicatos consigam aumentos de salários que defendam a capacidade aquisitiva, constituindo, assim, força estimuladora necessária a uma reviravolta na economia."

86

NOTAS SOBRE A RECESSÃO

MAI - JUN 1968

Além disso, o movimento operário formulou um amplo programa que inclui a execução de grandes obras públicas; ajuda federal à educação e a construção de escolas; um programa residencial para a construção de 200 mil habitações a baixo custo, por ano; aumento da assistência aos desempregados e seguro social; salário mínimo de \$1.25 por hora; crédito mais barato para os pequenos comerciantes, granjeiros e para a construção de residências destinadas às vítimas das calamidades naturais; isenção do imposto sobre a renda até 600 a 700 dólares; proteção contra os preços de monopólio.

Relativamente aos desempregados, o Conselho Executivo da AFL-CIO solicitou a ajuda do *Community Service Committee* para a execução de programas imediatos no sentido de garantir que nenhum membro do sindicato desempregado ou sua família sofra privação de alimento, vestuário, abrigo e assistência médica.

A AFL-CIO convocou uma conferência de emergência a ser realizada em Washington nos dias 11 a 13 de março. Walter Reuther apelou para o presidente Eisenhower, solicitando-o a convocar uma conferência nacional de representantes do trabalho, da indústria e do governo. James B. Carey insiste por reunião análoga para a indústria de eletricidade. Instituições sindicais estaduais já realizaram conferências de massas sobre o desemprego em Illinois, New Jersey e outros lugares. Outras conferências estaduais e locais estão sendo planificadas.

Todas as propostas e ações acima mencionadas merecem o mais amplo apoio e encorajamento. Há, porém, um ponto básico do programa trabalhista que deve ser rejeitado, isto é, o pedido de aumento das despesas com armamento.

Esse pedido tem sua origem na posição ocupada pelos líderes mais destacados do movimento sindical quanto a política exterior e em considerações de ordem econômica.

O programa trabalhista, assim como o do Partido Democrata, é, no fundo, um programa de "canhões e manteiga."

Devemos nos limitar a chamar a atenção para o que já afirmamos a respeito das conseqüências dos grandes orçamentos militares e assinalar que os trabalhadores não podem apoiar o aumento das despesas militares sem que isto lhes acarrete enormes sacrifícios.

Walter Reuther, por exemplo, apresentou as "necessidades da defesa" como justificativa para a protelação da exigência de redução da semana de trabalho.

Hoje é necessário o aumento das despesas governamentais, mas estas devem destinar-se a obras públicas, saúde, escolas, pensões e outras necessidades sociais, e não a armamentos. Em seu próprio benefício, o movimento operário deve, em contraposição à sua política atual, lutar pela redução das despesas militares e pelo encaminhamento desses recursos para finalidades civis e úteis.

87

PROBLEMAS EM DEBATE

FUNDAMENTOS ECONOMICOS
PARA UMA POLITICA MARXISTA BRASILEIRA. (*)

Damos nestas notas alguns elementos objetivos da realidade brasileira, no domínio dos fatos econômicos, tal como a entendemos, e que podem ajudar à elaboração ou fundamentação de uma tática marxista. Exclarecemos que se tratam de *notas experimentais*, uma simples pesquisa de método quanto à maneira de determinar o comportamento tático. Por isso mesmo, em nenhum momento preocupamo-nos por desenvolver em detalhes o raciocínio.

I.

Preliminarmente, façamos a seguinte pergunta :

(*) O trabalho que aqui publicamos é a contribuição de um economista para PROBLEMAS EM DEBATE. Partindo da análise da realidade econômica brasileira, o autor assinala algumas conclusões que, segundo pensa, constituem as premissas para elaboração de uma política marxista. O assunto é fasci-nante e certamente despertará a curiosidade e o interesse de muitos estudiosos. Esperamos que em torno dele surja um debate amplo que sirva para revelar novos aspectos da vida nacional (N. da R.).

PROBLEMAS EM DEBATES

ES NUM. 1

como um processo de *modificações* no sistema econômico, expresso em duas direções:

- a) crescem as atividades produtivas, medidas pelo conjunto dos equipamentos de trabalho (processo cumulativo), da mão-de-obra ocupada e da produção real obtida;
- b) modifica-se a estrutura social da produção, e, paralelamente, com a tendência de urbanização e a expansão das relações capitalistas no campo, amplia-se o mercado interno.

Vejam os entã, por partes, a ocorrência desses fenômenos no Brasil:

AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA. Em países de economia como a do Brasil, o crescimento econômico resulta, primordialmente, de um processo de acumulação de capital. Uma taxa elevada de investimentos tem efeito decisivo no desenvolvimento das bases materiais da sociedade e da riqueza social.

Realizou o Brasil, no período 1939-1954, um investimento líquido da ordem de Cr\$ 358 bilhões. É óbvio que desse esforço de acumulação, em equipamento, estruturas, instalações e energia adicionais, resultou uma dada expansão dos níveis do emprego e da capacidade produtiva, mediante o preenchimento de alguns claros no aparelho de produção ou a introdução de novas técnicas produtivas.

Não é possível, pela desconfiança que nos inspiram as estimativas da renda nacional, medir o efeito do processo acumulativo sobre o

conjunto da economia do país. Contudo, podemos admitir que a taxa de investimentos tenha sido bastante forte. Além disso, pode ser registrado o fato de que o crescimento da capacidade produtiva, pelas investções, tomou notadamente a direção das indústrias substitutivas das importações (em particular nos setores de bens de produção), onde a margem de concorrência no mercado interno às vezes caía drasticamente. Daí por que o crescimento do aparelho produtivo, no Brasil, quando se conduziu pelas chamadas "decisões do empresário", ocorreu de maneira diversa da que se verifica nas economias maduras; as investções normalmente dispensaram a absorção de elevada tecnologia, não tiveram em conta os problemas de custos competitivos e lucro marginal, de aumento da produtividade absoluta e relativa do fator trabalho, que estão implícitos na acumulação capitalista dos países de economia industrial.

AUMENTO DO EMPREGO. Os dados existentes, sobre o fenômeno, são precários. No período entre 1940 e 1950, segundo os censos, o aumento geral do emprego foi da ordem de 17%, sendo de quase 80% o aumento específico da mão-de-obra industrial. Em números absolutos, o aumento foi de 2,4 milhões de empregados. Essa tendência de crescimento prossegue, ao que parece mais pronunciada, nos últimos anos.

AUMENTO DA PRODUÇÃO REAL. Podemos verificar o crescimento da produção real nos nú-

MAI - JUN 1958

meros índices do quadro à p. 91, que elaboramos a partir dos volumes da produção física. São, todos, índices ponderados.

É possível verificar que a economia nacional acusou, nos 16 anos estudados, um crescimento pronunciado. Na maioria dos produtos, o ritmo de crescimento econômico se manifestou acima do aumento da população, que foi de apenas 45% no período. Há indústrias, como as de derivados do petróleo (óleo combustível, gasolina, óleo diesel), de pneumáticos e câmaras de ar, siderurgia, cujo crescimento ocorreu de maneira realmente espetacular. Outras, porém, como as têxteis, carnes e correlatas, laticínios e fumo, permaneceram semi-estagnadas.

MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL DA PRODUÇÃO. Dois fatos centrais podem ser tomados com vistas à compreensão dessas mudanças:

a) o fato de que a atividade econômica e a produção nas indústrias de bens de produção aumentam muito mais rapidamente que nos demais setores. Enquanto as indústrias de bens de produção acusaram, em 1940-55, um aumento de produto da ordem de 892%, a agricultura registrou um aumento de apenas 64%, e as indústrias de bens de consumo se limitaram a um incremento de 196%. Esse maior crescimento (maiores inversões, maior renda) das atividades que proporcionam o processo de renovação da produção traduz um aspecto da mudança de estrutura produtiva, e mesmo um rompimen-

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

to com a economia de tipo colonial.

b) o fato da transferência da mão-de-obra, antes ocupada em atividades produtivas primárias (lavoura, pecuária, indústrias extrativas), para as indústrias de transformação e os serviços. Há no Brasil, efetivamente, uma mudança acelerada na estrutura da sociedade ligada às atividades produtivas: em 1940, cerca de 80% da mão-de-obra do país estavam ocupadas na agricultura, enquanto as indústrias de transformação absorviam menos de 10%; em 1950, a participação da mão-de-obra agrícola caíra para 72,6%, e a das indústrias de transformação fôra a quase 15%. Tudo indica que nos anos mais recentes essa mudança continua a ocorrer cada vez mais intensamente, com a transferência da mão de obra de áreas onde, o desemprego disfarçado e a deficiência de capitais condicionam baixa produtividade do fator trabalho, no sentido de indústrias e serviços urbanos. O resultado desse processo está na forte tendência à urbanização, que se verifica notadamente no Centro e Sul do país.

RENDA "PER CAPITA" COMO EXPRESSÃO DE DESENVOLVIMENTO. Na caracterização do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, há um éro grosseiro, muito difundido, que os marxistas precisam evitar em qualquer dos seus estudos: é o de medir-se o desenvolvimento em termos de renda "per capita". Nesse sentido, diz-se que a velocidade do

BRASIL

ÍNDICE SINTÉTICO DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA

(1938 = 100)

SETORES	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Lavoura	92,5	104,3	90,3	116,1	116,9	103,4	121,7	120,4	130,0	139,6	145,4	142,4	155,3	155,0	159,7	164,3
Indústria extrativa mineral	121,7	127,6	137,8	147,6	143,4	154,6	135,5	136,5	173,4	184,6	180,8	211,2	208,2	217,4	201,9	212,4
Indústria extrativa vegetal	114,1	111,2	110,0	104,5	122,1	149,3	139,5	138,9	128,5	128,5	127,9	134,6	128,4	126,3	128,8	123,8
Energia	105,8	109,8	115,8	125,7	132,4	134,0	119,2	122,9	132,2	135,3	137,9	146,8	151,3	157,0	173,2	185,0
Indústrias de transformação	101,9	116,8	114,9	123,4	131,6	127,3	138,8	147,5	183,5	204,5	235,6	254,6	265,3	294,3	361,8	416,5
Bens industriais de produção	124,2	162,4	158,0	167,9	181,3	192,6	235,0	236,7	373,8	427,3	520,6	564,5	588,2	670,3	742,9	992,8
Bens industriais de consumo	96,1	103,0	104,2	113,7	118,2	115,5	113,2	113,2	126,4	137,4	151,2	163,8	170,0	175,9	167,6	286,5
Serviços																

MAI — JUN 1968

crescimento da economia nacional está na variação da sua renda "per capita" de 4,1 mil crs./habitante, em 1939, para 7,3 mil crs./habitante em 1954 (valores constantes de 1952).

Utilizando essa técnica de análise, cai-se no conceito do desenvolvimento "excepcionalmente intenso", ou de "impressionante rapidez", de Roberto Campos, Guddin, CEPAL, BNDE, etc., etc. Diz-se que o aumento da renda real "per capita" no período 1945/54 foi demasiado: registrou o Brasil "uma taxa mais de duas vezes mais alta do que aquela que a longo prazo caracteriza o desenvolvimento dos países altamente industrializados". Se mantida essa taxa elevada (exclamam), no próximo decênio, o padrão médio de vida da população do Brasil quase que duplicaria.

O conceito é impróprio ao marxismo, porque nele se omite dois fenômenos:

a) o caráter antigênico dos salários e lucros, que compõem o agregado "renda". Será possível encontrar alguma coisa de comum entre a renda, digamos, da Standard Oil e da Brazilian Traction, de um lado, e a dos operários e camponeses, de outro?

b) a desigualdade com que se processa o desenvolvimento econômico, os seus contrastes, suas peculiaridades, etc. As condições da economia paulista não são iguais às da Amazônia, nem às do Nordeste, e assim por diante. O desenvolvimento econômico se baseia em contradições materiais e sociais.

92

FUNDAMENTOS ECONOMICOS

II.

Isto pôsto, passemos à outra pergunta:

— Quais os fatores que interferem mais fortemente no processo de desenvolvimento econômico do país? Quais os fatores *negativos* (devem ser eliminados)? Quais os fatores que *ainda favoravelmente* (devem ser estimulados)?

Vejamos os mais importantes e mais permanentes.

O FATOR CAPITAL. Insistimos em reconhecer que em países onde o capital se revela o mais escasso dos fatores produtivos clássicos (temos abundância de mão-de-obra e de recursos naturais, particularmente terras), como é o caso do Brasil, a obtenção de um ritmo adequado de investimentos em máquinas, instalações, bens reprodutivos em geral, corresponde necessariamente a uma situação de desenvolvimento.

De duas fontes procedem os investimentos de capital no Brasil:

a) *poupança interna*, ou seja a parte da renda nacional gerada e não consumida, em cada ano;

b) *capital estrangeiro*.

Opinião generalizada e difundida, — uma opinião keynesiana, deturpando a realidade, e que os marxistas não podem adotar — acerca dos problemas da expansão das forças produtivas no Brasil, informa que, dada à nossa baixa renda, paralelamente à uma elevada propensão a consumir, não conseguiremos *sózinhos* romper a estagnação. E dizem: não foi devido a um esforço de poupança que a ren-

PROBLEMAS EM DEBATES

ES NUM. 1

da "per capita" pôde crescer a uma taxa anual de 3%, entre 1938 e 1955, e sim à conjugação de fatores como a melhoria nos termos de intercâmbio e na capacidade para importar (inclusive pelo fluxo de capitais estrangeiros).

Argumenta-se que a margem de poupança interna sobre o produto bruto nacional, oscilando entre o máximo de 16% e o mínimo de 10%, nos últimos anos, não se mostra em condições de financiar um processo de desenvolvimento econômico no ritmo julgado ideal. Os mais incoerentes (ou "consequentemente") admitem mesmo, a insuficiência de poupança doméstica para sustentar *qualquer* desenvolvimento.

Segue o raciocínio: se quisermos levar à prática um largo programa de inversões e desenvolvimento econômico, não existe outra alternativa, salvo a de apelar para países detentores de maior capacidade de renda e de poupança. Nesse sentido, a utilização do capital estrangeiro é o caminho mais rápido a tomar. A entrada líquida de recursos externos passa assim à condição de "fator estratégico" determinante da taxa de crescimento da economia brasileira.

Passemos, entretanto, à justa compreensão do problema. Se descermos à pesquisa da contribuição dos capitais estrangeiros como fator de desenvolvimento, todo esse pavreado se desmonta.

Uma pesquisa sobre o problema nos deu duas constatações preliminares:

a) os capitais estrangeiros têm uma participação diminuta no financiamento direto da nossa capacidade para importar, que se origina essencialmente do ativo criado pelas exportações de mercadorias. O forte crescimento das importações, inclusive nas compras de máquinas e equipamentos, quer dizer, a absorção dos elementos básicos do processo acumulativo, só em raros momentos resultou da contribuição direta dos capitais estrangeiros;

b) o fluxo de capitais estrangeiros brutos, recebidos na forma de financiamentos ou de investimentos, tem representado entre 2,7 e 4,3% das inversões totais realizadas no país. Considerando o fluxo especificamente quanto às inversões em equipamentos e instalações, a contribuição dos capitais estrangeiros, privados ou públicos, em nenhum ano ultrapassa de 7%.

O fato faz compreender que o crescimento da economia do Brasil e de seu aparelho produtivo vêm se efetuando *independentemente* de uma contribuição direta mais decisiva dos capitais estrangeiros.

Estes, ao contrário, interferem de modo negativo, desfalcando a poupança doméstica e enfraquecendo a taxa de inversões. Segundo o Grupo Misto CEPAL BNDE ("Esboço de um programa etc."), nos anos de 1939/54 realizou o Brasil uma inversão bruta, em bens de capital, da ordem de Cr\$ 598 bilhões (valores constantes de 1952), sendo Cr\$ 416 bilhões de produção interna e Cr\$ 182 bilhões importados.

93

MAI — JUN 1968

tados (máquinas e instalações). Sem a "cooperação" dos capitais estrangeiros, que drenaram para o exterior um capital líquido de Cr\$ 41 bilhões, a taxa de inversões poderia ter crescido de mais de 6,8%, elevando a capitalização a Cr\$ 639 bilhões.

Na formulação da tática, devemos diferenciar dois tipos de capitais estrangeiros que afluem ao Brasil:

a) as *inversões diretas*, ou capitais de participação;

b) os capitais de *financiamento*.

Os capitais estrangeiros de inversão direta representam uma bomba de sucção da renda nacional. Temos de pagá-los habitualmente em 5 amortizações anuais, e de remunerar indefinidamente a inversão original e toda a sua provável expansão nascida de lucros reinvestidos, onerando a nossa balança de pagamentos com as remessas de lucros, "royalties" e outras formas de gasto de câmbio. Trata-se de um tipo de capital cujas rendas diretas permanecem sempre estranhas ao patrimônio de bens nacionais. Além disso, existem os efeitos extra-econômicos e financeiros, digamos o papel político desempenhado pelas empresas estrangeiras, que nos dispensamos de referir.

Alguém nos perguntará se os capitais estrangeiros de investimento, não obstante o seu fluxo escasso e admitida a sua natureza expoliadora, ajudam ou não a impulsionar o desenvolvimento econômico do país; se geram ou não um aumento das forças produtivas; se

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

deixam ou não resíduos de capitalização, de emprêgo, de utilização de fatores da riqueza social; se atuam ou não com poderoso "efeito multiplicador".

A resposta é de que esses efeitos favoráveis podem todos ser obtidos pelo capital estrangeiro de *financiamento*. Este igualmente traz "efeito multiplicador", "know how", etc., e tem o mérito de ser ativado em mãos da burguesia investidora *nacional* ou do Estado. Há uma diferença essencial, profunda, entre capitais estrangeiros de inversão direta e os capitais de financiamento. É que estes, pagos o principal e juros do empréstimo, se incorporam sem mais limitações à economia do país. Quer dizer, proporcionam ou podem proporcionar um desenvolvimento *nacional* das forças produtivas.

É imprescindível uma ressalva. Sempre que os capitais de empréstimo sejam absorvidos por empresas estrangeiras (e o fato tem sido freqüente no Brasil), em verdade mudam de característica e passam a constituir simples investimentos diretos, com a agravante de que recebem um tratamento favorecido da legislação competente, quanto a retorno integral do principal e juros, a curto prazo e ao câmbio oficial, e a remessa ilimitada, pelo mercado livre, dos lucros crescentes que o capital de empréstimo, já totalmente pago, irá indefinidamente proporcionar.

OS FATORES TERRA E MÃO DE OBRA. Há, no Brasil, abundância de terras e de mão-de-obra

PROBLEMAS EM DEBATES

rural, fatores não suficientemente utilizados (particularmente em áreas como o Nordeste) nas atividades agrícolas. Chega-se a afirmar, diante disso, que em algumas regiões o sentido do desenvolvimento econômico não está no maior emprêgo do fator capital (fator escasso), e sim em procurar incorporar ao processo produtivo maiores quantidades de terra e mão-de-obra. Na realidade a libertação da terra do atual regime monopolista e das suas peias sociais, para ter reflexos decisivos sobre os níveis de ocupação humana e da produtividade do trabalho rural, exigirá recursos maciços para investimento (inclusive para pesquisas, tecnologia, crédito e mesmo indústrias rurais). Isso, entretanto, não nos filia à tese (defendida, entre outros, pela CEPAL e escola) de que o desenvolvimento econômico da agricultura brasileira está diretamente subordinado ao volume de recursos disponíveis para inverter no aparelho produtivo.

Parece-nos que a melhor orientação a atribuir aos programas de desenvolvimento econômico nas áreas do campo seria aquela que conduzisse diretamente à liquidação da estrutura agrária semi-feudal e pré-capitalista hoje predominante, e das relações de produção que daí se originam. A substituição da economia agro-pecuária com base no latifúndio pela produção nascida da grande, média e pequena propriedade capitalistas, com a expansão das diversas camadas da burguesia rural, permitiria uma situação nova quanto à renda, à ca-

ES NUM. 1

pitalização (melhoria do nível tecnológico) e capacidade de consumo. Isto significa que não só o investimento é fator dinâmico da renda e do consumo, e que é na mudança de posição das forças produtivas (sobretudo a mão-de-obra libertada do regime latifundiário) que encontramos a linha de menor resistência ao processo de desenvolvimento econômico. Vale à pena observar o fato de que a passagem das camadas mais pobres do campo, do círculo do latifúndio (que mantém estreito o mercado) para dentro de relações capitalistas de produção (quando o mercado e o consumo se expandem), dá-lhes capacidade aquisitiva e condições sociais (liberdade de mercado) para comprar mercadorias não só em *maior quantidade*, mas de *melhor qualidade*, conduzindo a um alargamento substancial do mercado e do consumo.

Outro caminho ao desenvolvimento da economia agrária — esse evidentemente mais difícil, porque exige vultosas inversões diretas — está em uma ação de ativamento do mercado, por exemplo, pela introdução de indústrias (de beneficiamento da produção agrícola) nas áreas rurais. Seu principal papel seria forçar o latifúndio a transformar-se em propriedade capitalista.

É preciso reforçar de novos aspectos esse raciocínio. Entendemos que o fundo básico da chamada "crise agrária" e do escasso desenvolvimento das forças produtivas no campo está mais diretamente nas formas de utilização da terra.

MAI - JUN 1958

Embora reconhecamos a vitalidade do fator capital, quando consegue se enquadrar no processo produtivo da agricultura (casos das lavouras do trigo e do arroz, no Rio Grande do Sul), a realidade é que certas oportunidades de investimento têm esbarrado no sistema mais frequente, monopolista e latifundiário (ou nos seus restos) de uso da terra. Este fenômeno, aliás, tem uma explicação complementar: em virtude da renda produzida na agricultura se transferir, em parcelas muito fortes, para as mãos dos exportadores (que igualmente são importadores, e cujos interesses econômicos nem sempre coincidem com os da agricultura), a aquisição de implementos em escala razoável, para venda aos lavradores, tornou-se atraente.

Vale a pena observar-se que o desenvolvimento da produção agrícola do país, mesmo nas áreas onde o preço da terra é mais elevado (p. ex. nas regiões do café), não resultou principalmente da melhoria da intensividade dos cultivos, noutros termos, não se baseou no aumento da quantidade de capital invertido na área de ter a original mas sobretudo do deslocamento dos cultivos para áreas novas, criando-se com isso o sistema de agricultura em frentes pioneiras. Essa é a direção principal do desenvolvimento econômico da agricultura, e ajuda a compreender a importância do fator terra particularmente em relação ao fator capital, que é de empréstimo mais oneroso em lavouras de alta produtividade, como a do café.

96

FUNDAMENTOS ECONOMICOS

Qual dos tipos de exploração da terra que mais vem contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, e aparece, pois, como elemento mais dinâmico? A propriedade latifundiária? A grande propriedade capitalista? As pequenas e médias propriedades?

Tal resposta está implícita na escolha das alianças programáticas dos marxistas, face ao problema agrário, de que tratamos mais adiante.

O CONCURSO DO ESTADO.

Evidentemente, tem o Estado brasileiro desempenhado um papel dos mais importantes no desenvolvimento econômico em curso no país, no período que estamos observando (1939/55). Não somente por suas inversões diretas, criando empresas de alto "efeito multiplicado," e que lideram amplos setores produtivos, como Volta Redonda, Petrobrás, CHESF, CEMIG, Cia. Nacional de Alcalis ou Fábrica Nacional de Motores, mas ainda pela sua política de desenvolvimento posta em prática mediante favores cambiais, crédito bancário de investimento, regulação de mercado, etc.

A participação do Estado no processo econômico tem tomado formas as mais diversas, desde as altamente positivas, como a criação de Volta Redonda, da CHESF ou da Petrobrás, até as altamente negativas ou deformadoras do caráter nacional do desenvolvimento econômico do país, como as concessões sucessivas às empresas estrangeiras de energia elétrica (Light e Bond and Share), os financia-

PROBLEMAS EM DEBATES

mentos vultosos do BNDE a grupos de investidores estrangeiros, ou os favores cambiais (Instrução 113, p. ex.) ao capital estrangeiro de investimento; desde as formas preliminares, indecisas, de intervenção governamental, até as formas acabadas de capitalismo de Estado.

É profundamente contraditória a atitude do Estado no processo de desenvolvimento. Isso, aliás, nunca deve ser esquecido na formulação da tática.

Às vezes a contradição ocorre dentro do mesmo fato. A política de investimentos realizada através do BNDE, por exemplo, que tem raízes na captação compulsória de renda gerada no país e deveria representar talvez o principal instrumento de ativação das bases nacionais do desenvolvimento econômico (o BNDE se destinou à promoção financeira de indústrias e serviços básicos), mistura no mesmo pé de conveniência e prioridade os financiamentos à indústria estatal de alcalis e os que se destinam a reforçar o patrimônio e muitas vezes a posição monopolista de empresas estrangeiras. Não é demais recordar, aliás, que todas as grandes inversões de capital estrangeiro novas, realizadas no Brasil, nos últimos anos, ou os programas de reinvestimento de empresas entre nós já instaladas, receberam apoio de fundos públicos do BNDE ou do Banco do Brasil, neste caso até para capital de giro.

Outro campo de atitudes contraditórias do Estado está na sua política de câmbio e comércio ex-

ES NUM. 1

terior, ora demasiada "liberal" quanto aos movimentos de capital, ora estreita e discriminatória (a favor dos EE. UU.) em relação às trocas de mercadorias. Tem-se a impressão de que o Governo (podemos dizer os Governos) proposadamente procura fugir a qualquer idéia quanto à extensão da interferência dos capitais estrangeiros sobre o nosso balanço de pagamentos — afinal de contas a principal porta ao mais rápido desenvolvimento da capacidade produtiva do país.

III

Passemos a considerações quanto à posição das forças sociais que poderão atuar mais decisivamente no sentido das transformações democrático-burguesas preconizadas pelos marxistas.

O PROLETARIADO. Não há contradição entre as teses programáticas aqui defendidas acerca da revolução democrático-burguesa, do desenvolvimento industrial e agrário-capitalista, de um lado, e a posição óbvia dos marxistas em favor da classe operária, de outro.

Na realidade o desenvolvimento econômico-industrial em curso no Brasil vem sendo acompanhado do crescimento quantitativo e da capacidade de organização do proletariado. Ao lado dos trabalhadores da manufatura surge e se desenvolve o operário fabril, amadurecendo a sua consciência de classe, particularmente em São Paulo e Distrito Federal, e em menor escala em Minas Gerais, Estado do Rio Grande do Sul.

97

MAI - JUN 1988

Vejam objetivamente, embora de modo sumário, alguns problemas e peculiaridades que acompanham as relações da classe operária com o sistema econômico democrático-burguês em expansão:

a) os gastos com salários, dentro dos custos industriais, via de regra são muito baixos, fato que decorre em parte da própria natureza da indústria, tecnicamente atrasada, e em parte da pressão das migrações rurais sobre o mercado de trabalho, com o camponês se transformando em mão-de-obra industrial. Os níveis de salário não podem proporcionar à classe operária um padrão de vida condigno.

Esse tipo de desenvolvimento econômico que os marxistas admitem, realizado sob a liderança da burguesia, não conduzi à classe operária a um pioramento absoluto e relativo em seu padrão de vida? *Absoluto*, achamos que não, sobretudo porque os trabalhadores podem lançar reivindicações e greves por aumentos periódicos de salários. *Relativo*, sim, dado que o desenvolvimento se exprime como um fenômeno de concentração capitalista (a concentração de rendas é ainda mais pronunciada sob os efeitos da espiral inflacionária). Mas por outro lado, o desenvolvimento fabril se acompanha da transferência maciça de populações antes ocupadas (digamos sub-ocupadas) em atividades agrícolas, de baixa produtividade, para o círculo do trabalho industrial. O mercado interno ganha em extensão e elasticidade;

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

b) é enorme a massa de operários ligada às indústrias estrangeiras instaladas no país, notadamente em São Paulo e Distrito Federal. A contradição entre os seus baixos níveis de salários e os altos lucros auferidos por essas empresas (remessas para o exterior e auto-financiamento das inversões) deve ser direta e amplamente explorada;

c) o peso específico das mulheres e crianças no total da mão-de-obra industrial é muito elevado. A isso correspondem problemas econômicos e sociais que, em cada caso, reclamam soluções;

d) crises eventuais de mercado ocasionando desemprego da mão-de-obra, como sucede presentemente nas indústrias têxteis, aliás as únicas realmente sujeitas ao fenômeno, dada a precariedade da sua tecnologia e escasso poder competitivo no exterior.

O PROBLEMA AGRÁRIO. Na formulação da tática relativamente à revolução agrária-capitalista, é necessário ter maior cautela.

Preliminarmente, situemo-nos nos problemas da propriedade territorial. Encontramos no Brasil os seguintes agrupamentos de propriedade, definidas em razão da área de terra possuída e dos modos de sua utilização:

a) pequenas propriedades, em número de 711 mil (se consideramos as que abrangem menos de 10 ha.), e assim chamadas de área não mais que compatível com o trabalho e as necessidades de consumo do camponês e sua família. Segundo o Censo de 1950,

PROBLEMAS EM DEBATES

eram 35% do número total das propriedades agro-pecuárias recensadas, mas absorviam somente 1,2% da área global;

b) médias propriedades, cuja característica principal seria disponibilidade de áreas suficientes à manutenção do trabalho assalariado e à produção para o mercado. Se atribuímos, a esse tipo de propriedade, uma dimensão variável entre 10 e 200 ha., seu número será de aproximadamente 1,2 milhões (Censo de 1950), correspondente a 23% da área global das propriedades recensadas no ano;

c) grandes propriedades capitalistas, ou empresas agrícolas, que se caracterizam por promover inversões de capital em larga escala, mantêm regimes de trabalho assalariado, etc. Não é possível saber-se o quantitativo de sua disseminação, mas sua presença é mais freqüente nas economias do trigo, arroz (Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Minas), café, cana de açúcar (São Paulo e Estado do Rio, particularmente) e mesmo cacau;

d) grandes propriedades latifundiárias, onde a terra é incorporada escassamente ao processo produtivo, e por métodos rudimentares, originando uma baixa produtividade de mão-de-obra e da propriedade. O latifúndio permanece notadamente na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, existindo por vezes no Sul, em particular nas zonas de pecuária. Nos seringais e castanhais da Amazônia, através dos "altos rios" Purus, Juruá, Madeira, Solimões, Tocantins e afluentes, o latifúndio é, na

ES NUM. 1

sua essência, semi-feudal, sustentando formas de dependência pessoal primitivas, aberrantes, do trabalhador rural ao "coronel".

Como linha geral programática, devemos diferenciar a grande exploração capitalista do latifúndio (e do sistema econômico da utilização) que se dá à terra; noutros termos: a partir de uma relação dos fatores terra, capital e mão-de-obra.

Em que pesem suas dimensões, uma exploração agrícola, digamos de 300 ha., onde existam grandes inversões de capital por unidade de terra, mão-de-obra assalariada, produção para o mercado, etc., corresponde a um instrumento progressista e deve ser estimulada. Não podem os marxistas, entretanto, prestar qualquer apoio à grande propriedade rural (o tamanho pode variar conforme a região em que se situe) cujos recursos em terra são pouco explorados, e ainda assim mediante a aplicação de sistemas agrícolas extensivos, baixa inversão de capital e relações de produção pré-capitalistas.

Dêse modo, não somos contrários à propriedade rural em função das suas dimensões, mas conforme o grau de sua participação no processo de formação da renda e do desenvolvimento econômico em geral. De resto, elaborar a tática simplesmente em atenção à área da propriedade, daí negando qualquer aliança com as de maior tamanho, equivaleria a desconhecer a própria tendência do desenvolvimento capitalista na agricultura, que se baseia, afinal, no pro-

MAI - JUN 1958

cesso de absorção da pequena pela grande propriedade.

Além desses 2 milhões de proprietários rurais, que detêm uma área de terra da ordem de 234 milhões de hectares (ainda o Censo de 50), moram e trabalham no campo aproximadamente 7 milhões de camponeses sem terra (e mais suas famílias), nas categorias de assalariados agrícolas, semi-assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes.

As relações de produção em que se situa essa enorme massa camponesa são extremamente diversificadas, e servem para atestar a penetração desigual do capitalismo no campo. Ao Sul, especialmente nas lavouras do trigo, do arroz e café, os modos de produção agrícola e mesmo o mercado mantêm-se mais desenvolvidos. Assinala-se a preponderância dos arrendamentos como sistema de aluguel da terra (na rizicultura gaúcha ocorre a fusão curiosa entre a alta capitalização e o sistema da parceria agrícola, muito difundido), do salário a dinheiro e de outras formas econômicas capitalistas sobre as formas semi-feudais, embora em São Paulo (e no arroz gaúcho) a parceria agrícola seja freqüente, e os assalariados das usinas e fazendas ainda carregam certas obrigações pré-capitalistas, de "mercado fechado". O assalariado-empregado, nas lavouras de café e açúcar, recorda a figura do "partidista" semi-feudal das áreas do cacau, do Sul da Bahia.

Ao Norte e Nordeste, a penetração do capitalismo se faz em

FUNDAMENTOS ECONOMICOS

escala diminuta, mantendo-se mais enraizadas as relações sociais e os métodos de produção pré-capitalistas, notadamente se consideramos a situação nas áreas de plantio do algodão, cana de açúcar, milho, fumo ou mandioca, e nas de extração da carnaúba, borracha, madeiras e produtos florestais em geral.

Por maior desenvolvimento que hajam atingido as condições da economia agrária, e mais forte que seja a penetração do capitalismo, não desapareceram as reminiscências semi-feudais: o pagamento do salário a dinheiro, no Sul, às vezes leva em conta o "direito de plantar", ou são os arrendamentos capitalistas que surgem acompanhados da proibição ao arrendatário de dispor da terra à sua vontade, de entrar em contato direto com o mercado e vender livremente os seus produtos. Em Pernambuco, na lavoura canavieira das usinas e dos engenhos, ainda subsiste uma combinação curiosa, que é o pagamento de salários a dinheiro ao lado dos "dias de cambão", uma reminiscência da corvêia medieval.

O aluguel da terra, muitas vezes, já aparece sob a forma capitalista do arrendamento. Mas é comum a parceria agrícola, uma modalidade atrasada de locação, compreendendo "meiação", a "terça", etc., amplamente disseminadas nas áreas de lavoura mais pobre e na pecuária. A formação dos cafezais, nas zonas pioneiras do Paraná, Mato Grosso e Goiás, baseia-se na parceria. Até no atual "rush" capitalista do trigo o regime subsiste.

PROBLEMAS EM DEBATES

ES NUM. 1

O "barracão", outra sobrevivência semi-feudal, predomina na agricultura do Norte e Nordeste, embora exista, bastante difundido, nas regiões do Leste, Centro e Sul do país. O "barracão" fornece ao trabalhador, em conta a crédito, mediante "vales" ("boró", "bicudo", como chamam em São Paulo) e a preços muito acima dos vigentes no mercado livre, os bens de consumo e instrumentos de trabalho a ele necessários, para cobrá-los em descontos de salário ou em espécie. Em certas áreas de Goiás não se encontra o "barracão"; o comum é o trabalhador ir ao "comércio" (vila ou localidade mais próxima) adquirir os bens de que necessita, *na conta do patrão*.

O conhecimento dessas condições econômicas e sociais sob as quais trabalham os camponeses sem terra, extremamente heterogêneos, e de suas reivindicações específicas de classe, torna-se imprescindível à elaboração da tática. Um fato inicial é evidente: a pressão, forte em certas regiões, das massas camponesas sem terra sobre os grandes proprietários territoriais, no sentido de conseguir emprego. Isso, aliás, é um dos impulsos da "crise agrária", quanto à sua tendência de absorver maior quantidade de mão-de-obra que de técnica, ou de reduzir seu rendimento/área de cultivo.

Para aliviar essa pressão, dois caminhos se oferecem:

a) incentivar as transferências da mão-de-obra para as indústrias, o que afinal importa em que estas tenham capacidade de absorção;

b) promover a libertação legal ou material do fator clássico de produção agrícola, que é a terra, quando este não venha sendo adequada e suficientemente utilizado, para incorporá-lo ao processo produtivo da agricultura sob o poder (propriedade, usufruto, cessão, arrendamento, etc.) das massas camponesas atualmente sem terra. Nesse particular a reforma agrária admitiria uma política de várias faces, como sejam:

— desapropriação das terras dos latifúndios, notadamente as próximas dos centros de consumo, para venda ou cessão a camponeses pobres que as quisessem trabalhar,

— arrendamento obrigatório, a baixo preço, das terras "de reserva", não cultivadas, das grandes propriedades.

— sistematização legal do instituto do arrendamento rural, e redução nos seus preços atuais.

— dação de uma legislação social adequada ao campo, de maneira a melhorar a situação do trabalhador rural quanto às suas condições de salário, relações de emprego, etc.

Com essas e outras medidas, busca-se aumentar a produtividade, a renda, a capacidade aquisitiva das massas camponesas, arrastá-las a novas relações de mercado. É preciso compreender que a intensificação do nosso desenvolvimento econômico, e talvez mesmo a manutenção dos ritmos atuais, dependem de que o mercado rural possa absorver cada vez mais a produção industrial em expansão. Como as indústrias instaladas no país

MAI — JUN 1968

aparecem debaixo de reduzida produtividade, sem poder competitivo com a produção de países mais desenvolvidos (e dessa maneira sem possibilidade de ganhar mercados no exterior), sua principal saída, notadamente às indústrias de bens de consumo, está em ganhar um mercado interno baseado mais de perto nos produtores agrícolas, que constituem cerca de 73% da força de trabalho nacional.

O PROBLEMA DO ESTADO.

A tática marxista em face do Estado e do Governo, nas condições atuais do desenvolvimento democrático-burguês do país, poderá adotar as seguintes premissas:

1. A intervenção do Estado no domínio econômico, nas diversas modalidades com que se apresenta, e particularmente através das inversões diretas e de uma adequada política econômica externa, poderá quebrar os focos de estagnação e desequilíbrio que entravam o maior desenvolvimento das forças produtivas. Não ocorrem conflitos sensíveis, como os anti-estatistas apregoam, tomado o problema do ponto de vista dos interesses nacionais, entre o Estado e a iniciativa privada, nem mesmo quando o Governo adota atitudes empresariais, como nos casos de Volta Redonda ou CHESF. Na realidade o intervencionismo estatal tem sido supletivo das "livres decisões" da burguesia nacional investidora.

Preconizamos que o Estado, apoiado na necessidade de estimular os ritmos do desenvolvimento espontâneo e de dar-lhe conteúdo nacional e social, prossiga adotando,

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

do, ou venha a adotar, como programa de ação:

a) inversões preferenciais no setor dos bens de produção, corrigindo a opção da iniciativa privada pela indústria de bens de consumo, cujo horizonte de rentabilidade e recuperação do capital é mais rápido;

b) comércio exterior mais amplo, sem discriminação contra os países do socialismo;

c) ampliação dos investimentos através do BNDE, exclusivamente a empresários nacionais;

d) defesa dos programas da Petrobrás, de Volta Redonda, do Plano do Carvão Nacional, da Cia. Nacional de Alcalis;

e) efetivação, em bases nacionais, dos programas previstos no Fundo Nacional de Eletrificação e na Eletrobrás;

f) ativação dos programas de investimentos públicos nas áreas mais pobres do território nacional: Nordeste, Amazônia, Leste, Centro-Oeste;

g) maior flexibilidade na política de contingenciamento da produção em setores de "mercado crítico", como os do sal, açúcar, etc.;

h) medidas concretas, de natureza cambial, para contornar a grave crise de divisas, em perspectiva (compromissos cambiais registrados na SUMOC), e que poderá afetar drasticamente a capacidade para importar e o processo acumulativo do país.

2. O capitalismo de Estado, quer dizer, a forma mais adiantada de intervenção governamental na esfera dos investimentos e da pro-

PROBLEMAS EM DEBATES

dução, não pode ser tomado como um fenômeno estratificado e homogêneo. É mesmo difícil afirmar-se onde termina a simples intervenção governamental e onde começa o capitalismo de Estado. Por isso, a tática marxista não pode tratar às cegas a chamada "propriedade social", ou o capitalismo de Estado, batendo-lhes palmas.

É certo que o capitalismo de Estado tem se desenvolvido mais fortemente naqueles setores onde somente o imperialismo, pela sua maior capacidade investidora, poderia atuar: siderurgia, petróleo, energia elétrica, indústria química de base, transportes ferroviários e marítimos, entre outros. Isso diz do

ES NUM. 1

sentido nacional (e das contradições com o imperialismo) desse esforço de desenvolvimento. No entanto, há momentos em que o capitalismo de Estado se associa ao imperialismo — e então deve ser combatido. Um simples exemplo: as associações no campo da indústria de energia elétrica, como ocorre entre a CHESF e a Bond and Share e está em perspectivas em Furnas e Três Marias. O combate, evidentemente, não deve visar aos empreendimentos estatais em si, mas à política de vender energia em alta tensão às concessionárias estrangeiras, para estas distribuírem ao consumo retendo os maiores lucros da operação.

CRÍTICA DE LIVROS

"HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA"
OU A NEGAÇÃO DO POVO NA HISTÓRIA (*)

Ray Facó

Num país como o nosso, onde a história deve passar realmente por uma completa reelaboração, ser interpretada não do ponto de vista das classes dominantes, mas das classes dominadas, devemos saudar todo empreendimento no sentido de destacar o papel do povo nos acontecimentos históricos.

Alegrei-me, por isso, ao tomar conhecimento da publicação da *História Sincera da República* de Leôncio Basbaum, subtítuloada --

(*) Leôncio Basbaum, HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA. Tentativa de interpretação marxista da História. — Livraria São José, Rio de Janeiro, 1967.

"Tentativa de interpretação marxista".

É conhecida a falta de uma tradição marxista em nosso país. A intelectualidade brasileira do passado, mesmo os seus vultos mais talentosos e brilhantes, deram sempre grande atenção às correntes do pensamento que surgiam na Europa. Acompanhavam passo a passo as diversas "escolas" sociológicas, filosóficas, econômicas da Inglaterra, França, Alemanha. Mas, sistematicamente, ignoraram Marx. Em nossos estudiosos do século passado há, quando muito, referências ao nome de Marx e quase

CRÍTICA DE LIVROS

sempre revelando não conhecimento direto de sua obra, mas citações de segunda mão. A essência da doutrina marxista foi ignorada. Desconheceu-se não só a publicação do *Manifesto Comunista* mas do próprio *O Capital*, ou de trabalhos de Engels tão importantes como *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* ou o *Anti-Dühring*. E essa falta de tradição marxista entre nós é tão grande — tão grande o nosso atraso nas bases da ciência marxista — que, passados 90 anos do seu aparecimento, não temos uma tradução brasileira de *O Capital*.

Não é de admirar, por isso, que as nossas "interpretações marxistas" da história e dos acontecimentos tenham tantas debilidades, capenquem tanto e muitas vezes estejam tão longe do marxismo como o céu da terra.

Não há dúvida, porém, que vale os esforços dos estudiosos no sentido de utilizar o método marxista de interpretação — e só podemos nos regozijar pelo número crescente destes estudiosos. E estes esforços devem ser estimulados, tanto mais que nada ou quase nada temos de sólido e apenas damos os primeiros passos neste terreno. Erros, portanto, tem que haver. Mas não devemos desesperar por isso. Diz o povo que errar é que se aprende.

Mais ainda: a ausência de debates, de discussão ampla, durante anos e anos, entre os nossos estudiosos do marxismo, foi uma das

ES NUM. 1

principais causas da nossa debilidade ao empreender estudos marxistas sérios. Daí a necessidade de incentivarmos a publicação de trabalhos sobre o assunto, bem como a de participarmos com a nossa crítica franca da sua elaboração, pois dificilmente poderão ser obra de uma só pessoa.

E Leôncio Basbaum compreende tão bem estas dificuldades que subintitula o seu livro de "tentativa" de interpretação marxista. Quer dizer: sabe antecipadamente que não fez um trabalho completo e naturalmente se mostra disposto a modificá-lo desde que se convença da necessidade de fazê-lo. Além disso, Basbaum anuncia o prosseguimento de sua história da República, estando assim interessado em que haja clareza quanto a alguns pontos básicos já abordados neste primeiro volume.

As principais observações que tenho a fazer ao livro de Basbaum são: a) o papel do povo na fundação da República; b) as classes em face ao Poder político; c) o mercado interno e o atraso do Brasil; d) a intelectualidade, a igreja e o exé ceto em relação às classes dominantes.

I

O Papel do Povo na Fundação da República

Em sua *História Sincera da República* Leôncio Basbaum parte de um ponto de vista errôneo ao empreender seu trabalho. Considera a história da República "um epi-

MAI — JUN 1968

sócio pobre de movimentos, homens e idéias e de significação muito relativa: um passeio militar que, num momento de exaltação do comandante da tropa, derrubou um Império..." (p. 13).

Aí o autor toma a nuvem por Juno e reduz ao 15 de novembro o que foi uma luta de gerações sucessivas, muitas vezes luta sangrenta, e atribui à exaltação de um comandante de tropa a de rubada de um Império.

Pode haver nada mais antimarxista, porque fora da realidade, ignorando classes e grupos de classes em choque, interesses antagônicos, sem ver os chefes como expressão de classes ou grupos de classes, mas isoladamente, mudando a história a seu capricho?

Em sua *História Sincera da República* Leôncio Basbaum parte de um ponto de vista errôneo. A origem dessa atitude de Basbaum está no fato de negar êle absolutamente que a República tenha sido uma aspiração popular, fruto de um anseio popular.

Basbaum afirma que "a tradição monárquica era maior e mais integrada na alma popular que a República. Essa tradição monárquica tinha pelo menos quatrocentos anos" (p. 283).

Que tradição monárquica era essa de quatro séculos, Basbaum não explica. Com João VI o povo brasileiro conheceu o primeiro monarca, um monarca fugido e ridicularizado, mas isto em 1808, quer dizer, 80 anos apenas antes da República. Nos três séculos anteriores o povo brasileiro conhecera os

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

régulos da Metrópole, que se chamavam governadores gerais ou vice-reis mas que na realidade não passavam de delegados dos colonizadores — tirânicos, brutais, mãos de ferro contra o povo e odiados pelo povo. Assim, se se pode falar de "tradição" e a de ódio do povo pelo que representava o poder monárquico dos colonizadores. Depois de João VI, Pedro I foi encarado como um estrangeiro, e sua substituição logo se impôs. A Regência — todo um decênio — foi um governo de características mais republicanas do que monárquicas. E' portanto falso afirmar-se, como faz Basbaum, que "ao contrário" da monarquia "a República não era um anseio popular." (p. 283).

Toda a nossa história mostra irrefutavelmente o inverso. República era a negação da monarquia, do regime tirânico dos representantes dos reis da Metrópole. República era sinônimo de independência nacional e liberdade política e econômica. República — traduzia reivindicações de caráter burguês, progressistas para a época, a partir de Tiradentes e seus companheiros em 1789, dos Alfaiates em 98, dos republicanos do Nordeste em 1817 e 24. As idéias da Revolução francesa e da Independência americana estão aí bem vivas, ateando êsses movimentos contra o domínio colonial, contra a feroz exploração da Metrópole, que, esta sim, se confunde com a monarquia.

Infelizmente, dessa concepção errônea está impregnado todo o

CRÍTICA DE LIVROS

livro de Basbaum, até às conclusões finais, quando afirma:

"De fato, o povo, que praticamente não existia, não participou da luta pela República e menos ainda da implantação do novo regime" (p. 333).

Aí está como Basbaum confunde o ato da proclamação da República, a 15 de novembro, com o movimento republicano, que era antigo na história do povo brasileiro, que tinha participação popular de massas. O próprio Basbaum cita o grande número de clubes republicanos surgidos nos anos que antecederam à República, sendo que mais de 300 clubes se fundaram no ano e meio decorrido entre a Abolição e a República. Isto num país de população rala, no máximo uns 15 milhões de habitantes, a grande maioria vivendo no campo, isolados entre si, sem possibilidade de se organizarem para lutas. Basbaum revela uma certa má vontade com o que conside a um excesso de jornais republicanos que se editavam por toda parte. Mas êste fato mesmo era revelador de vida política, de atividade política do povo, de sua participação, desta ou daquela forma, nas lutas que se vinham travando por um futuro melhor.

Basbaum diz combater os "mitos" da história mas acredita em mitos como êsse da indiferença do povo pela República, adrede espalhado no dia imediato à proclamação, na frase tão repetida de Aristides Lôbo, frase insultante ao povo — que êste assistira "bestializado" à proclamação da República.

ES NUM. 1

Não será mais justo afirmar-se, como Euclides da Cunha, que depois da Abolição — decetada ante um poderoso movimento popular que ameaçava transformar-se em insurreição — "a República não podia ser uma surpresa, inexplicável estribilho dos que enfermam de nostalgia do passado...?"

Nos combates à monarquia Basbaum vê apenas uma resultante do "temperamento" e "paixão brasileira pela oratória" (p. 274). Nega assim a própria evidência, quando homens como Ferreira Viana bradavam, fustigando Pedro II: "Quarenta anos de reinado, quarenta anos de mentiras, de perfídias, de prepotências e de usurpações!"

Se até homens das classes dominantes como o parlamentar Ferreira Viana sentiam isto, o povo seria insensível? Não, de forma alguma. E uma prova disso são as comemorações populares promovidas pela mocidade estudantil para o centenário da queda da Bastilha, numa evidente hostilidade à monarquia, e finalmente o atentado frustrado contra o imperador.

Mas Basbaum considera que Pedro II "não simpatizava com a escravidão", seria "suspeito aos olhos dos escravocratas" e, finalmente, que as leis antescravistas "foram tôdas de iniciativa governamental" (p. 309). E desde que não refuta, concorda com o barão de Cotegipe, ao citar as palavras dêste de que "o Imperador havia redimido uma raça" (p. 310).

A história mostra precisamente o contrário: que o imperador ma-

MAI — JUN 1958

nobrou a vida inteira contra a emancipação dos escravos através de medidas protelatórias. Agia como expressão do Poder político dos latifundiários e escravistas interessados em prolongar ao máximo a escravidão. Mais de vinte anos antes do 13 de maio de 1888, respondendo a um apelo da Associação francesa para abolição da escravatura, Pedro II mandava dizer oficialmente que no Brasil a abolição era simples "questão de oportunidade". E a oportunidade tardou mais de dois decênios! Assim, com todo este cinismo imperial, como admitir sequer que Pedro II tenha redimido uma raça? Ainda em 1887, a princesa Isabel, depois chamada "a redentora", ameaçava as garantias constitucionais em São Paulo para obrigar os chefes abolicionistas a destruir o reduto de escravos livres do Cubatão. Aí está uma prova de que a "redentora" e a monarquia defenderam até o último momento o regime servil, e o ato de 13 de maio só foi assinado depois da votação esmagadora do parlamento, cujas sessões eram assistidas por multidões entusiasmadas, enquanto demonstrações de massas tinham lugar nas suas cercanias em favor da abolição imediata e o próprio Ministro da Agricultura era forçado a reconhecer que já estavam "quebrados todos os elementos de resistência".

Aí está o povo nas ruas impondo a abolição da escravatura. Esse povo que pelo menos havia oito anos assistia às conferências do Teatro São Luís promovidas pela Associação Central Emancipadora.

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

O povo que dava fuga aos escravos das fazendas. O povo de onde saem os humildes jangadeiros cearenses que se recusavam a embarcar escravos. O povo que inspira os inflamados discursos antiescravistas de Patrocínio e Nabuco e que estimula a decisão — verdadeira insubordinação para a época! — da oficialidade do exército de não intervir na caça aos escravos fugidos.

Era inevitável que no dia seguinte à libertação dos escravos se multiplicassem os clubes republicanos. Não se tratava, como repete Basbaum, de despeito dos escravistas ante a medida emancipadora. Era o povo confiante em suas forças, conscientes de que, se tinha sido vitorioso na campanha emancipacionista, poderia conquistar a República.

E' sabido que a intelectualidade reflete, desta ou daquela maneira, o estado de espírito de uma época, de uma classe ou camada social, de certas aspirações ou tendências ideológicas, políticas, etc. No Brasil, na segunda metade do século XIX, sob a influência das transformações burguesas por que haviam passado a Europa e os Estados Unidos, a intelectualidade traduzia os mais sentidos anseios da burguesia nascente — transformações de caráter burguês e sentidos anseios populares. Não foi por acaso que surgiu no Brasil um poeta do vigor combativo de Castro Alves na campanha pela abolição. Sua inspiração brotava do seio do povo. E, ninguém o ignora, a campanha pela abolição se ligava cada

CRÍTICA DE LIVROS

vez mais estreitamente à luta pela República — uma vez que a monarquia a adiava para as calendas gregas. O abolicionista Castro Alves, o jovem de 20 anos do fogoso movimento estudantil do Recife, participava dos comícios do "republicano" Borges da Fonseca. Castro Alves dedicou um de seus mais belos poemas ao bravo capitão das lutas republicanas de Pernambuco, Pedro Ivo. E quem não sabe de cor seus versos cristalinos — "República, vdo ousado / do homem feito condor..."?

Isto vinte anos antes do 15 de novembro!

Euclides da Cunha recorda que nos seus tempos de estudante (pe- los meados da década de 80) em seus cadernos de matemática se mesclavam com os cálculos aqueles versos do Poeta dos Escravos. E acrescenta: "Assim, andávamos nós naqueles tempos: pela positividade em fora e a tatear no sonho".

Antes disso, no fim da década de 70, escrevendo sobre a nova geração de intelectuais brasileiros da época, o austero Machado de Assis assinalava: "Não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado republicano" (*A nova geração*, 1879, *Crítica Literária*, Ed. Jackson, Rio, 1947).

O entusiasmo popular pela República ia em crescendo. Numa crônica sôb e o então jovem João Ribeiro, que depois seria o historiador mas ainda era o poeta, Sil- vio Romero destacava com indis-

88 NUM. 1

farçável simpatia: "O sinal característico é o tom tribunicio da poesia. A corda nova que se juntou à lira dos poetas é a corda política e social. Rejeitando o velho romantismo lamuriento, os moços fazem uma poesia de combate, interessam-se pelos problemas sociais, e todos eles, todos os jovens literatos são republicanos (*História da Literatura Brasileira* (1ª ed. 1881), p. 316, 3ª ed., Rio, 1943).

Não é de crer que estes poetas e literatos falassem de uma coisa que não existia. Não é de crer que somente eles sonhassem com a República. A verdade inofensável é que a República era uma aspiração do povo.

Que a 15 de novembro tenha havido um "arreg'o" pa a solução incruenta da crise que não mais poderia ser detida, isto não surpreende, conhecendo-se o caráter das classes dominantes do Brasil. Nas horas decisivas, ante a iminência de uma luta de resultados duvidosos, elas estão sempre em favor de um acordo, contanto que não haja luta, firmam qualquer compromisso para manter pelo menos parcialmente suas posições.

Leôncio Basbaum, porém, tem em mau conceito o povo naquela época, ao afirmar ter ele aderido à República somente quando a família real embarcou para a Europa.

A esta "interpretação marxista" eu prefiro a do velho historiador João Ribeiro quando afirma: "A República e... uma aspiração antiga do povo genuinamente nacional. Ao passo que a monarquia

MAI — JUN 1968

era uma transação" (*História do Brasil*).

Por não perceber isto, Basbaum revela absoluta incompreensão do significado histórico de um movimento da alta da Inconfidência Mineira. Qualifica-a desdenhosamente de "conspiração de literatos, mais ligados ao sonho do que à realidade" (p. 217). É o caso de dizer-se: então vivam os sonhos! Diz Basbaum que "se tem exagerado a importância da Inconfidência". Que se trata de "um dos muitos mitos com que encheram a história do Brasil". Que sua repercussão no país se deve "sobretudo, senão unicamente, à morte violenta e brutal de Tiradentes".

Em toda essa revisão histórica da Inconfidência a lógica não é a de um marxista. Basta recordar a feroz repressão das autoridades coloniais contra os conspiradores para reconhecer a sua importância. No movimento estavam envolvidos homens de diversas camadas sociais e de diferentes origens. O estudante José Joaquim da Maia era filho de um pedreiro. Tiradentes, um simples alferes das milícias e sem dúvida um homem estreitamente ligado ao povo. Álvares Maciel, um homem de ciência, juristas, poetas, alguns sacerdotes católicos, fazendeiros, diversos elementos dos regimentos reais e inclusive escravos, embora estes não participassem dos conciliábulos. Pela denúncia de Silvério dos Reis, havia aderido à conspiração "a maior parte das pessoas consideráveis da Capitania" (J. Norberto,

110

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

História da Conjuração Mineira, p. 425, Rio, 1873).

Os conspiradores tinham bastante clareza de objetivos: a República a que aspiravam era um símbolo de independência e progresso. Até fábricas planejavam, a liquidação dos monopólios coloniais, a cessação da exportação do ouro, o aproveitamento das riquezas minerais do país. Álvares Maciel, que estava na Europa, segundo uma das denúncias, seria enviado à Inglaterra para conhecer suas máquinas manufatureiras. Confessou o poeta Alvarenga que "falava-se muitas vezes na liberdade do comércio e na franqueza dos portos segundo a pretensão da França e outras potências". Cogitou-se inclusive da libertação dos escravos (Norberto, *op. cit.* p. 106/107).

Não se tratava de simples sonhos. Eram idéias naturais da burguesia na época, idéias que se espalhavam pelo mundo e se tornavam realidade em muitos países. Não por acaso o corpo de delito da conjuração compreende obras da história da República norte-americana e suas leis, que eram tidas como exemplo. É bastante expressiva a pergunta de um estalajadeiro da estrada Minas-Rio ao padre Rodrigues da Costa: "Sr. Padre, é certo que se quer fazer daqui uma Europa?" — "Eu sei?... Assim se diz" — respondeu o sacerdote. "Europa" traduzia transformações de caráter burguês.

Ninguém nega que havia um movimento pré-evolucionário nas Minas Gerais. Tanto assim que os conspiradores aguardavam a "der-

CRÍTICA DE LIVROS

rama" para iniciar o movimento. Aquela seria o ponto culminante da crise que atravessava a Capitania e que iria aumentar a indignação do povo, facilitando a insurreição.

Tiradentes podia não ser um conspirador exemplar, mas era, não há dúvida, um grande agitador e se ligava intimamente ao povo. É ele quem toma a seu cargo a tentativa de levar o movimento ao Rio. Por toda parte procura adeptos, inclusive entre os tropeiros das estradas, e lhes fala com ardo: da possibilidade do levante e da proclamação da República. Nos depoimentos, afirma que "se fiava mais nos paisanos". É que buscava o povo, sentia, talvez por instinto, que sem o povo nada era possível realizar.

Quanto ao fato da conspiração ter-se limitado a Minas, não era de estranhar assim acontecesse. No fim do século XVIII a nação brasileira ainda não estava constituída em todos os seus elementos, apesar da unidade territorial e de língua. Prevaleciam porém os interesses regionais, pois não havia unidade econômica nem tampouco psicológica. Mas o fato de ser regional o movimento não lhe tira a importância, sabido que é, pela nossa própria história, que com a vitória de um movimento num impo tante centro regional — e Minas era então o mais importante — se estende ele a todo o país.

Quanto à alegação de Basbaum de que a repercussão da Inconfidência se deveria "sobretudo, senão unicamente, à morte violenta e bru-

ES NUM. 1

tal de Tiradentes", tampouco prevalece em face da lógica. Não menos violenta e brutal foi a execução de Felipe dos Santos, cujo corpo arastado por cavalos banhou de sangue as ruas de Vila Rica. E a conspiração dos Alfaiates, na Bahia, que nos legou quatro mártires da força, nem por isso sobrepõe em perspectivas, clareza de objetivos e amplitude o movimento de Minas. Basbaum concorda porém com o sr. Afonso Rui (e não Rui Afonso) em que a conspiração dos Alfaiates foi "a primeira revolução social brasileira", quando não foi dado um passo além da simples conspiração.

Certamente, as autoridades coloniais não eram imbecis. Sabiam perfeitamente o que faziam. E ao punir com tamanho rigor a Inconfidência Mineira, ao arrastar seu processo por três longos anos, ao fazer da execução de Tiradentes uma vasta encenação pública — como uma severa advertência aos sonhadores da liberdade — tinham perfeita consciência de que a conspiração havia penetrado fundo no seio do povo.

E a melhor prova disso é que entre ela e a independência política do país medeiam pouco mais de três décadas.

II

As Classes em Face ao Poder Político

Afirma Leôncio Basbaum que, com a proclamação da República "não houve deslocamento de clas-

111

MAI — JUN 1968

ses no Poder". Sim, não foi uma revolução no sentido marxista do termo. Não foi a substituição de uma classe por outra. Mas não se pode negar tenha havido — ou melhor, se consolidado — com a República uma nova correlação das classes que partilhavam entre si o Poder: latifundiária e burguesia. Mais ainda: a participação da burguesia no poder político não pode ser considerada apenas a partir do advento da República. Ela já tinha sua parcela de Poder. As "medidas governamentais" a que se refere Basbaum no longo processo abolicionista — a supressão do tráfico de escravos, a lei do "ventre livre" e outras como a tarifa protecionista Alves Branco, a abertura do Amazonas ao tráfego internacional — não representavam interesse para os latifundiários semi-feudais e sim para os elementos da burguesia comercial e industrial. Foram medidas reclamadas por estes elementos e defendidas com ardor por homens como Tavares Bastos, de idéias e reivindicações tipicamente burguesas. Tímida e embora, a burguesia brasileira vinha tentando se impor desde os meados do século XIX. Mauá é a sua expressão mais brilhante e mais arrojada. O estaleiro de Ponta de Areia (1846), as comunicações telegráficas (1852), a primeira linha férrea (1854), a criação de colônias de imigrantes estrangeiros, a inauguração do cabo submarino (1874) são passos — lentos, vacilantes, medrosos — mas de qualquer forma progressos de caráter burguês. Nêles não ti-

112

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

nham nenhum interesse os latifundiários como tais. Ao contrário, o peso do latifúndio — ao lado dos obstáculos criados pelo capital inglês que penetrava então no país — é que esmaga o audacioso Mauá. O próprio poder político, onde naturalmente prevalecia o latifúndio, compactou criminosamente na sua liquidação. E esta representou um enorme retrocesso do Brasil no sentido do capitalismo, por onde começava a marchar. Mas os brotos burgueses não se extinguíram com Mauá.

Daí ser impossível concordar com Basbaum quando escreve que a tarifa protecionista da indústria, de iniciativa de Alves Branco, teria sido apenas "uma tentativa de represália contra a Inglaterra" (p. 143), por apreender os navios brasileiros dos traficantes de escravos. Foi justamente o contrário: as medidas da Inglaterra uma represália às iniciativas brasileiras que vinham estimular a indústria nacional e, portanto, prejudicar as exportações inglesas para o Brasil, sobretudo os tecidos, taxados em 60%. Tanto assim que a tarifa Alves Branco é de 1844 e o "bill" Aberdeen de agosto de 45. A nascente burguesia brasileira procurava firmar-se. E uma prova disso foi o avanço relativo em empreendimentos como a construção ferroviária e a entrada do braço livre no país. O próprio Basbaum reconhece que depois de Mauá "os caminhos de ferro se sucedem aceleradamente" e no fim do Império havia mais de 10 mil quilômetros de linhas construídas.

CRÍTICA DE LIVROS

Antes da República, somente na década que a precede, triplica o número de estabelecimentos industriais no país, sinal de que a burguesia se reforçava. E reforçando-se tinha já então sua participação no Poder e acumulava forças justamente para exigir uma participação ainda maior. Pensa Basbaum que "essa burguesia urbana, industrial ou mercantil, sem expressão política... não tinha nem podia ter forças para deubar um Império" (p. 156). É provável que tenha procurado um *modus vivendi* com a monarquia. Mas, na impossibilidade de alcançá-lo, não vacilou em destronar o imperador bonzinho e mandá-lo para a Europa. Fez-o com a simpatia do povo e com o apoio do povo. É uma ingenuidade supor que essa burguesia, embora covarde — devido à sua fraqueza econômica ante o latifúndio semi-feudal — "não desejasse participar do governo ou da vida política" (p. 159). Não há classe que não aspire ao Poder. E realmente, na medida em que se desenvolvia, a burguesia brasileira também participava do Poder, tinha no Poder os seus portavozes e realizado es de suas aspirações. Esta participação aumentou com a República.

Mas então Basbaum chega à conclusão absurda de que, havendo um relativo progresso econômico no país, "nada fazia supor que o fim (do Império) estivesse tão próximo" (p. 276). Na realidade, esse seu to de relativo progresso é que havia dado forças à burguesia — apesar de toda a sua debilidade

ES NUM. 1

como classe ante os senhores feudais — para exigir uma maior participação do Poder. A abolição da escravidão lhe interessava de maneira vital para dispor de mais mão de obra abundante com o trabalho livre. E a abolição foi um golpe nos latifundiários. Desde que estes perderam a escravaria, evidentemente se enfraqueceram do ponto de vista econômico e este enfraquecimento se refletiu em sua preponderância política.

A proclamação da República determinou, sobretudo nos primeiros anos do regime republicano, maior participação da burguesia no Poder. Esta participação ela o impôs logo na Constituição de 1891. Triunfava a velha reivindicação federalista com a concessão da autonomia aos Estados. Abalava-se, desta forma, o hermetismo da grande propriedade latifundiária. O presidencialismo, com a criação do Supremo Tribunal Federal encarregado de fiscalizar a execução das leis, era bem diverso do extinto "poder moderador", que atribuía ao imperador autoridade arbitral em todas as questões. Limitava-se, portanto, a prepotência do Poder central. Separava-se a Igreja do Estado, redundando em maior liberdade religiosa ou liberdade de não professar religião alguma. As liberdades democráticas em geral eram ampliadas, pois a burguesia, para expandir-se, necessitava delas. O Senado passava a ser eleito como a Câmara, não havia mais o terço de seus membros escolhidos pelo imperador e não era mais vitalício. Implantava-se o ensino lei-

113

MAI - JUN 1958

go nos estabelecimentos de ensino público, além de outras medidas de que jamais cogitariam os latifundiários como classe.

A tentativa conciliadora inicial entre as aspirações da burguesia e as do latifúndio, traduzida nas vacilações de Deodoro, encontram réplica enérgica em Floriano. Os florianistas se consideravam com razão os "revolucionários" do novo regime. Eram os elementos burgueses e pequeno-burgueses radicais, predominantes nas cidades, sobretudo no Rio. Foram eles que deram base para iniciativas como a tarifa protecionista de Rui Barbosa (1890), visando favorecer a fundação de indústria (taxava entre 45 e 60% cerca de 300 artigos de importação). E de 1890 a 1895 são fundadas mais de 450 fábricas, com investimentos superiores a 200 mil contos. Foram eles, os florianistas, os entusiastas das tropas voluntárias que esmagaram a revolta da Armada. Foram eles que pela bôca de Floriano, inebriados com a vitória, deram a célebre resposta aos ingleses — "à bala!" E, segundo o sr. Pedro Calmon, chegam a sonhar nessa época com a expulsão do capital estrangeiro do país...

Logo depois houve um recuo. Ao impulsivo Floriano Peixoto substituiu o chamado "homem moderado", Prudente de Moraes. E o retrato perfeito da conciliação escandalosa entre a burguesia e o latifúndio semi-feudal. "Moderado" para prosseguir ou amortecer os empreendimentos reclamados pela burguesia e manter os privilégios

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

dos latifundiários, foi impiedoso ao esmagar a revolta dos camponeses de Canudos. Na verdade, com a subida de Prudente de Moraes os latifundiários começam a reconquistar terreno. É o compromisso aberto. A burguesia retrocede vergonhosamente. Um historiador objetivo caracteriza com certa justeza este retrocesso ao dizer que "o país varrerá de si a fantasia dos dogmas franceses... submerge a República teórica, que não fôra executável, e se impõe a República que podemos ter" (P. Calmon, *História Social do Brasil*, t. III, p. 88, 2ª ed., Rio). A conclusão é clara: renunciava-se à República burguesa "pura" para fazer-se a República do pacto latifúndio semi-feudal-burguesia.

Este é um fato da maior importância na história da República. E compreendê-lo é compreender este capítulo decisivo de nossa história. O compromisso latifúndio-burguesia se tornara imperioso desde que a burguesia contemporizara com a grande propriedade territorial, temera liquidar o latifúndio, eliminar os restos feudais. A escravaria fôra libertada mas se reduzira à semi-servidão. Quer dizer, os grandes fazendeiros conseguiram recuperar-se economicamente e, assim, acumular forças para restaurar suas posições políticas. Prudente de Moraes era o símbolo dessa restauração. Ele vinha daquele Estado onde, no terreno econômico e social, já se consolidara a aliança: São Paulo. Os grandes cafeicultores, ligados ao comércio externo, tinham sabido manobrar en-

CRÍTICA DE LIVROS

tre as aspirações de progresso burgueses e a conservação dos restos feudais, desde os tempos da monarquia. Tinham introduzido em suas fazendas o trabalho livre, com o imigrante europeu, mas sem abdicar dos privilégios semi-feudais, que impunham ao trabalhador.

Neste ponto deve ser rebatida outra opinião errônea de Leônicio Basbaum. E' quando afirma que os fazendeiros paulistas aderiram ao Partido Republicano, apoiaram o movimento republicano "a cada medida ou iniciativa ministerial orientada pelo trono, contra o sistema servil" (p. 268). Como se houvesse uma atitude de despeito, de descontentamento por isso. Como se o trono agisse contra a vontade das classes dominantes. Nem tantas foram as iniciativas ou medidas, orientadas ou não pelo trono, contra o sistema servil. A monarquia prolongou enquanto pôde, até o último alento, o regime escravista. As medidas de reforma que adotou, se satisfaziam em parte às exigências burguesas, também contribuíam para prolongar a vida da escravidão e, sobretudo, impedir sua abolição violenta, por via revolucionária.

Tôda a argumentação de Basbaum em torno do suposto escravismo ferrenho dos fazendeiros paulistas se choça com a realidade, com os fatos. São Paulo, no fim do Império, não era o Estado que possuía o maior contingente de escravos. O próprio Basbaum cita que enquanto Minas e o Rio de Janeiro tinham cada um aproximadamente 260 mil escravos, São Pau-

ES NUM. 1

lo possuía pouco mais de 170 mil. São Paulo era, porém, o Estado de maior contingente de trabalhadores livres. A substituição do braço escravo pelo trabalhador livre em São Paulo vinha de longa data. Era o Estado onde as relações de caráter burgueses tinham minado mais profundamente o regime escravista. A aristocracia territorial paulista era a que tinha maiores relações de produção burguesas. Mantinha seus latifúndios, conservava religiosamente os restos feudais, mas estava ligada ao grande comércio exterior e tomava ela própria iniciativas industriais. Nela se fundiam a grande propriedade territorial e a indústria. Por isso mesmo, nenhum outro setor das classes dominantes do Brasil reunia em si tantos predicados para o domínio político, através de governos que seriam a mais legítima expressão do compromisso entre os remanescentes feudais e a burguesia.

Finalmente, ao iniciar-se o governo Prudente de Moraes, nem os latifundiários tinham a antiga preponderância no Poder, nem a burguesia estava peada como nos últimos tempos da monarquia. Os grandes fazendeiros permaneciam uma força, podiam conservar seus latifúndios, desfrutar seus privilégios semi-feudais, mas a burguesia tinha as mãos livres para seus empreendimentos industriais e comerciais, trabalho livre, maior autonomia estadual e municipal, etc., limitados, é claro, pelo próprio latifúndio e pelos restos feudais que não tivera força para eliminar. As duas classes, uma em frente à ou-

MAI — JUN 1968

tra, fazem lembrar, naquelas circunstâncias, o mendigo e o céu de um dos romances de Machado de Assis. Fitavam-se, sobranceiros, como se dialogassem os dois num desafio:

- Afinal não me há de cair
[em cima.
— Nem tu me há de escalar.

III

O Mercado Interno e o Atraso do Brasil

Leôncio Basbaum cogita longamente da "causa fundamental" do atraso do Brasil e do "diferente desenvolvimento dos dois países, Brasil e Estados Unidos". Crê ter achado a explicação num relatório das Indústrias Reunidas Matarazzo: "... o problema fundamental do Brasil é o de encontrar os meios capazes de tornar uma realidade o seu mercado interno" (p. 30). E acrescenta Basbaum que "a causa fundamental" do atraso do Brasil foi realmente a ausência de um mercado interno (p. 35). As palavras têm o seu devido valor, e se Basbaum diz em seguida que isto "é consequência de outros fatores" (p. 35), então por que qualifica de "fundamental" essa suposta causa primária de nosso atraso? Por toda a sua exposição se percebe que seu ponto de vista é este: se no Brasil tivesse havido um mercado interno desenvolvido, o país teria progredido incomparavelmente mais depressa, em outro ritmo, como os EE. UU.

Ora, o mercado interno nasce do crescimento das forças produtivas, da divisão social do traba-

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

lho, da transformação dos meios de produção em capital. "O mercado interno surge quando surge a economia mercantil; cria-se pelo desenvolvimento desta economia mercantil, e o grau de fraccionamento da divisão do trabalho determina o nível de seu desenvolvimento; estende-se quando a economia mercantil passa dos produtos à força de trabalho" (Lênin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ed. em espanhol, Moscou, 1950, p. 47). Quer dizer, é necessário que o produto se transforme em mercadoria e também que a força de trabalho se transforme em mercadoria.

Basbaum tem outra idéia da formação do mercado interno. Diz, por exemplo, que "a miséria do povo na Inglaterra não permitiu (no sec. XVII) a expansão do mercado interno. Esta era uma tese dos populistas russos severamente combatida por Lênin. Lênin cita a propósito palavras de Engels ao afirmar que "a fome representava a criação do mercado interno para o capitalismo", pois, acrescentava Lênin, a ruína dos camponeses representava "a transformação da economia patriarcal em capitalista" (*op. cit.*, p. 151/52). A ruína dos camponeses significava mão de obra disponível, explorável, e portanto possibilidade de aumento da produção e do consumo, não importa que mais de meios de produção que de bens de consumo.

Mas é nas "conclusões" da primeira parte de seu livro que Basbaum revela inteira incompreensão do que é mercado interno e do

CRÍTICA DE LIVROS

seu papel. Escreve textualmente: "... a principal diferença que encontramos entre o nosso país e os Estados Unidos está na existência de um imenso mercado interno consumidor neste último país, que permitiu a tremenda expansão de sua indústria", etc. "Ao contrário, a falta de um mercado interno no Brasil exerceu uma influência justamente inversa" (p. 107).

A "principal diferença" na formação dos dois países — se se quer insistir neste assunto — está no surgimento muito cedo do capitalismo nos Estados Unidos (por sua origem, diz Engels, "um país moderno burguês"), no impetuoso desenvolvimento de suas forças produtivas, no incremento da indústria, determinando maior procura de produtos agrícolas, e antes a exigência destes, o fomento capitalista da agricultura, a divisão e especialização crescente dos trabalhos agrícolas, a diferenciação crescente do campesinato — entre assalariados agrícolas e agricultores capitalistas (farmers), o que não ocorreu no Brasil. Daí o surgimento e ampliação do mercado interno muito cedo nos Estados Unidos e só hoje registrar-se uma relativa expansão do mercado interno no Brasil.

Basbaum diz que no Brasil, a falta de mercado interno, "a ausência de consumidores obriga os produtores a procurar os mercados estrangeiros" (p. 107). É o caso de perguntar: e por que faltavam consumidores? (É preciso ver que os consumidores não são apenas, nem principalmente, os que com-

ES NUM. 1

pram bens de consumo, mas também e sobretudo os que compram matérias primas e meios de produção, os capitalistas, a burguesia urbana e rural). E faltavam consumidores porque a agricultura, inclusive aqueles ramos destinados à produção para a exportação, continuou durante séculos entravada pelos restos feudais. Predominava a economia natural. Desta forma o campesinato permanecia estacionário, não se diferenciava em classes — requisito indispensável para o seu progresso — pois havia apenas de um lado o latifundiário e de outro a grande massa camponesa semi-servil. Aquêle sem interesse em desenvolver sua produção, sem necessidade de máquinas e matérias primas, e esta fechada na fazenda, num mundo estreito e sem exigências maiores de bens de consumo, de conforto, de serviços.

Posteriormente, é claro, a ampliação do mercado interno exige e estimula, por sua vez, o aperfeiçoamento da técnica, um incremento constante da produção. Há uma influência recíproca cada vez maior.

O trecho de Matarazzo citado por Basbaum é perfeitamente justo para os nossos dias. Os grandes industriais que não querem ficar à mercê das imposições dos monopólios norte-americanos anseiam, sem dúvida, pela ampliação do mercado interno do Brasil. Mas, quando se reclama hoje a ampliação do mercado interno (fenômeno que aliás se vem verificando) subentendem-se os fatores que o determinam ou favorecem. No caso brasileiro, é reclamar a extirpação

MAI — JUN 1968

dos restos feudais no campo. Uma das vias para alcançar este objetivo — a mais direta e radical — é a divisão dos latifúndios semi-feudais entre a massa camponesa sem terra, a reforma agrária. Não porque, como acredita Basbaum, a "pequena propriedade" em si seja o ideal e vá resolver tudo. Mas porque a pequena propriedade vai liquidar com o poder dos grandes fazendeiros, libertar do domínio destes — e do atraso — a enorme massa dos sem-terra, acelerar a sua divisão em classes. Vai estimular a penetração do capitalismo na agricultura. E nas condições do capitalismo a divisão ou diferenciação inevitável entre camponeses ricos, pobres e assalariados agrícolas conduzirá ao aguçamento da luta de classes no campo e, do ponto de vista social, isto é um extraordinário progresso.

Mas Leôncio Basbaum quer negar inclusive o papel progressista do desenvolvimento do capitalismo em relação às formações pré-capitalistas. E observa ingenuamente, à moda dos socialistas pequeno-burgueses utópicos: "Se proveitos houve no desenvolvimento de estradas de ferro e portos marítimos, deles não partilhou o povo brasileiro..." (p. 207). "Melhorou com isso o nível de vida de nosso povo?" — indaga (p. 208).

De semelhante ponto de vista vamos negar todo progresso histórico-social e preferir a comunidade primitiva, a volta à caverna. Todo progresso econômico nas sociedades divididas em classes representa sempre sacrifícios para as gran-

HISTORIA SINCERA DA REPUBLICA

des massas. Mas representa avanço do ponto de vista social e desenvolvimento das forças produtivas. Marx já qualificava de "jermiadas reacionárias" os anelos dos que anseiam pela volta à boa vida patriarcal, aos costumes simples, etc. E presumir que as iniciativas burguesas, as estradas de ferro, os portos, as fábricas poderiam trazer proveitos diretos ao povo brasileiro, é simplesmente desconhecer o caráter do progresso burguês, cujo objetivo principal é o lucro, e não, de forma alguma, proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores e ao povo. Nisto precisamente consiste uma das premissas por que, em nossa época, a burguesia já não pode continuar desempenhando o papel de classe dirigente da sociedade.

IV

A Intelectualidade, a Igreja e o Exército em Relação às Classes Dominantes

Há três passagens do livro de Basbaum — referentes à intelectualidade, à igreja católica e ao exército — em que o autor comete um mesmo erro: separa estes setores, em bloco, das classes dominantes. Basbaum escreve: "... Enquanto nossos políticos procuravam copiar as instituições inglesas, as maneiras parlamentares inglesas, as expressões oratórias inglesas e pseudônimos jornalísticos ingleses, os intelectuais seguiam modelos franceses" (p. 230). E acrescenta que "isso se devia sem dúvida ao

CRITICA DE LIVROS

fato de serem os intelectuais, na sua maioria ou totalidade, pertencentes à classe média, não ligada aos interesses ingleses" (p. 230).

Não creio nesta separação. "Ingleses" ou "franceses", os intelectuais brasileiros se orientavam pelas idéias da burguesia européia. E estas eram idéias burguesas, quer viessem da Inglaterra, da França ou da Alemanha. Não podemos esquecer que por muitos Machado de Assis é considerado "um inglês", no seu "humour", no seu "pessimismo" à Swift e inclusive na sua técnica de romance. Antes dele, José de Alencar fora apontado como discípulo de Fenimore Cooper no romance indianista. Opinam outros que a influência de Álvares de Azevedo era byroniana. E a influência germânica na intelectualidade brasileira se acentuaria mais para o fim do Império, com as idéias de notáveis pensadores burgueses alemães, sob estudo através de Tobias Barreto e, em parte, Sílvio Romero.

E, portanto, simples exagero de Basbaum afirmar que "os nossos escritores são franceses escrevendo em português" (p. 232). A influência européia era acentuada, e não podemos condená-los por isso. Era uma influência altamente avançada para a época. Ajudou a formar o que há de melhor na literatura brasileira do passado. Daí não poder concordar com Basbaum quando escreve que não havia uma literatura nacional no fim do Império. Nessa época, com toda a possível influência inglesa, Machado de Assis retrata com grande ta-

ES NUM. 1

lento, originalidade e beleza de estilo a sociedade urbana do Brasil. Mais ainda, em sua obra, de cunho profundamente realista, encontramos o ambiente, a atmosfera, a alma brasileira. Suas narrativas estão impregnadas dos acontecimentos de seu tempo e da psicologia de seu povo. E ele tinha consciência disso quando ainda jovem crítico escrevia: "O que se deve exigir de um escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem de seu tempo e de seu país". E foi fiel a esta diretriz. Antes dele, a literatura brasileira não havia conseguido firmar tão alto seu caráter nacional — embora tivessem conhecido poderosamente neste sentido talentos como Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar.

Com toda a influência européia que tem inegavelmente (na forma, sobretudo, de Victor Hugo), Castro Alves, desaparecido muito antes do fim do Império, nos legava uma poesia tipicamente brasileira no seu lirismo, no vigor de suas metáforas, no seu espírito combativo.

Isto para lembrar apenas os dois maiores vultos do século passado nas letras nacionais, Machado de Assis na prosa e Castro Alves na poesia. E de tal forma são brasileiros: os que ainda hoje se encontram entre os preferidos do grande público.

Não vejo nenhuma razão para o pessimismo de Basbaum em relação ao passado de nossa literatura. Não podemos condená-la pela boa influência européia que ela

MAI — JUN 1968

nos trouxe e em que se revigorou, e nem podemos isolá-la das tendências de sua época no Brasil. Ela servia às aspirações burguesas e pequeno-burguesas que brotavam no país, bastante entrelaçadas entre si. E em grande parte, quase sempre, está ligada ao povo. Esta é uma tradição de que pode orgulhar-se a literatura brasileira.

* * *

Num dos capítulos finais do livro, Basbaum trata da chamada "questão religiosa". E aí, mais uma vez, incorre no erro que já apontamos: isolar a Igreja das classes dominantes e em particular do Estado. Basbaum narra o episódio conhecido da luta que se travava entre a Igreja Católica e a Maçonaria. Tem razão em negar a influência dessa luta na queda do Império. Mas não percebe as causas profundas da guerra movida pelo alto clero contra a Maçonaria. Esta, como expressão do espírito e dos interesses das camadas burguesas mais avançadas, lutava pela emancipação dos escravos. Deu seu apoio irrestrito à chamada "lei do ventre livre". Os historiadores em geral apresentam a "questão religiosa" da década de 70 como se se tratasse de preservar o espírito cristão, religioso, contra tendências atéias. Não vêem — e Basbaum também não vê — que sob a capa de luta religiosa se travava um embate entre uma tendência reacionária e outra progressista. Era uma questão eminentemente política. Não foi o fato do padre Almeida Martins ter proferido um discurso

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

numa sessão maçônica que motivou o dissídio. Foi o fato do referido sacerdote ter-se regozijado pela votação da lei do ventre livre, tímida medida de reforma, que no entanto, desta ou daquela maneira, feria os interesses dos senhores de escravos, dos latifundiários. Medida que interessava à nascente burguesia brasileira. Na realidade, foi uma luta do alto clero, da Igreja como organização, contra as simpatias manifestadas pelos sacerdotes ligados ao povo por aquele dispositivo legal. O padre Almeida Martins não foi a única vítima do arbítrio dos reacionários da Igreja. Foi apenas a primeira. Inúmeros outros sacerdotes, inclusive alguns categorizados, estavam filiados à Maçonaria, pois a Maçonaria, embora menos influente que nos tempos da Independência, se pronunciava por certas medidas de reforma de caráter burguês e, portanto, progressistas na época. Outros padres foram advertidos e ameaçados de excomunhão pela alta direção da Igreja Católica. Irmandades que tentaram resistir aos desmandos dos chefes religiosos foram suspensas.

Este fato não pode ser encarado isoladamente da posição assumida pela Igreja Católica durante toda a campanha abolicionista. Ela foi um dos baluartes mais fortes dos escravocratas. Tomou posição antiabolicionista e de combate a toda medida que favorecesse a emancipação dos escravos. O sr. Pedro Calmon escreve que, ao ser discutido no parlamento o aumento do fundo nacional de emancipação ou resgate e se tratou da libertação dos

CRÍTICA DE LIVROS

escravos sexagenários, levantaram-se contra estas medidas "as grandes influências territoriais... e as forças do clero" (*História Social do Brasil*, II tomo, p. 275, 3ª ed.). Diria melhor do alto clero, pois muitos sacerdotes católicos estavam ao lado dos abolicionistas e dos defensores da lei do ventre livre. E a coisa se torna mais clara quando vemos que enfrenta a Igreja, no governo — mandando prender, processar e submeter a trabalhos forçados altos dignitários católicos — o mesmo presidente de Conselho sob o qual se promulgava a lei do ventre livre — Silva Paranhos.

Estes fatos mostram que não se tratava de uma guerra religiosa entre a Igreja e a Maçonaria como organizações de caráter espiritual, mas de uma luta da parte mais reacionária do clero, aquela mais ligada à grande propriedade territorial escravista, e sacerdotes esclarecidos, de espírito progressista, que comungavam com as aspirações da burguesia e do povo.

É falsa, no entanto, a afirmação de Basbaum — ante o conflito Igreja x Governo — de que "jamais o Império se apoiara na Igreja ou sequer buscara o seu apoio" (p. 312). Como se a Igreja — que além de tudo era oficial, subvencionada pelo Estado — estivesse acima do poder político, ou à margem dele. Na verdade, desde os primeiros tempos da colonização, Poder político e Igreja andaram sempre de mãos dadas, irmanamente. Veja-se o testemunho de nossos principais historiadores, católicos ou não, e creio que o fo-

ES NUM. 1

ram todos ou quase todos. São unânimes em que a Igreja foi um bastião dos colonizadores portugueses, como seria depois do Estado monárquico. Nos tempos coloniais, os jesuítas — geralmente apresentados como não escravistas — animaram, encorajaram, facilitaram a importação de escravos africanos" (Pedro Calmon, *História da Civilização Brasileira*, 4ª ed., p. 133, Rio, 1940). Quanto aos índios, escreve João Ribeiro que "os padres estavam sempre ao lado dos governadores nas rebeliões selvagens" (*História do Brasil*, curso superior, 5ª ed., Rio, 1914). E Capistrano de Abreu confirma que nas bandeiras de caça aos índios "figura obrigatória era o capelão" (*Capítulos de História Colonial*, 3ª ed., p. 111). Mais tarde, nas lutas pela libertação dos escravos, escreveria Joaquim Nabuco que "entre os que se identificavam desde o princípio com ela (com a escravidão), tornando-se um dos instrumentos de suas pretensões, está, por exemplo, a Igreja..." (*O Abolicionismo*, p. 185, Rio, 1938).

Assim, na "questão religiosa" deve-se esclarecer que não era uma luta de crentes e não crentes, mas uma posição de classes ante o problema da escravidão, que entrara em cheio na ordem do dia ao ritmo dos versos cantantes de Castro Alves. A Igreja Católica no Brasil, o alto clero que a dirigia, estava inteiramente identificada com a escravidão, com a grande propriedade territorial, que era o seu baluarte.

MAI - JUN 1958

E para concluir a refutação da estranha idéia de Basbaum de uma Igreja "independente" do Poder político, recordemos o fato revoltante de que, quando da execução de Tiradentes, o sermão do frade Penaforte era uma advertência ao povo para que jamais erguesse a mão contra o poder da Metrópole ("Nem por pensamento traíais o teu rei..."). E para o Te-Deum solene quatro dias depois, o discurso do orador, o frade carmelita Oliveira Pinto, foi feito medianamente um esquema fornecido pelas autoridades coloniais. Um esquema imperativo: "Dar graças pelo louvor de se haver descoberto a conspiração...; dar graças por ficar esta cidade isenta do contágio da dita nefanda conjuração; persuadir os povos a serem fiéis à sua soberana..." (Norberto, *História da Conjuração Mineira*, nota 1 à p. 418).

Aí está como o Poder político com o cadafalso e a Igreja com a cruz tentavam ainda manter o Brasil sob o domínio colonial.

* * *

No capítulo relativo à chamada "questão militar", o autor de *História Sincera da República* também não compreende que o exército, como as forças armadas em geral, não formam algo à parte na sociedade nem tampouco em relação ao Poder político. É lamentável que um historiador que pretende dar uma interpretação marxista à história do Brasil venha nos dizer que "havia uma separação entre o exér-

HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA

cito e o povo" (p. 327), que os "protestos contra algumas decisões, que puniam dois militares indisciplinados acabaram de rubando o trono" (p. 323), que "o exército derrubou o Império", mas "não o fez por qualquer ideal político: queria apenas desafrontar supostas ofensas". Quer dizer, as coisas se colocam num terreno pessoal, ou quando muito de casta. Pretende Basbaum que no Brasil, como por exceção, o exército se encontrava acima das classes ou à margem delas, como "uma força independente, desligada das classes dominantes e das forças populares" (p. 328).

Na verdade, nem uma coisa nem outra. Basta recordar o papel do exército no ano anterior à proclamação da República — e Basbaum não lhe faz a menor referência. No movimento abolicionista o exército desempenhou um papel de magna importância ao recusar-se a caçar escravos fugidos, contrariamente ao que exigiam os escravistas. E indo contra a sua vontade o exército, na prática, se insubordinava dignamente. E era inevitável que ante o crescente movimento popular pela libertação (não esqueçamos, exigência cada vez mais ligada à República, desde que o Império vacilava em pôr termo ao regime escravista) o exército não poderia ficar alheio, como separado por uma muralha chinesa da realidade nacional. Vindo do povo, sofrendo em geral as mesmas dificuldades porque passava o povo, era natural que refletisse seus anelos e esperanças. Uma decisão como a do Clube Militar de outo-

CRÍTICA DE LIVROS

bro de 1887 era uma decisão essencialmente política. E se podemos buscar características especiais para as forças armadas do Brasil — e em particular o exército — uma das mais notáveis, em toda a nossa história, é precisamente esta: sua militância política. Se generais e marechais procuram fazer a política das classes dominantes, a massa do exército se orienta no sentido das mais puras aspirações populares. Em todos os movimentos revolucionários na história do Brasil, desde os fins do século XVIII, nas fileiras das forças armadas destacaram-se homens que são nomes de legenda no coração do povo: desde Tiradentes e Pedro Ivo até Prestes e Siqueira Campos.

* * *

Estas as principais observações que desejava fazer à *História Sincera da República* de Leôncio Basbaum. Além disso, há numerosas outras inexactidões que exigiam mais tempo e espaço para serem analisadas. Há também algumas contradições flagrantes. Por exemplo, ao referir-se ao Manifesto Republicano de 70, Basbaum o considera, primeiro, como representando "apenas a posição idealista de um grupo intelectualizado da classe média das cidades... O Manifesto não convencia ninguém. Não despertava o interesse do povo" (p. 225). Já à p. 278 lemos: "O Manifesto era um salto na História. A quantidade se transforma-

ES NUM. 1

va em qualidade". E à mesma página: O Manifesto Republicano consubstanciava "o pensamento de uma parte não desprezível das classes dominantes e da pequena burguesia das cidades".

Vemos que em 50 páginas Basbaum evolui, atinge a uma compreensão mais clara daquele documento, apesar do exagero de colocá-lo como "um salto na História" com H maiúsculo.

Quanto à suposta "causa fundamental da República" que Basbaum andou procurando, também não conseguiu uma concordância consigo mesmo. À página 282 escreve que essa causa foi a decadência da economia açucareira que sustentava o Império. Mas, duas páginas adiante, já nos apresenta outras causas que ultrapassam a fundamental. Escreve textualmente: "T.ês outras que sobrelevam em importância às demais pela profundidade do seu alcance econômico e social: a abolição, a questão religiosa e a questão militar". E, como já vimos, foi a simples punição de dois militares que derrubou o Império...

Finalmente, não posso compreender como se escreva a História da República do ponto de vista marxista — mesmo como tentativa — sem estudar os diversos movimentos republicanos que se registraram no Brasil, seus objetivos, seus programas, suas causas e conseqüências na evolução do movimento geral que terminou pelo 15 de novembro de 1889. Sem destacar vul-

MAI - JUN 1953

tos notáveis de líderes populares como Borges da Fonseca, Frei Caneca, Cipriano Barata e tantos outros, valentes, combativos e que tinham um credo político definido. Sem mostrar o papel saliente da intelectualidade contra o monarquia e pela República e por tudo o que esta expressava de anseios de con-

HISTORIA SINCERA DA REPUBLICA

solidação da independência nacional e progresso. Deve-se lembrar que entre estes havia homens como Lúcio de Mendonça que, republicanos ardorosos, consideravam porém a República de 15 de novembro como "uma transição para mais aperfeiçoada forma de governo".

CRITICA DE REVISTAS

REVISTA BRASILIENSE

O número 15 da *Revista Brasiliense*, correspondente a janeiro-fevereiro deste ano, é um volume de mais de duzentas páginas, contendo quase somente matérias sobre temas de história, sociologia e literatura. Neste particular, a presente edição da publicação paulista se diferencia das anteriores, que davam um peso considerável às questões da economia nacional.

O número 15 de *Brasiliense* se inicia com um editorial de Elias Chaves Neto, apoiando o movimento de opinião pública pela revogação da ordem de prisão preventiva decretada contra Luiz Carlos Prestes. O editorial condena com veemência os processos do anticomunismo macartista, que viola a Constituição e não se conforma

com a prática da democracia em nosso país.

O professor Fernando de Azevedo comemora com um artigo o 25º aniversário do lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Justa comemoração, porque os pontos programáticos do *Manifesto*, que o artigo transcreve, nos mostram como um grupo de educadores soube formular, em 1932, audaciosas soluções progressistas para problemas hoje ainda mais vivos do que há um quarto de século. Nestes últimos 25 anos, o desenvolvimento econômico do país se acelerou de modo impressionante e a população quase duplicou. É certo que o aparelho educacional também se expandiu quantitativamente, mas o fez de modo

MAT — JUN 1968

anárquico, "pela própria força das coisas, ao capricho das circunstâncias ou sob a pressão nefasta de interesses políticos e eleitorais", como diz o professor Fernando de Azevedo. O país dispõe hoje, por isto de um aparelho educacional muitíssimo aquém de suas necessidades imediatas e, ademais influenciado por diretrizes envelhecidas e até mesmo obscurantistas. Justifica-se, assim, a ênfase com que o professor Fernando de Azevedo insiste numa reforma geral do ensino, a começar por uma lei de bases e diretrizes até hoje não aprovada pelo parlamento, apesar de prevista na Constituição. E se focalizarmos o que deve e pode ser essa reforma geral do ensino, verificamos que o *Manifesto* de 1932 se antecipou ao tempo, apresentando uma plataforma que continua progressista, realista e atualizada para os dias presentes.

O professor Cruz Costa escreve sobre *O pensamento brasileiro na primeira fase do século XX*, estudando aspectos da história das idéias, que já abordara em rica tese de concurso, depois publicada em livro. O artigo do professor Cruz Costa é por demais sucinto e, por isto, com certo aspecto esquemático. Mas, embora apresentado em poucos traços, o leitor tem a sua atenção atraída para um processo essencial na evolução do pensamento brasileiro: a transição do "transoceânico", da imitação servil da produção estrangeira, sobretudo européia, para o estudo apaixonado da própria realidade nacional. Neste processo, um ponto crucial foi

R. BRASILIENSE

certamente o aparecimento de *Os Serviços* de Euclides da Cunha. A partir de sua publicação, diz Cruz Costa, "uma nova diretriz parece delinear-se para o pensamento brasileiro".

Esta diretriz, que comporta diferentes orientações de caráter mesmo antagônico, é a única acertada e fecunda. Somente partindo da realidade nacional pode o pensamento brasileiro criar obras simultaneamente valorizadas pela originalidade e pela universalidade.

Temos o direito de esperar que o professor Cruz Costa nos dê ainda novas contribuições para um tema em que se tornou especialista, destacado por qualidades como a inteligência, a minúcia da pesquisa e a clareza.

O último número de *Brasiliense* reproduz um trabalho de Carrera Guerra, cujo falecimento prematuro contristou recentemente os meios culturais. Carrera Guerra, já conhecido como poeta e crítico literário, mostra aqui a sua força em outro terreno, ao estudar a vida e a obra de Diderot. E a verdade é que realizou um ensaio que, sem pretensões à originalidade, é vivo e cheio de idéias interessantes, sobretudo muito bem escrito. Das suas páginas surge um Diderot combativo e apaixonado, grande figura humana, próxima às massas do povo, e grande filósofo, a mais alta expressão do materialismo francês do século XVIII. Recordemos que Diderot foi o prosador predileto de Marx. Este, em espe-

CRÍTICA DE REVISTA

cial, admirava imensamente *O Sôbrinho de Rameau*, verdadeira jóia de pensamento e forma literária.

Nas páginas da revista ainda encontramos um artigo de Catulo Branco sobre *As vitórias do socialismo*, dedicado particularmente ao progresso da União Soviética no campo da produção de energia elétrica. Catulo Branco é especialista no assunto e pôde dar ao seu artigo a necessária precisão técnica.

Dorian Jorge Freire faz uma tentativa de balanço da vasta literatura dedicada a Castro Alves. Partindo embora de premissas teóricas ecléticas e, por isto, falsas, pois admite que se pode chegar à verdade através de Freud, de Spengler ou "quem quer que seja", o autor consegue ser bastante equilibrado na sua crítica. Ao mesmo tempo que mostra os exageros de exaltação do primeiro ensaio de Edison Carneiro sobre Castro Alves, condena o parcialismo de Silvio Romero e considera frustrada a obra de Jamil Almansur Haddad.

O Sr. Dorian Jorge Freire faz justiça a Castro Alves e poderia talvez apresentar um estudo mais profundo, sobretudo se soubesse desvencilhar-se do ecletismo teórico na apreciação do fato estético.

Trabalho fraquíssimo, que desliza do conjunto da revista, é o do

ES NUM. 1

Sr. A. R. Paula Leite sobre *Feijó e o seu papel na História*. Mal escrito e teoricamente confuso, pois não sabe se exalta a individualidade de Feijó ou se destaca o papel dos "fatores sociais", o artigo está sempre engrandecendo o herói e, ao mesmo tempo, advertindo que, apesar de sua grandeza, não foi ele quem fez a história... O autor lança a tese de que Feijó representou a pequena burguesia revolucionária. Entretanto, não fundamenta tese tão esdrúxula com com qualquer prova sequer discutível.

A pequena burguesia revolucionária foi uma das forças motrizes de movimentos como a Sabinada e os Cabanos. Quanto a Feijó, ao invés de representá-la, desempenhou mais propriamente o papel de seu algoz.

A *Revista Brasiliense*, publica ainda, em seu número 15, outros artigos e notas. O que apreciamos, porém, nestas rápidas linhas, já é suficiente para dar idéia da riqueza e do nível do seu conteúdo. É evidente para o leitor que se trata de uma revista valiosa que, apesar de naturais altos e baixos, desempenha papel útil para a formação de um pensamento progressista avançado no cenário cultural brasileiro — J. G.

ESTUDOS SOCIAIS

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL
Diretor: Astrolildo Pereira

Representantes nos Estados: Catulo Branco, Rua Madre Cabrini, 83 (Vila Mariana), São Paulo * Elson Costa, Avenida Afonso Pena, 324, sala 4, Belo Horizonte, MG * Plínio Cabral, Avenida Andrade Neves, 155, sala 32, Pôrto Alegre, RS * Dr. Dante Leonelli, Rua Dr. Muricy, 706, 7º andar, Curitiba, PN * Salim Miguel, Livraria Anita Garibaldi, Florianópolis, SC * Paulo Cavalcanti, Avenida Beberibe, 3.122, Recife, PE * Dr. Raimundo Vieira da Cunha, Laboratório Gaspar Viana, Rua Senador Pompeu, Fortaleza, CE,



Assinaturas: 6 ns. Cr\$ 120,00 *
Venda avulsa: Cr\$ 20,00 * As assinaturas começam em qualquer nº.

Redação e Administração: Avenida Presidente Vargas, 435, sala 1.604, Rio de Janeiro, DF, Brasil.

A VERDADE SOBRE A CHINA !

Dentro de poucas semanas
colocaremos à venda em
tôdas as livrarias do Brasil

"ÁSIA MAIOR" (O Planeta China)

de

MARIA MARTINS

*

Ex-Embaixatriz do Brasil no Japão, na França e nos Estados Unidos, a autora não se limitou — neste trabalho — a um simples relato de viagem, preferindo estudar a fundo a revolução chinesa, as condições em que se deu e em que se processa, tirando conclusões da mais alta importância para o Brasil.

*

Um lançamento extraordinário da

Editôra Civilização Brasileira S. A.

Rua Sete de Setembro, 97
Rio de Janeiro, D. F.